

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Pós-Graduação em Serviço Social

**AS PARTICULARIDADES DA QUESTÃO SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA
CONTEMPORÂNEA**

Superpopulação, Precarização do trabalho e Superexploração da força de trabalho

Clarissa Tenório Maranhão Raposo

AS PARTICULARIDADES DA QUESTÃO SOCIAL NA REALIDADE BRASILEIRA
CONTEMPORÂNEA

Superpopulação, Precarização do trabalho e Superexploração da força de trabalho

Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito à obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Elizabete Fiúza
Simões da Mota – UFPE**

Recife, agosto de 2015

**ATA DA TERCEIRA DEFESA DE TESE DE DOUTORADO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
NO DIA 28 DE AGOSTO 2015.**

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e quinze, às 09h00min horas, na sala C-3 do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a defesa da Tese intitulada "**As Particularidades da Questão Social na Realidade Brasileira Contemporânea: Superpopulação, Precarização do Trabalho e Superexploração da Força do Trabalho**", da aluna **Clarissa Tenório Maranhão Raposo**, na área de concentração Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais, sob a orientação da Prof^a. Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota. A doutoranda cumpriu todos os demais requisitos regimentais para a obtenção do grau de Doutora em Serviço Social. A Banca Examinadora foi indicada pelo colegiado do programa de Pós-Graduação em Serviço Social e homologada pela Diretoria de Pós-Graduação, através do Processo Nº 23076.032059/2015-73 em 31/07/2015 composta pelos Professores: **Dr^a. Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota**, do Departamento de Serviço Social da UFPE, **Orientadora e Examinadora Interna**; **Dr^a. Juliane Feix Peruzzo**, do Departamento de Serviço Social da UFPE, **Examinadora Interna**; **Dr^a. Maria das Graças Silva**, do Departamento de Serviço Social da UFPE, **Examinadora Interna**; **Dr^a Rosa Lúcia Prêdes Trindade**, Departamento de Serviço Social da UFAL, **Examinadora Externa**; **Dr. Marcelo Sitcovsky Santos Pereira**, do Departamento de Serviço Social da UFPB, **Examinador Externo**; **Dr^a. Ana Cristina de Souza Vieira**, do Departamento de Serviço Social da UFPE, **Suplente Interna**; **Dr^a. Edna Tania Ferreira**, do Departamento de Serviço Social da UFPB, **Suplente Externa**. Após cumpridas as formalidades, a candidata foi convidada a discorrer sobre o conteúdo da Tese. Concluída a explanação, a candidata foi argüida pela Banca Examinadora que, em seguida reuniu-se para deliberar e conceder ao mesmo a menção **APROVADA** da referida Tese. E, para constar, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, Secretário de Pós-Graduação, e pelos membros da Banca Examinadora.

Recife, 28 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Elizabete Fiuza Simões da Mota

Prof^a. Dr^a. Juliane Feix Peruzzo

Prof^a Dr^a. . Maria das Graças Silva

Prof^a Dr^a Rosa Lúcia Prêdes Trindade

Prof. Dr. Marcelo Sitcovsky Santos Pereira

Esta tese é dedicada a todos os trabalhadores do Brasil que, no cotidiano das fábricas automobilísticas, das empresas terceirizadas, das usinas de cana-de-açúcar, dos serviços de telemarketing e dos diversos contextos em que o processo de reestruturação produtiva do capital deixa suas marcas mais profundas, constroem a sua história e enfrentam a superexploração do trabalho em seu cotidiano. Tempos sombrios se anunciam por meio de uma nova era de expropriação dos direitos sociais, nos quais a organização política, por meio dos sindicatos e da defesa da luta de classes, é premente para assegurar velhas e novas conquistas da classe trabalhadora.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar meus agradecimentos e meu carinho a todos aqueles que acompanharam de forma mais próxima a construção deste trabalho e que, através dos momentos de reflexão, das novas descobertas intelectuais ou afetivas, marcaram uma presença significativa na minha trajetória acadêmica e de conhecimento pessoal.

Agradeço ao meu esposo Julianno, parceiro nas lutas e na conquista dos meus sonhos, pelo incentivo e apoio incondicional à realização deste projeto profissional e de vida. Por transformar os nossos momentos de convivência em momentos de alegria e por agregar uma boa dose de amor e paixão à minha produção intelectual.

Aos meus filhos Giulia e Filipe, minhas melhores produções como mãe e mulher adulta, agradeço pelo carinho, por perdoarem as minhas ausências e as minhas falhas, por acompanharem minhas dificuldades e torcerem sempre por mim durante toda a caminhada do meu doutorado.

À minha família Tenório Maranhão, da qual me orgulho de fazer parte, representada por meu pai, Jarbas, exemplo de honestidade e persistência, que sempre me inspirou a seguir em frente, na conquista de novos horizontes na minha vida profissional; e minha mãe, Miriam, por me inspirar a escolher a carreira de docente e me confortar nas horas do cansaço, em nosso convívio. A minhas irmãs Vanessa e Miriam, por me representarem como filha enquanto estive ausente e por celebrarem comigo mais uma das minhas conquistas.

À querida amiga Maria Augusta (Guga), que há mais de dez anos acompanha a minha trajetória profissional e acadêmica com boas e instigantes provocações. De modo muito especial, agradeço por ter sido minha coorientadora e pelas fecundas contribuições durante o meu percurso do doutorado. Sem a sua amizade e o seu carinho, todo esse processo seria bem mais difícil.

A Eliane Gonçalves, de modo especial, por contribuir, há mais de dez anos, para o fortalecimento das minhas convicções e por facilitar o meu amadurecimento e o meu crescimento pessoal e profissional.

À minha orientadora, Bete Mota, pela participação nesse processo, pelas instigantes provocações, por incentivar a troca de ideias e estimular a construção de novas descobertas, como pesquisadora. De um modo muito especial, a nossa relação orientadora-orientanda impulsionou o meu interesse pela área temática do Trabalho e Questão Social. Minha admiração à sua história como grande intelectual e expoente do Serviço Social brasileiro.

Ao CNPQ, pelo incentivo e apoio financeiro na realização desta pesquisa científica.

Aos professores Julianne Feix Peruzzo, Rosa Lúcia Prêdes Trindade e Marcelo Sitcovsky Santos Pereira, por aceitarem fazer parte da minha pré-banca e contribuírem para o enriquecimento deste trabalho.

Aos colegas da Faculdade de Serviço Social (Ufal), pelo apoio e liberação para realizar o doutorado.

Aos amigos que, de uma forma muito especial, acompanharam as minhas “chegadas” e “partidas” durante o percurso do doutorado e que torceram pelo meu sucesso. Especialmente, à amiga Edith Carolina Nogueira dos Anjos, pelo apoio essencial nos primeiros anos de doutorado em Recife e por viabilizar, de forma carinhosa e gratuita, a minha estadia em seu apartamento durante o tempo necessário. Ao amigo Adriano Nascimento, pelos momentos de discussão, troca de ideias e por facilitar as minhas novas descobertas através da obra de Ruy Mauro Marini. Ao amigo Maximiliano Lemos, pela sua gentileza e disponibilidade em acompanhar minha produção intelectual através de suas contribuições relativas à língua estrangeira.

Aos amigos que estiveram presentes de forma muito especial nos momentos de lazer e descontração, “retroalimentando” a minha inspiração e a minha vontade de seguir em frente, especialmente, Carlos Humberto Barbosa, Luis Carlos Maciel, Raquel Teixeira, Jaqueline Maiorano, Ednaldo Maiorano, Lúcio Canuto, Jussara Pacheco, Maiana Barros, Thiago Barros, Márcio Vaz, Saulo e Fredinho.

RESUMO

As particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea: superpopulação, precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho.

Esta tese pretende discutir as particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea, tendo como eixos centrais desta análise os conceitos de superpopulação, precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho, referenciados pela teoria de Marx e pela obra de Ruy Mauro Marini, expoente da teoria marxista da dependência e autor de grandes obras do pensamento crítico latino-americano como *Dialética da Dependência* e *Subdesenvolvimento e Revolução*. Apreendida sob a Crítica da Economia Política, formulada por Marx, a concepção de questão social consubstancia-se na sua gênese histórica e está articulada ao desenvolvimento do capitalismo como uma problemática histórica resultante da acumulação capitalista e da contradição entre capital e trabalho. Este estudo enfatiza a importância de se ultrapassar a mera caracterização das suas sequelas, como desemprego e pobreza. Sob esta óptica, defende a precarização do trabalho e a superexploração da força de trabalho como mediações essenciais para a apreensão das particularidades da questão social no Brasil. Ao apresentar os resultados da pesquisa em que se faz uma análise das expressões objetivas da precarização do trabalho no Brasil, a tese sustenta que a questão social se repõe na entrada do século XXI e assume novos contornos, tendo em vista as formas de trabalho precarizado e as tendências de superexploração da força de trabalho. As particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea estão associadas às mudanças no mundo do trabalho inerentes ao processo de reestruturação produtiva e se manifestam através das informalidades, das terceirizações e das condições precárias da organização política dos trabalhadores. As tendências de superexploração da força de trabalho evidenciam-se, principalmente, no rebaixamento dos salários, no prolongamento da jornada de trabalho, no aumento da intensidade e ritmo do trabalho e na expropriação dos contratos de trabalho, dos direitos trabalhistas e da proteção legal ao trabalho. A partir do estudo da questão social no contexto brasileiro de precarização do trabalho e das tendências de superexploração da força de trabalho nesta última década, a tese pretende lançar uma nova contribuição à discussão sobre a relação entre questão social e trabalho, um dos temas do debate contemporâneo do Serviço Social, e poderá servir de parâmetro seja para decifrá-la com os aportes da teoria do valor-trabalho, seja para subsidiar uma crítica às atuais formas de tratamento no âmbito da proteção social.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Questão Social. Superpopulação Relativa. Precarização do Trabalho. Superexploração da força de trabalho.

ABSTRACT

The particularities of the social issue in the contemporary Brazilian reality: Overpopulation, Precarization of work and Overexploitation of the labour force.

This dissertation aims to discuss the particularities of the social issue in the contemporary Brazilian reality, focusing this analysis in the concepts of overpopulation, precarization of work and overexploitation of labour force, examined in the Theory of Marx and in the writings of Ruy Mauro Marini, exponent of the Marxist Theory of Dependence and author of distinguished works of the critical Latin-American thought as *Dialectics of Dependency* and *Underdevelopment and Revolution*. Understood under the Political Economy Criticism, created by Marx, the concept of social issue relies on its historical genesis and is attached to the development of capitalism, as a historical proposition resultant from the capitalist accumulation and from the contradiction between capital and work. This study emphasizes the importance of overcoming the mere characterization of its consequences, as unemployment and poverty. Under this point of view, it defends the precarization of work and the overexploitation of labour force as essential mediations for the apprehension of the particularities of the social issue in Brazil. Showing the results of the analysis over the objective expressions of the precarization of work in Brazil, this dissertation sustains that the social issue reorganizes itself in the beginning of the 21st Century and takes new outlines towards the ways of precarious work and the tendencies of overexploitation of the labour force. The particularities of the social issue in the contemporary Brazilian reality are connected to the transformations of the labour world inherent to the process of productive restructuring and they are expressed through the informalities, the outsourcings and the precarious conditions of the workers political organization. The tendencies of labour force overexploitation are mainly expressed through salary depreciation, enlargement of working time, increase in the intensity and rhythm of work, expropriation of labour contracts, rights and legal protection. Throughout the study of the social issue in the Brazilian context of precarization of work and the tendencies of overexploitation of the labour force in the last decade, this thesis aims to contribute with the discussion of the relationship among social issue and work, one of the main themes debated in the contemporary Social Service, and that may be used as a pattern to reveal the contributions of the value-work theory, to subsidize a critics to the forms of treatment in the social protection field.

Key-words: Productive restructuring. Social Issue. Relative Overpopulation. Precarization of work. Overexploitation of the working force.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CCQ- Círculos de Controle de Qualidade

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CIC– Centros Integrados de Controle

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos

EAD – Ensino à distância

EIR – Exército Industrial de Reserva

FMI– Fundo Monetário Internacional

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IELA – Instituto de Estudos Latino-americanos

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA – Instituto Pesquisa Econômica Aplicada

LER – Lesão por esforço repetitivo

LSL – Unidade Logística de Sumaré

MSI – Modelo de Substituição de Importações

MTE– Ministério do Trabalho e Emprego

NTIS – Novas tecnologias da Informação

ONGS- Organizações não governamentais

PCs – Partidos comunistas

PEA– População Economicamente Ativa

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PME– Pesquisa Mensal do Emprego

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento PP – Preço de Produção

SDCD – Sistemas digitais de controle distribuído

SMN– salário mínimo necessário

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SINTETEL – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo

SINTRATEL – Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing

TICS – Tecnologias de comunicação e Informação

TMD – Teoria Marxista da Dependência

TTSN – Tempo de Trabalho Socialmente Necessário

UFPE– Universidade Federal de Pernambuco UFRJ–

Universidade Federal do Rio de Janeiro UNICAMP –

Universidade Estadual de Campinas

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I: O IMPERIALISMO, O DESENVOLVIMENTO E O SUBDESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: ESBOÇO DE UMA CRÍTICA.....	23
1.1. Sobre o Imperialismo e o conceito de subimperialismo	23
1.2. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento latino-americano.....	34
1.3. O subimperialismo e as leis próprias da economia dependente.....	51
1.4. A dialética de continuidades e rupturas: o modelo econômico neodesenvolvimentista brasileiro.....	77
CAPÍTULO II – A SUPERPOPULAÇÃO, SUPEREXPLORAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	95
2.1. A superpopulação relativa como produto da acumulação capitalista: impactos sobre a classe trabalhadora	96
2.2. As formas contemporâneas da superpopulação relativa: uma análise sobre as raízes do desemprego e da pauperização.....	112
2.3. A precarização do trabalho no contexto brasileiro da última década	122
CAPÍTULO III – AS PARTICULARIDADES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: PRECARIZAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI	144
3.1. As formas diferenciadas da reestruturação produtiva e as mudanças nos processos e nas relações de trabalho.....	144
3.2. A informalidade e as terceirizações: expressões objetivas da questão social na entrada do século XXI	157

3.3. A superexploração da força de trabalho e a expropriação dos direitos: novas dimensões da questão social no Brasil.....	178
CONCLUSÕES	187
Referências bibliográficas	195
Anexos.....	202

INTRODUÇÃO

A crise estrutural do capital e as alternativas encontradas para a acumulação capitalista tendem à ampla precarização do trabalho, seja intelectual ou manual. Na processualidade histórica brasileira, especialmente na entrada do século XXI, a precarização do trabalho expressa um quadro de distintas formas de exploração do capital sobre o trabalho, intensificadas pela dinâmica de acumulação capitalista, articulada à produção de mais-valia absoluta e relativa. Se as duas afirmações acima se sustentam, como se deve apreender a problemática questão social no contexto atual do capitalismo flexível?

Sabe-se que, empiricamente, a questão social se manifesta na particularidade brasileira através de um conjunto de situações objetivas, tais como: trabalho precário, desemprego, pobreza, violência etc., tendo em vista contextos históricos e diferentes padrões de acumulação que foram se constituindo ao longo do tempo na sociedade brasileira.

Contudo, observa-se que atualmente a “vulnerabilidade dos aportes conceituais da questão social”, aludida por Mota (2009, p. 46), e especialmente o seu tratamento como pobreza, revela uma tendência centrada nas análises descritivas das múltiplas manifestações da questão social e de suas respectivas formas de tratamento relacionadas às iniciativas de proteção social.

Corroborando a referida autora, percebe-se que as recentes tematizações da questão social como sinônimo de exclusão social, de problemática social, de pobreza e suas conseqüentes proposições obstaculizam o entendimento da questão social como expressão das contradições fundantes das relações sociais no capitalismo.

Nas duas últimas décadas, as expressões objetivas da questão social vêm sofrendo alterações em seu conteúdo, tendo em vista as tendências atuais do capitalismo, como a mundialização, a transnacionalização¹ e a financeirização dos

¹ Fontes (2010), ao citar URBASH (2004), ressalta que “a transnacionalização brasileira começou bem antes da crise”. A saber, “[...] o forte impulso à transnacionalização de empresas não se limitou apenas à exportação de mercadorias, mas crescentemente envolve variadas formas de investimento, desde a presença comercial no exterior, passando pela produção no exterior, chegando à participação no desenvolvimento de componentes junto aos centros exteriores onde atua a empresa”. (URBASH, 2004 apud. FONTES, Idem).

capitais, e, particularmente, o incremento da *superexploração*² da força de trabalho, traço constitutivo e marcante do capitalismo brasileiro.

Estas tendências regem o processo de restauração do capital e expressam, na conjuntura atual, um conjunto de estratégias encontradas pelo próprio capital para sair da crise. Ao mesmo tempo, provocam mudanças na relação entre capital-trabalho e nas relações intercapitalistas, na medida em que estas afetam a reprodução do padrão de acumulação capitalista e o quadro de precarização do trabalho na atual conjuntura brasileira.

Ao situar as mudanças nas relações intercapitalistas, Filgueiras et alii (2010), caracterizam o processo de centralização de capitais, tanto na esfera produtiva quanto na financeira, o qual foi intensificado durante o governo Lula, particularmente ditado por uma relação entre o Estado brasileiro e os grandes grupos privados, o que tornou o segmento do capital financeiro mais fortalecido no Brasil. Com efeito, “o capital internacional e os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, que vêm conseguindo se transnacionalizar, vêm também aumentando sua participação na economia e seu poder político” (Idem, p. 42).

Cabe enfatizar que o modelo econômico liberal e periférico traduz as características do neodesenvolvimentismo brasileiro instaurado pelo governo Lula. Partindo destas considerações, objetivamos apresentar um balanço crítico desse governo, a fim de captar as particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea e problematizar as estratégias políticas no enfrentamento das sequelas da questão social, mediatizadas pelo capital e pelo Estado na última década.

É fato relevante que sob o predomínio do capital financeiro tem-se uma conjuntura brasileira marcada pela desestruturação do mercado de trabalho e pelo crescimento do desemprego aberto. No entanto, as evidências empíricas mostram que a partir de 2003, durante o governo Lula, houve uma tendência de queda da taxa de desemprego.

² No plano da Teoria da Dependência, “a superexploração não é apenas um conjunto de mecanismos que levam à elevação da taxa de mais-valia, mas, para além disso, constitui-se em uma categoria central – aliás, a mais importante – da teoria marxista da dependência”. (CARCANHOLO, 2013: p. 81).

Todavia, observa-se que nesta última década a diminuição relativa das taxas de emprego aponta uma série de elementos contingentes que merecem ser investigados. Um indicador de análise, conforme Alves (2014b), refere-se às taxas de formalidade, as quais refletem um crescimento no período de 2003-2007. Nesse sentido, a queda do desemprego, juntamente com o crescimento da taxa de ocupação, reflete uma processualidade contraditória. De acordo com o referido autor, o aumento do número de pessoas que ingressaram no mercado de trabalho expressa, na realidade, “o movimento para a formalização dos trabalhadores domésticos, dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria que passaram, deste modo, a contribuir para a Previdência Social” (Idem, p. 65). Isto significa dizer que não houve uma “mudança categórica na dinâmica do mercado de trabalho no Brasil” (Idem, ibidem). O que ocorre, na realidade, é um conjunto de iniciativas legislativas e ações do governo voltadas à formalização do vínculo empregatício, que utilizam os recursos da flexibilização dos estatutos salariais para permitir a contratação formal.

Nesta mesma direção, Druck (2013) assevera que, a partir da crise de 2008 que atingiu o Brasil, delinea-se uma nova configuração, porquanto o trabalho informal, isto é, os “sem-emprego”, avança e generaliza-se em todo o país, aproximando as regiões mais desenvolvidas do país das mais tradicionalmente marcadas pela precariedade.

Quanto à informalidade, conforme Antunes (2013), nota-se que este fenômeno “[...] demonstra uma ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais estáveis ou temporárias, quer sob a ameaça direta do desemprego” (Idem, p. 15) .

A nosso ver, a complexidade dessas questões ressalta a necessidade de avançar na análise das expressões da questão social na realidade brasileira, no contexto desta última década. Dito de outra maneira, as mudanças recentes nas relações entre capital e trabalho despertaram o nosso interesse em desenvolver um estudo centrado nas particularidades da questão social brasileira associada à precarização estrutural do trabalho, visando adensar o debate sobre a relação entre a questão social e o trabalho na contemporaneidade.

O foco central desta tese que discute a questão social no Brasil é a exploração da força de trabalho, e não a caracterização do desemprego, apesar de este ser estrutural. Apesar de o pauperismo absoluto estar vinculado a interpretações sobre a gênese histórica da questão social, esta não se limita ao tratamento da pobreza. Embora o desemprego esteja na base de muitas expressões da questão social no Brasil, esta não se reduz à falta de emprego.

Nesses termos, a relevância desta tese não está em apontar as características ou “formas de ser” das expressões da questão social, mas sim em aprofundar o debate sobre a relação entre questão social e trabalho, sem abrir mão do estudo de categorias teóricas da crítica da economia política, como superpopulação relativa e pauperização absoluta. Mais especificamente, trata-se de analisar as mudanças que afetam as relações capital-trabalho, as quais sofreram alterações radicais com o padrão de acumulação flexível, tendo como mediações centrais a precarização do trabalho e a superexploração da força de trabalho.

Nesta pesquisa a questão social é apreendida em sua gênese histórica, enquanto resultante da contradição entre capital e trabalho. Partindo deste pressuposto, a análise das distintas expressões da questão social deve estar articulada ao desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista e, portanto, não se restringe à caracterização de suas formas fenomênicas, como pobreza e desemprego.

No que tange às particularidades da questão social brasileira, vale destacar que estudos mais recentes no interior do Serviço Social trazem a discussão sobre a formação da sociedade brasileira e analisam aspectos que particularizam o capitalismo brasileiro contemporâneo, tendo em vista estabelecer uma ligação entre a particularidade do capitalismo brasileiro e as expressões objetivas da questão social contemporânea.

A nossa abordagem sobre a questão social associada à precarização estrutural do trabalho no contexto brasileiro desta última década toma como referência algumas contribuições oriundas de alguns autores contemporâneos que se dedicam ao estudo dessa temática, tais como: Antunes (2006) (2013) (2014); Alves (2009) (2014b); Fontes (2010); Braga (2012); Mota (2013); Druck (2013); Luce (2011) (2013);

Visando avançar nessa discussão sobre as particularidades das expressões da questão social no contexto da realidade brasileira, especialmente nesta última década, o nosso ponto de partida foi recuperar o debate sobre a crise do capitalismo contemporâneo, a fim de captar as mediações particulares que interferem na constituição do atual padrão de reprodução do capital dependente periférico brasileiro, tendo como propósito a qualificação da questão social, associada ao quadro atual de precarização do trabalho.

Partimos do suposto de que, na processualidade histórica brasileira, especialmente na entrada do século XXI, as particularidades da questão social brasileira não se restringem à caracterização da pobreza nem do desemprego. Com isso não queremos negar que o desemprego está na base das expressões da questão social. É que, a nosso ver, priorizar o desemprego e seus traços característicos como foco de investigação da particularidade da “questão social” no Brasil significa perder de vista outras mediações da questão social que se consubstanciam no processo de precarização do trabalho.

No plano teórico-prático, o objeto de análise que norteia esta tese, ou seja, a relação entre questão social e as mudanças no mundo do trabalho, apontou-nos a necessidade de uma atualização de conceitos como superpopulação relativa, pauperização absoluta e superexploração da força de trabalho, tendo em vista a análise das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. Concomitantemente, a particularidade do nosso objeto de estudo indicou a necessidade de investigarmos as expressões objetivas da precarização do trabalho que se manifestam no cenário atual de reestruturação produtiva sob a acumulação flexível.

Corroborando Mota (2013), as mediações de análise da precarização são indicativas de que esse processo vai além do elenco das suas manifestações empíricas. Nessa direção, buscamos conceituar e problematizar a noção de precarização do trabalho no Brasil, a fim de demonstrar que a superexploração da força de trabalho é mediada pelas diversas formas de trabalho precarizado e pela expropriação dos direitos.

Desse modo, o objeto central desta tese consubstancia-se nas particularidades da questão social e na crítica às suas formas de enfrentamento, no contexto brasileiro da última década, o que demanda um estudo sobre a

peculiaridade da economia dependente e, no interior desta, em especial, sobre a particularidade do capitalismo brasileiro.

A nossa hipótese central é que a base das expressões objetivas da questão social no Brasil contemporâneo constitui-se a partir da precarização e da superexploração da força de trabalho. Assim, sustentamos a tese de que as tendências de superexploração da força de trabalho se expressam pela precarização do trabalho, sendo estas as mediações centrais para a apreensão das particularidades da questão social na realidade brasileira na última década. Logo, a análise das particularidades da questão social no Brasil consubstancia-se na precarização do trabalho na contemporaneidade e indica uma tendência expressiva de ampliação contínua da superpopulação relativa e um incremento das modalidades de superexploração da força de trabalho.

Portanto, se estamos corretos ao afirmar que existe uma articulação entre as particularidades da questão social no Brasil e a precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho, indagamos: quais são as tendências de superexploração da força de trabalho que emergem no Brasil contemporâneo? Como essas tendências podem ser caracterizadas no quadro atual de precarização do trabalho?

A metodologia da pesquisa delimita-se por uma ampla pesquisa bibliográfica sobre a questão social contemporânea articulada ao desenvolvimento do capitalismo monopolista brasileiro e às leis próprias da economia dependente, e relacionada às mudanças recentes no mundo do trabalho. A pesquisa empírica de base qualitativa foi desenvolvida a partir de dados secundários extraídos da obra *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, sobre a precarização estrutural do trabalho no Brasil. Assim, na nossa pesquisa empírica, tomamos como referência, alguns dados quantitativos da precarização do trabalho no Brasil, cujas fontes principais foram: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) e MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), e os sistemas de informação já consagrados, como DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos) e SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), bem como os estudos qualitativos oriundos das pesquisas de campo e dos estudos de caso, resultados de projetos de dissertação de mestrado, teses de doutorado, pós-doutorado e monografias organizadas pelo

sociólogo e estudioso na área de sociologia do trabalho, Prof. Ricardo Antunes, e publicadas em *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*³ (2006); (2013) e (2014). Esta escolha justifica-se pelo fato de esta obra oferecer um panorama amplo das múltiplas faces da precarização do trabalho, e um diálogo crítico e denso com a bibliografia nacional e internacional contemporânea, ao abordar as “[...] recentes configurações derivadas da (nova) divisão internacional do trabalho que caracteriza o capitalismo de nossos dias” (ANTUNES, 2013; p. 9).

O universo de análise desta pesquisa compreende um extrato de 12 estudos de caso representativos dos diferentes setores produtivos e econômicos brasileiros, tais como: industrial, serviços, agroindústria e comércio, os quais revelaram evidências empíricas das formas diferenciadas de superexploração da força de trabalho. Em nosso ponto de partida selecionamos os estudos setoriais pelas distintas formas de trabalho precário, tendo em vista os indicadores de análise da precarização do trabalho apontados por Druck (2013), tais como: *desemprego, informalidade, terceirizações e condições precárias de organização dos trabalhadores*. Em seguida, fizemos a transcrição de alguns depoimentos extraídos das entrevistas e de observações sistemáticas desenvolvidas pelos autores dos estudos de caso selecionados, objetivando captar as mudanças recentes nas formas de organização e gestão do trabalho (relações e processos), nos mais diversos ramos econômicos ou setores produtivos que realizaram a reestruturação produtiva.

Para a análise dos dados empíricos utilizamos variáveis qualitativas, ou seja, selecionamos os traços característicos dos setores produtivos que apontam as tendências de precarização do trabalho, como subcontratação, polivalência, terceirização, trabalho em domicílio, salário por peça etc., e de superexploração da força de trabalho, mediante o prolongamento da jornada, o aumento da produtividade e a intensidade do trabalho, a expropriação dos direitos trabalhistas etc. A partir daí, organizamos um quadro da precarização do trabalho contendo os setores, os respectivos ramos produtivos, a empresa investigada, a técnica utilizada na pesquisa, as técnicas de organização do trabalho e as categorias da superexploração da força de trabalho.

Assim, nesta pesquisa apresentamos estudos setoriais realizados na indústria automobilística, petroquímica, metalurgia e indústria do ramo têxtil. No setor de

³ O livro reúne alguns resultados de pesquisas que foram defendidas pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

serviços foram selecionados os bancos e os serviços de telemarketing. No setor de agroindústria tomamos como referência os estudos sobre a situação dos trabalhadores cortadores da cana e o trabalho na unidade produtiva de abate e processamento de aves. No setor do comércio analisamos a *walmartização*, que expressa a situação das trabalhadoras operadoras de *check-out*. A seleção desta amostra justifica-se pela abrangência do fenômeno de precarização do trabalho, tendo em vista a análise mais detalhada das categorias da superexploração da força de trabalho.

De um modo geral, a pesquisa consubstancia-se na análise da precarização do trabalho que se manifesta nas formas atuais de organização e gestão do trabalho como parte das mudanças no mundo do trabalho, determinadas pela reestruturação produtiva no âmbito da restauração capitalista e pelas tendências de superexploração da força de trabalho associadas à expropriação contratual, à expropriação de direitos trabalhistas e ao retrocesso das leis de proteção ao trabalho, bem como pelos mecanismos da superexploração da força de trabalho que estão associados à produção da mais-valia absoluta, à produção da mais-valia relativa ou à combinação entre essas duas formas. Partindo desses indicadores de análise que circunscrevem as mudanças do trabalho na contemporaneidade, buscamos comprovar que no contexto brasileiro da última década houve um incremento das tendências atuais da superexploração da força de trabalho, as quais expõem as particularidades da questão social relacionadas à violação do valor da força de trabalho.

Em poucas linhas, objetivamos analisar as manifestações da precarização do trabalho no Brasil, visando à apreensão das tendências de superexploração da força de trabalho, a fim de comprovar a nossa hipótese de que as mediações centrais ao estudo sobre as particularidades da questão social brasileira são a superexploração da força de trabalho e a precarização do trabalho.

Essa ordem de considerações norteia a tese que defendemos, cuja exposição está estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, efetuamos uma análise da peculiaridade do capitalismo brasileiro dependente e periférico. Ao tomar como referência as categorias teóricas que nortearam a economia política da dependência, com base no pensamento de Ruy Mauro Marini, procuramos demonstrar que a superexploração da força de

trabalho e os mecanismos de transferência de valor são os fundamentos que explicam o modo *sui generis* do capitalismo dependente.

A teoria da dependência, tal como é denominada por alguns autores, será desenvolvida por duas matrizes teórico-metodológicas distintas: a vertente representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que seguem uma influência weberiana; e a vertente marxista, influenciada pela revolução cubana, a qual se propõe interpretar a formação latino-americana libertando o marxismo da visão dogmática dos partidos comunistas. Esta última visão tem nas obras de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Orlando Caputo as suas principais referências.

No percurso dessa análise, utilizaremos algumas referências extraídas das obras de Marini, principalmente, *Dialética da Dependência* (2000) e *Subdesenvolvimento e Revolução* (2013), buscando extrair as categorias teóricas de análise formuladas pelo autor no estudo clássico sobre a economia dependente. Entre estas categorias podemos citar: intercâmbio desigual, subimperialismo, superexploração da força de trabalho e padrão de reprodução do capital.

Assim, partindo da noção padrão de reprodução do capital, defendemos que o subimperialismo se revela como um conceito-chave para desvendar os nexos que articulam o capitalismo brasileiro ao padrão específico de reprodução da acumulação do capital em escala ampliada. Com efeito, a superexploração da força de trabalho constitui uma categoria própria das economias dependentes, que se expressa em formas e mecanismos específicos de elevação das taxas de exploração.

Ainda neste capítulo procuramos evidenciar que, na conjuntura brasileira da última década, a tendência de superexploração da força de trabalho também se reflete na forma de expropriação de direitos e nas propostas políticas engendradas pelo capital e mediadas pelo Estado no enfrentamento das sequelas da questão social, cuja base é a tecnificação da questão social. Isto nos conduz à problematização das atuais estratégias de redução da pobreza e da desigualdade de renda, preconizadas pelo governo e consubstanciadas na implementação de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família.

No segundo capítulo apresentamos uma releitura das categorias teóricas marxistas como a superpopulação relativa, a precarização e a superexploração da força de trabalho, a fim de demonstrar que estas são tendências constitutivas e necessárias ao processo de acumulação capitalista. Partindo dessas categorias de análise, problematizamos a relação que existe entre a superpopulação relativa (Marx) e os mecanismos de superexploração do trabalho típicos da situação de dependência, referenciados por Marini (2000); Amaral & Carcanholo (2009); (2012); Mota (2013); Luce (2013).

Com base na perspectiva marxista, através dessas categorias de análise, procuramos conceituar e problematizar a noção de precarização do trabalho no contexto atual do capitalismo brasileiro como uma forma de desvalorização da força de trabalho, que se dá por intermédio das tendências atuais de superexploração da força de trabalho mediatizadas pelas formas de trabalho precarizado e pela expropriação de direitos.

No terceiro capítulo apresentamos a pesquisa empírica baseada na análise dos dados da precarização do trabalho no Brasil, extraídos dos estudos setoriais publicados em *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. O nosso propósito foi comprovar a nossa hipótese central de que as particularidades da questão social na atualidade vão além da caracterização do desemprego, pois se constituem a partir das tendências atuais de precarização e superexploração do trabalho.

Na sequência, explicitamos as nossas conclusões. Com base no exposto, afirmamos que as particularidades da questão social no Brasil estão organicamente relacionadas às mudanças recentes no mundo do trabalho e se manifestam, no contexto brasileiro da última década, através de novos conteúdos colocados pelo trabalho precarizado e pelas expressões objetivas da informalidade e ampliação das terceirizações. Daí se pode concluir que as tendências atuais da superexploração da força de trabalho, mediadas pelas diversas formas de trabalho precarizado permite uma expropriação dos direitos e, ao mesmo tempo expõe as particularidades da questão social que se refletem na pauperização e redução das possibilidades de resistência coletiva da classe trabalhadora, sobretudo nesta última década.

CAPÍTULO I – O IMPERIALISMO, O DESENVOLVIMENTO E O SUBDESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: ESBOÇO DE UMA CRÍTICA

Neste primeiro capítulo, centraremos a nossa análise na especificidade que envolve o capitalismo dependente, com o propósito de captar as mediações particulares que se interpõem entre a economia latino-americana e a economia mundial. Nesse nível de apreensão, interessa-nos captar a peculiaridade do capitalismo brasileiro dependente, na sua relação com o sistema capitalista mundial na fase imperialista.

Ao desenvolvermos esta análise sobre a peculiaridade do capitalismo brasileiro dependente e periférico, tomaremos como referência as categorias teóricas que nortearam a economia política da dependência, ancorada no pensamento de Ruy Mauro Marini, a fim de demonstrarmos que a superexploração da força de trabalho e os mecanismos de transferência de valor são os fundamentos que explicam o modo *sui generis* do capitalismo dependente.

Assim, partindo da noção padrão de reprodução do capital, pretendemos demonstrar que o subimperialismo revela-se como uma chave analítica para desvendar os nexos que articulam o capitalismo brasileiro ao padrão específico de reprodução da acumulação do capital em escala ampliada. Com efeito, a superexploração da força de trabalho constitui uma categoria própria das economias dependentes, que se expressa em formas e mecanismos específicos de elevação das taxas de exploração.

1.1. Sobre o imperialismo e o conceito de subimperialismo

O objetivo deste capítulo é, por um lado, explicitar a apreensão da peculiaridade do capitalismo dependente com base nas leis próprias da economia dependente e, por outro, ressaltar a importância da fase imperialista do desenvolvimento capitalista, como mediação central para entender o subimperialismo. Inicialmente trazemos ao debate uma síntese extraída de Luce (2011):

Segundo os teóricos da II Internacional, o Imperialismo corresponde à forma que assume o capitalismo ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro. Lenin enfatizou a fusão do capital bancário com o capital industrial, fusão que deu passo à formação dos trustes capitalistas internacionais em luta pela partilha do mercado mundial; Hilferding colocou em evidência o papel da exportação de capitais em direção a novas regiões, buscando contra-arrestar a tendência à queda de lucros; Bukhárin enfatizou o fenômeno da aglomeração através do qual o Estado reforça o poder dos monopólios capitalistas privados; Rosa de Luxemburgo analisou o tema da dissolução das formações sociais comunitárias e sua proletarização como consequência da exportação de capital do imperialismo. (Idem, p. 19)

Assim, como se pode perceber, as características principais do Imperialismo são evidenciadas pelos teóricos da II Internacional⁴, procurando estabelecer um conceito para a nova etapa histórica do desenvolvimento capitalista.

Para nós, é essencial recuperar algumas dessas características, a partir do referencial teórico que influenciou o conceito de subimperialismo formulado por Ruy Mauro Marini. Para tanto, recorreremos a autores marxistas contemporâneos que elaboraram interpretações sobre o imperialismo e identificaram suas características principais, entre eles: Braverman (1974); Arruda (2012); Fontes (2010); Luce (2011).

Para muitos autores e interlocutores marxistas, o imperialismo constitui-se no novo estágio do capitalismo, comumente denominado *capitalismo financeiro*, *capitalismo monopolista*, *capitalismo recente*, entre outros.

Recorrendo ao clássico de Braverman, *Trabalho e Capital Monopolista* (1987), têm-se as origens do imperialismo ou capitalismo monopolista colocadas nos seguintes termos:

Concorda-se geralmente que o capital monopolista teve início nas últimas décadas do século XIX. Foi então que a concentração e a

⁴ A Segunda Internacional, também conhecida como Internacional socialista foi criada em 1889. No início do século XX, a Internacional já estava dividida em três grupos: à direita, o grupo revisionista de Bernstein; no centro, os marxistas moderados de Kaustky; à esquerda, os marxistas revolucionários liderados por Lenin e Rosa de Luxemburgo. A II Internacional teve seu ocaso após a I Guerra Mundial em 1914, quando os principais partidos filiados à II Internacional e sua direção apoiaram seus respectivos governos e, em nome do nacionalismo, foram à guerra provocando o colapso da Internacional. Após a traição da social-democracia, os revolucionários internacionalistas como Rosa, Karl Liebknecht, Lênin e Trostky ficaram reduzidos a um pequeno grupo. Mas, a vitória da revolução socialista na Rússia, deu um novo impulso ao internacionalismo proletário e à formação de uma nova Internacional. Sobre isto, ver *A História das Internacionais* In: <http://www.pstu.org.br/node.7672>. Publicado em 17.06.2008. Acesso em 20.07.2015.

centralização do capital, sob a forma dos primeiros trustes, cartéis e outras formas de combinação, começaram a firmar-se; foi então, conseqüentemente, que a estrutura moderna da indústria e das finanças capitalistas começou a tomar forma. Ao mesmo tempo, a rápida consumação da colonização do mundo, as rivalidades internacionais e os conflitos armados pela divisão do globo em esferas de influência econômica ou hegemonia inauguraram a moderna era imperialista. Desse modo, o capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial e o movimento mundial do capital, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal. (Idem: p. 215-216)

De acordo com Braverman (1987), a gênese do imperialismo é marcada por uma mudança quantitativa e qualitativa em termos da expansão das empresas modernas, refletindo-se, principalmente, numa transformação em relação ao processo de produção e reprodução ampliada do capital, uma vez que tornou possível a utilização da “gerência científica” para a organização da produção em sua base moderna e da “revolução técnico-científica” para a transformação mais rápida da força de trabalho em capital.

Segundo ressalta Braverman (1987), as características dessa fase de desenvolvimento do capitalismo põem em evidência as “forças sociais” em ação e as “alterações sociais” que fundaram a estrutura modificada da empresa na era do capitalismo monopolista. Essas forças compreendem a *concentração* e a *centralização* do capital, que teriam sido descobertas por Marx ao analisar a tendência do capital em aglomerar-se em imensas unidades.

Sobre essa tendência, Braverman (Idem), inspirado em Marx, preceitua que a *concentração* de capital define-se como um resultado do aumento da escala de produção e da acumulação capitalista. Por outro lado, evidencia que a *centralização* do capital corresponde à alteração na distribuição dos capitais existentes. Esses processos, de acordo com Marx⁵ (Marx apud Braverman, 1987), acontecem por conta da expropriação de muitos capitalistas por um só capitalista.

⁵ A edição brasileira d'O Capital, publicada pela editora Civilização Brasileira, foi utilizada como referência nesta tradução feita por Nathanael C. Caixeiro em Trabalho e Capital Monopolista.

Isso deixa evidente que, no período monopolista, os limites da disponibilidade de capital e da capacidade de gerenciamento de um capitalista ou proprietário individual são ultrapassados, na medida em que a estrutura da empresa moderna caracteriza-se pela institucionalização do capital.

Ainda com relação às especificidades da fase imperialista, Arruda (2012), fundamentado em Hilferding⁶, ressalta que, no âmbito econômico, o “agigantamento das fábricas, associado à disputa cada vez mais acirrada entre os grandes consórcios de empresas” (Idem, p. 22), exigia uma concentração cada vez maior dos recursos disponíveis. Partindo dessas especificidades, este autor observa que o processo de fusão entre o capital industrial com o capital bancário na formação do capital financeiro propiciou o dinamismo das fábricas e facilitou a aquisição dos meios de produção (maquinários), contribuindo assim para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas.

De acordo com o referido autor, as descobertas⁷ de Hilferding no campo econômico contribuíram para desvelar traços característicos dos países imperialistas no período de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista, entre os quais se destacam:

[...] a concentração-centralização de capitais, a abolição da livre concorrência mediante a formação dos trustes e cartéis e a fusão do capital bancário com o capital industrial, que representa a forma mais avançada e abstrata de capital: o capital financeiro. (ARRUDA, 2012, p. 22-3)

Assim, as características principais do imperialismo se refletem nos mecanismos de funcionamento da economia capitalista na fase de desenvolvimento do capital monopolista.

Ao considerar as características do imperialismo, ancorado no pensamento de Hilferding, Arruda (2012) fornece elementos centrais que caracterizam a fase do

⁶ Segundo Fontes (2010), a elaboração anterior de Hilferding e de Bukhárin, que haviam redigido o livro *A Economia Mundial e o Imperialismo* em 1915, o qual seria publicado somente em finais de 1917 (BUKHARIN, 1986), foi de suma importância para Lenin, no sentido da difusão internacional de uma reflexão consistente sobre as características do imperialismo.

⁷ Segundo Arruda (2012), as descobertas de Hilferding no campo econômico serviram de ponto de partida para os estudos de Lenin, Bukhárin e até mesmo Rosa de Luxemburgo sobre o imperialismo.

capitalismo monopolista e sua relação com o aumento da composição orgânica do capital. Para nós, este é um dos elementos determinantes da dinâmica do capitalismo monopolista, pois nesta fase a composição orgânica do capital é bem maior em relação àquela composição existente nas empresas típicas do capitalismo concorrencial, a qual passa a exigir elevados investimentos em máquinas e equipamentos modernos (concentração de capitais), com a fusão dos diversos capitais antes dispersos (centralização).

Segundo Arruda (2012), nesta fase verifica-se que “os investimentos em capital constante aumentaram consideravelmente, chegando a atingir um montante que está muito além da capacidade financeira da maior das empresas industriais”

(Idem, p. 23). A partir desta caracterização, destaca-se que na fase imperialista ou monopolista do capitalismo, os bancos se tornaram os controladores da atividade industrial. Tal como afirma Arruda (idem), nesta fase “a participação dos bancos no processo de industrialização tornou-se, então, decisiva” (Idem, p. 26). Portanto, o crescimento da interdependência entre capital bancário e capital industrial representou a forte participação do capital financeiro no predomínio da indústria cartelizada (fase monopolista), em substituição à organização de pequenas e médias indústrias (fase concorrencial).

De acordo com Arruda (2012), ao analisar as características do capitalismo imperialista, Lenin também observou que “[...] o desenvolvimento das forças produtivas conduzia a uma concentração da produção que era muito mais intensa do que a concentração dos operários (em virtude da maior produtividade por unidade de trabalho, nas maiores indústrias capitalistas)” (Idem, p. 31).

Conforme postula Marx (Marx apud Arruda, 2012), esta tendência histórica é acompanhada da centralização de capitais, mediante a expropriação dos pequenos proprietários dos meios de produção e a concentração da produção, isto é, o aumento da escala de produção.

O que é preciso considerar é que nessa nova etapa do capitalismo a concentração e a centralização da produção desenvolvem-se como uma das tendências históricas, expressa pela Lei Geral do desenvolvimento capitalista, tal como fora formulada por Marx. Esta última se refere ao aumento da composição

orgânica do capital, ou seja, ao aumento do capital constante (maquinário e meios de produção) em detrimento do capital variável (força de trabalho).

Assim, com base na teoria de Marx (1988), cabe-nos acrescentar que a centralização de capital é um dos aspectos inerentes à fase da grande indústria, quando surgem as novas descobertas e aperfeiçoamentos industriais e o velho capital passa por uma renovação, no sentido de uma verdadeira transformação, quando o capital “[...] muda de pele e igualmente renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas” (Idem, p. 189).

Assim, por consequência da mecanização da indústria e do aumento da produtividade do trabalho, as massas de trabalho são sacrificadas e passam a ser submetidas ao capital, graças ao incremento de uma tecnologia superior. Dessa maneira, o capital busca a expansão de seus lucros investindo na mecanização da indústria e produzindo, ao mesmo tempo, uma força de trabalho excedente.

Logo, “(...) as condições técnicas e a maquinaria possibilitam a transformação mais rápida, e em larga escala, do produto excedente em meios de produção adicionais” (MARX, apud BRAVERMAN, 1987). Isto significa dizer que, em meio ao progresso da acumulação, a massa de riqueza social passa a ser transformada em capital adicional, a assim chamada mais-valia relativa.

De acordo com a lei geral de acumulação capitalista, tem-se que:

Uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo; essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui o exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado a sua própria custa. (MARX, 1988, p. 191)

Sob essa perspectiva de análise, depreende-se que a exploração da força de trabalho é uma condição necessária à dinâmica de acumulação e ao desenvolvimento de riquezas no modo de produção capitalista, cuja finalidade reside na garantia do trabalho excedente e no aumento da produção de mais-valia.

Retomando a nossa análise sobre o imperialismo, cabe-nos sublinhar outros aspectos característicos analisados por Lenin (Lenin apud Fontes, 2010) e recuperados por Virginia Fontes em *O Brasil e o Capital-imperialismo – teoria e História* (2010).

Ao evidenciar aspectos econômicos e políticos na caracterização do imperialismo, Fontes (2010) recupera o embate crítico entre Kautsky⁸ e Lenin. Na perspectiva de Kautsky, recuperada por Fontes (idem), o imperialismo é reduzido ao produto do capitalismo industrial e resulta de um impulso da acumulação do capital industrial em ocupar terras. Por outro lado, o imperialismo é concebido como uma forma política recoberta pelo cunho militar, responsável, assim, pela ocupação de territórios voltada a favorecer as tendências de expansão do capitalismo.

Ao citar Lenin e a sua concepção de imperialismo, Fontes (idem) enfatiza que:

A concepção de Lenin é distinta. Para ele, o imperialismo não poderia ser reduzido a um único aspecto, econômico ou político, mas remetia ao conjunto da vida social, uma vez que expressava uma nova dimensão na própria dinâmica capitalista. O nível de concentração atingido, expresso na monopolização e no capital financeiro (fusão entre capitais de procedência industrial e de procedência bancária), configurava um novo patamar histórico, uma mudança qualitativa no capitalismo até então existente. Para ele, o imperialismo envolvia não apenas a partilha (e eventuais redivisões) do mundo, mas uma nova conexão entre ciência e processo produtivo, o crescimento da exportação de capitais (com uma subsequente capitalização desigual do mundo), uma nova correlação entre a classe trabalhadora dos países imperialistas e “suas” burguesias, a modificação das relações entre capital financeiro e Estado. Lenin apontava para transformações substantivas no conjunto da vida social, implicando novos desafios para as lutas de classes. (Idem, p. 112)

Segundo Fontes (idem), a diferença substancial na concepção defendida por Lenin, comparada com a de Kautsky, está na percepção da característica central do imperialismo, a saber, o capital financeiro, responsável por uma modificação *qualitativa* do capitalismo.

De acordo com Fontes (idem):

⁸ Sobre a concepção de imperialismo defendida por Kautsky e o confronto crítico com a abordagem de Lenin, consultar FONTES, V. *O imperialismo, de Lenin a Gramsci* in: *Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

Sem meias palavras, Lenin apontou que a escala da expansão de capitais, em inícios do século XX, transformara *qualitativamente* o capitalismo, sendo o imperialismo monopolista o seu resultado e aprofundamento, introduzindo novos traços e nova complexidade à luta de classes. (Idem, p. 106)

Partindo da análise de Fontes (idem) acerca da concepção de imperialismo, é possível perceber que esta teoria influenciou Marini na elaboração do conceito de subimperialismo, pois sob esta visão identifica-se que as mudanças no capitalismo não se restringem à esfera econômica, mas atingem também a esfera da política, provocando profundas inflexões da nova dinâmica capitalista no conjunto da vida social.

A despeito das contradições que envolvem a expansão do capitalismo, e baseada no pensamento de Lenin, a autora enfatiza duas situações: de um lado, “o crescimento dos monopólios e sua expansão, com um cortejo de transformações na vida social; e de outro, as guerras entre países imperialistas para o controle direto ou semidireto de territórios dos demais países” (FONTES, idem, p. 105).

No que tange à luta de classes, com base em Fontes (2010), vale salientar que a expansão capitalista contribuiu para uma modificação qualitativa no capitalismo, a qual se refere ao aprofundamento da exploração do trabalho, à extração ampliada de mais-valia e à introdução de novos traços e de uma nova complexidade à luta de classes.

Neste sentido, afirma Fontes (idem):

A luta de classes se multiplicava com o enfrentamento entre trabalho e capital, a luta entre países centrais e entre eles e os demais países; estes últimos, reduzidos a colônias ou semicolônias. O cerne coerente e central de seu argumento procurava o fio da luta de classes que permitia explicar a guerra entre países. (Idem, ibidem)

Ancorada no pensamento de Lenin, a referida autora evidencia as novas modalidades de apassivamento dos trabalhadores.

Não obstante, as consequências concretas do aguçamento da concentração capital-imperialista pelo mundo, partindo da consolidação do capitalismo em países de extensa base agrária, a exemplo da Rússia, são apontadas por Lenin.

Apesar do que preceitua Lenin, é importante frisar que as mudanças representadas pela monopolização e concentração de capitais revelam alterações

qualitativas nas relações sociais e impõem novas – e mais perversas – formas econômicas, sociais, políticas e ideológicas de caráter mundial. Assim, como assevera Lenin (Lenin apud Fontes, 2010):

(...) questões teóricas centrais, como a organização contraditória dos monopólios, o novo papel dos Estados e sua centralidade, apontam temas sociais dramáticos como a formação da aristocracia operária e assinalam modificações significativas nas condições de vida e na subjetividade de parcela da classe trabalhadora europeia. (Idem, p. 114)

De acordo com Fontes (idem), ainda que tenha se dedicado mais aos aspectos econômicos, Lenin identifica claramente, em traços rápidos, mas firmes, algumas das consequências do imperialismo, tais como:

(...) o crescimento das investidas militares expansionistas, diretamente coloniais, dos países imperialistas, o que não somente levava à guerra entre os países imperialistas, como conduzia à eliminação da condição efetiva de independência política mesmo entre países formalmente independentes, e a uma escala de subordinação variada, desde a posição de colônias, à de subcolônias e a de países dependentes, embora não controlados politicamente de maneira direta. (Idem, p. 108)

Conforme a autora, muitos dos diversos aspectos que caracterizaram o imperialismo, referidos por Lenin, remetem às condições⁹ que sofreram alterações ao longo do tempo. Cumpre-nos esclarecer que essas alterações não reduzem a importância de Lenin para a apreensão das características fundamentais do imperialismo e para a compreensão da historicidade do desenvolvimento capitalista em sua complexidade. Em suma, concordando com a referida autora, a leitura de Lenin permanece como uma referência essencial a fim de captar as determinações históricas, que nos impõem “a verificação atual de como o aprofundamento da escala da concentração capital-imperialista aporta novas determinações e altera as anteriores” (Idem, *ibidem*).

⁹ A “união íntima” entre industriais e banqueiros, sob a égide dos segundos, ainda seguia muito marcada pela presença direta dos grandes proprietários, em especial dos grandes banqueiros. A separação entre a propriedade e a gestão devia-se à incapacidade da gestão direta pelos proprietários de gigantescas empresas monopolistas e renunciava a chamada era dos *managers* (ou gerentes), na qual *a empresa, doravante um conglomerado envolvendo múltiplas atividades e incluindo os bancos, predominava sobre a figura singular do proprietário*, embora a ele estreitamente associado. Também a expansão colonial direta se modificaria ao final da Segunda Guerra Mundial. Sobre essas condições, consultar FONTES, V. *O imperialismo, de Lenin a Gramsci* in: Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

Nesta mesma direção, a tese de Mathias Luce (2011), intitulada *Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini. Contradições do Capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. História de uma categoria*, reforça a importância do pensamento de Lenin para a caracterização do imperialismo dominante, quanto à apreensão do subimperialismo e das contradições do capitalismo dependente.

Sobre a definição do imperialismo para Lenin, conforme Luce (2011), cumpre destacar:

Se fosse necessário dar uma definição a mais breve possível sobre o imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes monopolistas fundidos com o capital das associações industriais e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido. (LENIN apud LUCE, 2011, p. 74)

Segundo Luce (2011), essa concepção, deixa evidente que o “binômio monopólios e capital financeiro” (grifo nosso) constitui a característica central do imperialismo, pois estes são os elementos fundamentais que dão conta de explicar os demais aspectos do imperialismo.

No entanto, de acordo com a teoria leninista, era preciso estabelecer uma hierarquia entre as determinações que compunham o imperialismo e as categorias *monopólio* e *capital financeiro*, tendo em vista captar a essência do imperialismo e as diferenciações em relação às suas manifestações fenomênicas.

Nesta direção, Luce (2011) ressalta que a influência do pensamento de Lenin sobre a obra de Marini torna-se evidente especialmente quando este autor procurou delimitar o vínculo entre o imperialismo e o subimperialismo, buscando captar as leis próprias da economia dependente e explicitar essa nova realidade.

Quanto à teoria do imperialismo e sua articulação com o subimperialismo, reforça Marini (2013):

A teoria leninista do imperialismo – ela própria um desenvolvimento da economia política marxista destinado a explicar novas tendências do capitalismo mundial no início do século XX – é um ponto de referência obrigatório para o estudo do subimperialismo, mas não

pode ser invocada para impedir que este estudo se realize. E não pode sê-lo, entre outras razões, porque se refere ao imperialismo, e não ao subimperialismo. (Idem, p. 37)

Assim, como se pode perceber, a teoria leninista do imperialismo tornou-se uma influência decisiva para Marini, sobretudo no sentido da formulação de sua tese sobre o *subimperialismo*.

Para Marini, era necessário entender que o imperialismo “não se trata de um fator externo à sociedade nacional latino-americana, mas, pelo contrário, forma o terreno no qual esta finca suas raízes e constitui um elemento que a permeia em todos os seus aspectos” (Idem, p. 28). Todavia, conforme Marini (2013), a característica central do imperialismo não é a exportação de manufaturas ou de capital, nem o controle de fontes de energia e matérias-primas, tampouco a partilha do mundo, pois, em sua opinião, estas são as manifestações fenomênicas que a economia capitalista assume ao passar para a *fase dos monopólios e do capital financeiro*.

Sob esta óptica, é possível perceber que Marini defendia o conhecimento acerca do capitalismo monopolista brasileiro – via concentração e centralização do capital –, o qual se deu por meio do extraordinário desenvolvimento do capital financeiro, mediante o processo de monopolização instaurado no Brasil a partir de 1968. Por consequência, ao elaborar o conceito de subimperialismo, Marini buscou entender e explicar as peculiaridades do capitalismo dependente articulado à nova fase da divisão internacional do trabalho.

Sobre isso, afirma Luce (2011):

É sob essa base conceitual que Marini introduziu a ideia de que a tendência integracionista marcada pela internacionalização da acumulação capitalista no pós-guerra produziu uma diferenciação da economia mundial que deu lugar a subcentros econômicos e políticos dotados de autonomia relativa, embora subordinados ao imperialismo dominante. (Idem, 2011, p. 74)

Dito de outra maneira, ao considerar o estudo clássico da teoria leninista e as reflexões sobre o processo de internacionalização da acumulação capitalista e suas transformações, pelo movimento de concentração e centralização de capital oriundo do pós-guerra, Marini desenvolveu uma interpretação divergente acerca das

transformações geradas na economia brasileira, a partir da associação do capital nacional ao capital estrangeiro, a qual ficou marcada pela tese do subimperialismo.

Por meio de sua tese, Marini defendeu que a origem desses subcentros econômicos e políticos do capitalismo dependente está vinculada ao processo de internacionalização da acumulação capitalista oriundo do pós-guerra, e a sua definição engloba três processos: o processo de diferenciação interna da burguesia, a lógica da cooperação antagônica e a política de hegemonia regional. Com efeito, essas três dimensões, articuladas entre si, conforme Luce (2011), cumpriam a função de assegurar a reprodução do capital em escala ampliada e, particularmente, constituíram a tese do subimperialismo brasileiro.

Em suma, a definição da nova etapa do desenvolvimento capitalista brasileiro expressa a dinâmica política que se instaurou na sequência da crise econômica brasileira após o Golpe de 1964, a qual se denomina subimperialismo.

Nesse sentido é que o imperialismo representa uma mediação central no estudo do capitalismo dependente. Logo, por meio de seus traços característicos podemos estabelecer a conexão entre o sistema capitalista e a economia mundial, e num nível histórico-concreto de análise, apreender as leis próprias da economia dependente e periférica.

1.2. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento latino-americano

Numa breve contextualização histórica, destaca-se que durante os anos 1950, 1960 e 1970 inaugurou-se um momento fecundo da produção intelectual através das discussões e debates e de várias discussões voltados à caracterização do capitalismo latino-americano, donde surgiram várias formulações sobre a relação entre os países dependentes e a economia mundial, enfocando a temática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento latino-americano. Algumas destas abordagens eram inspiradas pela ideologia estadunidense e marcaram presença no debate das ciências sociais e na política latino-americana e mundial.

Dentre as principais abordagens sobre a relação entre a América Latina e a economia mundial, pode-se destacar: o nacional-desenvolvimentismo, as teorias da

modernização, as teorias da dependência, o endogenismo, o neoliberalismo, o neodesenvolvimentismo e as teorias do sistema mundial.

O exame rigoroso e mais detalhado dessas teorias não é central ao que nos propomos discutir. Contudo, parece procedente focar os principais debates e as polêmicas que atravessaram a discussão sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento latino-americano, considerando a teoria do desenvolvimento, o pensamento cepalino e a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini.

Para fins deste estudo, analisaremos as diferenças entre esses paradigmas, tomando como referência o ensaio de Carlos Eduardo Martins, intitulado “Dependência e Desenvolvimento no moderno Sistema Mundial”¹⁰ (2011), bem como os aspectos que compõem a teoria do desenvolvimento, elencados por Ruy Mauro Marini em seu artigo intitulado “A crise do desenvolvimentismo” (1994)¹¹. Neste ensaio, o autor faz um balanço das propostas de desenvolvimento partindo dos principais enfoques que tratavam da articulação da periferia ao capitalismo global dando uma maior ênfase à vertente marxista da dependência.

Segundo Martins (2011), a afirmação do paradigma conhecido como nacional-desenvolvimentismo conjugou-se com a reformulação do Estado brasileiro e de suas políticas públicas, pelos anos de 1940 e 1950, e caracterizou-se como uma reinterpretação das relações econômicas internacionais e do papel desempenhado pela América Latina na economia mundial. Entre os grandes formuladores¹² deste pensamento estão o argentino Raúl Prebisch, seguido pelo brasileiro Celso Furtado e pelo chileno Aníbal Pinto.

Em relação à teoria do desenvolvimento, conforme Marini (2010), esta representa a preocupação dos países centrais em responder às desigualdades que

¹⁰ Nesse artigo, o autor faz um balanço das propostas de desenvolvimento partindo dos principais enfoques que tratavam da articulação da periferia ao capitalismo global, dando uma maior ênfase à vertente marxista da dependência.

¹¹ O artigo publicado originalmente em MARINI, Ruy Mauro e MONCAYO, Mária Millán (orgs.), “La Teoría social Latinoamericana: tomo II, subdesarrollo y dependencia”. Cidade do México: El Caballito, 1994. O referido texto recebeu tradução em português e integra a coletânea de artigos publicados In: *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rodrigo Castelo (org.). Pão e Rosas. Rio de Janeiro, 2010.

¹² De acordo com Marini (2010), a sua formação era, em geral, keynesiana, e alguns deles ostentavam um domínio apreciável da economia política clássica, particularmente Prebisch e Furtado. Suas incursões no campo do marxismo eram desafortunadas (idem, p. 104).

caracterizavam as relações econômicas internacionais, à medida que aqueles países tentavam convencer os novos Estados de que também seria possível a eles atingir o progresso e o bem-estar econômico. Essa teoria manifesta-se através da construção de um conceito de desenvolvimento econômico, pelo qual se reveste a ideia de desdobramento do aparato produtivo, classificado em três setores: primário, secundário e terciário. Conforme Marini (2010), esse conceito consiste numa explicação de por que esse desdobramento se realizou plenamente nos países avançados.

Em outras palavras, sob a perspectiva da teoria do desenvolvimento, os conceitos de subdesenvolvimento e desenvolvimento dão conta de explicar por que, no contexto do sistema internacional, as diferentes economias estão situadas em diferentes estágios de desenvolvimento.

O pensamento fundamentado na teoria do desenvolvimento preconiza que as economias dependentes e as economias industriais se enquadram num esquema dual: desenvolvimento e subdesenvolvimento. Tal como afirma Marini (2010):

A tese central da teoria do desenvolvimento assevera que o desenvolvimento econômico representa um *continuum* no qual o subdesenvolvimento constitui uma etapa anterior ao desenvolvimento pleno. Este representaria, porém, algo acessível para todos os países que se empenhassem em criar as condições necessárias para tal. (Idem, p. 105)

Como se pode ver, sob a óptica da teoria do desenvolvimento, o conceito de subdesenvolvimento é idêntico ao de situação pré-industrial. Desse modo, a industrialização promoveria a superação do que se entendia como subdesenvolvimento. Nesse sentido, Celso Furtado destaca-se como responsável por propostas que intentavam o desenvolvimento de regiões pobres do Brasil, a exemplo da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, no final da década de 1950. A realidade demonstra, no entanto, que esta região continua submetida às determinações do desenvolvimento desigual e combinado.

Um segundo aspecto que caracteriza a teoria do desenvolvimento, conforme Marini (2010), refere-se à ideia de que o desenvolvimento econômico implica a

modernização das condições econômicas, sociais, institucionais e ideológicas do país. Assim, “essa modernização corresponde, em última instância, à aproximação de tais condições aos padrões vigentes nos países capitalistas centrais” (Idem: p. 105). Conforme o referido autor, a ideia da modernização e a noção de dualismo estrutural – esta última revela-se através da oposição entre o setor moderno e o setor tradicional da sociedade em questão – influenciaram a produção sociológica e antropológica naquele período.

Um terceiro aspecto a ser considerado na teoria do desenvolvimento, conforme Marini (2010), é a sua projeção no plano metodológico. Segundo esse autor, a partir de uma metodologia definida por meio de uma série de indicadores, tais como grau de industrialização, renda *per capita*, índices de alfabetização, taxas de mortalidade e expectativas de vida, poder-se-iam classificar as economias do sistema mundial e registrar seu avanço no caminho do desenvolvimento. Além disso, esse autor acrescenta que tal metodologia apresenta alguns inconvenientes, dado que é essencialmente descritiva e não possui nenhuma capacidade explicativa.

Em suma, ao considerar os aspectos destacados por Marini, é possível compreender os fundamentos que consubstanciam a teoria do desenvolvimento proposta pela Cepal. Com base nesses aspectos, cumpre ressaltar que as mudanças introduzidas na teoria do desenvolvimento irão constituir o paradigma do nacional-desenvolvimentismo.

O surgimento de uma teoria estruturada e original vinculada à realidade da América Latina, segundo Marini (2010), dá-se somente a partir da publicação do *Informe Económico da América Latina* de 1949, divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) em 1950.

Nesse caso, a Cepal, quando constituída, vinculou-se à realidade da América Latina, buscando assim captar e explicar as suas especificidades, particularmente aquelas que expressavam as contradições de classe, inclusive as contradições intraburguesas. Isso fez com que a Cepal, partindo da teoria do desenvolvimento, nos termos em que havia sido formulada nos grandes centros, fizesse mudanças nessa teoria e passasse a representar a sua contribuição própria, não sendo caracterizada como uma simples cópia da teoria do desenvolvimento.

Convém esclarecer que a Cepal se constituiu numa agência de difusão da teoria do desenvolvimento que surgiu nos Estados Unidos e na Europa no final da Segunda Guerra Mundial, cujo enfoque manifestava-se através do paradigma do nacional-desenvolvimentismo¹³, originário da crise da hegemonia britânica e de sua divisão internacional do trabalho, a qual especializava os países centrais em atividades industriais e os países periféricos na produção de mercadorias primário-exportadoras.

Contudo, conforme Marini (2010), a Cepal não se limitou ao papel de difusão da teoria do desenvolvimento, passando a assumir o papel de verdadeira criadora da ideologia. Nesta direção, Marini (2010) assevera que a contribuição mais importante da Cepal revela-se através da crítica à teoria clássica do comércio internacional, baseada no princípio das vantagens comparativas. É importante sublinhar que ao destacar essa contribuição, o autor reforça que a crítica da Cepal consiste em demonstrar empiricamente a tendência permanente à deterioração dos termos de intercâmbio, em detrimento dos países exportadores, a qual se observa no comércio internacional.

Tal como postula Marini (2010), ao captar corretamente o fenômeno empírico de deterioração dos termos de intercâmbio, a Cepal constatou que essa tendência propiciava transferências de renda e transferências de valor por parte dos países subdesenvolvidos, em favor do aumento da riqueza dos países desenvolvidos. Dessa maneira, ocorria uma descapitalização dos países exportadores dos bens primários. Assim, vale ressaltar que esta constatação desenvolvida pela Cepal constituiu o ponto de partida para Marini no sentido da formulação de sua forte crítica à teoria do intercâmbio desigual e da deterioração dos termos de troca, da qual resultou a sua tese sobre a apropriação de mais-valia ou valor e produtividade. Voltaremos a essa questão mais adiante, quando formos analisar as leis próprias do capitalismo dependente latino-americano.

Em relação às diferenças referentes à teoria do desenvolvimento e ao pensamento da Cepal, Martins (2011) evidencia que o pensamento cepalino caracterizava-se pelo “forte ataque ao liberalismo e à teoria das vantagens

¹³ O paradigma do nacional-desenvolvimentismo teve sua mais alta expressão e seu centro de difusão na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

comparativas”¹⁴. Além disso, segundo Martins (2011), os cepalinos propunham “a industrialização como solução para os impasses do desenvolvimento periférico” (Idem, p. 217). Sob essa perspectiva desenvolvimentista, a resolução desses impasses apontava para uma política de industrialização de substituição de importações¹⁵ dirigida pelo Estado.

Neste sentido, deve-se afirmar, com base em Marini (2010) e Martins (2011), que a tese sustentada pela Cepal estava centrada na ideia do desenvolvimento autônomo.

Sobre isso, destaca Marini (2010):

(...) a Cepal não considerava desenvolvimento e subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente distintos, marcados por antagonismo e complementaridade (...) e sim como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico de acumulação de capital. Isso implicava que, a partir de medidas corretivas aplicadas ao comércio internacional e da implementação de uma política econômica adequada, os países subdesenvolvidos ganhariam acesso ao desenvolvimento capitalista pleno, pondo fim à situação de dependência em que se encontravam. (Idem, p. 109)

Como se pode perceber através do pensamento da Cepal, a instauração de uma política econômica centrada na superação do subdesenvolvimento e voltada a promover a industrialização colocava-se como uma exigência para que os países dependentes tivessem acesso ao desenvolvimento capitalista pleno. Como destaca Marini: “(...) a industrialização assumia o papel de *deus ex machina*, suficiente, por si só, para garantir a correção dos desequilíbrios e desigualdades sociais” (Idem, p. 110). Contudo, as condições objetivas de elevação das importações necessárias ao desenvolvimento da industrialização conduziu a fortes pressões sobre as divisas, o que exigiu uma participação do capital estrangeiro para o seu financiamento e investimento.

¹⁴ De acordo com Ruy Mauro Marini, “essa teoria postula que cada país deve se especializar na produção de bens nos quais possa atingir maior produtividade, e que geralmente é determinada pela fertilidade do solo, a disponibilidade de recursos minerais etc.” (2010, p. 107).

¹⁵ Tal como evidencia Martins (2011): “A industrialização de substituição de importações era um processo definido em três grandes etapas: a substituição de bens de consumo leves, de bens de consumo duráveis e de bens de produção. Entretanto, cada etapa de substituição, ao liberar a pauta importadora dos produtos que se produziam internamente, criava novas necessidades de importação relacionadas aos insumos necessários para internalizar a produção. O processo caminhava no sentido de uma crescente rigidez das necessidades de importar, que se deslocava dos bens de consumo para os produtos intermediários e os bens de capital” (Idem, p. 217-8).

Com efeito, acrescenta Martins (2011), “essa conjuntura estabeleceu uma forte crise no pensamento nacional-desenvolvimentista, que a partir daí entra em ocaso” (Idem: p. 221). A decepção com os resultados da industrialização de substituição de importações torna-se visível nos escritos de cepalinos como Celso Furtado¹⁶; este afirma que “o capitalismo tinha chegado ao limite de sua expansão com o esgotamento do dinamismo da substituição de importações” (Idem, p. 222).

Sobre isso, acrescenta Martins (2011):

Segundo Furtado, esse capitalismo não havia rompido com o subdesenvolvimento, que define como uma formação social incapaz de internalizar os centros de decisão da economia nacional, composta por estruturas internas duais, em que o setor moderno não se expande o suficiente para eliminar a desocupação ou a subocupação e absorver segmentos pré-capitalistas. O dilema das economias latino-americanas era capitalismo e estancamento ou socialismo e desenvolvimento. (Idem, *ibidem*)

Esta reflexão deixa evidente que, na visão dos cepalinos, os impasses colocados pela industrialização haviam criado um “novo dualismo” (grifo nosso), o qual se expressa através do dilema entre capitalismo e estancamento ou socialismo e desenvolvimento, e dos impasses do nacional-desenvolvimentismo. Por conta desses impasses, surgem as teorias da modernização¹⁷, que vão ganhando terreno à medida que se vai abrindo mais espaço para um papel muito mais ativo do capital estrangeiro no desenvolvimento dos países periféricos.

Quanto à teoria da modernização, destaca Martins (2011):

Para as teorias da modernização, o subdesenvolvimento latino-americano e as dificuldades para o arranco se explicavam pelas resistências internas à ação das elites modernizantes, que assimilavam a experiência e a liderança dos países centrais. Cabia aos Estados centrais, principalmente os Estados Unidos, e ao capital estrangeiro contribuir para ultrapassá-las. Versões à esquerda e à

¹⁶ A decepção referida por Martins (2011) é patente nos escritos de Celso Furtado dos anos 1960, dos quais *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966) e *Teoria e Política do desenvolvimento econômico* (1967) são a melhor expressão desse pensamento.

¹⁷ A maior referência na teoria da modernização, segundo Martins (2011), foi Walt Rostow. Este situa sua contribuição como parte do trabalho coletivo realizado nos anos 1950, no Center for International Studies do M.I., em companhia de Rosenstein-Rodan e Charles Kindleberger, entre outros. A mais completa síntese deste período encontra-se em *A Proposito: Key to an Effective Foreign Policy* (1957). Para maiores detalhes, ver MARTINS, C.E. Dependência e Desenvolvimento no Moderno Sistema Mundial. In: *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. Carlos Eduardo Martins (org.). São Paulo. Boitempo, 2011.p.213-274.

direita foram construídas, aproximando o desenvolvimento dos movimentos de massas ou do liberalismo econômico. (Idem, p. 225)

Em síntese, observa-se que as diferenças entre a teoria do desenvolvimento, o paradigma desenvolvimentista dos cepalinos e a teoria da modernização constituíram-se a partir de diferentes formas de interpretação sobre as temáticas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Contudo, elas apresentam um ponto em comum: o problema do subdesenvolvimento encontra-se relacionado ao atraso econômico derivado de heranças históricas, ou da colonização, e até de decisões internas equivocadas que beneficiavam grupos parasitários em detrimento da nação.

Em contraposição ao paradigma desenvolvimentista dos cepalinos e à teoria da modernização, pode-se dizer que a teoria da dependência enxergava o problema do desenvolvimento sob outro prisma. Daí que a teoria da dependência, formulada entre 1964 e 1973, “significou um salto na compreensão da realidade latino-americana” (MARTINS, 2011). Vale ressaltar que o pano de fundo dessas discussões foi a crítica à visão cepalina que, naquela época, identificava-se como o “modelo hegemônico de interpretação e proposições de políticas de desenvolvimento nos anos 1950 e 1960” (ALMEIDA FILHO, 2013, p. 11).

Novamente, ao recuperar as reflexões de Martins (2011), registra-se que a concepção formulada sobre a situação de dependência, sob a interpretação de Fernando Henrique Cardoso e Faletto, configura-se pela vertente weberiana da dependência.

Sobre essa afirmação, ressalta o autor:

Fernando Henrique Cardoso, em textos de autoria individual, ou com a participação de José Serra, apontava “situações de dependência”, isto é, sugeria condições históricas observáveis, porém sem avançar em uma proposição teórica mais profunda. Segundo ele, o conceito de dependência não alcançava a condição de categoria, ou seja, não apreendia um elemento de realidade inerente. Assim, preferia apontar “tipos, ou situações, de dependência”. (Idem, p. 11)

Tal como afirma Martins (2011), Cardoso e Faletto construíram “um verdadeiro tipo ideal da dependência” (Idem, p. 232), utilizando-se para isso de conceitos subordinados ao recurso abrangente do instrumental weberiano. Sob esta

perspectiva, o conceito considerado fundamental para a interpretação da situação de dependência é o de “estruturas de dominação”, dentro das quais deveriam estar inseridas as relações de classe. Para Cardoso e Faletto, o problema teórico fundamental é constituído a partir da “determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreendem as relações de classe” (CARDOSO; FALETTO, 1984 apud MARTINS, 2011).

A considerar a ambiguidade e a contradição entre os tipos puros de “dominação e ação social” (grifo nosso), fundamentados no pensamento de Weber, conforme Martins (2011), esta mesma ambiguidade reflete-se na contradição entre a economia e a política, ou entre “a estrutura e a ação” (grifo nosso), que consubstancia a teoria da dependência formulada por Cardoso e Faletto.

Com base em Martins (2011), vale frisar que na teoria weberiana:

Os indivíduos podem agir de uma dupla forma: ou fundamentados numa racionalidade que leva apenas em conta as suas próprias convicções, ou fundamentados numa racionalidade que leva em conta a atuação do ambiente societário sobre os seus fins particulares e a capacidade de transformá-los num resultado concreto não desejado. No primeiro caso, estamos diante da atividade racional por valor e da ética por convicção. No segundo caso, estamos na presença da atividade racional por finalidade e da ética de responsabilidade. (Idem, p. 232)

Ao recorrer a este pensamento, importa-nos considerar que, em Weber, a ação baseada apenas na convicção traz a irracionalidade, que por sua vez poderá resultar numa expressão concreta não intencional que se desvia dos resultados esperados. Já a ação racional por finalidade, ao contrário, ao basear a ação do agente na correlação entre os fins e suas possibilidades de materialização, constitui-se numa ação superior em racionalidade, comparada à primeira.

Sob este ângulo de análise, a digressão a Weber faz-se necessária, pois segundo Martins (2011), através dela poderemos desvelar a ambiguidade referente à face econômica da dependência em relação à instância política, presentes na definição da situação de dependência formulada por Cardoso e Faletto. Com efeito, a situação de dependência e a ambiguidade entre o econômico e o político tornam-se explícitas na concepção de Cardoso e Faletto. Tal como explica Martins (2011):

(...) a situação de dependência comporta, em verdade, uma grande desigualdade entre o econômico, que cria uma estrutura produtiva marcada por características e vinculações dependentes, e o político, cuja amplitude de atuação não lhe permite atuar sobre esses vínculos estruturais e dinâmicos da dependência e substituí-los por outros, sem provavelmente cair no estancamento, no irracionalismo ou no aventureirismo. (Idem, p. 233)

Com base em Martins (2011), a concepção da dependência formulada por Cardoso e Faletto revela que o político é uma variável fraca em face do econômico. De acordo com o referido autor, a face econômica se expressa na conformação de uma estrutura produtiva nacional em função do mercado externo, que mantém vínculos com a expansão internacional do capitalismo; já a instância política tem sua atuação concentrada no aparato jurídico-político nacional, o que limita grande parte de sua capacidade de decisão e ação.

Além disso, acrescenta-se que, para Cardoso e Faletto, a dependência significava a criação de uma espécie de *subcapitalismo* (grifo nosso), que desde o pós-guerra era compatível com a expansão do mercado interno e com o desenvolvimento.

Conforme Martins (2011), a definição de “nova dependência”, sustentada por Cardoso e Faletto, se dá a partir da hegemonia dos Estados Unidos, que autonomiza as formas econômicas de dominação das políticas e direciona o investimento para o mercado interno dos países dependentes. Por consequência, a ideia da nova dependência aparece, equivocadamente, como uma fase de “internacionalização do mercado interno” (grifo nosso). Assim, como afirma o autor:

O capitalismo dependente, ao alcançar a chamada internacionalização do mercado interno, rompia as bases do nacionalismo-desenvolvimentista. Enquanto este atolava na escassez de divisas da substituição, a nova dependência permitia uma elevação crescente da composição orgânica das economias periféricas e deslocava o capitalismo latino-americano para a geração da mais-valia relativa, ainda que ao custo do aumento da dependência tecnológica e financeira. Cardoso e Faletto propunham como modelo econômico e político para a América Latina a dependência negociada. (Idem, p. 235)

A considerar a chamada internacionalização do mercado interno, a América Latina passa a viver uma nova fase, ou seja, uma “nova dependência” (grifo nosso), apreendida por Cardoso e Faletto como uma dependência negociada com os países centrais, que coincide com o esgotamento do modelo de substituição de importações e com rompimento do nacional-desenvolvimentismo.

Sob essa interpretação, importa destacar que as vias de abertura da economia ao capital estrangeiro manifestaram-se a partir do esgotamento do modelo de substituição de importações e do rompimento das bases do nacionalismo-desenvolvimentista. Consequentemente, pela óptica da “dependência negociada”, de Cardoso e Faletto, apresenta-se a defesa de um modelo econômico e político de capitalismo dependente compatível com a democracia. Dessa maneira, acreditava-se que a democracia poderia favorecer a organização do capital e propiciar o desenvolvimento do progresso técnico e da acumulação através da mais-valia relativa, permitindo, assim, que a ordem burguesa acomodasse as “pressões do proletariado” (grifo nosso).

Vale sublinhar que o debate centrado na temática da dependência fundamenta-se na vertente marxista e está consubstanciado por várias obras¹⁸ escritas por Marini, entre as quais podemos citar as mais importantes, como *Dialética da dependência*¹⁹ (Marini, 1973); *As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a F. H. Cardoso e J. Serra* (Marini, 1978b); *Mais-valia extraordinária e*

¹⁸ Pode-se situar entre 1969 e 1979 a primeira fase de desenvolvimento da economia política formulada por Marini. Esta, segundo Martins (2013), se desenvolve a partir de um conjunto de textos do autor: *Dialética da dependência* (Marini, 1973); *As razões do neodesenvolvimentismo: resposta a F. H. Cardoso e J. Serra* (Marini, 1978b); *Mais-valia extraordinária e acumulação de capital* (Marini, 1979b) e *O ciclo do capital na economia dependente* (Marini, 1979a). A estes textos, pode-se acrescentar *Subdesenvolvimento e revolução*, principalmente o prefácio à 5ª edição (Marini, 1974). *Dialética da dependência* é o texto mais famoso, mas não é o único, nem necessariamente o mais importante. Lança as bases de uma economia política da dependência que será aprofundada mais adiante e torna-se-á objeto de grandes polêmicas; entre as quais, destacam-se as com Cardoso e Serra, de um lado, e com Agustín Cueva, de outro. Nos anos 1990, o autor inicia a segunda fase de sua economia política, centrada, sobretudo, em seu texto, *Processos e tendências da globalização capitalista* (1996). Sobre isto, consultar Martins (2013); análise sobre o pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as Ciências Sociais.

¹⁹ Estas edições serviram de referência para Martins (2013), em seu ensaio intitulado “O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as Ciências Sociais”. Para maiores detalhes, ver MARTINS, C.E. O Pensamento de Ruy Mauro Marini e a sua atualidade para as Ciências Sociais In: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Org. Niemeyer Almeida Filho – Brasília, IPEA, 2013.

acumulação de capital (Marini, 1979b) e *O ciclo do capital na economia dependente* (Marini, 1979a).

No que diz respeito à visão marxista da teoria da dependência, é importante considerar que esta foi desenvolvida através das obras de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini e “lança uma forte crítica ao marxismo dogmático dos Partidos Comunistas e ao pensamento desenvolvimentista” (MARTINS, 2011, p. 237). Nesse sentido, pode-se dizer que a vertente marxista de Rui Mauro Marini trilhava outros caminhos, na medida em que compreendia o desenvolvimento não a partir da trajetória de expansão dos países centrais, mas sim a partir do desenvolvimento da economia mundial, na qual esses países se inserem como parte dela.

Sob essa perspectiva, esta teoria marxista da dependência “apreendia o desenvolvimento capitalista latino-americano com especificidades relevantes o suficiente para exigir interpretação própria” (ALMEIDA FILHO, 2013, p. 12) e colocava em questão o problema do subdesenvolvimento, enfatizando que o capitalismo é um sistema mundial que, ao mesmo tempo, gera desenvolvimento e subdesenvolvimento. Essa teoria

(...) partia da concepção do capitalismo como um sistema global, no qual as inserções históricas das sociedades e economias nacionais cumpriam funções específicas e tendencialmente estáveis. Neste caso, a dependência emergia como uma categoria essencial. (Idem, ibidem)

Ao considerar essa afirmação, destaca-se que a concepção marxista de dependência, defendida por Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, recebeu a influência do pensamento de André Gunder Frank²⁰, o qual desenvolveu uma concepção sistêmica responsável por dividir o mundo em metrópoles e satélites nacionais, regionais e locais.

Diante do que assevera Martins (2011), o modelo formulado por Frank se desenvolve por um sistema complexo de relações no qual as nações são constituídas por metrópoles internas que sugam os excedentes de seus satélites e também por metrópoles que são submetidas às metrópoles exteriores que as

²⁰ André Gunder Frank, nascido em Berlim, foi um intelectual internacionalista que participou, juntamente com Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, do Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso), durante o seu exílio no México. Exerceu uma forte influência no pensamento de Marini, principalmente no que diz respeito à sua crítica formulada sobre a caracterização da economia latino-americana como feudal ou semifeudal e em sua crítica inaugurada pelo axioma *desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Sobre isso, ver Ferreira & Luce (2012).

descapitalizam, como é o caso das nações latino-americanas. Além disso, Frank postula que no caso das nações latino-americanas, mediante o processo de inserção no sistema mundial, obteve-se como resultado o desenvolvimento do subdesenvolvimento.

Para Martins (2011), os primeiros brotos da teoria marxista de dependência surgiram pela influência de Mariátegui e Baran; contudo, o pensamento de Frank é o que mais influencia essa formulação, principalmente no que se refere à análise da questão internacional e à visão da relação entre interno e externo. De todo modo, acrescenta o autor, “o que falta a esses autores é a visão do dinamismo dessas relações que permaneciam estáticas. Isto os impede de construir uma teoria do capitalismo dependente” (Idem, p. 239).

Ao buscarem a identidade do capitalismo dependente em sua articulação com a economia mundial, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini destacaram-se por oferecer uma contribuição pioneira em relação à visão da dependência. Sobre isso, acrescenta Martins (2011):

Esses autores se diferenciam da literatura apresentada nas obras de Baran e Frank porque vão associar a capacidade de apropriação de mais-valia na economia mundial não apenas à existência de monopólios tecnológicos, comerciais e financeiros, mas também ao seu dinamismo. Partem das teses de Marx de que o capitalismo é um sistema fundado na competição e na acumulação de mais-valia. Os monopólios competem entre si e apenas obtêm êxito e ampliam a massa de mais-valia de que se apropriam se apresentam dinamismo tecnológico. Os países dependentes, ao serem incorporados na divisão internacional numa especialização produtiva que os inferiorizava, eram objeto da competição monopólica e não podiam desafiá-la por meio desse tipo de integração. Sofriam diversas formas de expropriação de seus excedentes e do valor que produziam e se ajustavam às necessidades de reestruturação dos monopólios que competiam no âmbito da economia mundial. (Idem, p. 239)

Partindo desta reflexão fica evidente que Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos lançaram uma “visão madura da dependência” (grifo nosso), no sentido de que estes autores partiram das teses de Marx, para analisar as relações de compromisso que se estabeleceram entre os países dependentes (forças internas) e os países desenvolvidos (forças externas). É nessa direção que são apreendidas as

leis que regem o capitalismo dependente latino-americano ao estabelecer a relação com a economia mundial.

De acordo com Martins (2011), “essa visão rompe com os nacionalismos metodológicos e se propõe a interpretar o próprio desenvolvimento capitalista, gerando novos conceitos e aportes para a teoria do valor” (Idem, p. 237).

Nesta mesma direção, Sader (2009), ao evidenciar a originalidade da obra de Marini, refere-se especialmente ao tratamento teórico do modelo de acumulação de capital das sociedades latino-americanas:

O modelo de acumulação de capital das sociedades dependentes latino-americanas é focado na sua dupla óptica, ambas intrinsecamente articuladas: fornece fatores de produção que permitem a reprodução de capital nas economias centrais do capitalismo e, ao mesmo tempo, condiciona as burguesias da periferia, inferiorizadas na competição pelo mercado interno, a induzir em nossas formações o processo de superexploração do trabalho. Integra-se, assim, o processo de acumulação em nível nacional, com características típicas da extração do excedente que a caracteriza. (Idem, p. 31)

Segundo Sader (2009), a visão de Marini permite entender o esgotamento da capacidade do capitalismo latino-americano de retomar o desenvolvimento de forma sustentada, com distribuição de renda e expansão minimamente orgânica das forças produtivas. Sob esta óptica, “o desenvolvimento econômico possível na América Latina se daria somente com o aprofundamento da dependência e da desigualdade social” (Idem, p. 32).

Sobre essa teoria, opinam Ferreira e Lucce (2012):

(...) um grupo de intelectuais vinculados a organizações da esquerda revolucionária abriu caminho para desvelar as leis próprias de funcionamento do capitalismo dependente, enquanto modalidade *sui generis* da economia mundial (...) seu legado teórico implica superar os limites interpretativos próprios do desenvolvimentismo de inspiração cepalina e do monopólio do marxismo pela Terceira Internacional. (Idem, p. 10)

Partindo desse pensamento, cumpre salientar que no âmbito dessa teoria encontram-se conceitos ou categorias de análise que, a nosso ver, oferecem

elementos centrais para a apreensão das leis próprias da economia dependente e do modo peculiar de funcionamento do subimperialismo brasileiro.

Seguindo por essa mesma trilha, Osório (2012) destaca a importância de compreender o papel heurístico da noção de padrão de reprodução do capital²¹, sublinhando que esta categoria estabelece mediações entre os níveis mais gerais de análise (modos de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura).

De acordo com o referido autor, no nível mais geral temos o modo de produção e o sistema mundial capitalista, no qual “(...) situam-se problemas como o mercado mundial, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, a dependência, o intercâmbio desigual e os movimentos cíclicos do capital, com suas ondas longas e suas fases de ascenso e descenso” (OSÓRIO, 2012, p. 39).

Com base neste pensamento entende-se que nesse nível de apreensão encontram-se as noções fundamentais que “oferecem ferramentas para a análise do sistema capitalista mundial e das diferenças e heterogeneidades em matéria de formações econômico-sociais” (OSÓRIO, 2009, p. 39). Em relação às formações econômico-sociais, estas configuram os níveis mais concretos de análise, para os quais se reclama por conceitos mais específicos que dizem respeito a problemas particulares. Logo, “é necessário distinguir as particularidades entre economias centrais e outras, que operam como dependentes e periféricas” (OSÓRIO, 2009, p. 174).

No plano mais concreto, devem-se levar em consideração “os processos que o capital exerceu para estabelecer a sua ordem, como também as soluções e os conflitos abertos” (OSÓRIO, 2012, p. 40). Neste sentido, destaca-se a noção de conjuntura, a qual se constitui a partir da síntese de múltiplas determinações de processos variados e alimentados pelas unidades mais abstratas. Logo, a noção de

²¹ “Formulada originalmente por Ruy Mauro Marini, no âmbito da teoria marxista da dependência (TMD), a perspectiva do padrão de reprodução do capital ganhou feições definitivas por meio da obra de Jaime Osório. A proposta é um divisor de águas para os interessados na leitura crítica do capitalismo latino-americano, a partir de uma perspectiva que sustenta a necessidade de ortodoxia no método e rejeita tanto o ecletismo como o dogmatismo para nutrir o marxismo em sua condição de ciência transformadora”. Sobre isso, ver Ferreira e Luce, 2012, p. 10.

conjuntura configura-se como a unidade mais concreta que, segundo o referido autor, está ligada

(...) às unidades político-temporais em que se produzem modificações significativas na correlação de forças entre os agrupamentos humanos em conflito e os projetos que encabeçam, tanto no seio de formações econômico-sociais como no do capitalismo como sistema mundial. (Idem, ibidem)

Em consonância com o autor, entende-se que a análise sobre a particularidade do capitalismo brasileiro remete à conjuntura histórica brasileira dos anos 60 (período da ditadura militar), dado que esse é considerado um momento privilegiado para entender a natureza do capitalismo brasileiro. Ressaltaríamos o marco histórico na constituição das relações econômico-políticas que se desenvolveram em nosso país, especialmente aquelas que remontam ao caráter de modernização conservadora e aos processos de revolução passiva²². Citando Sader (2009), “o golpe de 1964 é o momento privilegiado para a compreensão desses fenômenos, pois instrumenta o capitalismo brasileiro a fazer sua grande opção no processo de acumulação do capital” (idem, p. 28)

Em suma, com base em Osório (2012) podemos afirmar que as categorias econômicas e políticas, expressas nos conceitos sobre os quais discorremos, dão conta de explicar como o sistema capitalista mundial funciona e como ele se reproduz nas economias dependentes, particularmente na formação econômico-social do Brasil, e em uma determinada conjuntura. Ainda conforme Osório (2012), no estágio atual de maturidade da economia capitalista esse sistema mundial subdivide-se em economia imperialista (Estados Unidos e Alemanha), semiperiferias imperialistas (Espanha), subimperialismos dependentes (Brasil), economias dependentes (Peru e Chile) e periferias (países da África).

²² De acordo com Coutinho (2011), ao buscar “[...] compreender as vicissitudes da unificação italiana, o chamado *Risorgimento*, bem como suas consequências para o presente da Itália, Gramsci elaborou o conceito de revolução passiva, vista por ele como um processo de modernização oposto à revolução popular ‘ativa’ de tipo jacobino. [...] A revolução passiva consiste numa sequência de manobras ‘pelo alto’, de conciliações entre diferentes segmentos das elites dominantes, com a consequente exclusão da participação popular. Decerto, a ‘revolução passiva’ opera mudanças necessárias ao ‘progresso’, mas o faz no quadro da conservação de importantes elementos sociais, políticos e econômicos da velha ordem.” (Idem, p. 210).

A considerar as distintas formações econômico-sociais do capitalismo dependente latino-americano, com base em Ferreira e Luce (2012), destaca-se a preocupação em captar leis próprias que regem o movimento do capital em diferentes formações sociais, ou seja, as leis próprias do capitalismo dependente. Nesta direção, os autores partem dos seguintes questionamentos: como transitar entre as leis que regem o capitalismo dependente e as características singulares dos países ou formações sociais, considerando-os em conjunturas determinadas e em diferentes etapas da economia mundial e das relações imperialistas? Com base na proposta teórica, lançada por Osório (2012), destaca-se a importância da noção do padrão de reprodução do capital, que tem por objetivo “definir os graus intermediários pelos quais as leis [que regem a economia dependente] se vão especificando” (Marini apud Ferreira e Luce, 2012, p. 13).

Sobre a noção de padrão de reprodução do capital, reforça Luce (2011):

A noção de padrão de reprodução do capital permite estudar a reprodução do capital no tempo e no espaço, interrogando como se reproduz o capital em tempos históricos e contextos geoespaciais determinados (espaços econômicos geográficos e sociais determinados, sejam regiões ou formações econômico-sociais). Dessa maneira, a categoria em questão propicia ao investigador estabelecer mediações entre os níveis mais gerais de análise e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos, expressando as distinções de como o capital se reproduz em um sistema mundial diferenciado. (Idem, p. 33)

Em consonância com os referidos autores, enfatizamos a importância de um estudo aprofundado da noção de padrão de reprodução do capital para apreender as peculiaridades do subimperialismo brasileiro.

Assim, por meio do estudo do subimperialismo como nível de abstração intermediário entre a formação social brasileira e o sistema capitalista mundial, afirma-se que a superexploração da força de trabalho constitui a especificidade do capitalismo dependente e expressa formas fenomênicas de elevação das taxas de extração da mais-valia dos trabalhadores, contribuindo, dessa forma, para a reprodução do padrão de acumulação do capital em escala ampliada.

Ao recuperar o período histórico em que se desenvolveu o padrão de reprodução do capital monopolista no Brasil, nos anos 60, observa-se que a

peculiaridade do capitalismo dependente brasileiro está associada à particularidade da questão social no Brasil. Partindo dessa premissa, os determinantes econômicos e políticos desta conjuntura estabelecem as bases objetivas que caracterizam as políticas sociais voltadas ao enfrentamento das sequelas da questão social no capitalismo monopolista brasileiro.

O nosso propósito é demonstrar que as mediações históricas e teóricas explicam as peculiaridades do capitalismo monopolista brasileiro, que se configura mediante o desenvolvimento desigual e combinado. Estas mediações se articulam às bases constitutivas da questão social na realidade contemporânea brasileira.

Seguindo por esta linha de raciocínio, tendo em vista a apreensão da peculiaridade do capitalismo dependente, cabe-nos agora refletir sobre as categorias de análise da dependência latino-americana, com base no pensamento de Ruy Mauro Marini.

1.3. O subimperialismo e as leis próprias da economia dependente

O conhecimento revelado por Marini da forma particular adotada pelo capitalismo dependente latino-americano está explicitado em *Dialética da dependência*²³ (2000), onde o autor analisa as suas tendências fundamentais.

Para Marini (2000), o fundamento da dependência da América Latina e suas condições estruturantes compreendem: a integração ao mercado mundial; o segredo do intercâmbio desigual; a superexploração do trabalho; o ciclo da economia dependente; o processo de industrialização latino-americano e o novo anel da espiral.

²³ As referências extraídas da obra *Dialética da dependência*, escrita por Ruy Mauro Marini, que aparecem nesta tese fazem parte da coletânea de textos de Marini, organizada e apresentada por Emir Sader nos anos 2000. Sobre isto, consultar, MARINI, R.M. *Dialética da dependência*. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, RJ. Vozes. Buenos Aires: CLASCO, 2000.

Assim, em nossa tentativa de aprofundar o conhecimento sobre o capitalismo dependente, tomamos como referência a teoria marxista da dependência (TMD), tendo em vista uma leitura crítica do capitalismo latino-americano por meio da obra de Ruy Mauro Marini e de outros estudiosos que representam uma nova geração de autores vinculados à TMD e às correntes do pensamento crítico na América Latina, tais como: Jaime Osório, Carlos Eduardo Martins, Mathias Luce, Marcelo Carcanholo, Marisa Amaral, entre outros.

Sob a perspectiva de Marini, observa-se que, no Brasil, a consolidação do capitalismo em sua fase monopolista deve ser apreendida a partir dos traços característicos do imperialismo e das determinações fundamentais da dependência latino-americana.

Portanto, no plano histórico, este conhecimento nos conduz ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, particularmente à conjuntura econômica e política que compreende a nova etapa que adentra o capitalismo brasileiro, a qual envolve a fase de instauração da industrialização pesada e a ditadura militar após o Golpe de 64. No plano teórico, esta análise remete à teoria marxista da dependência e às categorias de análise que nortearam a economia política da dependência formulada por Ruy Mauro Marini.

A saber, a América Latina se desenvolveu em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional. De acordo com Marini (2013), “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (Idem, p. 47).

Partindo desse pressuposto, entende-se que a análise das determinações fundamentais da dependência latino-americana demanda o conhecimento sobre o desenvolvimento do sistema capitalista mundial. Logo, o sistema capitalista mundial põe as bases objetivas para pensar como o capital se reproduz na economia dependente e para “investigar a maneira peculiar”²⁴ pela qual se configura a dependência latino-americana.

²⁴ Segundo Ferreira e Luce (2012), a partir do estudo clássico do imperialismo dos teóricos da II Internacional um novo desafio era posto aos teóricos da TMD. “Na fase da integração dos sistemas de produção sob a égide da exportação de capitais, era uma exigência pensar como o capital submetia e subordinava as formações dependentes – no caso dos países latino-americanos – e como o imperialismo fincava raízes na região, investigando a maneira peculiar pela qual o capital se reproduz nas economias latino-americanas, desde a sua vinculação ao mercado mundial” (Idem, p. 12).

Antes de examinarmos a dinâmica de funcionamento da economia dependente, cumpre destacar a noção de dependência com base na teoria marxista da dependência. Para Marini (2000), a dependência é entendida como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes. Sendo assim, “o fruto da dependência só pode significar mais dependência, e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe” (Idem, p. 109).

Para analisar a situação de dependência, o referido autor recupera o processo de integração da economia latino-americana à economia mundial, a partir dos antecedentes históricos que remontam ao século XIX.

Segundo Marini (2000), a situação de dependência dá-se a partir do surgimento da grande indústria no curso do século XIX, especificamente depois de 1840, quando se dá a afirmação do capitalismo industrial nos centros europeus e se inicia a articulação entre a América Latina e a economia mundial. Desse modo, a situação de dependência somente poderá ser analisada a partir do surgimento da grande indústria.

Com o surgimento da grande indústria dá-se o forte incremento da classe operária, contribuindo para o aprofundamento da divisão do trabalho e a especialização dos países industriais como produtores mundiais de manufaturas. Por consequência, a América Latina “é chamada a uma participação mais ativa no mercado mundial, como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte da produção leve europeia” (MARINI, 2013, p. 48).

De acordo com Marini (2000), o desenvolvimento industrial dos países centrais foi bastante facilitado pelas funções desempenhadas pelos países dependentes. Assim, pode-se dizer que os países latino-americanos participaram ativamente do desenvolvimento industrial dos países centrais, garantindo meios de subsistência agropecuária e criando uma oferta mundial de alimentos. Essa condição irá contribuir para que, mais tarde, a América Latina passasse a se constituir em um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância crescerá em decorrência do próprio desenvolvimento industrial.

Esse momento correspondeu à independência política da América Latina e, ao mesmo tempo, à instauração de um sistema de integração entre a Inglaterra e um conjunto de países latino-americanos. Nesse período, a articulação entre esses países se dava diretamente com a metrópole, em função dos requerimentos desta.

Quanto à participação da América Latina na economia mundial, importa considerar, conforme Marini (2000), que

(...) as funções que a América Latina desempenha na economia mundial transcendem à simples resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação dos países industriais. (...) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. (Idem, p. 112-113)

Depreende-se que o marco histórico da participação dos países latino-americanos na economia mundial é o surgimento da grande indústria nos países centrais, a qual se estabelece em bases sólidas com a divisão internacional do trabalho. Em poucas palavras, na visão de Marini a articulação dos países latino-americanos com a economia mundial configurou-se através de uma relação de dependência que se desenvolveu à medida que a divisão internacional do trabalho alcançou um novo estágio.

Marini comprova que a inserção da América Latina na economia mundial está condicionada às exigências colocadas pelos países capitalistas centrais. Deste modo, explicita que a participação ativa dos países dependentes na economia capitalista demanda a forma de exploração da força de trabalho assalariado, consubstanciada na mais-valia relativa²⁵. Esse processo, segundo Marini (2000), se dá pela passagem da mais-valia absoluta à mais-valia relativa.

Nesse sentido, acrescenta Marini (2000), “é essencial entender como se produz a mais-valia relativa e dissipar a confusão que costuma se estabelecer entre o conceito de mais-valia relativa e o de produtividade do trabalho” (Idem, p. 113).

²⁵ Para Marini (2000), “a mais-valia relativa é entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente, com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho” (Idem, p. 113).

Marini (2000) esclarece que um aumento da capacidade produtiva do trabalho não garante por si só o aumento da mais-valia relativa. Sobre isso, afirma:

O que determina a cota de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas o grau de exploração do trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (o que o operário produz a mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho), isto é, o equivalente de seu salário. Só a alteração dessa proporção, num sentido favorável ao capitalista, isto é, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a cota de mais-valia. Para isto, a redução do valor social das mercadorias deve incidir em bens necessários à reprodução da força de trabalho, isto é, em bens salários. A mais-valia relativa está ligada indissolavelmente, então, à desvalorização dos bens-salário, para o que concorre em geral, mas não forçosamente, a produtividade do trabalho. (p. 114-5)

Partindo dessa explicação, é possível entender que o grau de exploração é o fator responsável pelo aumento do trabalho excedente sobre o necessário e, conseqüentemente, pelo aumento da cota de mais-valia. Portanto, quando é acompanhado de uma maior exploração do trabalho, o aumento da produtividade poderá conduzir ao aumento do trabalho excedente e à redução do valor social das mercadorias, gerando assim uma mais-valia extraordinária para o capitalista.

Caberia acrescentar que o aumento da produtividade somente poderá gerar a mais-valia relativa se esta produtividade atingir os bens-salário²⁶, implicando a desvalorização do trabalho e o aumento do tempo de trabalho excedente.

Como vimos anteriormente, a integração da América Latina no mercado mundial se deu por meio da oferta de bens-salário. Marini (2000) considera essencial entender que a mais-valia relativa está ligada à desvalorização dos bens-salário. Dessa maneira, é possível afirmar que a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa dos países industriais e contribui para desenvolver o modo de produção capitalista.

De acordo com Marini, “a oferta mundial de alimentos pela América Latina será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência” (Idem, p. 115).

²⁶ Os bens-salários compõem os meios de subsistência para a reprodução da força de trabalho. Segundo Marini (2000), a participação da América Latina no mercado mundial alcança o seu auge na segunda metade do século XIX. Isto se deu a partir da oferta mundial de alimentos como trigo, manteiga, queijo, batatas e carne. Sobre isso, ver “O Segredo do intercâmbio desigual” in *Dialética da Dependência* (2000, p. 115).

Contudo, o efeito dessa oferta, ampliado pelo declínio dos preços dos produtos primários e pela depreciação desses produtos no mercado mundial, será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo, assim, que o incremento da produtividade se traduza ali em cotas de mais-valia cada vez mais elevadas.

Tal como postula Marini (2000), “este é o caráter contraditório da dependência latino-americana que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista” (Idem, ibidem). Sobre esse caráter contraditório da dependência latino-americana, Marini destaca que a função da América Latina na economia capitalista mundial foi promover o desenvolvimento do modo de produção capitalista, atendendo às exigências inerentes à passagem da mais-valia absoluta à mais-valia relativa.

Desta forma, fica claro que a tese de Marini sobre a peculiaridade do capitalismo dependente e periférico consubstancia-se na distinção da produtividade do trabalho em relação ao conceito de mais-valia relativa, sendo a chave²⁷ para a apreensão do modo peculiar de participação da América Latina na economia mundial, através do incremento da mais-valia relativa dos países centrais. Ou seja, através do incremento da mais-valia dos países centrais, revela-se o modo peculiar de participação da América Latina na economia mundial.

De acordo com Martins (2011), esta distinção é essencial, pois a partir dela depreendem-se, com base em Marini (2000), as formas de exploração que se articulam ao sistema capitalista de produção e à economia mundial. Não obstante, para Marini (2000), outro aspecto do problema precisa ser considerado. Por consequência do aumento da produtividade acompanhado de uma intensificação da mais-valia relativa, observa-se que ocorre uma redução no valor do capital variável em relação ao capital constante, e, conseqüentemente, uma elevação da composição do valor do capital. Isso implica a redução da cota de lucro²⁸. Assim,

²⁷Segundo Martins, em dois escritos de Marini, *Dialética da Dependência e Mais-valia extraordinária e acumulação de capital* (1979), encontra-se o desenvolvimento dos argumentos apresentados sobre a distinção entre produtividade e o conceito de mais-valia relativa.

²⁸A cota de lucro, segundo Marini, não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital que participa do processo de produção, isto é, salários, instalações, maquinaria, matérias-primas etc. Dessa maneira é que um aumento da mais-valia relativa implica em

como se pode perceber, a explicação de Marini (2000), no que refere a esta contradição, fundamenta-se na teoria de Marx:

Quando o comércio exterior barateia os elementos do capital constante ou os meios de subsistência de primeira necessidade em que se investe o capital variável, contribui para fazer com que aumente a taxa de lucros, ao elevar a taxa de mais-valia e reduzir o valor do capital constante. (MARX apud MARINI, 2000, p. 117)

Contudo, para Marini (idem), a reflexão de Marx não se limita a esta constatação, pois através dela também é possível demonstrar o modo contraditório pelo qual o comércio exterior contribui para a baixa de lucro. Segundo esse autor, esta contradição é crucial porquanto a redução da cota de lucro revela as determinações fundamentais da dependência latino-americana e contribui significativamente para manter a dinâmica da acumulação capitalista.

Sob essa perspectiva de análise, evidencia-se que o propósito de Marini (2000) era captar as determinações fundamentais da dependência latino-americana e desfazer alguns mitos que ocultavam a natureza do fenômeno da depreciação dos bens primários.

Neste sentido, assevera o autor:

Não é porque se cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas; é porque eram fracas que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi a deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala. Negar-se a ver as coisas desta maneira é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é. Em última instância, isto leva a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações, quando se trata de suprimir as relações econômicas que se baseiam no valor de troca. (Idem, p. 119)

Assim, depreende-se que por meio da reprodução das relações econômicas entre as nações é que se perpetuam e se ampliam a exploração e a debilidade das nações fracas. Sob essa ótica, o autor ressalta que “a expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre nações

termos relativos uma elevação simultânea do valor do capital constante (máquinas, instalações, meios de produção) e uma baixa da cota de lucro. Sobre isso, ver Marini, 2000, p. 116.

industriais e não industriais, mas a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial” (Idem, ibidem).

Nesses termos, destaca-se a noção de intercâmbio desigual. Por meio desse conceito, Marini desenvolve uma análise sobre a economia mundial, com o olhar voltado para as transações entre as nações que realizam o intercâmbio de diferentes tipos de mercadorias. Constata-se que no caso das nações que produzem manufaturas, estas vendem seus produtos a preços mais elevados e superiores ao seu valor. Enquanto isso, as nações desfavorecidas são obrigadas a transferir parte do valor que produzem. Assim, configura-se um intercâmbio desigual entre as nações de economia dependente e as nações centrais. Com efeito, sob a configuração do intercâmbio desigual, conforme Marini, identificam-se mecanismos de transferência de valor, fundados na produtividade e no monopólio de produção, e também, um mecanismo de compensação. Por consequência, ocorre uma descapitalização dos países dependentes.

Quanto ao intercâmbio desigual e à transferência de valor, acrescenta Marini (2000):

Isto implica que as nações desfavorecidas devam ceder gratuitamente parte do valor que produzem. E que essa cessão ou transferência se acentue em favor daquele país que lhes vende mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, mesmo se não apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais alta. (Idem, p. 121)

Verifica-se que, ao contrário da interpretação dos cepalinos, ao analisar o intercâmbio de mercadorias, Marini preocupa-se em identificar os distintos mecanismos que se operam na “troca de equivalentes” (grifo nosso)²⁹, especialmente no caso das transações entre as nações que intercambiam diferentes tipos de mercadorias, como, por exemplo, matéria-prima e manufaturas.

²⁹ Para Marini: “Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias exprime a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias expressam” (Idem, p. 120).

É importante frisar que mediante as condições reais de subordinação dos países dependentes aos países centrais, Marini (2000) nega a possibilidade de relações equitativas entre as nações e abre caminho à desmistificação da economia capitalista internacional.

Isto significa dizer que, no plano do intercâmbio de mercadorias diferentes, ocorre uma perda de valor por parte da nação desfavorecida, a qual demanda um mecanismo de compensação. Este, por sua vez, conduz ao incremento da massa de valor produzida, por parte da nação desfavorecida, mediante “(...) uma maior exploração do trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja combinando os dois procedimentos” (Idem, p. 122). Portanto, de acordo com a teoria de Marini (2000), as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual tendem a compensar a sua perda de renda, no plano da própria produção, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador.

Tal como afirma Marini:

Chegamos assim a um ponto em que já não nos basta seguir manejando simplesmente a noção de intercâmbio entre as nações, mas devemos encarar o fato de que, no âmbito desse intercâmbio, a apropriação de uma mais-valia se gera mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. (2000, p. 123)

Enfim, no cerne da discussão sobre a economia mundial e o intercâmbio desigual, está a exploração do trabalho, base do modo de produção capitalista. Nos termos propostos por Marini, essa categoria é denominada de superexploração do trabalho, assumindo contornos particulares em vista da posição assumida pelos países de economia dependente em relação ao capitalismo mundial. A teoria da dependência fundamenta-se no conceito de transferência de valor e na categoria da superexploração da força de trabalho para explicar o modo peculiar do capitalismo brasileiro dependente e periférico.

Por meio do intercâmbio desigual constatou-se que o dinamismo das relações entre externo e interno é um aspecto fundamental na concepção de dependência defendida por Ruy Mauro Marini. Através de um mecanismo de transferência de mais-valia, os países dependentes mantêm-se numa posição inferiorizada na

economia mundial. Assim, ao serem incorporados pela divisão internacional, os países dependentes sofreram diversas formas de expropriação de seus excedentes e do valor que produziam.

Para resolver o problema da perda de mais-valia, a reação da economia dependente é compensá-la no âmbito da própria produção. Tal como observa Marini (2000), trata-se de agudizar os métodos de extração do trabalho excedente através de três mecanismos: “aumento da intensidade do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (Idem, p. 125).

Para Marini, esses três mecanismos significam que o trabalho se remunera abaixo do seu valor e, dessa forma, materializam uma superexploração do trabalho.

Sobre os três mecanismos de extração do trabalho excedente, destaca Marini (2000):

O aumento da intensidade do trabalho aparece nesta perspectiva como um aumento da mais-valia, conseguida a partir de uma maior exploração do trabalhador e não no incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da mais-valia absoluta em sua forma clássica; à diferença do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Dever-se-ia observar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário além de seu limite normal pelo qual o *fundo necessário do operário* se converte de fato, dentro de certos limites, em um *fundo de acumulação de capital*, implicando assim um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente. (Idem, p. 123-24)

Nesse sentido, observa-se que os três mecanismos configuram o padrão de produção e reprodução do capital, fundado pela superexploração da força de trabalho. Dito de outra maneira, a superexploração e seus distintos mecanismos dão conta de explicar essa modalidade *sui generis* de capitalismo, o capitalismo dependente. Logo, o modo peculiar de reprodução do padrão de acumulação do capital numa economia dependente estaria baseado numa forma específica de expansão da produtividade e da mais-valia extraordinária.

O pensamento de Marini acerca da categoria de superexploração da força de trabalho fundamenta-se na teoria do valor desenvolvida por Marx³⁰. Contudo, não há entre o pensamento de Marx e o de Marini uma indiscutível identidade no que tange ao conceito de exploração.

Ao enriquecer o pensamento de Marini sobre a categoria da superexploração, o ensaio de Carcanholo (2013), intitulado “Imprecisões sobre a categoria da superexploração da força de trabalho”, dedica-se a analisar as distinções referentes ao conceito de exploração em Marx e o conceito formulado por Marini:

Sobre esta distinção, argumenta o referido autor:

O termo exploração em Marx tem um sentido mais amplo. Significa usar, utilizar, consumir, explorar a capacidade que a mercadoria em questão possui de satisfazer a necessidade de quem a utiliza. De modo mais rigoroso, e já se utilizando a teoria do valor de Marx, exploração significa consumir (realizar) o valor de uso – a capacidade que uma mercadoria possui de, por meio de suas propriedades materiais (objetivas), satisfazer as necessidades humanas. (Idem: p. 73-74)

Dois assertivas acerca da superexploração da força de trabalho são apontadas por Carcanholo (2013). Em primeiro lugar, a superexploração não significa apenas "mais exploração", pois se assim fosse essa categoria não teria maior significado para além do aumento da taxa de mais-valia. Em segundo lugar, é preciso distinguir a superexploração do trabalho da superexploração da força de trabalho a partir da diferença existente entre a força de trabalho (mercadoria) e o trabalho (valor de uso da mercadoria), sem perder de vista a dialética da mercadoria força de trabalho.

Como se pode perceber, a categoria superexploração da força de trabalho ocupa um lugar central na teoria marxista da dependência; contudo, “(...) o mesmo não pode ser dito para Marx”, pois “Marx sequer utiliza o termo, tratando apenas da exploração da força de trabalho” (Idem, p. 77). Todavia, conforme Carcanholo (idem), para Marx a superexploração da força de trabalho significa apenas formas ou mecanismos de elevação da taxa de mais-valia, especificamente por intermédio de

³⁰ Segundo Luce (2013), “a grande descoberta de Marx, escreveu Engels no prefácio ao Livro II de *O capital*, foi demonstrar que não é o trabalho que é vendido como mercadoria, mas a força de trabalho, e como e por que o trabalho constitui valor. Superando a teoria ricardiana, Marx deu a conhecer que, mesmo sendo a força de trabalho paga pelo seu valor, havia exploração” (Engels, 1983 apud Luce, 2013).

uma redução dos salários abaixo do valor da força de trabalho, nunca sendo tratada como uma categoria específica do capitalismo (Idem, p. 78).

Ao explicitar as distinções presentes nas duas formulações, o autor procura demonstrar que existem níveis distintos de abstração no que se refere às duas teorias. A teoria formulada por Marx intenta apreender da dinâmica capitalista as suas leis gerais de funcionamento. Marx estaria preocupado em identificar as características do funcionamento de uma economia capitalista, não importando no seu nível de abstração as distintas especificidades reais que determinadas localidades, países e regiões podem apresentar dentro deste modo de produção (Idem, p. 79).

Logo, depreende-se que para Carcanholo (2013), Marx é indispensável, mas não é o suficiente. Ou seja, na opinião do referido autor, a análise da peculiaridade do capitalismo dependente não deve se restringir à aplicação da teoria de Marx. Contudo, a formulação teórica sobre o capitalismo dependente não pode prescindir dos fundamentos marxistas. Para Carcanholo (2013), “esta seria uma tentativa esdrúxula de construir uma teoria marxista da dependência sem Marx” (Idem, p. 79).

Assim, conforme Carcanholo (2013), é preciso delimitar os diferentes níveis de abstração que separam a forma como Marx entendeu as leis gerais de funcionamento do capitalismo e as específicas maneiras que distintas economias têm para inserir-se em uma economia mundial capitalista. Em poucas palavras, com base em distintos níveis de abstração e sem prescindir de Marx, a teoria marxista da dependência trata de entender a especificidade do capitalismo dependente.

Nesse sentido, é importante frisar que no plano da teoria marxista da dependência, “a superexploração não é apenas um conjunto de mecanismos que levam à elevação da taxa de mais-valia, mas, para além disso, constitui-se em uma categoria central – aliás, a mais importante – da teoria marxista da dependência” (CARCANHOLO, 2013, p. 81).

Desse modo, a especificidade que define a condição dependente se explica pelo mecanismo da transferência de valor. Nos termos de Marini, esses mecanismos ajudam a entender um condicionante estrutural da dependência: “a forma heterogênea de inserção na economia mundial” (Idem, p. 83).

Prossegue Carcanholo (2013):

Em função da inserção subordinada das economias dependentes na lógica mundial da acumulação capitalista, definem-se mecanismos estruturais de transferência do valor que, embora produzido nestas economias, é realizado e acumulado no ciclo do capital das economias centrais (Idem, ibidem).

Mediante a configuração de uma troca desigual, as economias centrais se diferenciam das economias dependentes: as primeiras tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes na segunda economia.

Ratificando o pensamento de Marini, o autor atesta que no plano do intercâmbio desigual operam-se três mecanismos de transferência de valor: o aumento da intensidade do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

Sobre esses elementos principais que compõem a superexploração da força de trabalho, afirma Marini (2000): “frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade, seja no monopólio da produção, pode-se identificar – sempre no nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação” (2000, p. 121). Esse mecanismo de compensação é a superexploração da força de trabalho.

Ao aprofundar o estudo sobre a teoria marxista da dependência, com base em Carcanholo (2013), afirma que a superexploração da força de trabalho é categoria fundamental da dependência latino-americana, uma vez que “esta seria a única forma de o capitalismo dependente se desenvolver capitalisticamente, o que comprova a especificidade objetiva e, portanto, categorial do capitalismo dependente” (Idem, p. 83).

No entanto, conforme o referido autor, existem diferenças entre *formas de elevar a exploração* e *superexploração*:

A superexploração se definiria por uma elevação da taxa de exploração que não passa por elevação da produtividade. E por que não poderia passar? Justamente porque isso está vedado às economias dependentes. Trata-se, portanto, de uma característica específica destas economias. Superexploração é uma categoria específica delas, ao mesmo tempo que se manifesta em formas/mecanismos específicos de obter a elevação da taxa de exploração. (Idem, p. 84)

Observa-se que, para esse autor, a especificidade do capitalismo dependente está associada à distinção entre a categoria teórica da superexploração da força de trabalho e de suas manifestações fenomênicas que expressam as formas de obter a elevação da taxa de exploração.

Segundo Carcanholo (2013), a especificidade do capitalismo dependente, em específico da América Latina, leva à necessidade de categorias em menor nível de abstração. Nessa direção, o argumento central desse autor, no que se refere à especificidade da economia dependente, reside na diferença entre a categoria superexploração da força de trabalho e as distintas formas de elevar a taxa de mais-valia.

Um último esclarecimento sobre a categoria da superexploração da força de trabalho nas economias dependentes, apresentado pelo referido autor, questiona se dela decorre apenas a elevação da mais-valia absoluta ou se ela também incorpora elementos da mais-valia relativa.

Segundo Carcanholo (2013), as respostas a esse questionamento estão voltadas para as discussões sobre a diferença que existe entre produtividade e intensidade do trabalho:

Em termos teóricos, o aumento de produtividade leva à redução do valor individual das mercadorias porque maior quantidade de valores de uso foi produzida, em uma mesma jornada de trabalho, com o mesmo dispêndio de trabalho. A elevação da intensidade, mantida a jornada de trabalho, incrementa a produção de valores de uso, mas seus valores individuais não se reduzem necessariamente, porque o valor total produzido também se eleva. (Idem, p. 91)

Apoiando-se em Marx, o autor defende a importância de compreender essa diferenciação, pois fica claro que a tese marxista da dependência não considera a mais-valia absoluta como a única forma de exploração adotada no desenvolvimento capitalista dependente. Nem poderia ser. Não está se tratando aqui do estágio da acumulação primitiva. No capitalismo desenvolvido, sejam as economias dependentes ou centrais, em alguma medida expressam uma combinação entre mais-valia absoluta e mais-valia relativa.

Carcanholo (2013) esclarece a distinção entre superexploração da força de trabalho e mais-valia absoluta, ao tempo que defende que a superexploração da força de trabalho também inclui a mais-valia relativa, a qual corresponde ao aumento da intensidade do trabalho.

Fica evidente que a teoria de Marx orienta a teoria marxista da dependência formulada por Marini. Contudo, tal como esclarece Carcanholo (2013), é importante analisar as diferenciações contidas em seus respectivos níveis de apreensão, tendo em vista desfazer alguns desvios e equívocos cometidos em relação à interpretação da categoria da superexploração da força de trabalho.

Cabe ainda sublinhar que mediante a superexploração da força de trabalho configura-se a forma específica da expansão da produtividade e da mais-valia extraordinária, através de distintos mecanismos de transferência de valor para o centro da acumulação mundial. Nesse sentido, pode-se concluir que a superexploração esclarece a especificidade do capitalismo dependente.

Como foi dito, a essência da dependência latino-americana radica-se na acumulação fundada na superexploração da força de trabalho. Além disso, o fundamento da dependência latino-americana, em relação à economia capitalista mundial, conforme Marini (2000), possibilita compreender a especificidade do ciclo do capital na economia dependente.

Segundo Marini (2000), do ponto de vista da economia dependente, opera-se a separação entre a produção e a circulação de mercadorias (momentos fundamentais do ciclo do capital). O efeito dessa separação, conforme esse autor, consiste em fazer com que a contradição inerente à produção capitalista (a que opõe o capital e o trabalhador, enquanto vendedor e comprador de mercadorias) apareça de maneira específica na economia latino-americana.

Este ponto, conforme Marini (2000), é considerado como ponto-chave para entender o caráter da economia latino-americana (dependente), na medida em que esta oposição entre produção e a circulação de mercadorias gera um duplo caráter do trabalhador: produtor e consumidor. Tal como postula Marini (2000), na economia exportadora latino-americana a especificidade envolve a separação entre a circulação e produção; dessa maneira, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto. Por consequência, acrescenta o autor: "(...) a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que este se reponha" (Idem, p. 134).

Essa forma de compressão do consumo individual do trabalhador em favor da exportação ao mercado mundial, conforme Marini (2013), confirma a especificidade da formação social exportadora, baseada no modo de produção capitalista, ao acentuar até o limite as contradições que lhe são próprias.

Com efeito, as relações específicas de exploração que se estabelecem na economia exportadora latino-americana criam um ciclo de capital que reproduz a dependência em escala ampliada, ante a sua posição na economia internacional.

Considerando que o nosso objetivo aqui está voltado para a apreensão da peculiaridade da economia dependente, importa sublinhar que o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores define a forma específica com que se opera a economia dependente, a qual, segundo Marini, coloca-se a favor dos níveis de demanda interna e erige o mercado mundial como a única saída para a produção.

Por consequência, a separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá origem a uma estratificação do mercado interno. Conforme Marini (2013), essa estratificação corresponde a uma diferenciação entre as esferas de circulação: a “esfera baixa” (grifo nosso), em que participam os trabalhadores – baseada na produção interna, e a “esfera alta”, própria dos não trabalhadores, que o sistema tende a ampliar. Esta última esfera se configura pela produção externa, através do comércio de importação.

De acordo com Marini (2000), essa cisão entre as esferas de circulação expressa a dilaceração da economia internacional, que em nível do mercado mundial parece encoberta pela suposta harmonia das relações entre a América Latina (exportação de matérias-primas e alimentos) e os centros europeus (importação de manufaturas). É importante frisar que esse entendimento conduziu o autor à análise sobre o processo de industrialização na economia dependente, cujas bases foram criadas e estabelecidas pela exportação.

Diante do exposto, com base em Marini (2000), depreende-se que o ciclo do capital dependente e os seus efeitos sobre a exploração do trabalho estabeleceram as condições estruturantes da economia industrial latino-americana. Este, conforme

o referido autor, é o fio condutor para a análise dos problemas e tendências atuais da economia dependente.

Para Marini (2000), o centro vital da acumulação que configura a economia dependente está subordinado à produção e à exportação de produtos primários. Partindo desse pressuposto, o autor ressalta que o processo de industrialização em alguns países da América Latina, inclusive no Brasil, não chegou a produzir uma mudança qualitativa em termos do desenvolvimento econômico desses países. Assim, o desenvolvimento industrial no Brasil constituiu-se a partir de uma economia de base exportadora, que nunca chegou a consolidar uma economia industrial.

Portanto, pode-se dizer que a economia latino-americana (dependente) se diferencia da economia capitalista clássica, caso se considere o seu processo de industrialização.

Quanto a essa diferenciação, esclarece Marini (2000):

A industrialização latino-americana se dá em bases distintas. A compressão permanente que a economia exportadora exercia sobre o consumo individual do trabalhador só permitiu a criação de uma indústria fraca, que apenas se ampliava quando fatores externos (como as crises comerciais, conjunturalmente, e a limitação dos excedentes da balança comercial pelas razões já mencionadas) fechavam parcialmente o acesso ao comércio de importação. (Idem, p. 140)

Segundo o referido autor, o modo de circulação que caracteriza a economia exportadora, a economia industrial dependente, reproduz de forma específica a acumulação do capital baseada na superexploração da força de trabalho. Isto contribui para reproduzir também a separação entre “a esfera alta” e a “esfera baixa da circulação”, que na economia dependente adquire um caráter muito mais radical.

Para Marini (2000), a produção industrial latino-americana volta-se para a produção de bens que não entram na composição do consumo popular, logo essa produção revela-se independente das condições de salário próprias dos trabalhadores. A nosso ver, esta constatação é a chave analítica para a análise da mudança que acontece no âmbito da economia industrial dependente, a qual envolve uma mudança qualitativa na base de acumulação do capital.

Para o autor, a mudança na base de acumulação, em economias dependentes acontece com uma extrema lentidão e, ao mesmo tempo, desencadeia um mecanismo que é o recurso à tecnologia externa, destinado a elevar a produtividade do trabalho, o que provoca o aumento da composição orgânica do capital. Corroborando o pensamento de Marini, Martins (2011) assevera que este compreende um outro aspecto que envolve o desenvolvimento industrial e o progresso técnico. Ressalta que, “[...] com o desenvolvimento da industrialização e do progresso técnico, estabelece-se uma contradição entre o aumento das escalas produtivas e o limitado mercado interno dos países da região” (Idem, p. 243). O resultado dessa contradição seria a formação do que o autor chama de subimperialismo.

Com o avanço do desenvolvimento industrial na América Latina, ocorre uma alteração na composição das importações, mediante a redução do item relativo a bens de consumo e à sua substituição por matérias-primas e maquinaria destinada à indústria. Em sua análise, Marini (2000) constata que a importação de capital externo, sob a forma de financiamento e de investimento direto na indústria, adquiriu uma importância significativa para a economia dependente.

Segundo o referido autor, o traço significativo do período pós-guerra, por volta de 1950, está associado à transferência do fluxo de capital do centro para a periferia, em especial para o setor industrial. Com isso, verifica-se um desenvolvimento das bases industriais periféricas que passaram a oferecer possibilidades atraentes de lucro. Além disso, nesse mesmo período verifica-se um incremento na produção de bens de capital por parte das economias centrais. Estas passaram a exportar para a periferia equipamentos e maquinaria que já eram obsoletos.

Desse modo, conforme Marini (2000), surgiu a partir daí o interesse dos países centrais em impulsionar esse processo de industrialização, com o objetivo de criar mercados para a sua indústria pesada. Por consequência dessa situação, afirma o autor, “a industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão do trabalho” (Idem, p. 145). Nesse caso, transferem-se para os países dependentes as etapas inferiores da produção industrial, reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia

correspondente. Assim, tem-se, conforme Marini (2000), “uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho” (Idem: ibidem).

Interessado em apreender o caráter da tecnologia e o seu impacto sobre a ampliação do mercado no âmbito dos países dependentes, Marini (2000) observa que o progresso tecnológico nos países dependentes adquire uma forma específica, que se caracteriza por uma redução do trabalho vivo. Marini (2000) põe-se a analisar os efeitos derivados desse progresso para a situação dos trabalhadores nos países dependentes:

A difusão do progresso técnico na economia dependente avançará paralelamente com uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação segue dependendo no fundamental mais do aumento da massa de valor – e em consequência da mais-valia – do que da taxa de mais-valia. (Idem, p. 148).

É dessa forma que o autor procura demonstrar que as condições concretas em que se dá a introdução do progresso tecnológico nos países dependentes dependem da dinâmica objetiva da acumulação do capital em escala mundial. Sob essa lógica, os efeitos dessa difusão não podem contrariar as determinações que são inerentes ao desenvolvimento capitalista.

Outro aspecto considerado pelo autor, em relação ao desenvolvimento tecnológico dos países dependentes, reside no crescimento das indústrias de bens suntuários e na estagnação e regressão das indústrias orientadas para o consumo de bens de massa. Segundo Marini (2000), essa situação acarreta a estratificação do aparato produtivo, que consiste na diferenciação entre as chamadas “indústrias dinâmicas” (produtoras de bens suntuários e de bens de capital) e as “indústrias tradicionais”, refletindo-se na adequação da estrutura de produção à estrutura de circulação própria do capitalismo dependente.

A partir daí, sublinha que a absorção do progresso técnico em condições de superexploração da força de trabalho reflete-se em uma contradição essencial: a contraposição entre a restrição do mercado interno e a necessidade de realizar massas sempre crescentes de valor.

Dito de outra maneira, essa contradição reside na criação de demanda para os bens suntuários, orientada à superexploração da força de trabalho e à compressão salarial. Isso, evidentemente, exclui os trabalhadores desse tipo de consumo. Com base no que afirma Marini (2000), esta é uma contradição própria da economia dependente; seu efeito se expressa no crescimento do exército industrial de reserva, cujos desdobramentos configuram a questão social.

Sendo assim, a exportação de manufaturas e de bens essenciais como produtos suntuários converte-se numa saída para a economia dependente superar esses fatores desarticuladores que lhe são próprios. Esta situação levará, conforme Marini (2000), à ressurreição do modelo da velha economia exportadora em toda a América Latina. Partindo dessas constatações, o autor analisa as tendências fundamentais que correspondem às condições próprias da industrialização no Brasil e ao modo peculiar do capitalismo dependente.

É possível afirmar que essas tendências se refletem no fenômeno do subimperialismo brasileiro, entendido como uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no âmbito do capitalismo dependente.

Para explicar o modo *sui generis* do capitalismo dependente, o conceito de *subimperialismo* foi formulado por Marini e expressa a forma que o padrão de reprodução do capital pode assumir em economias de capitalismo dependente.

Corroborando Marini, Ferreira e Lucce (2012) defendem que:

O capitalismo dependente não era a sociedade tradicional superável mediante políticas nacional-desenvolvimentistas, nem o atraso que seria ultrapassado pela revolução democrático-burguesa, mas a outra face da mesma economia mundial capitalista e seu sistema imperialista, com seus mecanismos internos de funcionamento que era preciso desvelar, compreender e superar. (Idem, p. 12)

Como se vê, a concepção de Marini sobre o capitalismo dependente vai além do paradigma nacional-desenvolvimentista³¹, porquanto o subdesenvolvimento

³¹ Como já foi dito, o nacional-desenvolvimentismo consiste num novo paradigma teórico que reinterpretava as relações econômicas internacionais e o papel nelas desempenhado pela América Latina, propondo caminhos de uma nova forma de inserção mundial a partir de uma redefinição das políticas internas. Esse paradigma teve sua mais alta expressão e seu centro de difusão na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal).

revela-se como uma consequência da dependência e da integração dos sistemas de produção.

Quanto ao capitalismo dependente, cabe situar algumas polêmicas relacionadas especificamente ao subimperialismo, que tiveram repercussão no debate das ciências sociais sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, através das principais obras do referido autor, tais como: *Dialética da dependência* (2000) e *Subdesenvolvimento e Revolução*³² (2013).

Essas polêmicas, foram identificadas por Mathias Luce em sua tese intitulada *A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital* (2011), e aparecem, em alguma medida, ao longo da discussão que nos propomos realizar.

Em primeiro lugar, conforme Luce (2011), o debate instaurado por Marini contrapõe-se ao dualismo estrutural na economia brasileira, que opunha interesses feudais e capitalistas. Cabe acrescentar, com base em Luce (idem), que o dualismo referente ao feudalismo *versus* o desenvolvimento industrial nacional era postulado pelos teóricos da III Internacional e pelo Partido Comunista e se interpõe no contexto latino-americano³³ sob o lema da revolução democrático-burguesa e antifeudal.

Neste sentido, a tese propugnada por Marini contrapõe-se à tese do Partido Comunista. Em outras palavras, a obra de Marini contesta o monopólio do marxismo pelos PCs (Partidos Comunistas), e em particular, contrapõe-se à tese do dualismo estrutural na economia brasileira, que opunha interesses feudais e capitalistas, fazendo da revolução brasileira uma tarefa democrático-burguesa.

Assim é que, ao defender a teoria da dependência e o conceito de subimperialismo para o capitalismo dependente brasileiro, conforme Luce (2011), Marini desenvolveu uma crítica aos argumentos dualistas: caráter feudal *versus*

³²O livro *Subdesenvolvimento e Revolução* foi publicado originalmente no México em 1969 e ganhou sucessivas edições em muitos países sem, contudo, jamais ter sido editado em nosso país. Segundo Ouriques (2013) esta é uma obra que expressa dramáticas opções de esquerda revolucionária latino-americana das décadas de 60 e 70. As referências extraídas desta obra fazem parte da coletânea que reúne ensaios de Ruy Mauro Marini, publicadas em 2013 na coleção Pátria Grande pela Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-americano, iniciativa do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina.

³³De acordo com Luce (2011), as concepções da III Internacional, oriundas do Partido Comunista, postulam a existência de uma identidade entre os continentes da América Latina e Ásia. Por conseguinte, destaca Marini: “sob esta perspectiva que os comunistas latino-americanos levantam o lema da revolução democrático-burguesa, antifeudal e anti-imperialista, ao tempo que postulam a exigência de uma burguesia nacional capaz de levá-la a cabo” (Marini apud Luce, 2011, p. 44).

desenvolvimento industrial nacional; desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento; setor interno *versus* setor externo.

Nestes termos, importa sublinhar que a tese de Marini refuta a tese do dualismo estrutural; esta sustentava a ideia de relações feudais na agricultura brasileira e considerava o antagonismo nação-imperialismo como a contradição principal. Em contraposição, Marini defendia que “a origem da indústria brasileira devera-se ao sistema semicolonial de exportação, existindo, antes que oposição, uma relação de complementaridade entre latifúndio e indústria no processo de desenvolvimento dependente” (LUCÉ, 2011, p. 45).

Marini refuta a tese do dualismo estrutural e se volta contra a diluição dos antagonismos de classe no interior da nação, contrapondo-se à ideia de um feudalismo na agricultura brasileira, que procurava colocar a burguesia como aliada de uma revolução democrático-burguesa.

O terceiro debate proposto por Marini dirige-se às concepções nacional-desenvolvimentistas, subjacentes à análise cepalina, e versa sobre o estrangulamento externo provocado pela deterioração dos termos de troca e os limites do mercado interno como obstáculos ao desenvolvimento e à superação do subdesenvolvimento da periferia do capitalismo mundial.

De acordo com Luce (2011), Marini sustentava a ideia de que “(...) no capitalismo dependente a relação capital é regida pelo mecanismo de superexploração do trabalho, praticado pela burguesia local, para compensar a parcela de mais-valia apropriada pela burguesia imperialista...” (Idem, p. 46). É nesse sentido que o pensamento de Marini contrapõe-se à tese cepalina, a qual defendia o encurtamento entre centro-periferia e acreditava na possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo de um país dependente.

Marini atesta que a nova divisão internacional do trabalho, no período do pós-II Guerra Mundial, deu origem a um fenômeno que levou à ascensão de alguns subcentros econômicos e políticos, a exemplo do Brasil. Consequentemente, o modo peculiar pelo qual alguns países latino-americanos, especialmente o Brasil, chegaram à etapa dos monopólios e do capital financeiro consubstancia o conceito de subimperialismo.

Assim, para Marini, o *subimperialismo* origina-se:

A partir da reestruturação do sistema mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada dos bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores). (Idem, p. 40)

Tal como se pode ver, nessa reflexão Marini situa a gênese do *subimperialismo*, a qual está ligada à nova divisão internacional do trabalho e conjugada com a fase de integração dos sistemas de produção.

Depreende-se então que a reestruturação do capitalismo em nível mundial e a integração entre capital nacional e capital estrangeiro no âmbito da América Latina são mediações históricas que permitem captar as leis próprias da economia dependente e as contradições do capitalismo brasileiro.

Cabe ainda sublinhar, com base em Luce (2011), que o *subimperialismo* está muito além de um imperialismo de menor grandeza. Por um lado, o autor reforça que esse conceito vincula-se às elaborações da teoria marxista desenvolvidas à época da Segunda internacional; por outro, esse fenômeno se conecta às determinações fundamentais do capitalismo latino-americano, captadas no âmbito da teoria da dependência, que também estão ligadas ao conjunto de ideias formulado por Marini acerca do subimperialismo brasileiro.

Em consonância com o pensamento de Marini, Luce (2011) ressalta que esse conceito só pode ser entendido através da combinação de quatro variáveis:

grau de monopolização e de operação do capital financeiro na economia dependente; mobilização de um esquema particular de realização do capital; hegemonia em um subsistema regional de poder; lógica da cooperação antagônica com o imperialismo dominante. (Idem, p. 17)

De acordo com Luce (2011), o subimperialismo é utilizado por Marini como categoria analítica para explicar as contradições próprias da economia dependente ligadas às consequências da nova fase de divisão internacional do trabalho. Essas

contradições, por sua vez, se expressam, no caso brasileiro, através da diferenciação interna da burguesia, pela lógica de cooperação antagônica e pelo impasse político que representa a combinação de todos esses fatores, no curso da crise de realização do capital, gestada a partir dos anos 60.

A crer em Marini (2000), o processo relativo à expansão do capitalismo mundial e a acentuação dos monopólios mantiveram constante a tendência integracionista, expressa pela intensificação da exportação de capitais e pela subordinação tecnológica dos países mais fracos. Por conseguinte, ao analisar o contexto de crise econômica brasileira nos anos 60, Marini, conforme Luce (2011), utiliza-se da categoria da *cooperação antagônica*³⁴ para refletir sobre a acentuação do próprio processo de integração e o desenvolvimento de suas contradições internas no contexto do subimperialismo brasileiro.

Sobre o conjunto dessas contradições, esclarece Marini:

O crescimento da importância da produção industrial deu origem a um processo de diferenciação interna da burguesia, uma transformação que trouxe à tona uma série de novas contradições: entre os industriais e os grupos latifundiários exportadores (...); entre a indústria e a agricultura doméstica – quanto à distribuição da massa de crédito; entre os grandes proprietários de terra e o campesinato – quanto à questão da reforma agrária e o tratamento dos conflitos do campo; entre os empresários e a classe trabalhadora e também a pequena burguesia em torno da taxa de mais-valia; entre a economia subdesenvolvida e a economia dominada – no que se refere à transferência de valor para o exterior, seja mediante a drenagem de excedentes via pagamentos de juros e remessa de lucros, *royalties* e dividendos, seja mediante a penetração do capital estrangeiro no controle do mercado doméstico. (Marini apud Luce, 2011, p. 25-6)

Corroborando o pensamento de Marini, Luce (2011) assevera que o conjunto dessas novas contradições coloca-se na dinâmica da crise econômica brasileira que se instaurou a partir dos anos 60 e constitui a base de explicação de Marini do subimperialismo brasileiro.

Marini analisa o contexto de crise econômica dos anos 60 através do nível das relações que se desenvolvem entre os países industrializados e os povos

³⁴ A categoria da cooperação antagônica foi desenvolvida pelo marxista alemão August Thalheimer, que ao examinar a conjuntura do pós-II Guerra Mundial, “notou com muita lucidez que a acentuação do próprio processo de integração desenvolveria suas contradições internas” (Marini, 2000).

colonizados, procurando examinar quais são os fatores determinantes que encaminham o processo de integração imperialista à sua frustração.

Sobre isso, atesta Marini (2000):

A exportação de capitais e de tecnologia em direção a essas nações impulsiona, de fato, o desenvolvimento de seu setor industrial, contribuindo para criar novas situações de conflito, a partir de dois pontos de vista – interno e externo – e para propiciar uma crise que altera as próprias condições nas quais essa industrialização é realizada. (Idem, p. 112)

Assim, fica claro que o processo de diferenciação interna da burguesia que assumiu a lógica de cooperação antagônica com o imperialismo dominante, conforme Luce (2011), corresponde às primeiras dimensões do subimperialismo brasileiro. Além disso, segundo Luce (Idem), a cooperação antagônica teria engendrado, como contrapartida, o expansionismo político e econômico que ganhou força com o regime tecnocrático-militar implantado no Brasil em 1964. Adotando uma política de hegemonia regional que procurava conquistar uma esfera de influência própria para o capitalismo brasileiro na América do Sul, constituiu-se então a terceira dimensão do subimperialismo brasileiro.

Sob essa perspectiva, conforme Luce (Idem), Marini formulou o conceito de subimperialismo com o propósito de descrever as *contratendências aos problemas de realização do capital* e definir a dinâmica que se instaurou na sequência da crise econômica dos anos 60, a partir da articulação desses processos.

Partindo dessas reflexões, identificam-se mais três debates que perpassam a tese sobre o subimperialismo. Segundo Luce (2011), um terceiro debate refere-se à polêmica levantada por Cardoso e Faletto (Cardoso e Faletto, 1969 apud Luce, 2011), que insistiam na tese da internacionalização do mercado interno. Em contraposição aos referidos autores, Marini sustenta uma ideia oposta, a qual versa sobre a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou aos sistemas de produção.

Um quarto debate, recuperado por Luce (2011), coloca-se por meio da discussão quanto à *existência ou não de uma crise de realização na economia brasileira nos anos 60* (Idem, p. 48)³⁵. Partindo de um exame inicial das contradições de classe no período de 1950-64, Marini entende que a crise da economia brasileira teve como pano de fundo a crise do sistema de exportação (queda nos preços do

³⁵ Grifo do autor.

café) e o impacto causado pela introdução de tecnologia poupadora de mão de obra com os investimentos do pós-guerra (MARINI, 1965 apud LUCE, 2011).

Tal como propõe Marini (2010), após uma década de expansão a economia latino-americana desaguou, na década de 1960, numa situação de crise e estagnação, que revelou as características perversas de sua política de industrialização:

A crise econômica que, no início da década de 1960, atinge a maioria dos países latino-americanos é, simultaneamente, uma crise de acumulação e de realização da produção. Ela se manifesta, por um lado, no estrangulamento da capacidade de importar os elementos materiais necessários ao desenvolvimento do processo de produção e, por outro, nas restrições encontradas para realizar essa produção. Ambos os fenômenos derivam do fato de a industrialização ter sido realizada com base na velha economia exportadora, sem que fossem realizadas as reformas estruturais capazes de criar um espaço econômico adequado ao crescimento industrial. (Idem, 2010, p. 111)

Como se pode ver, a crise de realização da produção, sob a visão de Marini (2010), manifesta-se através de dois fenômenos, derivados do processo de industrialização típico dos países dependentes.

A partir dessa hipótese inicial, a concepção de Marini sobre a crise brasileira nos anos 60 evoluiu, conforme Luce (2011), passando a ser entendida como “uma crise de realização do capital, provocada pelo mecanismo da superexploração do trabalho e deflagrada temporalmente devido às contradições internas e externas que ele já vinha analisando” (2011, p. 49).

Por fim, um quinto e último debate implícito nas discussões de Marini perpassa a *interpretação acerca das causas do golpe militar de 64: determinações internas versus determinações externas*. Sob o seu ponto de vista, as determinações de ordem externa, inerentes à ação dos Estados Unidos sobre o Brasil, devem ser entendidas como um elemento constitutivo da realidade nacional. Com efeito, “o golpe de 64 e o regime militar que dele resultou são explicados como cumprindo um papel no deslocamento das contradições do capitalismo brasileiro, mediante a articulação de um novo modo de acumulação (...) o subimperialismo” (Idem, p. 50).

Em suma, as polêmicas nas quais se inserem as teses e as reflexões de Marini acerca do subimperialismo foram recuperados por Luce (2011) e oferecem-

nos as linhas de reflexão para que possamos captar os aspectos econômicos e políticos que constituem a peculiaridade do capitalismo monopolista brasileiro. Assim, as contradições próprias da economia dependente, num plano mais geral, estão associadas ao processo de integração da América Latina ao sistema imperialista e, no âmbito mais concreto, referem-se ao conceito de subimperialismo brasileiro, o qual vai além da esfera da economia, definindo-se a partir das determinações no campo da política.

Daí é que se pretende avançar nas discussões que envolvem a peculiaridade do capitalismo brasileiro, explorando a categoria teórica do subimperialismo, o qual se define como uma forma que o padrão de reprodução do capital pode assumir em subcentros do capitalismo dependente, inclusive no caso do Brasil, com o propósito de apreender a particularidade da questão social no Brasil contemporâneo. Como se viu até aqui, os fundamentos defendidos por Marini para “traçar seu diagnóstico sobre a crise que se instaurou no capitalismo brasileiro nos anos 60” (Luce, 2011, p. 43), e sua teorização sobre o subimperialismo, “como forma específica de um novo padrão de reprodução do capital” (Idem, p. 43), possibilitaram entender a peculiaridade do capitalismo dependente no caso brasileiro. Daí se extrai, portanto, que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deu de uma forma peculiar, por meio de uma série de processos históricos que configuram a situação de dependência.

Pelo exposto, depreende-se que os conceitos que fundamentam a economia política da dependência constituem as mediações históricas e teóricas necessárias ao estudo das peculiaridades do capitalismo brasileiro e expõem as particularidades da questão social na realidade contemporânea brasileira.

1.4. A dialética de continuidades e rupturas: o modelo econômico neodesenvolvimentista brasileiro

A tarefa de analisar a nova processualidade histórica brasileira, que se inicia a partir dos anos 2000, nos leva a refletir sobre as determinações inerentes à conjuntura de crise estrutural do capitalismo contemporâneo.

Perseguindo esse caminho, situamos primeiramente o processo histórico de incorporação das premissas neoliberais no contexto mundial e, particularmente no Brasil e, em seguida, analisaremos as novas determinações que se inscrevem no contexto socioeconômico brasileiro na entrada do século XXI. Referimo-nos às novas determinações que se inscrevem na realidade contemporânea brasileira, na entrada do século XXI, ou seja, o neoliberalismo, o neodesenvolvimentismo e a ideologia do social-liberalismo.

A nova processualidade histórica brasileira, na entrada dos anos 2000, é marcada pela revisão ideológica do neoliberalismo³⁶ e, conseqüentemente, pelo surgimento do neodesenvolvimentismo, capitaneado pela ideologia do social-liberalismo³⁷.

Em nível mundial, o neoliberalismo surgiu como fenômeno distinto do liberalismo clássico do século XIX e representou uma reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar.

Conforme Anderson (1995), o alvo dessa formulação ideológica, originária da sociedade de *Mont Pelèrin*³⁸, dirigiu-se ao ataque às limitações dos mecanismos de mercado por parte do Estado, e nessa direção teve como propósito o combate ao keynesianismo e ao solidarismo reinantes para a preparação de novas bases a outro tipo de capitalismo: *duro e livre de regras para o futuro* (grifo nosso)³⁹.

Com relação ao processo de adesão ao neoliberalismo, em nível mundial, o referido autor esclarece que “a hegemonia⁴⁰ do programa neoliberal não se realizou do dia para a noite” (Idem, p. 11). Segundo ele, levou uma década, ou seja, foi somente a partir dos anos 80 que o ideário do neoliberalismo foi incorporado pelos

³⁶ Com base em Castelo (2010), a revisão ideológica do neoliberalismo instaura uma nova direção estratégica preconizada pelo FMI e BIRD, visando promover as medidas corretivas e as reformas estruturais no contexto dos países latino-americanos, tendo em vista a renegociação da dívida externa.

³⁷ Por social-liberalismo entende-se “um amplo movimento em escala internacional da incorporação de premissas do neoliberalismo por tradicionais partidos de orientação social-democrata” (Braga e Bianchi, 2003, p. 1). Sobre isso, consultar BRAGA E BIANCHI. “O Social-liberalismo chega aos trópicos” in: [www://www.pstu.org.br](http://www.pstu.org.br). Acesso em 12/3/2014, p. 1.

³⁸ Conforme Anderson: A sociedade de Mont Pelèrin fundou-se como uma espécie de franco-maçoneria neoliberal, altamente dedicada e organizada para combater o Estado de Bem-Estar, com o propósito de planejar uma nova fase do capitalismo. Essa proposta foi pensada e formulada por um grupo de intelectuais, entre os quais se destacam Friedrich Hayek, Karl Popper, Ludwig Von Mises, Michael Polanyi, Milton Friedman e outros. Sobre isso, ver Castelo, 2011, p. 224.

³⁹ Anderson, 1995, p. 10.

⁴⁰ Uma avaliação da hegemonia neoliberal nos países de capitalismo avançado, nos anos 80, é apresentada por Perry Anderson em “Balanço do Neoliberalismo”, In *Pós Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1995.

países de capitalismo avançado, através da implementação de um pacote de medidas consubstanciadas num programa de privatização das indústrias de aço, petróleo, gás e água.

Pouco a pouco, segundo Anderson (1995), as experiências de alguns países do norte da Europa – mais próximos da ortodoxia neoliberal – foram se estendendo aos outros países⁴¹ que ainda lutavam para adotar uma alternativa progressista ao neoliberalismo.

O autor ressalta que a hegemonia do neoliberalismo fez alguns países fracassarem na tentativa de luta contra a ideologia neoliberal. Estes foram forçados pelos mercados financeiros internacionais a implementar as experiências dos governos neoliberais, “com prioridade para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores de capital e abandono do pleno emprego” (ANDERSON, 1995, p. 13).

Na América Latina a longa história do neoliberalismo se inicia nos anos 1970, com o Golpe de Augusto Pinochet que liquidou a via democrática do socialismo chileno, liderado pelo governo de Salvador Allende. A partir daí, pode-se perceber que o neoliberalismo tornou-se uma referência ideológica para as classes dominantes e ganhou força através das políticas de governo no mundo ocidental.

Dez anos depois, em 1980, o neoliberalismo latino-americano recuperou o fôlego, e nesse período passou a representar “uma alternativa ao esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e da ideologia desenvolvimentista, prometendo acabar com a crise da dívida externa e a alta inflação” (CASTELO, 2010, p. 21).

Com relação aos antecedentes históricos do neoliberalismo, analisados por Teixeira (Teixeira, 1995 apud Castelo, 2010), estes remontam a 1989, quando houve em Washington uma reunião de avaliação das reformas econômicas empreendidas na América Latina. Nesta reunião a proposta neoliberal foi recomendada pelo governo norte-americano aos países do terceiro mundo, como uma condição para a continuidade da concessão de cooperação financeira externa. As recomendações e conclusões desta reunião passaram a ser conhecidas como Consenso de Washington.

⁴¹ Segundo Anderson, naquele período, entre o final da década de 70 até 1983, França e Grécia se esforçaram para realizar uma política de deflação e redistribuição, de pleno emprego e de proteção social.

Sobre as referidas recomendações, vale destacar que:

Suas propostas abrangiam dez áreas: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação e propriedade intelectual. (Idem, p. 224)

A partir do Consenso de Washington, a América Latina adotou uma nova agenda de política econômica e de integração ao mercado mundial, por meio de estratégias centradas na redução do Estado e na abertura da economia, tendo em vista promover o ajuste estrutural imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BIRD). Com efeito, ao seguirem as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BIRD), vários países da América Latina, como Argentina, Venezuela, Colômbia e Brasil, colocaram em prática as medidas preconizadas pelo Consenso de Washington.

Tal como afirma Castelo (2008), esse momento coincide com a primeira fase do neoliberalismo, com a aplicação quase integral do receituário ideal nos países latino-americanos. Com efeito, intensificou-se o controle de gastos públicos, o arrocho salarial, um processo de abertura comercial e financeira e um amplo processo de privatização e combate às organizações operárias.

De acordo com Castelo (2010), durante esta fase verificou-se

a desnacionalização e o desmonte dos parques produtivos nos países que haviam alcançado um grau mais avançado de industrialização, bem como uma espécie de inserção neocolonial na divisão internacional do trabalho, com o aumento do peso de produtos primários na pauta de exportações dos países latino-americanos. (Idem, p. 22)

Assim, como destaca o referido autor, por vinte anos o neoliberalismo foi o modelo de integração subordinada da América Latina à nova fase imperialista do grande capital, reafirmando o caráter dependente do modo de produção capitalista na região.

Contudo, no final dos anos 90, “o neoliberalismo começou a dar os primeiros sinais de esgotamento, deixando claro que as promessas não foram cumpridas e a América Latina continuava imersa na dependência e no subdesenvolvimento” (Idem, ibidem). Particularmente no contexto latino-americano, como observa Castelo (2010), todas as contrarreformas propostas pelo Consenso de Washington resultaram no aumento da desigualdade e numa série de desequilíbrios

macroeconômicos e sociais, como a degradação do mundo do trabalho, expressa no desemprego estrutural, na precarização das relações de trabalho, na redução dos direitos sociais e no aumento do pauperismo.

De acordo com Castelo (Idem), ao final dos anos 90 teve início a segunda fase do neoliberalismo, quando este passou por uma revisão no plano ideológico. Por consequência, na América Latina instauraram-se novas alternativas, capitaneadas pelas lideranças de centro-esquerda, tal como evidencia o autor:

Alternativas surgiram, umas mais à esquerda, outras mais ao centro. Cada uma delas tem bases ideológicas e programáticas diferentes e, por vezes, divergentes. Podemos dividi-las, esquematicamente, em três grandes propostas: o social-liberalismo, o novo-desenvolvimentismo e o socialismo do século XXI. (Idem, p. 23)

Com base em Castelo (2010), mencionam-se as características distintas de cada uma dessas três grandes propostas, destacando suas bases ideológicas e alternativas programáticas.

O neodesenvolvimentismo caracteriza-se, numa posição de centro-esquerda, como uma estratégia política voltada a promover projetos de crescimento econômico articulados a uma melhora nos padrões distributivos da América Latina. Esse objetivo converge com a defesa de um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na “questão social”. Ainda com base em Castelo (2010), essa estratégia segue a influência das ideias keynesianas e está presente em alguns setores do governo Lula.

O social-liberalismo pode ser considerado como uma estratégia política de aprofundamento das medidas liberalizantes, empreendida pelas classes dominantes e com vistas a “dar respostas às múltiplas tensões derivadas do acirramento das expressões da ‘questão social’ e da luta política da classe trabalhadora” (Idem, ibidem).

Do lado da esquerda, tem-se o socialismo do século XXI, referenciado por movimentos como a revolução bolivariana na Venezuela, guiado pela radicalização da resistência popular, no sentido de consolidar o rompimento com as elites dominantes imperialistas e combater as relações capitalistas, raciais e coloniais.

De acordo com Mota (2010), essas são as novas determinações que marcam o início de uma nova processualidade histórica⁴² “na particularidade brasileira, (...)”

⁴² O início de uma outra processualidade histórica, nos termos de Mota, coincide com a chegada de Lula à presidência da República. Sobre isso, ver Mota (2010, p. 19).

revelando um novo projeto e processo de restauração da ordem do capital, agora legitimado e conduzido pelas lideranças do centro-esquerda dos países latino-americanos” (Idem, p. 19). Segundo a referida autora, essa nova processualidade histórica refere-se ao neodesenvolvimentismo e às propostas do social-liberalismo.

Ao recuperar o debate atual sobre o neodesenvolvimentismo, interessa-nos, primeiramente, situar as posições e opiniões divergentes sobre o desempenho econômico nos dois mandatos do governo Lula, tendo em vista captar as principais mudanças implementadas no âmbito da economia durante esse período. Cabe ressaltar que a discussão sobre o neodesenvolvimentismo brasileiro fundamenta-se em duas linhas de investigação.

Na visão defendida pelos petistas durante o primeiro mandato de Lula, destaca-se que houve a necessidade de administrar os problemas decorrentes da política econômica adotada pelo governo anterior, o que fez o governo Lula abdicar de uma ruptura e assumir “o compromisso com uma transição pactuada” (Mercadante, 2010 apud Castelo, 2012). Com efeito, a partir de 2006 o Brasil teria iniciado um ciclo virtuoso de crescimento econômico ao romper com a “herança maldita”⁴³, recebida do governo anterior, adotando o projeto do neodesenvolvimentismo.

Todavia, existia outra posição ligada aos grupos de oposição de direita ao governo Lula, a qual relaciona os bons resultados desse “novo momento” (grifo nosso) com a implementação de reformas neoliberais iniciadas desde 1990, durante o governo de FHC. Essa posição denota uma manutenção da mesma política macroeconômica do segundo governo de FHC. Os defensores desta posição explicitam que “a orientação neoliberal e a política macroeconômica teriam tornado o capitalismo brasileiro mais competitivo, estabelecendo novas condições para o crescimento econômico” (Filgueiras et alii, 2010, p. 36).

Situando-se numa perspectiva crítica acerca do atual debate sobre o neodesenvolvimentismo brasileiro, Filgueiras e Gonçalves (2007), Filgueiras et alii (2010) e Gonçalves (2013) apresentam interpretações que se distinguem das duas posições destacadas anteriormente.

⁴³ Expressão utilizada por Filgueiras et alii (2010) para caracterizar a péssima administração e os problemas decorrentes dos governos anteriores.

A visão desses autores, sobre a política e a dinâmica macroeconômica do governo Lula, traz para o primeiro plano do debate a natureza da estrutura e a dinâmica do capitalismo brasileiro.

Sobre esse aspecto, assim opinam Filgueiras e Gonçalves (2007):

Em resposta à crise do Modelo de Substituição de Importações (MSI), a partir do início da década de 1990, a economia brasileira experimenta um processo de profundas transformações estruturais que leva à configuração de um novo modelo econômico que pode ser chamado de modelo liberal e periférico. (Idem, p. 95)

Nesse sentido, os referidos autores apontam que o processo de consolidação e fortalecimento do modelo liberal-periférico reflete a principal característica do governo Lula, porquanto este se constituiu a partir da crise do modelo de substituição de importações⁴⁴ – MSI.

Nesse sentido, cumpre enfatizar o argumento explicativo apresentado pelo autor, ao caracterizar o modelo econômico brasileiro, adotado na entrada do século XXI, como *liberal e periférico*. *Liberal*, porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas; da implementação de reformas no âmbito do Estado; da privatização de empresas estatais; e de um processo de desregulamentação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho.

Ao mesmo tempo, esse modelo é *periférico* porque compreende uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa uma posição subalterna no sistema econômico internacional. Além disso, acrescenta o autor: “este modelo se caracteriza por significativa vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais” (Idem, ibidem).

Em suma, o modelo liberal e periférico caracteriza-se como *liberal* em virtude da natureza das reformas que o estruturaram e o constituíram: “abertura e liberalização da economia, privatização das empresas estatais e desregulação do mercado de trabalho” (Filgueiras e Gonçalves, 2007, p. 95). E como *periférico* “por

⁴⁴ De acordo com Castelo (2012), “o processo de industrialização via modelo de substituição de importações ganhou impulso em 1930, como forma de reação à crise econômica mundial de 1929. Esse projeto de industrialização começou sob o impulso de iniciativas estatais, com políticas protecionistas, de empréstimos e isenções fiscais para investidores privados, que não alocavam seus capitais nos setores de bens de consumo não duráveis” (Idem, p. 619).

ser uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país dependente” (Idem, ibidem).

De acordo com Filgueiras e Gonçalves (2007), o modelo liberal e periférico resulta da redefinição das relações capital-trabalho e das relações intercapitalistas:

Ele se diferencia do modelo de substituição de importações, sobretudo, por um novo tipo de inserção internacional (principalmente, nas esferas comercial e financeira) do país e pela reestruturação do Estado – que reorientou suas funções e a forma de sua intervenção na esfera econômica. (Idem, p. 96)

Tal como postulam os autores, o atual modelo liberal-periférico instaurou-se a partir de profundas mudanças capitaneadas por sucessivos governos, destacando-se, pelo menos, cinco dimensões da organização econômica e política do país:

1 - a relação capital/trabalho, 2 - a relação entre as distintas frações do capital, 3 - a inserção internacional (econômico-financeira) do país, 4 - a estrutura e o funcionamento do Estado e 5 - as formas de representação política. (Idem, p. 40)

A considerar o conjunto de reformas, iniciadas ainda no governo Collor e aprofundadas no primeiro governo Cardoso, conforme Filgueiras e Gonçalves (2007), o novo modelo econômico expressa profundas transformações nestas cinco dimensões.

As mudanças nas relações entre capital e trabalho e nas relações intercapitalistas expressam, nestas duas últimas décadas – particularmente, nos dois mandatos do governo Lula –, uma dinâmica macroeconômica colocada em prática por um modelo liberal-periférico. Essa dinâmica, por sua vez, provocou profundas inflexões na organização e gestão do trabalho e trouxe implicações devastadoras sobre o mercado de trabalho, configurando um processo de precarização e de flexibilização.

Sob essa lógica, cabe enfatizar que esse modelo traduz as características do neodesenvolvimentismo brasileiro instaurado pelo governo Lula. Ao problematizar os traços característicos do modelo econômico liberal e periférico, objetivamos apresentar um balanço crítico desse governo, a fim de captar as estratégias políticas voltadas ao enfrentamento das sequelas da questão social.

Em um recente artigo publicado na Revista Serviço Social e Sociedade, intitulado “Novo-Desenvolvimentismo e Liberalismo enraizado”, Reinaldo Gonçalves (2012) discute a evolução da formulação político-ideológica de desenvolvimento econômico conhecida como novo-desenvolvimentismo e estabelece algumas divergências ou convergências entre o novo-desenvolvimentismo, o nacional-desenvolvimentismo, a ortodoxia convencional (leia-se monetarismo) e o neoliberalismo.

A hipótese levantada pelo autor é que o neodesenvolvimentismo brasileiro é mais uma versão do liberalismo econômico enraizado⁴⁵, que exprime o compromisso entre as diretrizes estratégicas do liberalismo e a intervenção estatal orientada para a estabilização econômica. Os argumentos levantados baseiam-se nos seguintes pontos:

(i) o novo-desenvolvimentismo, como formulação teórica, é muito distinto da concepção nacional-desenvolvimentista, seja a original formulada e implementada em países como Estados Unidos e Alemanha, seja a cópia infiel latino-americana; (ii) o novo-desenvolvimentismo tem convergências com o Consenso de Washington e o Pós Consenso de Washington; (iii) o novo-desenvolvimentismo é apresentado como um “programa alternativo ao projeto monetarista neoliberal”, contudo incorpora elementos que estão presentes na concepção liberal de desenvolvimento.

A partir dos anos 2000, no início do governo Lula, segundo Gonçalves (2012), instauraram-se no Brasil novas diretrizes estratégicas voltadas a promover o desenvolvimento econômico brasileiro. Assim, de acordo com o referido autor, o conjunto destas diretrizes expressa um projeto que se pode denominar “nacional-desenvolvimentismo às avessas”.

Para Gonçalves, esta expressão caracteriza o projeto neodesenvolvimentista capitaneado pelo governo Lula, o qual se expressa por meio da “ausência de transformações estruturais que caracterizam o projeto desenvolvimentista” (Idem, p. 638).

⁴⁵ Segundo Gonçalves (2012), o liberalismo enraizado foi gerado pelos países desenvolvidos sob a hegemonia dos Estados Unidos. Sobre isto, destaca: “este expressa, de um lado, o compromisso entre o livre comércio de produtos, a livre circulação de capitais no sistema econômico internacional e a promoção de uma ordem internacional assentada no multilateralismo; de outro, a intervenção do Estado nas suas funções alocativa, distributiva, reguladora e estabilizadora” (2012, p. 640).

Nesse sentido, Gonçalves (2013) assevera que a tese da grande transformação, defendida pelos petistas pode ser contestada, pois não houve mudanças estruturais na economia brasileira a partir do modelo neodesenvolvimentista; “muito pelo contrário, as mudanças foram na direção inversa (desenvolvimentismo às avessas)” (Idem, p. 1).

No confronto com o nacional-desenvolvimentismo, conforme Gonçalves (2012), o destaque é, sem dúvida, para a questão do motor do crescimento econômico; no nacional-desenvolvimentismo o motor é a absorção interna (consumo, investimento e gasto público), enquanto no novo-desenvolvimentismo o motor do crescimento é a exportação. Nesse sentido, o neodesenvolvimentismo aproxima-se bastante do modelo de crescimento orientado para fora, que foi defendido pelo Banco Mundial nos anos 80.

Quanto aos contrastes entre o novo-desenvolvimentismo e o nacional-desenvolvimentismo, sintetiza Gonçalves (2012):

no novo-desenvolvimentismo o foco é a competitividade internacional. Outro contraste com o nacional-desenvolvimentismo é a liberalização comercial. No novo-desenvolvimentismo defende-se a abertura comercial, enquanto no segundo, o protecionismo coloca-se como um de seus pilares.

Em suma, com base em Gonçalves (2012), depreende-se que o neodesenvolvimentismo constitui o novo modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil, surgido no bojo do capitalismo global do século XXI, na década de 2000, cujos eixos estruturantes representam o nacional-desenvolvimentismo⁴⁶ às avessas. Portanto, na visão do referido autor, houve uma troca de sinais do neodesenvolvimentismo brasileiro em relação ao nacional-desenvolvimentismo e à sua “cópia infiel” (grifo nosso) latino-americana.

⁴⁶ Para Gonçalves: “O nacional-desenvolvimentismo pode ser conceituado, de forma simplificada, como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. O nacional-desenvolvimentismo é, na realidade, uma versão do nacionalismo econômico”. Sobre isso, ver Gonçalves, 2012, p. 651.

Outro aspecto destacado por Gonçalves (2012), ao caracterizar o neodesenvolvimentismo brasileiro, refere-se às suas diferenças e convergências relacionadas às diretrizes estratégicas defendidas pelo Consenso de Washington⁴⁷.

Sobre isto, afirma Gonçalves (2012):

No novo-desenvolvimentismo, a ênfase exagerada na influência da política macroeconômica compromete a definição de formulações e análises mais profundas a respeito de questões estruturais. Em consequência, essa ênfase afasta significativamente o novo-desenvolvimentismo do nacional-desenvolvimentismo. Por outro lado, a ênfase na estabilização macroeconômica, principalmente na questão da inflação e no equilíbrio das contas externas, aproxima o novo-desenvolvimentismo do Consenso de Washington.

Portanto, para Gonçalves (2012), as divergências entre o novo-desenvolvimentismo e o Consenso de Washington não impedem a convergência entre eles no que se refere à política macroeconômica, principalmente no sentido da rejeição do equilíbrio fiscal e da alta prioridade atribuída ao controle da inflação.

Ainda em relação ao novo-desenvolvimentismo, enfatiza o autor:

Há destaque para reformas das instituições, principalmente a maior eficácia do governo e a maior eficiência dos mercados. O novo-desenvolvimentismo coloca ênfase nas políticas macroeconômicas. (2012, p. 656)

Em termos políticos, o autor destaca a aproximação do neodesenvolvimentismo com a ortodoxia e o liberalismo também na questão do papel do Estado:

A visão é a de um Estado dominador e autônomo que defende interesses coletivos, é complementar ao mercado e promove o bem-estar social. Essa concepção de Estado negligencia a influência das classes e setores dominantes, supõe a separação entre rentistas e industriais, e desconhece os conflitos entre classes, grupos e setores da sociedade. (Castelo, 2010 apud Gonçalves, 2012)

⁴⁷ Como já foi visto, o Consenso de Washington apresenta diretrizes em relação às estratégias de desenvolvimento e políticas macroeconômicas e assenta-se nos pilares neoliberais fundamentais: liberalização e desregulamentação. Como diz Gonçalves (2012): “O enquadramento político-ideológico é, sem dúvida alguma, o neoliberalismo em ascensão nos anos 80.” (Idem, p. 654).

Assim, com base em Gonçalves (2012), o neodesenvolvimentismo propõe-se ao gerenciamento do modelo liberal periférico, com ênfase nas políticas macroeconômicas e na função estabilizadora do Estado.

Sob essa perspectiva, acrescenta-se que “[...] novo-desenvolvimentismo não é o nacional-desenvolvimentismo, isto é, um padrão que surgiu no bojo da ascensão histórica do capital nas periferias capitalistas latino-americanas do imediato pós-guerra” (ALVES, 2014b, p. 51).

Com base em Carcanholo (2010), a “nova” *performance* macroeconômica do governo Lula remete à designação da política “mais do mesmo”. Nesse sentido, do ponto de vista comercial e produtivo percebe-se a manutenção da lógica liberalizante. Segundo o referido autor, os traços característicos da política neodesenvolvimentista de Lula traduzem o significado das “armadilhas” relacionadas ao processo de abertura externa (comercial e financeira) que sintetiza o projeto neoliberal. Esse processo leva, como se viu na América Latina nos anos 90, a uma enorme dependência dos fluxos de capitais externos para o fechamento das contas do balanço de pagamentos, num ambiente em que o sistema financeiro internacional é instável (Idem, p. 118).

Para Carcanholo (2010), essas “armadilhas” (grifo nosso) foram produzidas pela estratégia neoliberal e ainda teriam seus efeitos potencializados. Na visão desse autor, essas armadilhas persistiram e colocaram em evidência os problemas estruturais da economia brasileira que ainda não tinham sido solucionados. Isto, por sua vez, explica o medíocre desempenho da economia brasileira até 2002 e a aparente melhora nas taxas de crescimento da economia brasileira a partir de 2006, que, segundo ele, reflete-se como uma “melhora dos indicadores de vulnerabilidade externa, que é meramente conjuntural” (Idem, p. 123).

Assim, de acordo com o referido autor:

A conclusão é que os problemas estruturais e as armadilhas do processo de abertura e liberalização externa da economia brasileira se mantêm durante o governo Lula. A fase de aparente melhoria entre 2002 e 2007 não se deveu a uma mudança/ruptura desse governo ante as estratégias do período anterior. Ao contrário, este governo não só manteve, como aprofundou a estratégia neoliberal de desenvolvimento no que tange à sua inserção externa. Nada mais natural que a vulnerabilidade externa estrutural volte a se manifestar

justamente no momento em que o cenário externo amplamente favorável se desfez. (Idem, p. 131)

Assim, conforme Carcanholo (2010), no governo Lula o que ocorreu foi uma intensificação dos mesmos problemas estruturais da economia, uma vez que o crescimento econômico foi ocasionado por uma conjuntura internacional favorável.

Este pensamento corrobora a tese do não rompimento com a estratégia neoliberal por parte do governo Lula. Ou, como diria Gonçalves (2013), essas evidências comprovam um “desenvolvimentismo às avessas”, uma vez que as mudanças que se configuram nesta última década seguem uma direção inversa ao que propõe a política implementada pelo nacional-desenvolvimentismo. Portanto, confirma-se a tese de que o neodesenvolvimentismo é apreendido como o nacional-desenvolvimentismo às avessas.

Em uma última análise sobre o neodesenvolvimentismo, formulada por Castelo (2012), cabe ressaltar que, em termos políticos, houve uma redução das lutas de classe no controle das políticas externa, econômica e social, com vistas a operar uma transição lenta e gradual do neoliberalismo para uma quarta fase do desenvolvimentismo.

Conforme o referido autor:

A grande política é, portanto, esvaziada do seu poder transformador, como se a distribuição da riqueza nacional e a apropriação da mais-valia não se tratasse de uma organização e força das classes sociais, tal qual defendiam a economia política clássica e a crítica da economia política. (Idem, p. 630)

De acordo com Castelo (2012), na entrada do século XXI o neodesenvolvimentismo opera com o social-liberalismo e mantém de pé os acordos firmados pelo Consenso de Washington.

Diante disso, assevera o autor: “abriu-se uma nova etapa da Revolução Passiva com acordos entre modernas e arcaicas classes dominantes, sob a égide da aristocracia operária, em um processo maciço de transformismo”. Por consequência, “deparamos com uma nova fase do capitalismo dependente: sem

rupturas, reafirmou-se o desenvolvimento desigual e combinado brasileiro”⁴⁸ (Idem, p. 631).

Sobre este aspecto, o “desenvolvimento desigual e combinado”, conforme Francisco de Oliveira (Francisco de Oliveira, 1987 apud Tavares, 2014) se processa entre atividades agrárias de regiões brasileiras e reproduz um movimento que nada tem de original. A característica de desigual e combinado expressa o processo de expansão do capitalismo no Brasil.

Isto significa dizer que

a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera a força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. (Idem, p. 318)

Com base nessas reflexões, depreende-se que a nova processualidade histórica brasileira, na entrada da década de 2000, expõe a dialética de continuidades e rupturas que caracteriza o neodesenvolvimentismo no Brasil.

Assim, de acordo com Alves (2014),

na medida em que o neodesenvolvimentismo se apresenta como modernização conservadora, preservou, de um lado, traços históricos da (arcaica) flexibilidade estrutural da força de trabalho abundante que existe no Brasil, e, por outro lado, incorporou traços da (moderna) nova precariedade salarial que caracteriza o capitalismo global na era do trabalho flexível. (Idem, p. 55)

Diante do exposto, conclui-se que as novas determinações expressas pela política econômica neodesenvolvimentista configuram uma nova processualidade histórica que, no caso brasileiro, reflete-se por uma conjuntura econômica distinta, porém marcada pela adaptação às determinações externas do mercado mundial. Estas determinações, por sua vez, permitem afirmar que na atualidade configura-se uma nova fase de refuncionalização do modelo arcaico (economia agrário-

⁴⁸ “A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento desigual e combinado, que significa a aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha” (TROTSKI, 1967 apud TAVARES, 2014, p. 315).

exportadora) e de ajustes ao padrão de acumulação que segue a lógica imperativa dos ditames do capital, por meio de um regime político perfilado pela autocracia burguesa.

Nesta direção, evidencia-se a diretriz estratégica básica preconizada pelo governo Lula: promover o crescimento econômico com menor desigualdade.

Pode-se dizer que a cena da história é protagonizada pela Terceira Via, colocada supostamente, além da esquerda e da direita, a qual pressupõe a renovação da hegemonia neoliberal pela social-democracia. Conforme coloca Castelo (2013), no social-liberalismo, defende-se a parceria entre Estado e grupos sociais, à luz do que pregam os ideólogos da terceira via. Conseqüentemente, gestou-se um consenso mundial em torno dos problemas e das responsabilidades globais. Segundo o referido autor, esse consenso, na atual fase de crise do capitalismo contemporâneo, representa a supremacia burguesa ao incorporar o debate sobre a “questão social”.

Com base em Castelo (2008), as principais medidas do social-liberalismo

direcionavam-se a uma tentativa de acoplar uma agenda social ao projeto neoliberal, promovendo um sincretismo de medidas de estímulo a intervenções pontuais do Estado e do chamado Terceiro Setor nas expressões mais explosivas da “questão social”, reconhecendo as falhas de mercado sem, no entanto, tocar nos fundamentos da vida mercantil no capitalismo. (Idem, p. 2)

Com base nesse pensamento, percebe-se que nas últimas décadas criou-se o que se pode chamar de uma *razão cínica acerca da questão social*. Esta modalidade, referida por Fredric Jameson⁴⁹ (Fredric Jameson, 2004 apud Castelo, 2013) e recuperada por Castelo (2013), “está presente na dualidade entre uma retórica que defende uma face humana para o capitalismo e estratégias políticas dissimuladas que atentam contra os interesses daqueles que sofrem os efeitos nefastos do projeto neoliberal” (Idem, p. 251).

Na opinião desses autores, as novas determinações do mercado, conduzidas pela via da orientação social-democrata, através dos mecanismos de adesão às políticas de ajuste estrutural – ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial – e a defesa das reformas trabalhistas e previdenciárias

⁴⁹ Segundo Castelo (2013), “Fredric Jameson (2004) descreve esta modalidade de encapsulamento e neutralização dos setores radicais das classes subalternas como resultado da não ignorância sobre os fatos da situação miserável na qual está presa mais da metade da humanidade, mas justamente pelo seu oposto: pelo seu conhecimento generalizado”. Sobre isto ver, Castelo, 2013: p. 250.

produziram um novo cenário político brasileiro caracterizado por um curioso efeito político: “a emergência de uma espécie de neoliberalismo mitigado” (Braga e Bianchi, 2003, p. 1).

A despeito deste novo cenário, observam os referidos autores:

O desgaste das estratégias dos fundos internacionais, os ataques aos direitos sociais, o desempenho econômico modesto, o desemprego e o enfraquecimento eleitoral daí decorrentes conferiram um novo fôlego ao projeto da moderna orientação social-democrata, na Europa e no Brasil. (Idem, p. 2)

Diante disso, é possível afirmar que uma nova processualidade histórica brasileira, na entrada do século XXI, caracteriza-se pelo processo político de conversão da esquerda à social-democracia, e, igualmente reflete um conjunto de temas heterogêneos e articulados que expressam as alternativas à crise do neoliberalismo que são captadas, atualmente, pela perspectiva do social-liberalismo.

Conforme Castelo (2013), “o receituário ideal neoliberal e o social liberalismo não são dois projetos distintos” (Idem, p. 274), pois ambos se expressam num mesmo programa reformista-conservador operado por forças políticas diferentes:

O social-liberalismo comporta, portanto, um duplo movimento: a decadência política e ideológica da social democracia, esvaziada de suas lutas reformistas na construção de uma via democrático-institucional para o socialismo, e a incorporação de uma agenda social ao neoliberalismo. A resultante desses dois movimentos, aparentemente paradoxais entre si, converge em um sentido único: a formação de um novo senso comum, um consenso que ocupa o centro da política mundial e neutraliza as lutas mais radicais de combate às expressões da questão social, ou mesmo de eliminação do capitalismo. (Idem, p. 274)

Em suma, o social-liberalismo pode ser considerado como uma ideologia de manutenção da ordem capitalista que norteia uma série de intervenções políticas nas expressões da questão social, como “ações do voluntariado, da filantropia empresarial, da responsabilidade social, do terceiro setor e de políticas assistencialistas e fragmentadas, que não questionam as bases da acumulação capitalista” (Idem, p. 276), produtora de riqueza e de miséria.

Ao recuperar as reflexões de Castelo (2013) sobre a versão contemporânea do social-liberalismo brasileiro, buscamos problematizar as estratégias políticas mediadas pelo Estado e direcionadas ao enfrentamento das sequelas da questão social, no Brasil, nesta última década.

As proposições políticas e analíticas voltadas à questão social brasileira, à pobreza e à desigualdade social, conforme Castelo (2013), expressam “a ideologia social-liberal, a qual sustenta a hegemonia burguesa em torno do debate da questão social” (Idem, p. 249). As ideias difundidas pela ideologia do social-liberalismo ocupam um lugar de destaque na política econômica e na política social, de onde surgiram as promessas de erradicar a pobreza absoluta e a miséria absoluta, através da redução da desigualdade de renda.

Infere-se daí que, no Brasil contemporâneo, a discussão sobre as formas de enfrentamento das sequelas da questão social restringe-se às noções de pobreza e desigualdade de renda. Contudo, o foco do social-liberalismo com relação ao combate à pobreza e as desigualdades sociais não deve ficar restrito às políticas compensatórias.

Assim, uma parte dos ideólogos do social-liberalismo defende a ampliação do Estado Social no sentido de patrocinar a “igualdade de oportunidades, pela via da educação e da expansão do microcrédito”, considerando-se que esta lógica traz mais retorno do que as políticas sociais e não atenta contra a “liberdade individual dos cidadãos e os mecanismos de regulação mercantil” (Castelo, 2008, p. 29).

Estas ideias consubstanciam o “caráter inovador”⁵⁰ das políticas sociais, o qual se expressa, conforme Mauriel (2010), através de duas dimensões relacionadas à perspectiva da desigualdade social: a *desigualdade econômica*⁵¹ (de bens, de renda, de condições materiais efetivas), que traduz uma situação externa aos indivíduos, remete à estrutura; e a *desigualdade de capacidades* (de potencialidades ligadas às características das pessoas), onde o foco está naquilo que as pessoas podem realizar. Essa noção de desigualdade social possui dois desdobramentos: a defesa da justiça distributiva e a da igualdade de oportunidades, como saídas para a resolução do problema da pobreza e da desigualdade.

⁵⁰ É possível perceber que a inovação apontada por Werneck Viana (2009) e Mauriel (2010) está consubstanciada nas ideias que conformam a base da teoria do desenvolvimento humano, propagada por organismos econômicos multilaterais como PNUD e o Banco Mundial, a qual reflete uma nova concepção de política e seguridade social na contemporaneidade.

⁵¹ “O expoente com maior proeminência no desenvolvimento dessa perspectiva é o indiano Amartya Sen (SEN, 2001, 2000), cujas ideias conformam a base para a teoria do desenvolvimento humano, propagada por organismos econômicos multilaterais como PNUD e Banco Mundial. Um dos principais aspectos do pensamento seniano ligado à política social é sua análise sobre pobreza e desigualdade” (MAURIEL, 2010). Sobre isso, ver MAURIEL, A. P. “Pobreza, Assistência e Seguridade Social: desafios da política social brasileira”. In: Revista Katálisis, n. 13, jul./dez. 2010.

Através da incorporação das noções de pobreza e desigualdade de renda, o social-liberalismo brasileiro difunde a ideia de que o enfrentamento das sequelas da questão social deve se dar pela via da inovação e da ação técnico-instrumental, caracterizada, muitas vezes, pelo “novo economicismo solidário” (Menezes, 2007 apud Mauriel, 2010).

Para concluir, recorreremos às reflexões de Guimarães (2014), extraídas do texto “Alternativas brasileiras”, publicado na Revista Le Monde Diplomatique:

A maior influência do dinheiro na política revela-se sobre os possíveis caminhos que o Brasil pode trilhar nas áreas política, econômica, social e internacional. Nessa direção, atualmente, a prioridade coloca-se no controle da inflação e na promoção do crescimento econômico aliados aos Programas sociais focados nos mais pobres. (grifo nosso)

Com base neste pensamento, é possível inferir que “as alternativas brasileiras constituem um complexo de desafios políticos, econômicos, sociais e internacionais que não podem ser bem compreendidos nem enfrentados se não se reconhecer sua inter-relação” (Idem, p. 1).

Para fins de nosso objeto de análise nesta tese, um dos principais desafios consiste na discussão sobre a questão social associada às mudanças recentes no mundo do trabalho, a qual demanda uma leitura crítica dos novos determinantes econômicos e políticos que circunscrevem a sociedade brasileira contemporânea, como o neoliberalismo, o neodesenvolvimentismo e o social-liberalismo.

Concomitantemente, defende-se que este desafio evidencia um complexo de mediações particulares que caracterizam as atuais mudanças no mundo do trabalho na realidade brasileira, tais como: *a desindustrialização, a desnacionalização e a “reprimarização” da economia brasileira* (Idem, p. 3).

Em poucas linhas, conclui-se que esses determinantes históricos expõem as tensões mais agudas das sequelas da questão social, que, no contexto brasileiro da entrada do século XXI, se traduzem pela situação precária dos trabalhadores imigrantes, dos trabalhadores de rua, do trabalho informal e terceirizado, da falta de transportes públicos, de serviços públicos de saúde, educação, saneamento básico e água potável para as periferias e regiões mais pobres do país. Enfim, o conjunto dessas situações, a nosso ver, refletem as tendências constitutivas das particularidades da questão social no Brasil, consubstanciadas na precarização, na superexploração do trabalho e na expropriação dos direitos sociais.

CAPÍTULO II – A SUPERPOPLAÇÃO, A PRECARIZAÇÃO E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

No capítulo anterior, analisamos o desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil, associado à história universal da integração dos sistemas de produção, na qual diferentes países estabelecem relações com graus de intensidade variados, configurando assim o *sistema mundial capitalista*. Nesse nível de apreensão, desvelamos a particularidade do capitalismo brasileiro dependente, em sua relação com o sistema capitalista mundial na fase imperialista.

Ao tomar como referência as categorias teóricas que nortearam a economia política da dependência, ancorada no pensamento de Ruy Mauro Marini, nota-se que a superexploração da força de trabalho e os mecanismos de transferência de valor são os fundamentos que explicam o modo *sui generis* do capitalismo dependente. Com efeito, a superexploração da força de trabalho constitui uma categoria própria das economias dependentes, que se expressa em formas e mecanismos específicos de elevação das taxas de exploração.

Para nós importa demarcar que a concepção da questão social aqui defendida pressupõe a apreensão de sua gênese histórica para além de suas expressões fenomênicas. A análise das particularidades da questão social na realidade brasileira consubstancia-se no contexto brasileiro de precarização estrutural do trabalho, na entrada do século XXI, e indica uma tendência expressiva de ampliação contínua da superpopulação relativa e um incremento das modalidades de superexploração da força de trabalho.

Nesse sentido, defende-se que a precarização do trabalho é histórica e está associada à dinâmica de acumulação capitalista que se expressa desde o surgimento da grande indústria, através da produção de uma população excedente às necessidades de valorização do capital e da pauperização dos trabalhadores.

Partindo desses pressupostos teóricos marxistas e ancorados na lei geral de acumulação capitalista, neste capítulo intencionamos apreender as categorias da superpopulação relativa e da pauperização, como tendências constitutivas e necessárias ao processo de acumulação capitalista, a fim de ampliar a discussão sobre a questão social contemporânea para além de suas expressões fenomênicas.

Com base nessas categorias teóricas de análise, será abordada a relação entre a superpopulação relativa (Marx) e os mecanismos de superexploração do trabalho típicos da situação de dependência, a fim de conceituar e problematizar a noção de precarização do trabalho no contexto atual do capitalismo brasileiro.

2.1. A superpopulação relativa como produto da acumulação capitalista: impactos sobre a classe trabalhadora

Como já foi dito, a condição vital da indústria moderna consiste na produção de uma *superpopulação relativa* ou de um exército industrial de reserva.

Assim, como diria Marx (1988), “toda a forma de movimento da indústria moderna decorre da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados” (Idem, p. 192).

Partindo desse pressuposto, Marx (1988) reconhece a necessidade da produção de uma população trabalhadora supérflua como uma necessidade da acumulação. Importa considerar que a mesma necessidade de expansão da acumulação traduz a lei da oferta e da demanda da força de trabalho.

Nesse sentido, no capitalismo não se pode negar a influência que a *superpopulação relativa* exerce sobre a tendência de crescimento do capital global e, ao mesmo tempo, sobre o decréscimo da demanda de trabalho.

Se, por um lado, a superpopulação relativa contribui para o crescimento do capital global, por outro lado, exerce uma influência negativa sobre a demanda da força de trabalho.

Quanto a essa questão, explica Rosdolsky (2001):

Com a difusão da maquinaria, a relação entre a parte constante e a parte variável modifica-se cada vez mais, em benefício da primeira. Como a demanda de trabalho não depende do capital global, mas sim de sua parte variável, essa demanda decresce progressivamente na medida em que cresce o capital global, em vez de aumentar proporcionalmente [...] tal como antes. Em relação à magnitude do capital global e ao seu incremento, essa demanda diminui aceleradamente. (Idem, p. 249)

Fundamentado em Marx, o referido autor conceitua a superpopulação relativa como sendo *o eixo em torno do qual se move a lei de oferta e demanda de trabalho, que mantém o campo de ação dentro dos limites que convém às necessidades de valorização e de poder do capital* (Idem, p. 249).

Segundo explica Rosdolsky (2001), no capitalismo desenvolvido, especialmente nos períodos de recessão econômica e de começo de uma retomada, a superpopulação consegue pressionar o exército ativo de trabalhadores, impedindo que este eleve demais suas pretensões salariais; em tempos de crise, frequentemente impede que ele use o direito de greve para rechaçar a ofensiva do capital contra o nível de vida da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a tendência de crescimento do capital global e o decréscimo da demanda de trabalho explicam-se por uma população supérflua às necessidades de valorização do capital, tanto em tempos de crise como em tempos de prosperidade. Com efeito, a função exercida pela *superpopulação relativa* é indispensável ao capital e baseia-se em dois motivos:

Em primeiro lugar, coloca à sua disposição, para as suas necessidades de valorização que se alternam, [...] um material humano sempre disponível para ser explorado, ao qual, conforme a situação conjuntural, pode dar emprego ou deixar na rua. [...] Em segundo lugar, o exército industrial de reserva atua como um poderoso regulador de salários, pois freia as pretensões salariais da classe trabalhadora. (Idem, ibidem)

Isto deixa evidente que a *superpopulação relativa* exerce uma influência significativa sobre o movimento dos salários da classe trabalhadora em situações conjunturais distintas.

Nesta mesma direção, afirma Rosdolsky (2001):

Os movimentos gerais dos salários são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, as quais correspondem, por sua vez, às vicissitudes do ciclo industrial. Não são regulados pelo movimento absoluto da população, mas sim pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento e a diminuição do volume relativo da superpopulação, pelo grau em que esta é absorvida ou repelida.

Tal como postula Marx, o aumento do exército industrial de reserva deve ser encarado como uma tendência histórica geral que é própria do modo de produção capitalista, e este, por sua vez, regula o movimento dos salários da classe trabalhadora. Com base em Marx e na categoria da superpopulação relativa, é possível apreender os impactos da acumulação capitalista sobre a classe trabalhadora. Entretanto, devem ser considerados os fatores que podem compensar os efeitos desfavoráveis da superpopulação relativa sobre a determinação dos salários.

Rosdolsky (2001) destaca os três fatores que podem influenciar no crescimento ou na diminuição do exército industrial de reserva e que, conseqüentemente, repercutem no movimento dos salários da classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, o autor aduz que em função da expansão do capital poderá ocorrer um crescimento da demanda de força de trabalho, a ponto de restringir os efeitos do exército industrial de reserva. Em segundo lugar, explicita que em momentos de prosperidade o exército industrial de reserva poderá até desaparecer, diminuindo assim a sua influência sobre os salários. E, finalmente, em terceiro lugar, afirma que:

O trabalho extra da parcela ocupada da classe trabalhadora faz aumentar o contingente em reserva, enquanto este último exerce uma pressão concorrencial redobrada sobre aquela população ocupada, obrigando-a trabalhar excessivamente e a submeter-se às exigências do capital [...] A produção de uma superpopulação relativa e a liberação de trabalhadores avançam ainda mais rapidamente que a renovação tecnológica do processo de produção – renovação acelerada do próprio progresso da acumulação – e a conseqüente redução proporcional da parte variável do capital em relação à parte constante. (Idem, p. 249)

Desse modo, o exército industrial de reserva exerce uma pressão concorrencial sobre o segmento ativo da classe trabalhadora, obrigando-o a trabalhar intensamente e a submeter-se aos ditames do capital.

Sob essa perspectiva de análise, depreende-se que a funcionalidade e, principalmente, a disfuncionalidade do exército de reserva produzem um impacto sobre a produção da mais-valia relativa como também na produção da mais-valia absoluta. Considerando esta última, observa-se que a sobrecarga de trabalho da população ocupada tem uma influência significativa sobre o aumento do exército industrial de reserva.

Ressalta-se que a sobrecarga de trabalho, fator responsável pela acelerada formação do exército industrial de reserva, “não pode desempenhar hoje o mesmo papel que desempenhava na época de Marx, pois a legislação trabalhista colocou limites ao prolongamento da jornada de trabalho” (Idem, *ibidem*).

Assim como Rosdolsky (2001), Marx também chegou a reconhecer o importante papel dos sindicatos, especialmente na organização e cooperação com os empregados e desempregados, na medida em que podem até anular os efeitos da lei da população excedente.

Partindo dessa digressão até Marx e a teoria do exército industrial de reserva, cabe-nos extrair duas conclusões preliminares que são imanentes à determinação histórica do processo de precarização do trabalho.

Em primeiro lugar, a teoria do exército industrial de reserva traduz o processo de criação da superpopulação relativa e expõe os efeitos deletérios da acumulação capitalista sobre a classe trabalhadora. Tal como assevera Marx⁵²: “assim, como a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária. Essa lei de população é peculiar ao modo de produção capitalista” (Marx, apud Harvey, 2013, p. 262-63). Logo, depreende-se que a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva é um produto histórico inerente à dinâmica de acumulação capitalista.

A segunda conclusão, vista como consequência da primeira, refere-se à teoria geral do exército industrial de reserva e serve como contraponto à concepção burguesa e à “teoria da população e da superpopulação”, defendida por Malthus⁵³.

Ao contrário de Malthus, Marx refutou a tese da apologética econômica, a qual defendia a necessidade de ajustamento do número dos trabalhadores às novas condições da indústria moderna. Por meio da sua teoria do exército industrial de reserva, Marx conseguiu comprovar que tanto o problema da oferta e da demanda de trabalho como o problema da queda dos salários estão vinculados ao processo de acumulação do capital.

Com efeito, pode-se concluir que a contribuição significativa da teoria de Marx sobre o “exército industrial de reserva” e da sua crítica à Malthus residem na apreensão de leis econômicas que explicam a origem de fenômenos como o desemprego e o pauperismo, na medida em que estes são vistos como produtos da acumulação do capital.

⁵² As edições de *O Capital* que serviram de referência para análise de Harvey (2013) foram as mesmas utilizadas em suas aulas e cursos. A tradução de Ben Fowkes foi publicada primeiro pela Pelican Books e pela New Left Review em 1976, republicada pela editora Vintage em 1977 e posteriormente pela Penguin Classics em 1992. Estas referências seguem a paginação dessas edições. A edição brasileira baseou-se na tradução de Rubens Enderle para o Livro I de *O Capital*, publicada em 2013 pela Boitempo Editorial. Sobre isto consultar, HARVEY, D. Para Entender o Capital. Livro I. trad. de Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo, 2013.

⁵³ Marx criticou a teoria de Malthus por tratar a superpopulação ou a força de trabalho excedente como resultado de um desajuste relativo ao crescimento natural da população em função das necessidades de uma indústria moderna.

Para reforçar este nosso argumento, recorremos à síntese de Harvey (2013) sobre a objeção de Marx a Malthus, a qual diz o seguinte:

A objeção de Marx a Malthus é que este naturaliza o desemprego e a criação da pobreza, transformando-os em simples relação entre o aumento da população e a demanda de recursos. [...] sua objeção fundamental é à tese de que a pobreza é produzida por uma classe trabalhadora que reproduz a si mesma em número demasiadamente grande (tese que culpa a vítima). A preocupação de Marx é mostrar que o capitalismo produz pobreza, independentemente do estado ou da taxa de crescimento da população. (Idem, p. 263)

A categoria da superpopulação relativa revela-se como tendência constitutiva da reprodução ampliada do capital, e, através desta, é possível entender por que as pessoas são expulsas de seus postos de trabalho, ou ao contrário, por que elas são obrigadas a trabalhar intensamente para permanecerem empregadas.

Segundo Harvey (2013):

O capitalismo produz pobreza criando um excedente relativo de trabalhadores por meio do uso de tecnologias que eliminam postos de trabalho. Uma massa permanente de trabalhadores desempregados é socialmente necessária para que a acumulação continue a se expandir. (Idem, ibidem)

Nesse sentido, pode-se afirmar que a produção da população excedente em relação à necessidade de valorização do capital é uma consequência imediata do modo peculiar da dinâmica capitalista.

Sob essa perspectiva de análise, a criação contínua da superpopulação relativa manifesta-se como uma tendência histórica de reprodução ampliada do capital. Portanto, ao examinarmos a categoria da superpopulação relativa, podemos desvelar as causas do desemprego e da sobrecarga de trabalho da população ocupada, uma vez que esta população é ameaçada de demissão se não trabalhar além da jornada, ocasionando a queda dos salários abaixo de seu valor, o sofrimento, a miséria e até a morte dos trabalhadores.

Ainda sobre a questão social no Brasil, no tocante às mudanças no mundo do trabalho, sustentamos a tese de que as suas expressões objetivas estão associadas à precarização do trabalho e são mediadas pela superexploração da força de trabalho. Para tanto, cabe-nos agora problematizar a questão da superpopulação relativa à superexploração do trabalho, com a finalidade de atualizar estes conceitos

e demonstrar que estas permanecem como tendências constitutivas do atual padrão de reprodução do capital brasileiro.

No ensaio publicado por Amaral & Carcanholo (2012), no qual tratam da superexploração da força de trabalho e da transferência de valor como fundamentos da reprodução do capitalismo dependente, o objetivo central que norteia a reflexão dos autores é perceber as relações existentes entre o exército industrial de reserva e a superexploração do trabalho típica da dependência e dos processos de transferência de valor (da periferia para o centro). Extraem daí os pressupostos teóricos e as características estruturais da dependência, associados à superexploração da força de trabalho e às leis próprias da acumulação de capital na particularidade dos países periféricos.

Assim, ao conceituar a superexploração da força de trabalho como uma característica estrutural da dependência vivida pelos países periféricos, Amaral & Carcanholo (2012) afirmam que esta categoria guarda uma relação evidente com a lei geral da acumulação capitalista, “especialmente quando são tratadas a *funcionalidade* do exército industrial de reserva para a acumulação capitalista” e sua *disfuncionalidade*, “no que diz respeito aos impactos perniciosos que provoca na classe trabalhadora em geral” (Idem, p. 89).

Conforme os referidos autores, os mecanismos de transferência de valor provocam nos países periféricos uma espécie de interrupção da sua acumulação interna. Por conseguinte, cria-se a necessidade de gerar mais excedente para compensar essa expropriação de valor. Isto se dá por meio da superexploração da força de trabalho. A produção do excedente nos países periféricos se dá mediante a superexploração da força de trabalho e não através de níveis avançados de tecnologia:

A única atitude que torna possível às economias periféricas garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é o aumento da produção excedente através da superexploração da força de trabalho, “o que implica o acréscimo da proporção de excedente/gastos com força de trabalho ou a elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com o aumento da intensidade do trabalho”. (Carcanholo apud Amaral & Carcanholo, 2012, p. 88)

A elevação da taxa de mais-valia nos países periféricos depende da superexploração da força de trabalho. Vejamos como isto se processa.

Ao explicitar a relação entre superexploração da força de trabalho e a superpopulação relativa, nosso autor procura desvendar o processo de transferência de valor entre as economias periférica e central, responsáveis pela superexploração da força de trabalho. Ancorados em Marx e na Lei Geral⁵⁴ de Acumulação Capitalista, Amaral & Carcanholo (2012) afirmam que a *transferência de valor* dos países periféricos aos países centrais sustenta-se pela relação que existe entre a formação de um exército industrial de reserva e a superexploração da força de trabalho.

A explicação para esse fato perpassa a análise da concorrência intrasectorial (dentro de um mesmo setor produtivo) e da concorrência intersectorial (entre setores distintos de produção), articulada necessariamente à Lei Tendencial da Queda da Taxa de lucro⁵⁵. Assim, ao recuperar a lei tendencial da queda da taxa de lucro, formulada por Marx⁵⁶, os autores chegam à seguinte conclusão:

A ampliação da *superpopulação relativa* contribui para que haja elevação da taxa de lucro – contrariando sua tendência à queda –, de modo que esse objetivo final justifica, do ponto de vista capitalista, os próprios mecanismos de *superexploração* fortalecedores do exército industrial de reserva, considerando que a possibilidade de auferir maiores lucros gera uma relação direta com a possibilidade de engrossar o exército de reserva e reforçar a expropriação do trabalho. (Idem, p. 91)

Portanto, os mecanismos de superexploração fortalecem o exército industrial de reserva, e a relação entre ambos justifica-se pela necessidade de elevação da taxa de lucro.

⁵⁴De acordo com Marx, a lógica do sistema capitalista tem como lei geral a produtividade crescente, a qual se traduz como instrumento de intensificação do processo acumulativo. Por consequência, tem-se a mudança na composição orgânica do capital, e, portanto, a formação de um exército industrial de reserva. Assim, ao considerar a lei geral da acumulação capitalista e a produção do exército industrial de reserva (EIR), o nosso autor problematiza a *disfuncionalidade* do EIR, analisando os impactos perniciosos que este provoca na classe trabalhadora.

⁵⁵[...] a classe capitalista tende a ampliar sua produtividade como forma de ampliar também a acumulação de capital, de modo a produzir mais mercadorias num mesmo intervalo de tempo. [...] O que se observa é uma maior participação de (c) em relação ao capital global – e, portanto, uma participação reduzida dos salários em relação a este último. E como a taxa de lucro é uma função da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital, pressupondo uma taxa de mais-valia constante, o crescimento da composição orgânica do capital leva necessariamente à queda da taxa de lucro. Sobre isso, ver Carcanholo, 2012, p. 90.

⁵⁶Segundo Amaral & Carcanholo (2012), “essa tendência à queda da taxa de lucro foi brilhantemente percebida por Marx e tratada em toda a terceira parte do Livro III de *O Capital*, sob a denominação de Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro (LQTTL)” (Idem, ibidem).

Com efeito, ao tratar da superexploração da força de trabalho, típica da dependência e da transferência de valor, Amaral & Carcanholo (2012) apresentam um esquema lógico, tanto no nível da concorrência intrasetorial como no nível da concorrência intersetorial:

Na concorrência intrasetorial, o aumento da produtividade em determinado setor propicia, do ponto de vista de cada capitalista particular, a criação de mais produtos no mesmo intervalo de tempo. Essa circunstância permite ao capitalista reduzir o valor individual⁵⁷ de suas mercadorias a um nível inferior ao valor de mercado e, portanto, apropriar-se de uma mais-valia extraordinária (ou superlucro) quando da realização desses produtos no mercado. (Idem, p. 91)

Partindo desta explicação, os referidos autores formulam o seguinte pensamento:

supõe-se que dentro de um mesmo setor produtivo, três empresas distintas produzem uma mesma mercadoria, com níveis distintos de produtividade, de modo que, para cada empresa, o tempo de trabalho necessário (TTSN)⁵⁸ à produção da mercadoria não é o mesmo. Sendo assim, as empresas (I), (II) e (III) produzem uma mesma mercadoria, sendo que produzem valores diferentes. A empresa (I) produz um valor⁵⁹ de 4 horas, a empresa (II) produz um valor de 6 horas e a empresa (III) produz o valor de 8 horas. Daí, conclui-se que a empresa (I) é a mais produtiva, dado que leva menos tempo que as outras para produzir uma mercadoria. Considerando que o tempo de trabalho necessário (TTSN) é de 6 horas, é possível afirmar que o valor de mercado é de 6 horas. Logo, a empresa (I) apropria-se de um valor extra⁶⁰ de 2 horas, correspondente àquilo que Marx chamou de *mais-valia extraordinária*⁶¹, a qual é medida pelo valor de mercado, do qual se subtrai o valor da mercadoria quando esta sai da empresa. Ou seja: $V_m - V(I); 6 - 4 = 2$. Seguindo essa mesma lógica, a empresa (III) é a menos produtiva, uma vez que esta tem o TTSN de 8 horas, perde

⁵⁷De acordo com Amaral & Carcanholo (2012), “o *valor individual* refere-se à quantidade de trabalho necessária para a produção de uma mercadoria numa empresa específica; o *valor de mercado* é a média de todos os valores individuais de todas as empresas conjuntamente (é o trabalho socialmente necessário); e a *mais-valia extraordinária* é a diferença entre esses dois valores quando de sua realização no mercado” (Idem, p. 91).

⁵⁸O tempo de trabalho necessário (TTSN) diz respeito ao tempo que a sociedade gasta para produzir uma mercadoria e corresponde, portanto, ao valor (V) da mesma. Sobre isso, ver Amaral & Carcanholo, 2009, p. 224.

⁵⁹“O valor total produzido neste setor é de 18 horas e o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é de 6 horas – correspondente à média do tempo total gasto por todas as empresas” (AMARAL & CARCANHOLO, 2009, p. 218).

⁶⁰A empresa II não tem do que se apropriar de forma extraordinária, haja vista que o valor que produz é exatamente igual ao valor de mercado de A.

⁶¹“A mais-valia extra se dá, portanto, quando uma empresa se apropria de um valor superior ao que produziu” (AMARAL & CARCANHOLO, 2009, p. 218).

2 horas em termos de valor, isto é, o valor que produz é maior que o valor médio da mercadoria (Vm).

De acordo com esse esquema lógico, conforme o autor, tem-se a primeira lei geral do processo de produção de riqueza de acordo com Marx. Sobre isso, acrescentam Amaral & Carcanholo (2012):

Por conta do processo de concorrência em busca da mais-valia extra, as empresas procuram incessantemente aumentar a sua produtividade, explicando-se assim a queda no Vm das mercadorias e, por conseguinte, a queda na taxa de lucro das empresas pertencentes ao setor em questão. (Idem, p. 92)

Tal como postulam os referidos autores, “o ponto crucial desse esquema está na noção de redistribuição que ele nos aponta”. Partindo dessa noção, é possível notar que, para um capital se apropriar de um valor que não foi gerado por ele, é preciso que haja um capital gerando valor sem se apropriar dele. Através desse esquema deduz-se que “há um capital produzindo um valor para que os outros capitais mais produtivos dele se apropriem” (Idem, ibidem).

A esta altura, a digressão ao processo de produção de riqueza formulado por Marx e recuperado por Amaral & Carcanholo (2012) – através do esquema lógico exposto acima – torna-se essencial à compreensão da *transferência de valor* dos países periféricos aos países centrais. Contudo, conforme advogam os referidos autores, é preciso transpor esses aspectos para o nível do comércio internacional.

Então, supõe-se que o capital (I), considerado o mais produtivo, pertence a um país central do capitalismo mundial, enquanto o capital⁶² (III) precisa ser tratado como pertencente a um país periférico. Para explicar como se dá a *transferência de valor* dos países periféricos aos países centrais, recorreremos ao seguinte esquema:

[...] ocorre que os países periféricos são aqueles que produzem mais valor (8 horas), tendo em vista que utilizam relativamente mais *trabalho vivo*⁶³ do que *trabalho morto* no processo produtivo – e é

⁶² “O capital (II) neutraliza-se porque produz valor idêntico ao valor de mercado A, em nada contribuindo com o mecanismo de redistribuição ao qual nos referimos” (AMARAL & CARCANHOLO, 2009, p. 218).

⁶³ De acordo com Carcanholo (2012): “O *trabalho vivo* vincula-se ao conceito de capital variável e diz respeito ao trabalho exercido pelo operário no setor produtivo. Trata-se, portanto, da própria fonte de valor, concentrando-se nele toda a capacidade de fazer com que o capital se expanda. Já o *trabalho morto*, relacionado ao conceito de capital constante, refere-se à utilização de máquinas, matérias-primas e demais meios de produção durante o processo produtivo. Por seu uso e desgaste, os elementos que constituem o trabalho morto apenas transferem valor para as mercadorias ao longo do processo. Esse valor transferido só existe porque foi anteriormente produzido pelo trabalho vivo utilizado na criação de tais meios de produção”. Sobre isso, ver CARCANHOLO, M. D. & AMARAL, M. S. A. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução

justamente o *trabalho vivo* o único capaz de produzir riqueza nova. Contrariamente, os países centrais (mais produtivos), por utilizarem menos força de trabalho, geram menos valor (4 horas). Contraditoriamente, quando se atinge o nível da apropriação da riqueza gerada, o processo tendencial se dá de maneira inversa: os países periféricos, embora produzam mais valor, garantem sua apropriação baseados num TTSN que se encontra abaixo da média do setor, estando assim abaixo do V_m da mercadoria A. (Idem, p. 93)

Ao observar o esquema desenvolvido pelos autores, no nível do mercado internacional, parece-nos correto afirmar que, apesar de os países da periferia produzirem mais valor, este não será apropriado internamente, mas será transferido para os países do centro e por eles acumulado.

De acordo com Amaral & Carcanholo (2009), isto acontece porque os países periféricos são incapazes de produzir mercadorias cujo valor esteja abaixo do valor de mercado; são, portanto, incapazes de reduzir o seu TTSN. Ao contrário, os países centrais, embora produzam menos valor, garantem sua apropriação graças ao aumento da produtividade, baseada na redução do TTSN e na venda de sua mercadoria abaixo do valor de mercado. Logo, pode-se concluir que “[...] a apropriação empreendida por parte dos países centrais se dá justamente à custa da ausência de apropriação por parte dos países periféricos” (Idem, p. 93).

Seguindo o mesmo raciocínio, Amaral & Carcanholo (2012) analisam o que ocorre no nível da concorrência intersetorial, através do “esquema marxista da transformação dos valores em preços de produção” (Idem, p. 219), utilizando, para isso, a fórmula $c + v + m$. O referido autor toma o exemplo de empresas distintas: empresas (I, II, III) que produzem mercadorias distintas A (M_a), B (M_b) e C (M_c), respectivamente, e que se encontram em diferentes setores produtivos.

Considera-se que as empresas possuem uma mesma massa de capital total inicial (100 unidades), distribuídas entre capital constante e capital variável, de maneira diversa, e que elas se encontram em setores de diferentes níveis de produtividade e com uma taxa de mais-valia (m') de 100%. Ocorre que a Empresa (I) se encontra num setor tecnológico mais avançado; nesse caso, a massa de capital constante investido é superior à do capital variável. Já a Empresa (III) se localiza num setor de baixa produtividade, ou seja, a massa de capital constante investida é inferior à massa de capital variável.

Recorrendo novamente ao esquema explicativo formulado pelos autores, tem-se o seguinte:

A Empresa (I), mais produtiva, aquela que utiliza uma menor massa relativa de trabalhadores no processo, é justamente a que produz menos valor ($60c + 40v + 40m = 140V$). Contrariamente, a Empresa (III), menos produtiva, gera mais valor ($40c + 60v + 60m = 160V$), tendo em vista que a utilização de *trabalho vivo* é relativamente maior que a de *trabalho morto* e que, portanto, a massa de *mais-valia* (m) gerada é superior. (Idem, p. 95)

Com efeito, observa-se que a produção de valor se dá de maneira mais eficaz na Empresa (III), considerada a menos produtiva, portanto, aquela que tem um menor potencial tecnológico, sendo o oposto igualmente verdadeiro. Essa é a conclusão parcial acerca da *análise do valor gerado ao final do processo produtivo* (grifo nosso), que permite ao autor chegar a outro nível de análise, o qual se refere à *apropriação desse excedente* (grifo nosso).

Partindo para esse outro nível de análise, conforme Carcanholo & Amaral (2012),

temos que a taxa de lucro (l') é a própria mais-valia, considerada em relação a todo o capital empregado ($c + v$), ou seja, em relação ao capital constante somado ao capital variável – e não mais apenas o trabalho vivo, como ocorria no caso da taxa de mais-valia –, podendo ser expressa por $l' = m/c + v$. Assim, considerando que todas as empresas em seus respectivos ramos de atividade empregam um mesmo capital total de 100 unidades, as variações na taxa de lucro acompanham as modificações ocorridas em termos da mais-valia produzida por cada uma delas, de modo que aquelas mais produtivas têm taxa de lucro mais baixa e aquelas menos produtivas têm taxa de lucro mais alta. [...] Essa diferenciação em termos da taxa de lucro (l') estimula a concorrência entre os setores, de modo que capitais mais produtivos (capital I, por exemplo) se transferem para ramos de maior l' (capital III, por exemplo). Ao fazê-lo, provocam a queda na taxa de lucro das empresas pertencentes a este último ramo e a elevação de sua própria taxa de lucro. Esse movimento, por sua vez, faz com que os capitais menos produtivos, agora com l' mais baixa, transfiram-se para ramos mais produtivos, que conquistaram uma elevação em sua taxa de lucro. E essa oscilação segue continuamente até que os setores que competem entre si tenham sua l' igualada, cessando o estímulo que faz com que um capitalista vá de um setor para o outro. (Idem, p. 95)

Recorrendo a esta citação extensa, que trata da diferenciação em termos do lucro médio⁶⁴, temos a explicação de Carcanholo e Amaral (2012) para a

⁶⁴ Importa sublinhar que, a concorrência é responsável pela formação do lucro médio (lm), “que é justamente o resultado da média simples das taxas de lucro de cada empresa – considerando, ainda, que capitais de mesmo montante recebem o mesmo lucro médio” (Idem, ibidem).

transferência de valor associada à lei tendencial de queda da taxa de lucro, descoberta por Marx. Sobre isso, é importante notar que a diferenciação entre as empresas estimula a concorrência entre elas, na tentativa de igualar a taxa de lucro.

Através desta explicação é possível descobrir como se formam os preços de produção (PP)⁶⁵ e a apropriação do excedente. Pode-se constatar que “como o capital total investido ($c + v$) e o lucro médio (lm) são os mesmos para cada empresa de cada setor, os seus preços de produção (PP) são exatamente iguais, ou seja, 150 unidades” (AMARAL & CARCANHOLO, 2009, p. 222).

Para se chegar à noção das diferenças em termos de apropriação de riqueza gerada, basta subtrair dos PP das mercadorias seus valores (V): “o resultado dessa matemática simples é o de que uma parte das mercadorias se vende acima do valor, na mesma medida em que a outra é vendida abaixo” (AMARAL & CARCANHOLO, 2012, p. 56).

Outra conclusão a que se pode chegar é que:

Há, portanto, um valor sendo produzido em (III) que não é acumulado dentro desse setor (o qual produz um valor de 160 unidades e só consegue realizar 150 unidades dadas pelo PP). Por outro lado, o setor (I) gera 140 unidades de valor e realiza 150 unidades dadas pelo PP. Então, recorrendo mais uma vez ao fato de que não é possível que um capital se aproprie de um valor que não foi gerado, as 10 unidades acumuladas em I só podem ser as mesmas 10 unidades expropriadas em III. (Idem, ibidem)

Tal como explicita o nosso autor, transpondo novamente esse esquema para o nível do comércio internacional, pode-se afirmar que “a periferia (representada pelo setor III, menos produtivo) produz um valor que será apropriado nos países do centro (representados pelo setor I, mais produtivo)” (Idem, p. 97).

Objetivamente, conforme Amaral & Carcanholo (2009), esse esquema deixa evidente que as economias dependentes acabam se especializando na produção de mercadorias com menor avanço tecnológico (dependência tecnológica) e, portanto, estão sujeitas, dada a lei tendencial de igualação das taxas de lucros, a esse tipo de transferência de valor em direção aos países centrais. Não se pode negar que o processo de *apropriação do excedente* (grifo nosso) ou mais-valia produzida nos países periféricos e apropriada pelos países centrais corresponde à lógica da

⁶⁵ Segundo Amaral & Carcanholo (2009), “o preço de produção reflete o preço contido na mercadoria quando ela sai da fábrica e pode ser expresso por: $PP = c + v + lm$ ou, alternativamente: $PP = V + lm - m$ ” (Idem, p. 220).

acumulação global. Isto, mais uma vez, reforça a validade da teoria da dependência desenvolvida por Marini.

Nessa óptica, afirma-se que a superexploração “é a característica estrutural que demarca a condição dependente de um país” (AMARAL & CARCANHOLO, 2012, p. 101). Ela ocorre em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, justamente porque parte do excedente gerado nesses países é levada para o centro.

Desse modo, comprova-se que a superexploração é o mecanismo de compensação de que os países periféricos lançam mão para superar o processo de transferência de valor.

Adicionando-se a esta análise o nível da concorrência intersetorial, observa-se que aí ocorre um processo contraditório. De forma sucinta, dizem Amaral & Carcanholo (2012): “(...) trata-se de um processo contraditório, que amplia a massa de mercadorias produzida ao mesmo tempo que reduz a possibilidade de realização delas mediante a diminuição relativa de força de trabalho na estrutura produtiva”

(Idem: p. 97). Isto é, por conta da concorrência gerada entre os setores, é introduzida a ideia de progresso técnico, o qual é liderado por um setor produtor de bens de consumo de luxo. Esse dinamismo induz a ganhos de produtividade e a uma *intensificação do trabalho* por parte do setor de bens-salário, que acarretará um excedente de mercadorias para o qual não há demanda.

Ao contrário, o setor de bens de luxo consegue sustentar o progresso técnico com a própria perda de participação do capital variável no processo de produção. Logo, a força de trabalho empregada mantém a demanda para os produtos suntuários (de luxo). Portanto, conclui-se que:

Como a produtividade no setor produtor de bens-salário é inferior àquela relativa ao setor produtor de bens de luxo, tendo em vista que a capacidade de incorporação tecnológica por parte daquele setor é bastante inferior a este último, o primeiro é incapaz de produzir mercadorias em quantidade suficiente para repor as necessidades de reprodução dos trabalhadores incorporados ao segundo, mesmo que consiga baixar seus preços individuais a um nível inferior aos preços de mercado. (AMARAL & CARCANHOLO, 2009, p. 221)

Como uma consequência imediata da “ampliação da produtividade, da concorrência e do nivelamento das taxas de lucro entre capitais individuais” (Idem, ibidem), neste setor ocorre a depreciação e desvalorização dos produtos e insumos fornecidos pelos produtores de bens-salário. Com efeito, a ampliação da

produtividade faz com que a queda na taxa de lucro, no setor de bens de luxo, seja interrompida. Isso é comprovado pelo autor através da análise da concorrência intrassetorial.

Por um lado, esse fato explica a queda de valor da força de trabalho empregada no setor de bens suntuários, que se tornou mais barata em decorrência da queda do valor dos bens-salário. Por outro lado, essa dinâmica que resulta da ampliação da produtividade e acontece na concorrência intrassetorial, explica o aumento da mais-valia relativa no setor de bens luxuosos em detrimento de uma perda de mais-valia absoluta dos setores de bens-salário. Conseqüentemente, essa dinâmica que se dá na concorrência entre setores distintos leva a uma compensação em termos dos preços da força de trabalho, os quais passam a ser fixados abaixo de seu valor.

Em suma, o incremento da tecnologia introduzida pelos setores de produtores de bens de luxo estimula o crescimento da produtividade e uma depreciação das mercadorias do setor de bens-salário, cuja perda de mais-valia absoluta só pode ser compensada pela exploração da força de trabalho.

Novamente, os referidos autores recorrem ao pensamento de Marini, ao transpor essa explicação para o nível das relações entre países centrais e dependentes. Quanto a essa relação, ressaltam que:

Os países centrais passam a concentrar, em seu aparato produtivo, os elementos tecnológicos que articulam o crescimento da composição técnica e orgânica do capital que permite o desdobramento internacional de D em D'. Os países dependentes são objeto dessa articulação e oferecem os elementos materiais para a especialização do centro através de sua integração à divisão internacional do trabalho. [...] Diferentemente dos países centrais, os países dependentes, ao se integrarem no mercado mundial a partir de desníveis tecnológicos, não poderão responder da mesma forma, recorrendo à superexploração do trabalho. (MARINI apud CARCANHOLO, 2009, p. 221)

Partindo desses esclarecimentos, Amaral & Carcanholo expõem as quatro formas de superexploração do trabalho:

a) o aumento da intensidade do trabalho; b) a prolongação da jornada de trabalho; c) a apropriação por parte do capitalista da parcela do fundo de consumo do trabalhador convertido em fundo de acumulação capitalista; d) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal. (Idem, ibidem)

De acordo com os referidos autores, essas são as formas principais de superexploração do trabalho, que podem atuar de forma isolada ou combinada e que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia.

A primeira destas formas de superexploração, segundo Amaral & Carcanholo (Idem), denota que o trabalho é intensificado dentro de uma jornada de trabalho constante. A segunda forma reflete um aumento do tempo de trabalho excedente para além do tempo de trabalho necessário à reprodução dos meios de subsistência a seu próprio consumo. A terceira forma representa um mecanismo de fortalecimento da classe capitalista, no sentido de impor uma queda nos salários inferior àquele correspondente ao valor da força de trabalho. Como exemplo disso, Amaral & Carcanholo (2009) evidenciam a ampliação do exército industrial de reserva, “dado que os trabalhadores empregados se submetem a uma situação de arrocho salarial, tendo em mente a existência de pressão por parte dos desempregados, que se sujeitariam a uma remuneração inferior em troca de trabalho” (Idem, ibidem).

Estas quatro formas de superexploração da força de trabalho, conforme o autor, têm como característica fundamental a negação ao trabalhador das condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho. De uma maneira geral, isto significa dizer que o trabalho se remunera abaixo de seu valor, o que, por si só, deixa patente a existência da superexploração.

Ao recuperar a explicação de Amaral & Carcanholo (2009) sobre a superexploração de força de trabalho, deve-se analisar de forma mais direta a relação entre esta superexploração e a existência do exército industrial de reserva.

De acordo com Amaral & Carcanholo (2012), a relação entre o exército industrial de reserva e a superexploração oferece a chave analítica ao tratamento da real dinâmica de funcionamento do sistema capitalista e traz à tona a explicação dos fenômenos que configuram e caracterizam a condição dependente.

Nesse sentido, afirma o autor:

A sua atuação mais geral é a de fortalecer a ocorrência da superexploração do trabalho; sendo assim, provoca impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, de intensificação do trabalho e da queda salarial. Logo, implica elevação da taxa de mais-valia (m/v) e consequente elevação da taxa de lucro (l'). (Idem, p. 100)

Assim, ao estabelecerem a relação entre o exército industrial de reserva (EIR) e a superexploração, os autores comprovam a sua ação no sentido de exacerbar as formas ou os mecanismos de extração de mais-valia antes apontados. Logo, com base em Carcanholo e Amaral (2012), sustenta-se a ideia da funcionalidade do Exército Industrial de Reserva (EIR) para a acumulação capitalista. Sobre isso, afirmam os referidos autores:

[...] a existência de uma massa de trabalhadores que se encontra excluída, à margem do mercado de trabalho (massa de desempregados), exerce uma pressão sobre aqueles trabalhadores que se encontram efetivamente empregados, forçando a que se submetam a todas as formas de superexploração existentes, sob pena de serem substituídos e desempregados por “trabalhadores da reserva” num momento futuro. (AMARAL & CARCANHOLO, 2009, p. 222)

A considerar a tese da funcionalidade do EIR para a acumulação capitalista, defendida por Amaral & Carcanholo, cumpre ressaltar que essa acumulação “se sustenta baseada na superexploração, tanto através da ampliação da mais-valia absoluta quanto da mais valia relativa” (Idem, ibidem).

Desta forma, fica claro que a formação do EIR traz consigo a possibilidade crescente de exploração capitalista dos assalariados, seja em termos de extensão da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho numa mesma jornada, seja, ainda, em termos de arrocho salarial. Portanto, com base neste pensamento, depreende-se que “aí está a base fundamental que explica a relação imediata entre a superexploração do trabalho e o EIR” (AMARAL & CARCANHOLO, 2012, p. 101).

Além disso, cabe explicitar a relação entre o próprio EIR e a taxa de lucro. Ao permitir a aplicação de mecanismos intensificadores de superexploração do trabalho, conforme os autores, a existência do IER leva a que seja detida ou temporariamente paralisada a tendência à queda da taxa de lucro, tendo em vista que esta última será tanto maior quanto for maior a massa de mais-valia e, como consequência, os graus de expropriação do trabalho. Assim, “essa possibilidade de ampliação da taxa de lucro – que é o objetivo capitalista por excelência – acaba por reforçar e até mesmo justificar a ocorrência de superexploração e, portanto, a continuidade na formação da superpopulação relativa fortalecedora desse processo” (Idem, p. 102).

De um modo mais geral, essa digressão à relação imbricada entre a superexploração da força de trabalho e à transferência de valor (dos países

dependentes para os países centrais) oferece os fundamentos que explicam a peculiaridade do capitalismo dependente e periférico e, sobretudo, atesta que a superexploração da força de trabalho é uma tendência constitutiva do novo padrão de reprodução do capital, sob a acumulação flexível.

Para fins deste estudo, afirma-se que a relação entre superpopulação relativa e superexploração da força de trabalho revela-se como fundamento e como uma tendência atual do capitalismo brasileiro dependente e periférico. Ao atualizarmos estes conceitos e categorias de análise, intencionamos investigar as diversas formas de trabalho precarizado, tendo em vista apreender a particularidade da questão social brasileira na última década.

Pretendemos comprovar a hipótese central que norteia esta tese, a qual afirma que as tendências de superexploração da força de trabalho e precarização do trabalho consubstanciam as particularidades da questão social na realidade contemporânea brasileira, especialmente nesta última década.

2.2. As formas contemporâneas da superpopulação relativa: uma análise sobre as raízes do desemprego e da pauperização

Recorrendo ao ensaio publicado por Maranhão (2008) sobre as raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo, extraímos alguns elementos essenciais à discussão sobre a relação entre questão social, os pressupostos teóricos da lei de acumulação capitalista e as formas contemporâneas da superpopulação relativa, visando ampliar o debate sobre a temática da questão social relacionada às mudanças recentes no mundo do trabalho.

De acordo com Maranhão (2008), devido ao quadro atual de crescimento do desemprego nos países periféricos e seu grande relevo também nos países centrais, constata-se a necessidade de explicações para o fenômeno do desemprego e da pauperização. Desse modo, ancorado na Lei Geral da Acumulação Capitalista, formulada por Marx, ainda que de forma aproximativa, o referido autor busca apreender no interior da dinâmica de reprodução ampliada do capital os mecanismos que fazem do desemprego e do pauperismo determinações constitutivas do modo de ser da produção capitalista.

Além disso, intenta desvendar as particularidades históricas do capitalismo contemporâneo que, ao desenvolverem mecanismos de superação da crise, “acirram as contradições do sistema e transformam o desemprego de longa duração, o trabalho precário e a pobreza ampliada numa condição inerente ao atual padrão de acumulação mundializado e financeirizado” (MARANHÃO, 2008, p. 41).

Perseguindo uma leitura crítica e contemporânea da lei de acumulação capitalista bem como dos mecanismos que revelam a lógica do modo de produção e reprodução social do capitalismo, Maranhão (2008) propõe um estudo rigoroso do processo de produção capitalista para a compreensão da dinâmica da questão social. Nesse sentido, o autor postula que ao formular essa lei, “Marx nos oferece uma explicação que ultrapassa a abstração ou a mera formulação de um conceito para questão social”, porquanto esse conceito se baseia “na apropriação privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho” para apreender a origem e a dinâmica do modo de produção capitalista (MARANHÃO, 2008, p. 43).

Caberia acrescentar que através da acumulação primitiva⁶⁶ e da transformação do dinheiro em capital, Marx formulou a concepção de trabalho assalariado e contribuiu no sentido de explicar a origem da propriedade privada e da exploração da força de trabalho por parte de uma classe dominante. A nosso ver, essa passagem d’*O Capital* permite desvendar as bases materiais que originaram a desigualdade social, a partir da contradição entre capital e trabalho, e, portanto, torna-se fundamental para a apreensão da gênese histórica da questão social.

Em suma, por meio dos pressupostos teóricos da Lei Geral de Acumulação Capitalista, Marx desvenda o complexo de causalidades que determina a questão social ao asseverar que esta problemática é resultante da contradição entre capital/trabalho – a **exploração**⁶⁷. Daí poder afirmar que a exploração constitui a determinação molecular da questão social em sua integralidade. Logo, a contradição

⁶⁶ A acumulação primitiva traduz o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Contudo, esta fase do desenvolvimento capitalista, não deve ser encarada somente pelo seu caráter histórico. O que se deve considerar, segundo Rosdolsky (2001), é que o processo de separação entre trabalhadores e meios de produção constitui a essência da acumulação, ou seja, uma vez existindo o capital, e a partir da produção capitalista, essa separação não apenas se conserva, mas se reproduz em escala cada vez maior.

⁶⁷ Entende-se que a exploração consiste numa categoria ontológica inerente à sociabilidade erguida sob o capital, em decorrência das contradições e antagonismos entre as classes (burguesia e proletariado).

entre capital e trabalho, resultante do modo de produção capitalista, revela a essência da questão social.

Recorrendo a Marx, depreende-se que “a transformação de trabalhadores em força de trabalho excedente e a ampliação do desemprego e da pauperização **têm suas determinações na própria lei geral de acumulação capitalista**” (MARANHÃO, p. 43).

Partindo desse pressuposto, ao analisar a categoria da *superpopulação relativa*, elaborada por Marx, Maranhão (2008) evidencia que:

[...] no interior dessa *superpopulação relativa*, cria-se tanto uma massa proletarizada que vaga de emprego em emprego, servindo de força de trabalho barata e superexplorada, como, também, uma população de desocupados duradouros que, espoliados dos meios de subsistência, servem como reservatórios de força de trabalho para o capital, ou como costumava chamar o autor: “o exército industrial de reserva”. Nela se desenvolvem mecanismos que empurram o salário para baixo, pressionam para que eles trabalhem com mais afinco e criam uma grande massa humana pronta a ser convocada quando assim desejar o capital. (Idem, p. 45)

Importa ressaltar que a *superpopulação relativa* é composta de um conjunto de grupos bastante amplos e heterogêneos, abrangendo aqueles trabalhadores que se encontram desempregados ou parcialmente empregados.

Ao perseguir essa linha de raciocínio, interessa explicitar essa heterogeneidade, recuperando algumas referências sobre as diferentes formas da *superpopulação relativa*, analisadas por Marx em *O Capital*, e em vários autores contemporâneos vinculados à tradição marxista, entre os quais se destacam Maranhão (2008), Mota (2013) e Harvey (2013). O nosso propósito é conceituar e problematizar a noção de precarização do trabalho e as expressões fenomênicas do desemprego e do pauperismo, sem abrir mão das categorias econômicas da *superpopulação relativa* e da pauperização, desenvolvidas por Marx.

Assim, como diria o próprio Marx:

A *superpopulação relativa* existe em todos os seus matizes possíveis. Todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente. Abstraindo as grandes formas, periodicamente repetida, que a mudança das fases do ciclo industrial lhe imprime, de modo que ora aparece agudamente nas crises, ora cronicamente nas épocas dos negócios fracos, ela possui continuamente três formas: líquida, latente e estagnada. (MARX, 1988, p. 198)

Marx entende que as três formas da superpopulação relativa compreendem os diferentes segmentos da população pertencente à classe trabalhadora. Classificamos em população “líquida”, “latente” ou “estagnada”. Em termos da população “líquida” ou “flutuante”, afirma que esta é constituída maciçamente pelos trabalhadores masculinos que ultrapassaram a idade da juventude e que, por conta da moderna divisão do trabalho, foram demitidos das fábricas e das grandes oficinas.

Ancorado na Lei de Acumulação Capitalista, Harvey (2013) oferece uma contribuição significativa no sentido da releitura da superpopulação relativa, a qual se fundamenta nas categorias desenvolvidas por Marx e se acha reatualizada e reconfigurada mediante as recentes configurações da nova divisão social do trabalho. Assim, ao citar Marx, Harvey (2013) define a superpopulação “flutuante”, constituída pelos trabalhadores proletarizados ou assalariados que estão temporariamente dispensadas do trabalho por alguma razão, ou que sobrevivem de algum modo durante o desemprego. “Em termos atuais, a superpopulação flutuante equivale mais ou menos ao conjunto de desempregados, tal como são quantificados nas estatísticas de desemprego, além daqueles classificados como subempregados ou ‘trabalhadores desmotivados’” (Idem, p. 267).

A segunda categoria, denominada por Marx de população “latente”, refere-se particularmente à população camponesa que foi expulsa da agricultura, pois a acumulação do capital dela se apoderou. Ou seja, aqueles trabalhadores rurais que foram considerados supérfluos às necessidades de valorização do capital e que se encontram na iminência de ser transferidos para o proletariado urbano, à espera de condições favoráveis. Ao atualizar essa categoria no capitalismo contemporâneo, com base em Harvey (2013), destaca-se que essa proletarização do meio rural persiste até hoje, pois se observa um grande contingente de trabalhadores que são empurrados para o trabalho assalariado. Além disso, o referido autor ressalta a dissolução dos sistemas domésticos, que continua a mobilizar mulheres e crianças que passam a fazer parte de uma força de trabalho assalariada.

Dessa forma, para o referido autor, a superpopulação “latente” é uma categoria enorme e diversa, que abrange vários segmentos de trabalhadores proletarizados, tais como os produtores pequeno-burgueses, mulheres, crianças, camponeses etc. Acrescenta ainda que os grupos que integram essa categoria são

aqueles que fugiram da proletarização, mas que a ela retornaram. Ao abordar a diversidade desse segmento, Harvey (2013) cita alguns casos exemplares, como o dos trabalhadores médicos que vivem nos dias atuais um processo de proletarização, ou os trabalhadores (docentes) dedicados à educação superior, que sofrem atualmente com a implantação e a intensificação de um modelo empresarial e neoliberal nas universidades públicas e privadas.

A terceira categoria da *superpopulação relativa* (grifo nosso), classificada como “estagnada”, constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Conforme Marx:

Ela proporciona, assim, ao capital um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo de tempo de serviço e mínimo salário. Sob a rubrica de trabalho domiciliar, já tomamos conhecimento de sua principal configuração. (Idem, p. 199)

Cabe-nos ainda destacar, com base em Marx, que essa camada da *superpopulação relativa* habita a “esfera do pauperismo” e inclui “os vagabundos, os delinquentes, as prostitutas”, em suma, o “lumpemproletariado propriamente dito” (Idem, ibidem). Entre eles encontram-se também os “aptos para o trabalho” ou candidatos ao exército industrial de reserva, como os órfãos e os filhos de indigentes. E, por fim, “os degradados, os maltrapilhos, os incapacitados para o trabalho”, especialmente “os indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho”, as vítimas das indústrias, cujo número cresce com a maquinaria perigosa (Idem, ibidem).

De acordo com Harvey (2013), não seria difícil encontrar exemplos de uma população “estagnada” em nossa época. Segundo o autor, constitui exemplos das condições de trabalho precário referidas por Marx o caso dos imigrantes porto-riquenhos que trabalham nos Estados Unidos, bem como as condições de exploração do trabalho observadas em diversos países, como México, Guatemala, China, Indonésia e África do Sul.

Essa digressão até Marx (1988) e Harvey (2013), sobre as categorias da *superpopulação relativa*, se faz necessária, pois através delas é possível conceituar e problematizar a noção de precarização do trabalho no estágio atual do capitalismo brasileiro contemporâneo. Além disso, pode-se afirmar que a produção de fenômenos como o desemprego e a pobreza está incluída na reprodução contínua

da *superpopulação relativa*, na medida em que “ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza” (MARX, 1988, p. 200).

Sob esta perspectiva de análise, acrescenta-se que a *superpopulação relativa* compreende uma categoria-chave para apreender as bases econômico-materiais que distinguem as formas do trabalho precarizado, do desemprego e do pauperismo, e, portanto, ajuda a compreender as particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea.

Portanto, depreende-se que o trabalho precarizado, o desemprego e a pobreza são expressões fenomênicas que configuram o conjunto das expressões objetivas da questão social e que se constituem a partir da *superpopulação relativa*.

Nesse sentido, assevera Marx:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. [...] Mas quanto maior esse exército industrial de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a *superpopulação* consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a *lei geral da acumulação capitalista*. Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variadas circunstâncias, cuja análise não cabe aqui. (Idem, *ibidem*).

Com base em Marx, convém esclarecer que, apesar de essa lei geral ser a base da acumulação e da miséria da classe trabalhadora, tal “(...) como todas as outras leis, é modificada em seu funcionamento por muitas circunstâncias (...)” (MARX, 1998, p. 748).

Ao analisar as formas contemporâneas da acumulação capitalista e capturar a particularidade da *superpopulação relativa* no contexto do capitalismo mundializado, Maranhão (2008) postula que:

Apesar de a ***superpopulação*** ser **parte constitutiva da reprodução ampliada do capital**, ela possui particularidades históricas, o seu crescimento ou a sua diminuição são condicionados por várias determinações sociais e políticas que nunca podem ser compreendidas sob a forma de uma lei absoluta, linear e inevitável. (Idem, p. 45)

Corroborando o referido autor, observa-se que na atualidade “algo mudou na face humana do capital” (Idem, p. 46). Sob o seu ponto de vista, a dinâmica de integração/expulsão da força de trabalho, a partir da década de 90 do século passado, cria, continuamente e em escala mundializada, uma massa populacional de desocupados e trabalhadores instáveis, que Marx com certeza denominaria de *superpopulação*.

Com efeito, são apresentados pelo autor alguns exemplares da nova configuração da economia mundializada que, a nosso ver, particularmente no Brasil, traduzem as recentes mudanças no mundo trabalho. Entre as situações de precarização do trabalho, evidenciam-se: “o crescimento dos empregos informais”⁶⁸ ou por conta própria; a exploração da mão de obra barata dos imigrantes ilegais latino-americanos que trabalham em oficinas clandestinas na produção de roupas para fornecedores da rede de lojas C & A; a situação precária dos imigrantes bolivianos ilegais que vivem e trabalham em São Paulo, “perfazendo uma jornada de 14 horas de trabalho para ganharem, em média, R\$ 300,00 por mês”⁶⁹.

Ainda segundo o referido autor, na atualidade, além da expulsão desses trabalhadores são necessários outros mecanismos para empreender uma reestruturação dos processos de acumulação capitalista, e retomar o aumento da taxa de lucros. Como escreve Maranhão (2008): “O que tem ocorrido nos últimos tempos é que o complexo sistema de reprodução ampliada do capital assimilou essa estratégia de espoliação, desenvolvendo-a em escala mundial” (Idem, p. 48). Em sua opinião, o veículo dessa mudança foi a financeirização da economia mundial, a

⁶⁸ Os dados do IPEA (2005) mostram que praticamente a metade da força de trabalho no Brasil é empregada no chamado setor informal. Entre 1992 e 2004, segundo dados da PNAD (2005), o percentual de trabalhadores subcontratados e informais cresceu de 3,3% para a impressionante taxa de 51,2%. No interior desse mesmo processo, segundo Maranhão (2008), em vários países periféricos têm aumentado as denúncias envolvendo grandes corporações que se utilizam de pequenas empresas terceirizadas para desenvolver trabalho imigrante ilegal e trabalho forçado ou “escravo”. Sobre isso, ver MARANHÃO, C. H. “Capital e Superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo”. In: *Trabalho e Seguridade Social, percursos e dilemas*. Elaine R. Behring e Maria Helena T. de Almeida (orgs.).

⁶⁹ Nas fiscalizações e diligências realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) da 2ª Região (São Paulo), em 2004, segundo aponta Maranhão (2008), foram libertados 32 bolivianos, todos ilegais, que realizavam trabalho precário.

qual introduziu sucessivos surtos de desvalorização em alguns setores ou mesmo em territórios inteiros.

Ancorado em Harvey (Harvey, 2004 apud Maranhão, 2008), Maranhão (Idem) problematiza o quadro da “crise de sobreacumulação capitalista”, procurando caracterizar os mecanismos que são adotados pelo capital para a retomada dos lucros. Entre estes, ganha destaque “o mecanismo de espoliação do trabalho e dos bens públicos” (grifo nosso).

No contexto atual do capitalismo contemporâneo, conforme Maranhão (Idem), alguns mecanismos são desenvolvidos pelo capital e funcionam como *mecanismos de espoliação*. Entre estes, podem-se destacar: a liberalização da economia e a privatização dos bens, serviços e bens públicos, transformados em *novos investimentos externos*, que passam a ser concentrados nas mãos das empresas transnacionais; o avanço do agronegócio sobre as terras coletivas, públicas ou de pequenos agricultores; a liberação, a baixo custo, da mercadoria mais importante para o processo de valorização do capital: a força de trabalho.

Ao evidenciar os mecanismos que caracterizam a *acumulação por espoliação*⁷⁰ (grifo nosso), Maranhão (Idem) conclui que o que ocorre na atualidade é “a criação ampliada da superpopulação relativa” (Idem, p. 50):

[...] a criação ampliada da *superpopulação relativa* reflete-se como uma ampla oferta de braços ociosos que ocupam os novos postos de trabalho precarizado e empurram os salários dos trabalhadores ativos para baixo e tem se tornado um fator fundamental para a atual constituição de uma economia mundializada. (Idem, ibidem)

Tal como demonstra o autor, a criação ampliada da *superpopulação relativa* aparece na atualidade como fator responsável pela oferta de mão de obra apta ao trabalho precário e, ao mesmo tempo, torna-se essencial para a manutenção da dinâmica lucrativa da economia mundializada.

⁷⁰ Nos termos de Harvey (2004), o que ocorre é um processo denominado de *acumulação por espoliação*, o qual é considerado por Maranhão (2008) como um mecanismo desenvolvido atualmente pelo capital para superar a crise.

Considerando as raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo, com base em Maranhão (2008), é possível constatar que na economia mundializada a transformação da população trabalhadora em força de trabalho supérflua às necessidades do capital acontece na esfera da produção, como resultado da fusão de vários grupos empresariais e do investimento massivo em ciência e tecnologia⁷¹, o que possibilitou a incorporação de maquinários ultramodernos nas cadeias produtivas.

No que concerne à caracterização da economia mundial transnacionalizada, com base em Chussudovsky (Chussudovsky, 1999 apud Maranhão, 2008), o autor ressalta que esta se baseia na transferência de parte substancial das indústrias dos países centrais para regiões periféricas em que os salários são baixos. Segundo Maranhão (Idem): “enquanto os países centrais têm se especializado cada vez mais na produção e desenvolvimento de tecnologias avançadas, a ‘transnacionalização da produção industrial’ tem demandado um novo papel aos países periféricos” (Idem, p. 52).

Daí se depreende que a “transnacionalização da produção industrial” (grifo nosso) reflete-se como um mecanismo inerente à economia mundializada, que tem relação orgânica com o aumento do desemprego e com as condições de trabalho precário. Nesses termos, destaca Maranhão (Idem): “a partir daí, foram dadas as condições para que se erguesse uma nova divisão do trabalho e uma economia mundial baseada na exploração da força de trabalho barata, advinda das regiões no interior de cada país ou, muitas vezes, exportadas de outras nações” (Idem, p. 52).

A nosso ver, a lógica atual da “transnacionalização da produção industrial” consubstancia-se na condição estrutural da dependência dos países periféricos, e desta forma articula-se aos conceitos de subimperialismo e “intercâmbio desigual”⁷²

⁷¹ De acordo com Maranhão (2008): “A incorporação desse novo aparato tecnológico e as novas formas de gestão do trabalho não só mudaram radicalmente o *layout* das fábricas, mas também tiveram como consequência a intensificação dos mecanismos de extração da mais-valia, a extinção de vários postos de trabalho e a expulsão maciça de trabalhadores de seus empregos”. Sobre isso, ver MARANHÃO, 2008, p. 50.

⁷² Rosdolsky (2001), ao situar as leis econômicas vigentes no capitalismo, dá um destaque especial à lei do valor e considera que existe um certo desequilíbrio em relação às diferenças de intensidade e de produtividade do trabalho no mesmo mercado mundial. Nesse sentido, afirma: “Estabelece-se um intercâmbio desigual entre nações diferentes, de modo que três dias de trabalho de um país são trocados por um de outro país [...] ou então, a mesma relação que existe dentro de um país entre trabalho qualificado, complexo, e o trabalho não qualificado, simples, pode existir entre as jornadas

entre nações diferentes, cuja análise foi apresentada no primeiro capítulo desta tese. Isso implica considerar, mais uma vez, a superexploração da força de trabalho como categoria estrutural da dependência e fundamento da transferência de valor dos países periféricos aos países centrais, essenciais à reprodução do capitalismo dependente, tal como foi defendido por Marini (2000), demonstrado por Amaral & Carcanholo (2009); (2012) e recuperado por nós no início desta exposição.

Caberia sublinhar, com base na análise de Maranhão (2008), que nos países periféricos, a exemplo do Brasil, além da mudança na composição orgânica do capital por meio das inovações tecnológicas, abre-se espaço para uma *neocolonização predatória* (grifo nosso)⁷³, caracterizada pela ampliação crescente da força de trabalho excedente que compõe a *superpopulação relativa*⁷⁴. Assim, conforme Maranhão (2008), na atualidade, particularmente nos países periféricos, “a miséria dos trabalhadores é mais uma possibilidade de negócio que se abre para o capital” (Idem, p. 53).

Para fins deste estudo, importa ainda demarcar que o desemprego e o pauperismo devem ser apreendidos como formas contemporâneas da superpopulação relativa e, portanto, revelam-se como fenômenos associados à precarização do trabalho, tendo em vista as tendências atuais da economia mundializada e transnacionalizada, que, por sua vez, repercutem no incremento da superexploração da força de trabalho advinda dos países periféricos.

Em poucas palavras, diante do exposto, depreende-se que por conta dos atuais mecanismos de acumulação por espoliação, imanentes à dinâmica da economia mundializada e transnacionalizada, evidencia-se uma inserção subalterna dos países periféricos na divisão internacional do trabalho, a qual propicia uma ampliação crescente da força de trabalho excedente e um quadro de precarização

de trabalho de diversos países. Nesse caso, o país mais rico explora o mais pobre (mesmo se este último ganha com o intercâmbio)”. Sobre isso, ver Rosdolsky, 2001, p. 258.

⁷³ A expressão utilizada por Maranhão (2008) está relacionada à inserção subalterna de países periféricos, como o Brasil, na economia mundializada e financeirizada. Esta inserção cria um ambiente propício à ampliação da *superpopulação relativa*.

⁷⁴ Maranhão (2008) aponta dois exemplos de estratégias utilizadas pelos países periféricos que contribuem para o incremento e ampliação dessa superpopulação relativa: as privatizações e os programas de demissão voluntária (PDVs) das empresas públicas.

do trabalho que, no caso do Brasil, consiste na superexploração da força de trabalho.

Corroborando Maranhão (2008), é possível afirmar que, atualmente, a face desumana do capital reflete o paradoxo entre acumulação (riqueza) e precarização do trabalho (miséria). Nesse sentido, acrescenta a autora:

Se, por um lado, o padrão de acumulação atual necessita cada vez mais da força de trabalho barata e explorada, e por isso deve criar condições para continuar gerando desemprego e pobreza em larga escala, por outro, essas condições realizam uma grande retração do mercado consumidor no mundo que patrocina crises sucessivas. (Idem, p. 55)

Este fato deixa evidente que o padrão de acumulação atual e o crescimento ampliado de uma camada da população trabalhadora que sofre com o pauperismo e a miséria extrema geram “contradições explosivas” (grifo nosso), no sentido da expansão da produção e da retração do consumo. Dito de outra maneira, dentro da dinâmica atual do capitalismo contemporâneo, a criação contínua da população trabalhadora excedente põe em xeque a própria estabilidade da sua economia capitalista e, igualmente, ameaça a reprodução de seu modelo de acumulação.

Conclui-se daí que a dinâmica atual do capitalismo contemporâneo, caracterizada por uma economia baseada na força de trabalho barata e precária, advinda dos países periféricos, constitui um dos elementos cruciais para a reprodução ampliada do capital na atualidade. Por consequência dessa lógica lucrativa, dá-se o acirramento das contradições sociais, o que se expressa no aprofundamento do fosso da miséria e da barbárie social nos países periféricos, expondo as sequelas mais visíveis da questão social no Brasil contemporâneo.

2.3. A precarização do trabalho no contexto brasileiro da última década

No item anterior, ao problematizarmos as raízes contemporâneas da superpopulação relativa, extraímos algumas categorias de análise da precarização do trabalho, no estágio atual do capitalismo brasileiro contemporâneo, tais como a superpopulação relativa e a pauperização relativa e absoluta.

Neste item daremos sequência à nossa análise, objetivando aprofundar o debate teórico sobre a precarização do trabalho, com o propósito de desvelar as particularidades da questão social no Brasil, na entrada do século XXI. Corroborando Mota (2013), pretende-se fugir do tratamento da questão social como pobreza, avançando no debate sobre a relação entre questão social e trabalho, utilizando, para isso, as categorias econômicas marxistas da superpopulação relativa e da pauperização relativa e absoluta.

Inicialmente, apresentaremos uma contextualização da precarização do trabalho no Brasil, para, em seguida, conceituar e problematizar a noção de precarização do trabalho a partir das mediações particulares que articulam a superexploração da força de trabalho às formas de expropriação dos direitos sociais.

Nesta direção cabe-nos sintetizar alguns traços da nova dinâmica da economia e da política brasileira que estão organicamente articulados às mudanças no mundo do trabalho.

Na opinião de Alves (2014b), no decorrer da década de 2000, na era do neodesenvolvimentismo, configura-se uma nova *macroeconomia do trabalho* (ALVES, 2014b, p. 55):

A positividade indiscutível de alguns dados do mercado de trabalho na década de 2000, tais como, por exemplo, a redução de taxas de desemprego total e crescimento da taxa de formalização do mercado de trabalho, diminuindo deste modo a informalidade laboral, demonstra efetivamente que o novo modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil – o neodesenvolvimentismo se distingue do neoliberalismo da década de 90, cuja dinâmica social do mercado de trabalho caracterizou-se pelas altas taxas de desemprego total nas regiões metropolitanas e crescimento da informalidade laboral. Entretanto, persistiram na década do neodesenvolvimentismo traços da precariedade estrutural do mundo do trabalho no Brasil que expressam o caráter da modernização conservadora do novo padrão de desenvolvimento do capitalista. [...] Aumentou na década de 2000 a taxa de rotatividade de mão de obra no Brasil e se expandiram as modalidades de emprego precário, tais como empregos subcontratados em serviços terceirizados e os trabalhos “autônomos” (PJ), além dos contratos temporários e contratos de trabalho por prazo determinado, dentre outras modalidades de contratação flexível inscritas na CLT.

A considerar o quadro atual de informalidade e de flexibilidade do emprego, percebe-se que apesar da tendência de queda do desemprego durante as duas últimas décadas (governos Lula), ainda persiste a precariedade estrutural do trabalho. Nesse sentido, com base em Alves (2014b), pode-se afirmar que a nova

dinâmica da economia brasileira, instaurada a partir da década de 2000, reflete uma processualidade contraditória, a qual se expressa na caracterização de um novo e precário mundo do trabalho no Brasil.

Esta afirmação corrobora a análise da dinâmica macroeconômica feita por Filgueiras e Gonçalves (2007), especialmente com relação ao crescimento do emprego. Sobre este indicador, sintetizam os referidos autores:

O crescimento do emprego com carteira assinada nos últimos anos, processo que vem ocorrendo desde o ano 2000 (ainda sob o governo Cardoso), resulta, sobretudo, de um quadro econômico internacional favorável às exportações brasileiras, e não de uma política de emprego ou de uma redefinição do modelo liberal e periférico. Não há garantia de que esse processo se mantenha. Ele poderá ser invertido quando a atual fase ascendente do ciclo do comércio internacional se esgotar. (Idem, p. 172).

Em relação à renda, ao investimento e ao emprego, os autores evidenciam que a partir de 2003, durante o governo Lula, houve uma tendência de queda da taxa de desemprego associada ao crescimento das exportações e ao aumento do PIB. Ou seja, “ao relaxar a restrição externa, o excepcional desempenho das exportações, com seus efeitos multiplicadores para o mercado externo, permitiu taxas de crescimento do PIB⁷⁵ (produto interno bruto) um pouco maiores que as do período anterior”, mas ainda muito reduzidas.

Filgueiras e Gonçalves (2007) explicam que a questão do emprego encontra-se associada à taxa de crescimento do PIB, que nas últimas décadas foi impulsionada pelo quadro econômico internacional favorável às exportações. Através desta análise macroeconômica do Brasil, pode-se constatar que a trajetória instável e de baixas taxas de crescimento do PIB está associada às taxas de investimento (baixas) e de desemprego (altas). Os dados do mercado de trabalho no Brasil confirmam a continuidade de uma crise estrutural, com a manutenção de altas taxas de desemprego.

Dito de outra maneira, sob o predomínio do capital financeiro, nesta última década, tem-se uma conjuntura marcada pela desestruturação do mercado de

⁷⁵ Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), “no governo Lula, a taxa média de crescimento do PIB (3,3%) é maior do que as taxas de crescimento dos dois governos Cardoso, que foram de 2,4% e 2,1%, respectivamente” (Idem, p. 109)

trabalho e um processo generalizado de precarização do trabalho. De acordo com os referidos autores, pode-se dizer que “a face mais visível dessa transformação é o crescimento do desemprego aberto, de caráter estrutural, o aumento da informalidade e o enfraquecimento dos sindicatos” (Idem, p. 98).

Contudo, convém esclarecer que, na atualidade, situações de emprego consideradas atípicas passaram a ser típicas e, dessa maneira, a precariedade expressa um processo de institucionalização da instabilidade no emprego e no trabalho.

Quanto ao trabalho, percebe-se que na conjuntura brasileira atual, especialmente na última década, as promessas de uma política de garantia do pleno-emprego vêm se confrontando com o aumento dos gastos públicos com seguro-desemprego e o crescente número de beneficiários do Bolsa Família. Situação que passa por alterações em função do ajuste fiscal e de suas incidências no seguro-desemprego, o qual teve suas regras alteradas, ocasionando mudanças nos critérios de concessão e dificuldades de acesso ao referido benefício por parte dos trabalhadores. Este fato revela o caráter instrumental dado ao seguro-desemprego, uma vez que este benefício depende das diretrizes da política econômica e traz sérios reflexos para o sistema de proteção ao trabalho na atualidade.

Em conjunto com outras mediações, este fato é indicativo da relação entre questão social e trabalho na perspectiva que estamos abordando, dado que a relação entre desemprego e superpopulação relativa (população sobrando, seja ela latente, flutuante ou estagnada) se manifesta, tendencialmente, no mundo do trabalho mediante as diversas formas de trabalho precarizado (trabalho informal, trabalho por peça, trabalho em domicílio, trabalho temporário).

Sob o nosso ponto de vista, isto deixa evidente todo o processo de pauperização relativa e por vezes absoluta a que se submete a população trabalhadora, justamente ela que ora compõe o precariado, o proletariado, o subproletariado, ora os assalariados formais ou informais. Este conjunto expressa, no nosso modo de ver, as particularidades da questão social na realidade contemporânea brasileira.

Cumprir analisar as mudanças que afetam as relações capital-trabalho, as quais sofreram alterações radicais com a mudança da correlação de forças em favor do primeiro. Filgueiras et alii (2010) ressaltam:

Quanto à relação capital-trabalho, as mudanças decorreram, antes de tudo, do processo de reestruturação produtiva, que redefiniu radicalmente, no plano material, a correlação de forças existente, com o claro enfraquecimento da capacidade política e de negociação da classe trabalhadora e de suas representações. (Idem, p. 40)

Ao situar as mudanças nas relações intercapitalistas, Filgueiras et alii (2010) explicitam o aprofundamento da financeirização da economia, como também atestam que a abertura e a desregulamentação dos mercados financeiros resultaram na intensificação do processo de privatização no Brasil e num movimento de centralização de capitais, através de incorporações e fusões, concomitante a uma maior desnacionalização e internacionalização da economia brasileira.

Essas mudanças, conforme Filgueiras et alii (2010), caracterizam o processo de centralização de capitais, tanto na esfera produtiva quanto na financeira, o qual foi intensificado durante o governo Lula, direcionado por uma relação entre o Estado brasileiro e os grandes grupos privados, o que tornou o segmento do capital financeiro mais fortalecido no Brasil. Com efeito, “o capital internacional e os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, que vêm conseguindo se transnacionalizar, vêm também aumentando sua participação na economia e seu poder político” (Idem, p. 42).

Disso decorre que a participação do capital internacional na economia brasileira contribuiu para o fortalecimento do agronegócio em função da importância das exportações na dinâmica do modelo neoliberal. Por outro lado, a internacionalização da economia brasileira favoreceu uma integração mais estreita entre as filiais de multinacionais e as suas matrizes, comandadas pelos países desenvolvidos, o que dificultou a execução de políticas industriais por parte dos Estados Nacionais de periferia.

De um modo geral, observa-se que a dinâmica de internacionalização da economia brasileira é responsável pelo desenvolvimento de uma prática de terceirização em escala global, a qual resulta de um processo de reestruturação produtiva.

Diante desse quadro, pode-se inferir que na entrada do século XXI, novas determinações inerentes ao capitalismo contemporâneo interferem na dinâmica atual da economia e da política brasileira, determinando mudanças no mundo do trabalho e, conseqüentemente, novos conteúdos para as expressões da questão social no Brasil.

Corroborando Netto⁷⁶ (2013), o processo de restauração do capital, a partir dos anos 70, compreende novas determinações macroeconômicas – liberalização, desregulamentação e privatização – que facilitam o movimento de centralização e concentração do capital, sendo o *oligopólio mundial*⁷⁷ (grifo nosso) a forma mais característica na economia globalizada.

Sobre o processo de restauração do capital, diz o autor:

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto restaurador viu-se resumido no tríplice mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal). Se esta última transferiu ao grande capital parcelas expressivas de riquezas públicas, especial mas não exclusivamente nos países periféricos, a “desregulamentação” liquidou as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro a mais radical liberdade de movimento, propiciando, entre outras conseqüências, os ataques especulativos contra economias nacionais. (Idem, p. 21)

Partindo de uma reflexão crítica sobre as determinações da dinâmica do capitalismo contemporâneo no âmbito das relações de trabalho, nesta mesma direção, Mota (2013) problematiza a relação entre precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho, a partir de uma das mediações da superexploração, as expropriações, seguindo a problematização de Virgínia Fontes.

⁷⁶O texto de José Paulo Netto (2013) intitulado, “Uma face contemporânea da barbárie” produto de sua comunicação no III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie” realizado em Serpa, Portugal em 30 de outubro à 1º de novembro de 2010, foi publicado na Coletânea “O Social em perspectiva.

Políticas, Trabalho e Serviço Social da qual extraímos esta referência. Esta coletânea organizada por Gilmaísa Costa e Reivan Souza, reúne um conjunto de artigos representativos das pesquisas desenvolvidas por docentes e convidados de outras universidades públicas brasileiras (UFRJ, UFPE, UERJ) e da Universidad Nacional del Centro de La Provincia de Buenos Aires, com sede em Tandil, Argentina.

⁷⁷O oligopólio mundial é definido por Chesnais (1996) como um “espaço de rivalidade” delimitado pelas relações de dependência mútua de mercado, que interligam o pequeno número de grandes grupos que, numa dada indústria (ou num conjunto de indústrias de tecnologia genérica comum), chegam a adquirir e conservar a posição de concorrente efetivo no plano mundial. Acrescenta que as relações que constituem o oligopólio são, em si mesmas e de forma inerente, um importante fator de barreira à entrada de outros, sobre o qual virão depois se desenvolver outros elementos (tais como os custos irrecuperáveis ou o nível dos investimentos em P & D). Sobre isso, ver Chesnais (1996, p. 93).

Neste ensaio, Mota (2013) utiliza a expressão *precarização do trabalho ou trabalho precário* para designar os estatutos jurídicos, as condições e as relações de trabalho que imperam no mundo do trabalho na atualidade. E, ao citar Vasapollo (2006), afirma que em geral este conceito designa a emergência do que aquele autor denomina *trabalho atípico*⁷⁸ (grifo nosso). Este, por sua vez, se manifesta no trabalho temporário, contratos a termo, trabalho em tempo parcial, em domicílio, por peça – sejam eles considerados formais ou informais, e até clandestinos –, e adquire uma dimensão estrutural e permanente para os trabalhadores que são subordinados a modalidades de trabalho instável, flexível e desprotegido.

Esta concepção da precarização, que se amplia da fábrica ou da empresa para toda a sociedade, revela os traços gerais do mundo do trabalho contemporâneo. Do ponto de vista das categorias de inspiração marxiana que nos permitem analisar essa realidade, identificamos as de superpopulação relativa (desemprego, exército de reserva etc.), expropriação (de direitos, de contrato, de bens públicos etc.), superexploração da força de trabalho (prolongamento da jornada, aumento da produtividade, intensificação do trabalho, usurpação do fundo de consumo do trabalhador, violação do valor do trabalho mediante as baixas remunerações, redução da vida útil do trabalhador mediante o desgaste psicofísico etc.).

Enriquece a discussão sobre a precarização a abordagem desenvolvida por Braga (2012), que trata sobre o precariado como “proletariado precarizado”, ou seja, o segmento da classe trabalhadora preponderantemente inserido no setor de serviços; este, segundo o autor, abrange “[...] excluídos deste segmento, tanto o lumpemproletariado quanto a população pauperizada, [...] relacionando-se ao que Marx chamou de ‘superpopulação relativa’”⁷⁹ (Idem, p. 18).

⁷⁸ Por trabalho atípico entende-se o trabalho flexível. De acordo com Vasapolo (2006), existem na atualidade dezenas de formas e combinações de trabalho atípico, como, por exemplo: contratos de formação de trabalho, bolsas de estudo e aprendizagem, planos de recolocação profissional, bolsas de trabalho, contratos temporários de idosos, vinculados aos aposentados, trabalhos socialmente úteis e de utilidade pública. Sobre isso, ver VASAPOLLO, L. “O Trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista”. In: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. Ricardo Antunes (org.). São Paulo, Boitempo, 2006.

⁷⁹ Braga (2012), ancorado na perspectiva crítico-marxista, ressalta que por lumpemproletariado, “Marx compreendia ‘o lixo de todas as classes’, formado por indivíduos arruinados e aventureiros egressos da burguesia, vagabundos, soldados desmobilizados, malfeitores recém-saídos da cadeia, batedores de carteiras, rufiões, mendigos”... [...] “Por meio dessa categoria, Marx pretendeu chamar a atenção para o aprofundamento, especialmente saliente em períodos de crise, da degradação social que submete um grande número de indivíduos, separando-os de suas classes originárias e

Sob essa óptica, Braga (Idem) problematiza a diferenciação analítica entre pauperismo (o lumpemproletariado) e o precariado. Para ele, essa distinção se faz necessária, uma vez que os trabalhadores precarizados devem ser qualificados como um segmento da classe trabalhadora que se encontra “em permanente trânsito entre a possibilidade de exclusão socioeconômica e o aprofundamento da exploração econômica” (Idem, p. 19).

Ainda com base em Braga (2012), a definição de precariado compreende a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas, sendo excluída, portanto, a população pauperizada, por considerá-la própria à reprodução do capitalismo periférico.

Ao defender este conceito de precariado e estabelecer a distinção entre este e a população pauperizada, o referido autor busca uma conexão entre o nível conceitual e o nível histórico concreto. Desta forma, com base na perspectiva sociológica e no aparato conceitual regulacionista, Braga (2012) faz uma abordagem sobre o precariado, tomando como referência o modelo de desenvolvimento fordista periférico predominante no Brasil.

Quanto ao modelo fordista e periférico e às diferentes fases de seu desenvolvimento no Brasil, extraímos uma síntese de Braga (2012):

No caso brasileiro, um mesmo *modelo de desenvolvimento*⁸⁰, o fordismo periférico, por exemplo, comportou diferentes *modos de regulação*, o populista (1943-1964) e o autoritário (1964-1986), além de supor distintos momentos do *regime de acumulação* despótico: a superação do taylorismo primitivo (meados dos anos 1940), seguida pelo auge (período do milagre brasileiro, de 1968 até 1974), pela crise (a chamada “década perdida” de 1978 até 1989) e pela substituição do fordismo periférico por um novo regime de acumulação pós-fordista e financeiro (de 1994 até os dias atuais). (Idem, p. 22)

Como o nosso interesse foi aprofundar a discussão sobre a questão social no Brasil, cuja precarização do trabalho é a sua principal mediação, recuperamos a síntese histórica feita por Braga (2012), para contextualizar as particularidades da precarização do trabalho no Brasil, em meio ao processo de reestruturação

transformando-os em uma ‘massa desintegrada’ vulnerável a movimentos reacionários”. Para mais detalhes, ver BRAGA, R. *Memorabilia In: A Política do Precariado. Do populismo à hegemonia Lulista*. São Paulo. Boitempo, 2012.

⁸⁰ Para maiores detalhes sobre a definição dos conceitos de “modelo de desenvolvimento”, “modos de regulação” e “regimes de acumulação”, ver Ruy Braga, *A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Boitempo, São Paulo, 2012.

produtiva do capital. Com isso, ampliamos o entendimento das particularidades da questão social no Brasil, na entrada do século XXI.

Em suma, defendemos que a questão social se manifesta na particularidade brasileira através de um conjunto de situações, tais como: o trabalho precarizado⁸¹ (relações e processos), o desemprego, a pobreza, o precariado, o proletariado, o subproletariado, os assalariados formais ou informais etc., tendo em vista as características da acumulação capitalista na sociedade brasileira, dentre elas a ausência de reformas sociais ou de um Estado de Bem-Estar Social que permitisse o surgimento de uma classe trabalhadora urbano-industrial, com restritos mecanismos de proteção ao trabalho.

Contudo, ao que nos parece, nas duas últimas décadas esta condição histórica passa a ser mediada pelas atuais tendências atuais do capitalismo, embora sem perder a sua condição de periferia, de subimperialismo e dos meios de integração à economia mundial, tais como: a mundialização, a transnacionalização e a financeirização dos capitais.

No tocante ao estágio atual do capitalismo brasileiro, com base em Antunes (2006), constata-se a existência de uma combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados com uma melhor qualificação da força de trabalho, e formas “atrasadas” com baixo nível de qualificação, ou seja, uma relação em que o desigual e combinado evidencia a heterogeneidade da força de trabalho no Brasil, como demonstram as recentes pesquisas no mundo do trabalho – Mota (2013); Fontes (2009); Druck (2012) (2013); Antunes (2006) (2013) (2014); Luce (2013) e Alves (2009)(2014b).

No atual estágio do capitalismo brasileiro, a precarização do trabalho expõe formas multifacetadas e heterogêneas da organização do trabalho e as novas tendências de *superexploração da força de trabalho*, as quais traduzem o atual padrão de reprodução do capital, ancorado na acumulação flexível, na

⁸¹ Entende-se que a precarização não é uma novidade do século XXI, pois é um fenômeno histórico associado à dinâmica da acumulação capitalista e ao surgimento da grande indústria, que se amplia tendo em vista as tendências atuais do capitalismo mundializado e financeirizado. Contudo, essa precarização adquire novos contornos, nesta temporalidade histórica, revelando-se de forma particular nos países de capitalismo dependente e periférico, a exemplo do Brasil, principalmente por conta da superexploração da força de trabalho e dos mecanismos de transferência de valor (dos países dependentes para os países centrais) que fundamentam o atual padrão de reprodução do capital.

financeirização e na transnacionalização, especialmente a partir da década de 90, em meio ao processo de reestruturação produtiva do capital e de redefinição da divisão internacional do trabalho.

De acordo com os estudos de Mota (2013), na atual fase de subsunção formal e real do trabalho ao capital, a potenciação da exploração do trabalho, através da sua precarização, pode ser compreendida como um processo de *desvalorização da força de trabalho*, que ocorre mediante os seguintes aspectos: a violação do valor do trabalho socialmente necessário – baixos salários, salário por produção ou salário por peça; métodos de assalariamento disfarçado como bônus salarial – que convertem o trabalhador à condição de mera mercadoria (força de trabalho); a redução da qualidade e do tempo real de vida do trabalhador, pelo desgaste psicofísico do trabalho, através do prolongamento da jornada de trabalho, como os acordos de banco de horas, que, apesar de facilitarem o acesso a bens necessários à sobrevivência do trabalhador, reduzem o tempo de descanso necessário para repor o desgaste físico e mental de longas e intensas jornadas de trabalho; o sitiamento de qualquer projeto de vida do trabalhador e sua família, que se manifesta atualmente nas formas sutis de controle do tempo de trabalho, da padronização de procedimentos, da ideologia do trabalhador-colaborador que mistifica a ideia do “valor do trabalho” como uma necessidade humana; e, por fim, a fratura da organização e da solidariedade coletivas das classes trabalhadoras, determinada pelo esgarçamento da vivência coletiva do trabalho e pela concorrência entre os trabalhadores, a qual se expressa através das formas de envolvimento e cooptação dos trabalhadores etc.

Na opinião da referida autora, todos esses aspectos devem ser considerados como manifestações do processo de precarização do trabalho e, a nosso ver, são tanto mediações como determinações da questão social contemporânea. Por sua vez, expressam-se em situações as mais diversas, que vão desde o desemprego, desestruturação familiar, ausência de rendimentos até a expropriação de direitos. É neste sentido que a nossa abordagem da questão social afasta-se do conceito e do tratamento da questão como pobreza, vinculando-a à questão do trabalho no Brasil, que do ponto de vista histórico, sempre foi precário e desprotegido.

No tocante à relação entre exploração e precarização do trabalho, Mota (2013) entende que a violação do valor do trabalho expressa a usurpação do único meio de que dispõe o trabalhador para reproduzir a própria vida – a venda da sua força de trabalho em troca do salário para atender às suas necessidades de sobrevivência –, como expressão do processo de *superexploração* do trabalho, fundamentada em Rui Mauro Marini.

A autora ressalta que “o capitalismo desenvolve duas formas de exploração: o aumento da força produtiva do trabalho e a exploração do trabalhador” (MOTA, 2013, p. 6). No primeiro caso, a exploração apoia-se no aumento da capacidade produtiva do trabalho; mais mercadorias são produzidas no mesmo tempo de trabalho, devido à racionalização da produção e ao uso de tecnologias. No segundo caso, estão implicados o aumento da jornada, a maior intensidade do trabalho e a redução de consumo mínimo para a reprodução do trabalhador, por meio da usurpação do fundo de consumo do trabalhador, o que o obriga a se submeter a uma remuneração abaixo do seu *valor normal*⁸². Segundo Mota (2013), esses três processos, associados, consubstanciam a categoria da *superexploração*⁸³, formulada por Ruy Mauro Marini.

Para Mota, “não restam dúvidas de que a exploração do trabalho no capitalismo remete imediatamente à apropriação, por parte do capital, do trabalho

82 Informe pronunciado por Marx nos dias 20 e 27 de junho de 1865, nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, a explicitar o entendimento sobre o que se poderia conceituar como “valor normal”: “[...] O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos artigos de primeira necessidade exigidos para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho, [...] a qual, por sua vez, é determinada pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução, valor esse regulado, em última análise, pela quantidade de trabalho necessária para produzi-los. [...] O valor da força de trabalho é formado por dois elementos, um dos quais puramente físico, o outro de caráter histórico e social. Seu limite mínimo é determinado pelo elemento físico, quer dizer, para poder manter-se e se reproduzir, para perpetuar a sua existência física, a classe operária precisa obter os artigos de primeira necessidade absolutamente indispensáveis à vida e à sua multiplicação. O valor desses meios de subsistência indispensáveis constitui, pois, o limite mínimo do valor do trabalho. Por outra parte, a extensão da jornada de trabalho também tem seus limites máximos, se bem que sejam muito elásticos. Seu limite máximo é dado pela força física do trabalhador. Se o esgotamento diário de suas energias vitais excede um certo grau, ele não poderá fornecê-las outra vez, todos os dias. [...] Além deste mero elemento físico, na determinação do valor do trabalho entra o padrão de vida tradicional em cada país. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens (grifos nossos). Este elemento histórico ou social, que entra no valor do trabalho, pode acentuar-se, ou debilitar-se e, até mesmo, extinguir-se de todo, de tal modo que só fique de pé o limite físico”. (Marx, K. *Salário, Preço e Lucro* apud Mota, 2013) http://www.pstu.org.br/biblioteca/marx_salario.pdf.

⁸³ Sobre isso, consultar Marini(2000), p. 125.

excedente dos trabalhadores” (Idem, p. 7). É importante frisar que esta forma de exploração apoia-se na violação do valor da força de trabalho em detrimento da apropriação do trabalho excedente. Este processo consiste na conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação de capitais e se expressa, na atualidade, por meio de várias tendências de superexploração da força de trabalho.

Ao tratar especificamente da superexploração do trabalho, Mota (2013), citando Fontes (2010), ressalta que este conceito preserva uma relação com a expropriação de direitos, porquanto “uma parcela do salário/remuneração do trabalhador destina-se à compra de bens e serviços – como saúde, educação, creches, lazer, cultura etc.” (Idem, p. 8).

A despeito do tema das expropriações no capitalismo contemporâneo, Fontes (2010) considera que estas “(...) constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista, e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista” (Idem, p. 45).

Na particularidade do capitalismo brasileiro contemporâneo, a autora afirma que o processo de urbanização reflete a permanência e o aprofundamento das expropriações, particularmente quando se refere à subordinação à dinâmica mercantil que incide sobre os trabalhadores da terra, pela continuidade do êxodo rural em direção às cidades.

De acordo com Fontes (2010), a realidade contemporânea indica uma permanência e uma nova ampliação das *expropriações primárias*⁸⁴ e *secundárias*, e defende a importância de uma análise do capitalismo contemporâneo centrada nas *expropriações secundárias*.

Com relação às expropriações secundárias, anota a referida autora:

Estas expropriações, que estou denominando *disponibilizações ou expropriações secundárias*, não são, no sentido próprio, uma perda de propriedade de meios de produção (ou recursos sociais de produção), pois a grande maioria dos trabalhadores urbanos dela já

⁸⁴ Sob a perspectiva de análise de Fontes (2010), as “*Expropriações primárias* seguem extirpando os recursos sociais de produção das mãos dos trabalhadores rurais, incidindo diretamente sobre os recursos sociais de produção, em especial sobre a terra. Mas as expropriações *secundárias* se abatem também sobre conhecimentos (como já ocorreu no século XIX, na introdução das grandes indústrias e no século XX, com o fordismo), sobre a biodiversidade, sobre técnicas diversas, desde formas de cultivo até formas de tratamento de saúde utilizadas por povos tradicionais” (Idem, p. 59).

não mais dispunha. Porém, a plena compreensão do processo contemporâneo mostra terem se convertido em nova – e fundamental – forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor. Este último é o ponto dramático do processo. (Idem, p. 54)

O tema das *expropriações secundárias* no capitalismo contemporâneo leva a refletir sobre a expropriação contratual como uma tendência da superexploração da força de trabalho.

No que concerne à expropriação contratual, acrescenta Fontes (2010):

Um dos elementos a considerar é a sistemática retirada do direito ao contrato de trabalho, ou a expropriação de direitos associados à atividade de produção de valor. Novas modalidades contratuais escassamente portadoras de direitos se generalizam, como subcontratações, terceirizações e, o mais impactante, trabalhadores vendendo força de trabalho, desprovidos de qualquer contrato ou direito, como, por exemplo, através de bolsas de variados tipos ou de voluntariados organizados por grandes empresas. (Idem, p. 60)

Essa abordagem da categoria da expropriação, defendida Fontes (2010), faz-se necessária, pois oferece elementos para problematizar a expropriação contratual como uma condição, um meio e uma resultante do processo de concentração e acumulação de capitais. Além disso, a expropriação do contrato direto ao trabalho ou a expropriação de direitos associados à atividade de produção de valor é um sustentáculo da dinâmica capitalista que, no estágio atual de crise do capitalismo contemporâneo, aprofunda-se cada vez mais através das formas de trabalho precarizado e das tendências de incremento da superexploração da força de trabalho.

Mota (2013) destaca os mecanismos que se manifestam, atualmente, pela “expropriação do contrato de trabalho” (grifo nosso), principalmente pela imposição de uma jornada de trabalho sem limites e também por uma remuneração abaixo do valor necessário à reprodução da força de trabalho.

Ao conceituar e problematizar as mediações particulares da superexploração, Mota (2013) defende que existe uma relação entre a superexploração do trabalho e algumas formas flexíveis de contrato de trabalho definidas nos últimos anos. Nesta

direção, baseada em Fontes (2010) e Mota (2013), afirmamos que, atualmente, uma das categorias indicativas da superexploração da força de trabalho mediada pelo trabalho precarizado refere-se à informalidade ou ao “trabalho por conta própria”. Detalharemos os traços característicos do trabalho informal ou “trabalho por conta própria” no capítulo seguinte.

Por enquanto, cabe-nos enfatizar que sob a nova configuração das expropriações e o conjunto das mediações particulares que associam a superexploração do trabalho à expropriação de direitos, comprova-se a persistência da desigualdade no Brasil. Este fato é indicativo de que a magnitude e o aprofundamento das expropriações circunscrevem a relação orgânica da superexploração da força de trabalho com o acirramento da questão social no Brasil, especialmente na última década.

Na análise de Mota (2013) sobre a precarização do trabalho há outra categoria da superexploração da força de trabalho, a qual está mediada pela expropriação dos bens públicos, tendo em vista as determinações inerentes ao capitalismo contemporâneo, referentes à privatização e à mercantilização dos serviços essenciais oferecidos pelo Estado.

Nesse sentido, assevera a autora:

[...] sob a privatização e a mercantilização de serviços, subjaz a determinação da superexploração da força de trabalho, numa trajetória que é o avesso do Estado de bem-estar. A tendência atual é de **privatização e mercantilização dos serviços públicos** nos setores de saúde, previdência, educação, além dos serviços básicos de infraestrutura urbana, entre outros. (Idem, p. 9)

Por consequência, na atual fase de *subsunção formal e real do trabalho ao capital*, vive-se o “processo de legitimação da precariedade” (grifo nosso).

Em termos da conceituação da *subsunção formal e real do trabalho ao capital*, Fontes (2010) considera que esta ocorre, em primeiro lugar, pela aparente neutralidade que reveste a necessidade dos trabalhadores em venderem a sua força de trabalho, sob várias condições. E em segundo lugar, pelo fato de que a lógica capitalista é que determina quem é ou não trabalhador, pois a produção não está voltada para a satisfação das necessidades, já que esta se refere à economia e à

produção de valor. Com efeito, a subsunção real significa que o capital tende a subordinar, definir e circunscrever a atividade mais propriamente humana – o trabalho – sob qualquer modalidade concreta em que este se apresente, alterando incessantemente a maneira específica de seu exercício e modificando suas características, em prol da acumulação ampliada de capital.

Sob essa definição, cumpre-nos evidenciar a tendência atual de *subsunção do trabalho precário e do desemprego ao fenômeno genérico da pobreza*, que é analisada por Mota (2013) em sua abordagem sobre a relação existente entre a precarização e a superexploração da força de trabalho.

Ao problematizar “o peso político e material que o conceito de *pobreza* assume na atualidade, ao designar como tal as ‘sequelas’ da precarização do trabalho (desemprego, insuficiência dos rendimentos etc.)”, a autora acrescenta que no contexto atual, cada vez mais, o discurso orientado pela participação do mercado e pela promoção da iniciativa individual difunde a ideia de que é possível promover o crescimento econômico através da sustentabilidade social. Por consequência, estas “sequelas”, conforme a autora, “se apresentam como justificativa para a ampliação de programas focalizados na pobreza, a exemplo dos de renda mínima de inserção, das políticas sociais de exceção⁸⁵ e da assistência social” (Idem, p. 2).

Corroborando o pensamento da referida autora, observa-se que no contexto atual, em que as determinações imanentes à restauração capitalista preconizam o trabalho por conta própria, “a precariedade de vida dos trabalhadores apresenta-se como indicador de pobreza e, portanto, passa a se constituir em objeto de programas de renda mínima, sob a figura do pobre, e não a do trabalhador precarizado ou do precariado, nos termos de Braga” (Idem, p. 10).

Em termos do nosso objeto de análise – a questão social relacionada às mudanças do trabalho – é inegável que, na atual conjuntura brasileira, essas

⁸⁵ Segundo Mota (2013), o Estado recorre “paradoxalmente” às políticas de exceção mediante os programas de transferência de renda que grassam por todo o mundo; ou às iniciativas voluntárias da sociedade civil (associações caritativas, fundações empresariais, organizações não governamentais), qualificadas como políticas de assistência aos pobres. Sobre isso, ver o ensaio da autora, intitulado “Superexploração: uma Categoria Explicativa do Trabalho Precário, In: *A Segurança Social é sustentável: trabalho, Estado e Seguridade Social em Portugal*. Portugal. Bertrand Editora, 2013.

medidas e iniciativas sociais conseguem aliviar a pobreza. Por outro lado, há a necessidade de questionar o peso político que esses programas adquirem, já que subsumem o trabalho precário e o desemprego ao fenômeno genérico da pobreza.

Outra tendência de superexploração da força de trabalho, evidencia-se através da precarização do trabalho, na conjuntura atual de crise do capitalismo contemporâneo, por meio da mundialização do capital (financeiro, comercial e produtivo) e da pobreza. Segundo Mota (2013), afeta “mediata e imediatamente os modos de ser e viver do trabalhador”, sobretudo a organização política da classe trabalhadora.

Sob esta mesma óptica importa destacar que,

Hoje, a diferença central em relação ao passado é o restrito horizonte expansivo do capitalismo, no quadro da crise de acumulação do capital, do assalariamento, dos mecanismos públicos de proteção aos riscos sociais do trabalho e da organização política dos trabalhadores. (Idem, p. 11)

Nesse sentido, observa-se que na atual conjuntura de crise do capital ocorre a redefinição das formas de domínio econômico por parte das classes dominantes, por meio das reestruturações econômicas e na esfera produtiva, bem como o redirecionamento político, através da difusão de teorias, cultura e ideologias. Corroborando Mota (2013), ressalta-se que, “no plano superestrutural e jurídico-político, consolidam-se novas estratégias formadoras de consenso de classe, necessárias à constituição da sua hegemonia” (Idem, ibidem). Portanto, em nível superestrutural e jurídico-político, destaca-se “o exercício de práticas coercitivas para neutralizar a emergência de iniciativas e lutas das classes trabalhadoras que possam tensionar ou ameaçar a ordem vigente” (Idem, ibidem).

Seguindo por essa trilha deixada pela referida autora, depreende-se que no estágio atual do desenvolvimento capitalista, sob a lógica da acumulação flexível, a desconstrução das garantias e dos direitos trabalhistas revela a outra face do trabalho assalariado e precarizado, a superexploração da força de trabalho. Na fase atual de *acumulação flexível*, “são nítidas as diferenças nas *taxas de desemprego*, porém constata-se, de igual modo, a *existência* do exército industrial de reserva” (Idem, p. 15). Nesse sentido, comprova-se uma generalização das condições

precárias do trabalho, que atinge tanto os trabalhadores mais qualificados como aqueles não qualificados.

Nesta direção, constata-se, com base em Mota (2013), que na atualidade a existência da categoria teórica do exército industrial de reserva tem nítidas funções econômicas. Entre essas funções, “a mais importante, sem dúvida, é a pressão que exerce no sentido de forçar os salários para patamares *inferiores* e constranger os trabalhadores a se submeterem ao trabalho precário, permitindo potencializar a exploração da força de trabalho” (Idem, *ibidem*).

Por consequência, no cenário atual de crise do capitalismo brasileiro contemporâneo, especialmente na entrada do século XXI, confirma-se a persistência das contradições fundantes da pauperização relativa dos trabalhadores e, portanto, atesta-se a reprodução das desigualdades sociais. Isto nos leva a afirmar, mais uma vez, que “tanto as situações que seriam configuradoras da questão social (trabalho precário, desemprego, insuficiência dos rendimentos etc.) se alteram, como o conteúdo e as formas do seu enfrentamento pelas classes dominantes e pelo Estado” (Idem, *ibidem*).

De acordo com Mota (2013), estas tendências expressam

[...] a mercantilização e/ou a redução dos serviços e benefícios sociais públicos, antes considerados um direito protetivo do trabalho no âmbito do Estado Social; e as políticas focalizadas na pobreza, como estratégias articuladas que informam as tendências mundiais das políticas sociais na atual conjuntura. (Idem, p. 14)

Uma primeira tendência apontada por Mota (2013) reside nos “ajustes operados no destino dos fundos públicos, associados ao processo de *supercapitalização*”, que resulta na criação de um *consumidor de serviços* em detrimento da sua condição de *cidadão e trabalhador*. Uma segunda tendência retira o direito ao trabalho da pauta dos trabalhadores e o substitui pelo acesso a uma renda mínima de inserção ou sobrevivência. Na opinião da referida autora, essas tendências operam, atualmente, “um deslizamento ideopolítico e teórico da raiz do fenômeno do desemprego e da precarização do trabalho na atual dinâmica socioeconômica e o reconceituam com expressões como exclusão, pobreza e miséria” (Idem, p. 15).

Desse modo, depreende-se que o leque das mediações particulares da precarização do trabalho analisadas por Mota (2013) indica que esse processo vai além do elenco das suas manifestações empíricas, uma vez que aponta tendências de superexploração da força de trabalho constitutivas das particularidades da questão social no contexto da realidade brasileira.

Na esteira dessas reflexões, passamos a sintetizar as categorias da superexploração da força de trabalho, com base na teoria marxista da dependência.

Em recente artigo intitulado “Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora”, Luce (2013) tece uma crítica à tese de que o Brasil estaria se tornando um país de classe média e sustenta que o segmento denominado “nova classe média” consiste, na verdade, de trabalhadores com suas respectivas famílias, que vivem em condições de superexploração.

De acordo com o referido autor, a categoria da *superexploração da força de trabalho* deve ser apreendida como uma violação da força de trabalho, “seja porque a força de trabalho é paga abaixo de seu valor, seja porque é consumida pelo capital além das condições normais, levando assim ao esgotamento prematuro da força vital do trabalhador” (Idem, p. 172).

Ao discorrer sobre a categoria da superexploração e como esta se evidencia no contexto brasileiro da última década, Luce (2013) expõe quatro categorias ou formas fundamentais de superexploração da força de trabalho:

A remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor (conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação de capital); o prolongamento da jornada, implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador; o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador; e, finalmente, o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração. (Idem, ibidem)

As duas primeiras formas traduzem as investidas do capital contra o fundo de consumo do trabalhador, e as outras duas atentam contra a sua própria vida.

Ao examinar novas categorias da superexploração da força de trabalho, mediadas pelas modalidades de trabalho precário no Brasil, Luce (2013) afirma que atualmente ocorre um incremento da superexploração da força de trabalho.

Na primeira forma de superexploração, *a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor* (grifo nosso), Luce (2013) examina a questão do poder de compra do salário mínimo e evidencia que, na atual conjuntura brasileira, apesar dos reajustes no valor do salário mínimo em relação à inflação e da melhora relativa no poder de compra – tão propagados nos anos Lula e Dilma, e na comparação com os anos 90 –, o valor atual do salário mínimo não consegue cobrir as despesas necessárias à reprodução da força de trabalho.

Vale ressaltar, com base em Luce (2013) e conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que em 2011 mais da metade dos trabalhadores ocupados, 55% da população trabalhadora ocupada, recebia até três salários mínimos. A considerar que o valor fixado do salário mínimo para 2011 foi de R\$ 545,00 e que o salário mínimo necessário (SMN)⁸⁶ em dezembro de 2011 equivalia a R\$ 2.329,00 – a preços comparados com a inflação daquele mesmo ano –, conclui-se que “mais da metade dos brasileiros recebiam remuneração entre 4,27 e 1,42 vezes abaixo do SMN” (Idem, p. 176).

Prosseguindo com as constatações apresentadas pelo referido autor:

Se cruzarmos esses dados com o da geração de empregos formais na década de 2000 no país, dos quais 95% são de até um salário mínimo e meio (Pochman, 2012, p. 19), isto é, até R\$ 933,00 a preços correntes, veremos que tanto o reajuste de salário mínimo como a criação de empregos com carteira assinada não apontam no sentido de uma alteração das precárias condições de vida e trabalho. (Idem, ibidem)

⁸⁶ Segundo Luce (2013), “no Brasil, o parâmetro para avaliar a remuneração da força de trabalho em condições próximas do seu valor é o salário mínimo necessário (SMN), o qual é calculado a partir de 1970 pelo Dieese, em séries históricas retroativas a 1940” (Idem, p. 173). Com base nos critérios utilizados pelo Dieese para o cálculo do SMN, o autor afirma que: [...] “o SMN toma em consideração não apenas o salário mínimo legal no comparativo com a inflação, mas o salário que deveria expressar a quantia necessária para cobrir os gastos com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”. Ou seja, a quantidade de valores de uso necessária para a força de trabalho se reproduzir em condições normais, chegando assim a “uma estimativa de quanto deveria ser o salário mínimo para atender à determinação constitucional” (DIEESE, 2009 apud LUCE, 2013).

Segundo Luce (2013), apesar de se reconhecer que houve uma melhora relativa no poder de compra do salário mínimo, a discussão que envolve a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor não deve se restringir a comparações entre o salário mínimo e a inflação. Logo, é possível afirmar que os dados quantitativos divulgados pelas estatísticas oficiais não revelam a real situação de precarização e superexploração do trabalho vivenciada pelos trabalhadores.

Outra categoria da superexploração da força de trabalho analisada por Luce (2013) refere-se ao prolongamento da jornada de trabalho, que se expressa através de várias formas, principalmente mediante o uso sistemático de horas extras, que embora represente uma remuneração adicional pelas horas trabalhadas além da jornada de trabalho, provoca um desgaste da corporeidade viva do trabalhador e reduz o tempo de descanso e a vida útil do trabalhador.

No tocante ao prolongamento da jornada de trabalho, Luce (2013) aponta as medidas estratégicas adotadas pelo Estado que sancionam a violação do valor da força de trabalho e que, conforme o autor, comprovam o incremento da superexploração da força de trabalho. Entre elas, destacam-se: “(1) banco de horas; (2) abertura do comércio aos domingos; (3) flexibilização da CLT, mediante portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), facultando negociar a redução de 50% do horário do almoço” (Idem, p. 178).

Assim como o prolongamento da jornada de trabalho, o aumento da intensidade do trabalho também representa um desgaste da corporeidade viva do trabalhador. A despeito da intensificação do trabalho, o autor acrescenta que, dependendo de cada trabalho útil, *o aumento da intensidade ou o dispêndio de atos de trabalho sob intensidade elevada* (grifo nosso) pode se dar de várias maneiras. Conforme destaca Luce (2013), na atualidade, alguns casos exemplares de trabalhos mais intensos demonstram a presença da categoria de superexploração da força de trabalho, tais como: o metalúrgico na linha de montagem, que poderá executar um trabalho com intensidade mais elevada, conforme aumente a velocidade da esteira que regula o ritmo da produção; o caso do controlador de tráfego aéreo, que trabalha sob a intensidade proporcional ao tempo que deve manter-se no controle do painel, sem piscar os olhos e, muitas vezes, sem direito a intervalos ou pausas; o caso do carteiro, que expressa a alta intensidade de seu

trabalho ao carregar em sua bolsa funcional um sobrepeso que, pelos anos de serviço, pode comprometer a sua saúde com problemas de joelho e a cirurgia para implantação de próteses.

Em termos de incremento da superexploração da força de trabalho, conforme Luce (2013), o aumento da intensidade do trabalho costuma ocorrer de forma combinada com o aumento dos níveis de produtividade. Entre os casos exemplares que denotam a ocorrência da superexploração mediante a combinação entre o aumento da intensidade e da produtividade do trabalho, evidenciam-se: o caso dos trabalhadores da indústria automobilística; os cortadores manuais de cana-de-açúcar, ligados ao setor sucroalcooleiro, que trabalham em condições alarmantes; e o caso dos trabalhadores de *telemarketing*, que trabalham em um ritmo ou intensidade elevados, com jornadas menores ou *part-time*.

Ainda com base em Luce (2013), ressalta-se uma última categoria de superexploração da força de trabalho, a qual se refere ao hiato entre o aumento do elemento histórico-moral⁸⁷ do valor da força de trabalho e o pagamento da remuneração recebida. Segundo o referido autor, a despeito do capitalismo dependente e periférico, o capital não tende a gerar concessões às classes trabalhadoras, como no capitalismo dominante. Contudo, observa-se que, atualmente, o segmento da população da “classe C” tem se tornado consumidor de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos, antes considerados bens de consumo de luxo.

Ao problematizar o acesso desses trabalhadores precarizados aos bens de luxo, como televisores e máquinas de lavar, Luce (2013) observa que esse consumo se dá somente à custa da redução do fundo de consumo do trabalhador e de seu fundo de vida. Este fato corrobora a tese levantada pelo referido autor, de que a suposta ascensão de uma “nova classe média” (grifo nosso) configura uma forma renovada da superexploração da força de trabalho.

Partindo dessas reflexões e dos exemplos apresentados, é possível afirmar que, na conjuntura atual, houve um incremento da superexploração da força de

⁸⁷ Segundo Osório, o elemento histórico-moral é conceituado por Marx ao comprovar o desenvolvimento material da sociedade e a generalização dos novos bens que, em épocas determinadas, vão se transformando em bens necessários à reprodução do valor da força de trabalho (OSÓRIO, 2009 apud LUCE, 2013).

trabalho, porquanto esta categoria revela uma tendência estrutural que perpassa as relações de produção na economia brasileira e expõe algumas peculiaridades em relação às formas de trabalho precário que merecem ser investigadas.

Diante do exposto, pretende-se avançar ainda mais no estudo sobre a precarização do trabalho e as categorias indicativas da superexploração do trabalho, e investigar as expressões objetivas da precarização que se manifestam através das distintas formas de trabalho precarizado, particularmente, no contexto brasileiro da última década. O propósito é comprovar a hipótese de que a precarização e a superexploração da força de trabalho são tendências constitutivas das particularidades da questão social no Brasil na última década.

CAPÍTULO III – AS PARTICULARIDADES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL: PRECARIZAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI

No capítulo anterior, conceituamos e problematizamos a noção de precarização do trabalho, partindo das reflexões e das mediações particulares que estão associadas às tendências atuais de superexploração da força de trabalho no estágio atual de crise do capitalismo brasileiro contemporâneo.

Com esteio nas categorias teóricas marxistas como superpopulação relativa, precarização e superexploração da força de trabalho, demarcamos a nossa abordagem da questão social contemporânea no Brasil, através da qual sustentamos a tese de que as particularidades da questão social no contexto brasileiro da entrada do século XXI não se restringem às manifestações fenomênicas do desemprego e da pobreza, pois estas estão diretamente associadas à precarização histórica do trabalho e às recentes mudanças inerentes à restauração capitalista e à reestruturação produtiva que afetam o mundo do trabalho.

Neste terceiro capítulo, apresentaremos a nossa pesquisa empírica baseada nos traços particulares da precarização do trabalho no Brasil, sob as formas heterogêneas da reestruturação produtiva. Os dados secundários foram extraídos dos estudos de vários ramos e setores produtivos, oriundos da ampla pesquisa coletiva que trata da precarização do trabalho no Brasil e que foram publicados na obra de Ricardo Antunes, *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*.

O nosso propósito é comprovar a hipótese central de que a precarização e a superexploração da força de trabalho são as mediações essenciais para captar as particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea.

3.1. As formas diferenciadas da reestruturação produtiva e as mudanças nos processos e nas relações de trabalho

A ampla pesquisa coletiva intitulada “Para onde vai o mundo do trabalho?”, coordenada por Ricardo Antunes, cujo projeto foi apoiado pelo CNPQ, indica

tendências manifestas nas formas diferenciadas da reestruturação produtiva do capital no Brasil, bem como o modo como esse redesenho vem afetando o mundo do trabalho. A partir dos resultados dessa pesquisa, foi organizada pelo autor a obra *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, publicada em três volumes pela Editora Boitempo.

De um modo geral, esta obra reúne uma coletânea de textos e de estudos de caso oriundos de projetos de dissertação de mestrado, resultados de pesquisas de teses de doutorado, pós-doutorado e monografias do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, tendo por objetivo buscar elementos que auxiliem na compreensão do capitalismo brasileiro recente e de algumas das principais mutações que vêm ocorrendo no universo do trabalho, numa temporalidade histórica marcada pela mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais. Estas certamente reconfiguram o universo produtivo, industrial e de serviços no Brasil contemporâneo.

Dito de outra maneira, a referida obra oferece, de modo sintético, “[...] um desenho da reestruturação do capital que possibilita uma melhor compreensão das formas multifacetadas e heterogêneas da organização do trabalho, que, certamente, nos auxiliará a entender as novas configurações do mundo do trabalho” (ANTUNES, 2006, p. 16).

O primeiro volume foi publicado em 2006 e sintetiza os primeiros resultados da pesquisa. Objetiva recuperar algumas dimensões essenciais do processo de reestruturação do trabalho no Brasil contemporâneo.

A exposição do assunto neste volume está dividida em três partes. Na parte I, intitulada “A explosão do desemprego e as distintas modalidades de precarização do trabalho”, expõe um quadro abrangente das novas modalidades de trabalho, das formas e dos contornos assumidos pelo desemprego, e das múltiplas faces da precarização do trabalho, dialogando com elementos do cenário global e nacional, de modo a auxiliar na construção analítica mais precisa e mais aprofundada das novas (e velhas) configurações assumidas pela divisão internacional do trabalho no atual estágio do capitalismo. Na parte II, intitulada “As formas diferenciadas da reestruturação produtiva do capital e a nova morfologia do trabalho”, explicita detalhadamente a pesquisa setorial empreendida, contemplando os elementos

empíricos e analíticos nos seguintes ramos produtivos: automobilístico (quatro estudos de caso); telecomunicações e *telemarketing* (dois estudos de caso); bancário (dois estudos); têxtil e confecção (um estudo de caso); calçados (um estudo de caso); trabalhadores do canto erudito (dois estudos de caso); e trabalhadores informais (um estudo), considerando sempre uma rica heterogeneidade (setorial e regional), de modo a melhor compreender as formas diferenciadas da reestruturação produtiva do capital no Brasil contemporâneo. Na parte III são apresentados alguns traços constitutivos da crise do sindicalismo, apontando elementos dos cenários nacional e internacional, além de particularizar alguns pontos importantes da crise sindical brasileira.

O volume II, publicado em 2013, objetiva apresentar alguns elementos centrais do processo de reorganização/reestruturação produtiva do capital desencadeado nas últimas décadas, bem como a forma pela qual esse processo vem afetando, metamorfoseando e transformando o mundo do trabalho no Brasil recente. As particularidades de cada ramo produtivo e suas conformações, assim como os *modos de ser* do trabalho, das terceirizações, das informalidades e das precarizações, são também elementos centrais deste estudo. Destacam-se ainda as análises dos organismos de representação sindical, de algumas das novas formas de organização e dos embates do trabalho. Este livro está dividido em três partes. Na primeira, oferece um panorama amplo das múltiplas faces da precarização do trabalho, dialogando diretamente com traços presentes no cenário global, dadas as recentes configurações derivadas da (nova) divisão internacional do trabalho que caracteriza o capitalismo de nossos dias. Na parte II, são examinados vários ramos produtivos, como: petroquímico (um estudo de caso); metalúrgico (três estudos de caso); educacional (dois estudos de caso); aeronáutico (um estudo de caso); hoteleiro (um estudo de caso); fumageiro (um estudo de caso) e agronegócios (três estudos de caso), a fim de melhor compreender os modos diferenciados da produção no Brasil, bem como a *nova morfologia do trabalho* que vem se configurando. Na parte III, analisa as ações sindicais e de resistência presentes no cenário social, explorando algumas de suas respostas e desafios, como as cooperativas e os diferentes modos de ação sindical.

O volume III, publicado em 2014, tem como objetivo compreender as heranças oriundas do padrão taylorista-fordista de produção e as emergências decorrentes dos novos experimentos produtivos que resultam da *acumulação flexível* e estão presentes de modo expressivo no universo produtivo brasileiro. Seguindo a mesma estrutura dos primeiros volumes, na parte I, o livro III enfoca o sistema global do capital e a corrosão do trabalho, conferindo um destaque especial à terceirização como uma epidemia do século XXI. Na parte II, expõe as formas de ser da reestruturação produtiva no Brasil e a nova morfologia do trabalho. Os setores investigados e a respectiva quantidade de estudos de caso realizados foram: a construção civil (um estudo de caso); *telemarketing* e telecomunicações (dois estudos de caso); educação (um estudo de caso); trabalho informal (um estudo de caso); trabalhadores da arte (um estudo de caso); agroindústria (quatro estudos de caso).

A considerar a apresentação, o objetivo e a estrutura da exposição desta obra, observa-se que na II parte, nos três volumes, as pesquisas empíricas caracterizam os processos e as relações de trabalho em distintos setores ou ramos produtivos e põem em evidência a precarização do trabalho como parte das mudanças no mundo do trabalho. Observa-se também que a abordagem da precarização ultrapassa a “teoria dos três setores”⁸⁸, pois a particularidade dos processos de trabalho está diretamente relacionada à relevância e à inter-relação dos setores no universo produtivo e econômico brasileiro.

Os elementos empíricos que caracterizam a particularidade dos distintos setores ou empresas investigadas que foram alvo das pesquisas são variados e foram citados no primeiro volume do livro. Destacam-se: *a posição na cadeia produtiva; as mutações tecnológicas; a organização do trabalho e as formas de gestão da força de trabalho; o perfil da força de trabalho e as mudanças de suas qualificações; as mudanças na estrutura do emprego e as formas de flexibilização do trabalho; os mecanismos de apropriação da força de trabalho; as relações das empresas com os sindicatos; as respostas dos trabalhadores e/ou organismos sindicais*. Esses elementos, em conjunto, oferecem indicadores de análise da precarização do trabalho no Brasil.

⁸⁸ Antunes (2006) considera obsoleto falar da teoria dos três setores, ou seja, industrial, serviços e comércio, dada a enorme interpenetração das atividades industriais, agrícolas e de serviços.

Outro aspecto que chama atenção em relação à referida obra é que, no primeiro volume, a precarização do trabalho se evidencia a partir de estudos localizados em determinadas empresas ou distintas situações, como a dos trabalhadores informais e dos trabalhadores do canto erudito. No segundo volume, nota-se que houve uma ampliação dos setores investigados, tendo em vista uma sistematização detalhada e aprofundada, dada a maior abrangência do fenômeno da precarização do trabalho no Brasil. Verifica-se, ainda, que o terceiro volume consiste numa continuidade da referida pesquisa, privilegiando estudos setoriais que põem em evidência as novas formas de trabalho, no contexto da acumulação por espoliação ou acumulação flexível.

Em termos metodológicos, ao perseguir os resultados destas pesquisas e os indicadores acima citados, optamos por fazer uma leitura dos estudos setoriais publicados nos três volumes da obra *Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil*, tendo em vista apreender as expressões objetivas da precarização do trabalho. A nossa escolha justifica-se pelo fato de a referida obra de Ricardo Antunes oferecer um panorama amplo das diversas facetas da precarização do trabalho no Brasil e um diálogo crítico e denso com a bibliografia nacional e internacional contemporânea, ao abordar as “[...] recentes configurações derivadas da (nova) divisão internacional do trabalho que caracteriza o capitalismo de nossos dias” (ANTUNES, 2013, p. 9).

Corroborando Antunes (2006), dada a abrangência da precarização do trabalho no Brasil, optamos por desenvolver uma análise que contemple a heterogeneidade das formas da reestruturação produtiva e os traços particulares e singulares dos processos e das relações de trabalho nos diversos setores ou ramos produtivos, a fim de captar as distintas tendências da superexploração da força de trabalho.

Assim, os dados empíricos são apresentados a partir de um extrato de 12 estudos de caso, sendo: dois do ramo automobilístico; um da indústria têxtil e confecção; um do ramo petroquímico; um do setor metalúrgico; um do setor financeiro representado pelos bancos; dois do setor de educação; um do ramo das telecomunicações e *telemarketing*; e três do setor da agroindústria.

Nesta direção, apresentamos um quadro detalhado da precarização do trabalho, a fim de comprovar a nossa hipótese central de que a precarização e a

superexploração da força de trabalho são as mediações essenciais para captar as particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea.

Dentre as pesquisas desenvolvidas na indústria automobilística, selecionamos dois estudos de caso. Um deles, intitulado “A logística da Precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil” (2002), é parte da dissertação de mestrado em sociologia e foi desenvolvida pela autora Paula Regina Pereira Marcelino, sob a orientação do Prof. Ricardo Antunes, na empresa Honda, particularmente, da unidade da logística de Sumaré Ltda. (LSL). Este estudo objetiva traçar um perfil de uma importante empresa automobilística instalada no Brasil, a Honda, visando trazer para o debate alguns elementos da reestruturação produtiva no Brasil, a partir da experiência concreta dessa empresa.

A outra pesquisa é parte da tese de doutorado da autora, Eurenice Lima, intitulada “O encantamento da fábrica: toyotismo e os caminhos do envolvimento no Brasil” (2002), também sob a orientação do Prof. Ricardo Antunes, desenvolvida na empresa Toyota do Brasil, especificamente na sua segunda unidade de produção, instalada em Indaiatuba (SP). Nesta pesquisa a autora dedica-se a analisar o processo de trabalho na forma como os trabalhadores o apreendem e vivenciam no cotidiano de trabalho, buscando apreender a aplicação do “método Toyota” nas etapas de seleção e integração, até chegar à linha de produção propriamente dita, focalizando a trajetória da construção, o caminho que o trabalhador percorre na empresa e as formas de resistência.

O próximo estudo de caso refere-se à indústria têxtil e de confecção, e compreende uma pesquisa conjunta que objetiva analisar a reestruturação desse ramo produtivo a partir da década de 90, e os impactos do processo de reorganização sobre a força de trabalho. O estudo setorial, intitulado “Reestruturação produtiva e emprego na indústria catarinense” (2002), é parte da dissertação de mestrado de Isabella Jinkings, sob a orientação do Prof. Fernando Ponte de Souza, com bolsa do CNPQ; o segundo é parte da dissertação de mestrado, desenvolvida pela autora, Elaine Regina Aguiar Amorim, intitulada “No limite da precarização? Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecção” (2003). A primeira parte da pesquisa abrange toda a cadeia têxtil, caracterizando os diferentes setores que a compõem, e analisa a crise econômica que a atingiu no

decorrer da década de 90. A segunda parte discute a particularidade da indústria têxtil de Santa Catarina por meio de uma ampla pesquisa e levantamento de diversos indicadores estatísticos e entrevistas feitas com dirigentes dos sindicatos dos trabalhadores das empresas têxteis das três cidades do estado (Jaraguá do Sul, Blumenau e Brusque) e com trabalhadores e representantes dos setores de recursos humanos das empresas pesquisadas. Na última parte da pesquisa, analisa-se um dos ramos da cadeia têxtil, a indústria de confecção. Trata-se de um estudo setorial realizado na filial da multinacional Lévi Strauss do Brasil, localizada em Cotia (SP).

No ramo petroquímico, selecionamos o estudo de caso intitulado “O ramo do petróleo: a processualidade reestruturante do capital na Petrobrás”, parte da tese de doutorado em Ciências Sociais, defendida por Frederico Lisbôa Romão, que trata do processo de reestruturação produtiva na Petrobrás. A referida pesquisa procurou analisar os impactos causados pela automação de base microeletrônica, os sistemas digitais de controle distribuído (SDCD) e os centros integrados de controle (CIC), sobre os trabalhadores desta empresa.

O outro estudo de caso selecionado refere-se à indústria metalúrgica, intitulado *A usinagem⁸⁹ do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos 90*, desenvolvido por Adriano Santos na Indústria de bens de capital Zanini S.A. Equipamentos Pesados, e tem como objetivo geral analisar e compreender o impacto da reestruturação produtiva sobre os trabalhadores metalúrgicos.

No setor financeiro, o estudo realizado no sistema bancário brasileiro, intitulado “Trabalho e Resistência na “fonte misteriosa”: os bancários em face da reestruturação capitalista”, desenvolvido por Nise Jinkings como parte de sua tese

⁸⁹ Segundo o Dicionário Aurélio, usinagem significa: 1) “operação mecânica pela qual se dá forma à matéria-prima; 2) designação comum a técnicas que dispensam a utilização de ferramentas que trabalhem em contato com a peça, bem como a retirada de matéria”. O autor entende que esse termo é representativo da reestruturação produtiva ocorrida na Zanini durante a década de 90 enquanto operação econômica de transformação em que se moldaram novos processos produtivos, bem como novas formas de organização do trabalho a partir de uma reconfiguração total da empresa, para atender às novas exigências do mercado e aos novos patamares capitalistas de exploração e controle do trabalho (SANTOS, 2013, p. 163).

de doutorado, teve por objetivo analisar o processo de reorganização do trabalho nos bancos brasileiros, focalizando as alterações nas relações laborais e suas implicações para a precarização do emprego, bem como na intensificação do trabalho de amplos contingentes de assalariados bancários.

A considerar a importância das mudanças recentes instauradas no setor de educação, e particularmente, no processo de trabalho docente, selecionamos mais dois estudos setoriais, sendo um desenvolvido numa instituição pública e o outro, numa instituição privada. A primeira pesquisa, intitulada “Professores, modernização e precarização”, desenvolvida por Aparecida Neri de Souza, objetiva analisar como a chamada modernização no trabalho se manifesta na dimensão que se refere à multiplicação das formas precárias de trabalho e emprego de professores do setor público de educação do Estado de São Paulo. A segunda pesquisa, intitulada “A industrialização da educação na dinâmica do capitalismo contemporâneo: novas tecnologias e o trabalho docente sob o ensino a distância”, é parte da dissertação de mestrado defendida por Sérgio Antunes de Almeida sob a orientação de Simone Wolff, desenvolvida numa instituição de ensino superior privada, situada em Londrina (Paraná), e teve por objetivo geral analisar a atividade do trabalhador docente em uma de suas vertentes: a educação a distância, alavancada pelas novas tecnologias de comunicação e informação (TICs).

O estudo de caso referente ao setor Telecomunicações e *Telemarketing*, realizado na empresa Sercomtel S.A. Telecomunicações, pertencente ao Grupo Londrina (Paraná), é parte da tese de doutorado de Simone Wolff, intitulada “O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações: o processo de trabalho sob novos parâmetros gerenciais e tecnológicos”, sob orientação do Prof. Ricardo Antunes. O objetivo desta pesquisa foi proceder à análise da reestruturação produtiva, particularmente no que diz respeito à percepção dos trabalhadores envolvidos quanto à informatização de seus processos de trabalho e às novas formas de gerenciamento, adotadas, entre outras finalidades, para otimizar essa reestruturação.

Outro setor que passou por mudanças significativas foi o setor agroindustrial, representado na pesquisa pelos trabalhadores do ramo sucroalcooleiro (os cortadores de cana), pelos trabalhadores de uma unidade produtiva de abate e processamento de aves e pelas operadoras de caixa de supermercados. O

trabalho do cortador de cana foi objeto de análise da pesquisa desenvolvida pela autora Maria Augusta Tavares, intitulada “O aviltante trabalho do cortador de cana”, e da pesquisa empírica intitulada “No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistências entre padrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP”, desenvolvida por Juliana Biondi Guanais, como parte da dissertação de mestrado defendida em 2010 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação de Fernando Antônio Lourenço.

Em outra pesquisa, intitulada “Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador na agroindústria avícola do Brasil: o caso dos trabalhadores de uma unidade produtiva de abate e processamento de aves”, parte da dissertação de mestrado defendida em 2006 no Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, por Marcos Acácio Neli, sob a orientação de Vera Lúcia Navarro, consiste numa análise do processo de trabalho em uma unidade produtiva de abate e processamento de aves pertencente a uma das maiores empresas de alimentos da América Latina⁹⁰, situada na região oeste do Paraná.

E, finalmente, o último estudo de caso trata da situação das operadoras de caixa de supermercado e intitula-se “A walmartização das operadoras de check-out”. Apresenta parte das reflexões da dissertação de mestrado defendida por Nilo Silva Pereira Neto, em 2010, no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). A referida pesquisa foi desenvolvida num hipermercado de característica multinacional, onde foram realizadas observações sistemáticas e entrevistas com as operadoras de *check-out*⁹¹, a fim de analisar os traços característicos da *nova morfologia do trabalho* nesse setor.

Desta forma, em um contexto econômico, social e político marcado pela mundialização do capital e pela difusão das políticas de corte neoliberal, observa-se que algumas das particularidades presentes nos respectivos processos de

⁹⁰O nome da empresa não foi informado na pesquisa.

⁹¹Operadoras de *check-out* são trabalhadoras que atuam nas máquinas registradoras da saída de mercadorias em super e hipermercados. No Brasil, são comumente aludidas como “caixas” de supermercados.

reestruturação produtiva no país incidem nas atuais dimensões da organização sociotécnica e, principalmente, no quadro de precarização do trabalho.

Ao observar os traços singulares e particulares do processo de reestruturação produtiva do capital que se refletem na precarização do trabalho no Brasil, nessas duas últimas décadas, defendemos que, apesar de algumas diferenças em relação ao tipo de trabalho nos distintos setores, evidencia-se um ponto em comum: a persistência da *precarização salarial* e um quadro de *precarização existencial* do trabalho.

De acordo com Druck (2012), no Brasil, nas duas últimas décadas, dá-se um fenômeno inédito: “a metamorfose da precarização do trabalho” (DRUCK, Idem, p. 37)⁹². Segundo essa autora, a precarização do trabalho foi reconfigurada e ampliada, e hoje assume novos contornos em consequência do padrão de acumulação pós-fordista, evidenciando novas formas de organização e relações de trabalho.

Dito de outra maneira, as expressões objetivas da precarização delineiam “[...] um quadro de trabalho precário enquanto processo que dá unidade tanto à classe-que-vive-do-trabalho quanto aos distintos lugares em que essa precarização se manifesta” (DRUCK, 2013, p. 56).

No que se refere ao desemprego, conforme a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, a taxa de desemprego urbano apresentou-se como a mais alta em 2003: 19,9% (1.944.000 pessoas desempregadas). Contudo, tais números parecem mostrar uma contradição, pois, segundo dados do IBGE⁹³, o desemprego tem caído nos últimos dez anos. Entre 2003 e 2013, passou de 12,4% para 5,4%.

⁹² O fenômeno da metamorfose da precarização social do trabalho no Brasil é analisado por Graça Druck em artigo publicado na Revista Margem Esquerda Ensaios Marxistas nº 18, Boitempo, junho de 2012. De acordo com Druck (2012): “A crise sistêmica do fordismo aponta para um processo de precarização social do trabalho inédito que se desenvolveu nessas duas últimas décadas, e esse evidenciou as mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho, no papel do Estado e de suas políticas sociais, no novo comportamento dos sindicatos e nas novas formas de atuação de instituições públicas e associações civis” (Idem, p. 37).

⁹³ BOM DIA BRASIL. “Desemprego cai, mas concessão de seguro-desemprego dobra no Brasil”. In: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/07/desemprego-cai-mais-concessao-de-seguro-desemprego-dobra-no-brasil.html>. Publicado em 27.04.2014. Acesso em 15.12.2014.

Segundo dados da PNAD divulgados pela Revista Veja⁹⁴, no último trimestre de 2013, 6,052 milhões de pessoas encontravam-se desempregadas, ante os 6,653 milhões de desocupados no 4º trimestre de 2012. Este fato demonstra que o alto índice de beneficiários do seguro-desemprego confronta-se com os indicadores de queda do desemprego no Brasil, nesta última década.

Sobre esse aspecto, vale ressaltar que:

Em série histórica de 2001 a 2013 é possível perceber como os valores pagos em decorrência do seguro-desemprego sofreram crescimento significativo. Em 2001, os gastos com o benefício atingiram R\$ 19,4 bilhões (número atualizado pela inflação), valor 40% menor do que os R\$ 32 bilhões desembolsados no ano passado, mesmo com a queda constante da taxa de desemprego desde então. (Revista Veja, 2014)

De acordo com a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE:

Entre outubro de 2008 e março de 2009, ou seja, em apenas seis meses, os desocupados cresceram 19%, passando de 1.743.000 para 2.082.000, igualando-se o mesmo percentual de recuperação do desemprego em cinco anos, quando caiu de um total de 2.608.000 desocupados em 2003 para 2.100.000 em 2007 (PME/IBGE, 2008)

Conforme os dados das estatísticas oficiais, recuperados por Druck (2013), com base na PME (2008), a taxa de desocupação aumentou de 7,5% em outubro de 2008 para 9% em março de 2009.

Na retrospectiva dos últimos 11 anos da Pesquisa Mensal do Emprego⁹⁵ (PME), verifica-se que a taxa de desocupação medida pelo IBGE em seis regiões metropolitanas brasileiras registrou uma queda de sete pontos percentuais de 2003 a 2013. Em 2003, primeiro ano em que a metodologia anual foi aplicada nos 12 meses, a taxa chegou a 12,4%; já em 2013 a média aritmética do desemprego alcançou 5,4%.

Nesse mesmo período, constatou-se que:

⁹⁴DUTRA, M. "Número de desemprego cai, mas pagamento de seguro-desemprego ainda é recorde". In: <http://www.contasbertas.com.br/website/arquivos/8253>. Publicado em 11 de abril de 2014. Acesso em 15.12.2014.

⁹⁵ LISBOA, V. Taxa de desemprego caiu sete pontos percentuais desde 2003 In: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-01/taxa-de-desemprego-caiu-sete-pontos-percentuais-desde-2003->. Publicado em 30.01.2014. Acesso em 20.4.2015.

O contingente de desocupados caiu 49,5%, de 2,6 milhões para 1,3 milhão, e a população ocupada subiu 24,8%. Dentro da alta, destaca-se a evolução do percentual de trabalhadores com carteira assinada do setor privado, que avançou 11,6 pontos percentuais, de 39,7% para 50,6%. Em termos de contingente, a população ocupada com carteira assinada no setor privado subiu 58,2%, com as mais fortes altas em Recife (89,4%) e Salvador (78,3%), e a menor, no Rio de Janeiro (41,1%). (Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego/PME/IBGE)

Outros dados sobre a questão do desemprego são apontados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED⁹⁶ e demonstram que, em junho de 2014, o total de desempregados no conjunto das seis regiões onde a pesquisa foi realizada é estimado em 2.253 mil pessoas, 14 mil a menos que no mês anterior.

A taxa de desemprego total manteve-se relativamente estável, ao passar de 10,9%, em maio, para os atuais 10,8%. Segundo suas componentes, a taxa de *desemprego aberto* (grifo nosso) variou de 8,8% para 8,7%, e a de *desemprego oculto* manteve-se estável em 2,1%. A taxa de participação praticamente não variou ao passar de 59,6% para 59,5%, no período em análise. (Fonte: Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e convênios regionais)

De acordo com os dados apontados pela PED, o nível de ocupação, em junho de 2014, permaneceu em relativa estabilidade (0,1%). Através dos dados divulgados pela PED, constatou-se também que a criação de 25 mil postos de trabalho, número superior ao de pessoas que ingressaram na força de trabalho (11 mil), resultou na redução do contingente de desempregados em 14 mil pessoas. O total de ocupados foi estimado em 18.582 mil pessoas e a População Economicamente Ativa – PEA, em 20.835 mil. Ainda segundo a referida pesquisa, nos setores de atividade econômica analisados, no conjunto das regiões, o nível ocupacional elevou-se nos **Serviços** (criação de 34 mil postos de trabalho, ou 0,3%) e na **Indústria de Transformação** (29 mil, ou 1,1%), retraiu-se no **Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas** (eliminação de 41 mil postos de trabalho, ou -1,2%) e não variou na **Construção**.

De uma maneira geral, os dados exprimem uma diminuição das taxas de desemprego total nas metrópoles e uma estabilidade da taxa de ocupação, com tendência de queda da desocupação. Este quadro demonstra que no Brasil, particularmente na última década, houve uma diminuição, em termos relativos, das

⁹⁶ Fonte: Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

taxas de desemprego nas regiões metropolitanas, sobretudo a partir de 2004, com o crescimento moderado do PIB (Produto Interno Bruto).

Outro indicador observado na última década, conforme Alves (2014), refere-se às taxas de formalidade, as quais refletem um crescimento da formalização do emprego:

O crescimento da taxa de formalização do emprego significa a disseminação dos contratos regulares, isto é, aqueles definidos segundo a legislação vigente e que propiciam acesso à proteção social. A partir de 2002 torna-se persistente o crescimento da taxa de formalidade no mercado de trabalho, invertendo-se uma tendência de queda que vinha desde 1992 (em 2009, a taxa de formalização atingiu a taxa de 53,7%). A taxa de formalidade não é composta apenas pela participação dos trabalhadores com carteira assinada, mas também pelos trabalhadores domésticos, dos militares e funcionários públicos estatutários, dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social, na estrutura ocupacional total. (Idem, p. 64)

O crescimento da taxa de formalidade de 2003-2007, conforme explica Alves (2014), deve-se a “uma série de elementos contingentes, que não significam uma mudança categórica na dinâmica do mercado de trabalho no Brasil” (Idem, p. 65). O referido autor toma como exemplo um conjunto de iniciativas legislativas e ações do governo voltadas à formalização do vínculo empregatício, que utilizam os recursos da flexibilização dos estatutos salariais para permitir a contratação formal.

Nesta mesma direção, Druck (2013) reforça que a queda do desemprego e o aumento do emprego formal foram interrompidos por conta da crise mundial que atingiu o Brasil em 2008. A partir da crise, uma nova configuração se delineia, à medida que o trabalho informal, isto é, os “sem-emprego”, avança e generaliza-se em todo o país, aproximando as regiões mais desenvolvidas do país das mais tradicionalmente marcadas pela precariedade.

Quanto à informalidade, Antunes (2013) destaca que este fenômeno “(...) demonstra uma ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais estáveis ou temporárias, quer sob a ameaça direta do desemprego” (Idem, p. 15).

Por conseguinte, a queda do desemprego e o crescimento do trabalho informal, sem carteira assinada, refletem na realidade contemporânea brasileira uma “processualidade contraditória”, nos termos de Alves (2014), incluindo-se aí “o

movimento para a formalização dos trabalhadores domésticos, dos empregadores e dos trabalhadores por conta própria, que passaram a contribuir para a Previdência Social” (Idem, p. 65).

Seguindo a trilha deixada pelos referidos autores, depreende-se que a nova configuração do mundo do trabalho traduz a “flexibilidade estrutural do emprego” (Alves, 2014) e desvela novos *modos de ser* da informalidade (Antunes, 2013) no Brasil. Em breves linhas, na atual conjuntura brasileira, tanto a informalidade⁹⁷ como as terceirizações constituem as expressões mais visíveis da precarização do trabalho no Brasil.

3.2. A informalidade e as terceirizações: expressões objetivas da questão social na entrada do século XXI

Como vimos no item anterior, o conjunto das particularidades de cada setor, conforme a ampla pesquisa coordenada por Antunes – (2006), (2013), (2014) –, expõe um quadro de precarização do trabalho no Brasil, o qual se manifesta mediante a mescla do fordismo periférico e a expansão das práticas toyotistas, combinada com uma força de trabalho “qualificada”, “polivalente” e “multifuncional”, resultando no “aumento da superexploração da força de trabalho, traço constitutivo do capitalismo no Brasil” (Idem, ibidem). Tal mescla interessa aos capitais produtivos (nacionais e transnacionais), pois favorece a contratação de mão de obra barata, que percebe salários muito inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores de economias avançadas, além de ter seus direitos trabalhistas flexibilizados.

Segundo Antunes (2006), o novo estatuto do trabalho no Brasil, sob a reestruturação produtiva do capital, vem se efetivando mediante formas diferenciadas, que se caracterizam pela mescla entre elementos do fordismo periférico e elementos oriundos das novas formas de acumulação flexível e/ou influxos do toyotismo no Brasil:

No estágio atual do capitalismo brasileiro, enormes enxugamentos da força de trabalho combinam-se com mutações sociotécnicas no

⁹⁷ No contexto atual de profundas mudanças no capitalismo brasileiro, segundo Antunes (2015), a informalidade e a precarização não devem ser tidas como equivalentes, ainda que sejam consideradas *gêmeas siamesas*. O autor afirma que a informalidade ocorre quando se burlam as leis e os contratos de trabalho. Hoje em dia, a precarização abrange todo e qualquer trabalho assalariado. (Antunes, R. “O Trabalho e o novo proletariado de serviços: materialidade, imaterialidade e valor”. In: Conferência. III Colóquio Nacional sobre o trabalho do Assistente Social. Ufal/Maceió, abril de 2015).

processo produtivo e na organização do controle social do trabalho. A flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, bem como a terceirização e as novas formas de gestão de trabalho implantadas no espaço produtivo estão em curso acentuado e presentes em grande intensidade, coexistindo com o fordismo, que parece ainda preservado em vários ramos produtivos e de serviços, como se pode constatar na gama compósita e heterogênea presente em nosso universo de pesquisa. Mas quando se olha o conjunto da estrutura produtiva, pode-se também constatar que o *fordismo periférico*⁹⁸ e subordinado, que foi aqui estruturado, cada vez mais se mescla fortemente com novos processos produtivos, em grande expansão, consequência da *liofilização organizacional*, dos mecanismos próprios oriundos da acumulação flexível e das práticas toyotistas que foram e estão sendo assimiladas com vigor pelo setor produtivo brasileiro. Nossa pesquisa exemplifica, de modo abundante, em praticamente todos os ramos e setores analisados, elementos comprobatórios dessa mescla. (Idem, p. 19)

Nesse sentido, Antunes (2006) ressalta que o novo padrão de reprodução do capital no Brasil se constituiu a partir da reestruturação produtiva desencadeada ao longo da década de 90 e desenvolveu-se “[...] por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês⁹⁹, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho” (Idem, p. 18).

Nesta mesma direção, conforme Filgueiras et alii (2010), a reestruturação produtiva através da introdução de novas tecnologias e novos métodos de gestão do trabalho teve implicações devastadoras sobre o mercado de trabalho no Brasil.

Em face do exposto, procuramos refletir sobre as tendências de superexploração da força de trabalho no Brasil contemporâneo e sua relação com o quadro atual de precarização do trabalho.

O estudo realizado na indústria automobilística (Honda) através de depoimentos dos trabalhadores terceirizados revelou que existe uma diferenciação entre os funcionários da área de logística que estão ligados diretamente à produção dos carros e aqueles que trabalham apenas nos estoques, nos escritórios e na distribuição de peças de motos para concessionárias. A autora põe em evidência a

⁹⁸De acordo com Braga (2012), no sistema social dominado pela mundialização das trocas mercantis, a formação do modelo fordista periférico representou uma das principais mediações históricas entre os países capitalistas avançados e os países capitalistas subdesenvolvidos. Segundo o referido autor, este modelo “apoiou-se em uma articulação da política de substituição de importações com a mudança do conteúdo das exportações rumo aos bens de consumo duráveis, somada a uma retomada das importações de bens de capital dos países centrais” (Idem, p. 21).

⁹⁹O autor cita a intensificação da *lean production*, dos sistemas *just-time* e *kan-ban*.

relação entre a terceirização de atividades e a redução de custos na empresa, mediante a percepção dos trabalhadores terceirizados da empresa subcontratada:

Pelo que a gente sente lá, seria por causa dos custos. Porque você vê, normalmente os funcionários da Honda são mais bem pagos. Já os da LSL, o salário é inferior. Eu acho que, sei lá, deve ser por causa do envolvimento de sindicato, classe. Porque os funcionários da Honda são metalúrgicos, e nosso sindicato não é metalúrgico, é comércio. (Depoimento de um motorista carreteiro, 35 anos, apud Marcelino, 2006)

Percebe-se, a partir dos depoimentos dos trabalhadores terceirizados, que existem variadas formas de separação entre os trabalhadores da LSL e os da Honda, que permeiam o cotidiano da empresa. Esta diferenciação entre os funcionários da Honda e os trabalhadores terceirizados, em termos de salário, manifesta-se através de formas flexíveis de contrato de trabalho, a exemplo da terceirização; esta se expressa pela diferenciação na participação de lucros e resultados da empresa.

A pesquisa evidencia que “a terceirização na Honda não se restringe à limpeza ou à cozinha, mas atinge partes do processo produtivo antes consideradas como fundamentais no processo de produção. A logística é a principal delas” (Idem, p. 97). Quanto à terceirização, esclarece a autora:

Mais do que uma diferença real em termos de importância no processo produtivo total de qualquer indústria – inclusive na automobilística – que justificasse a sua classificação como atividade-meio e sua terceirização, o que moveu as indústrias para essa separação foi a necessidade constante do capital de ampliar suas margens de lucro. Para esse fim, além dos ganhos de produtividade constantemente buscados por meio do aperfeiçoamento da produção industrial e a consequente desvalorização da força de trabalho, o capital lançou mão da estratégia de subcontratação ou terceirização. Tal mecanismo permite que se transforme em custos variáveis o que antes eram custos fixos, ou seja, a empresa principal deixa de ser responsável legal por esses trabalhadores. (Idem, p. 98)

De acordo com Marcelino (2006), a terceirização de atividades baseada nas redes de subcontratação é um dos elementos principais da gestão e organização do trabalho nesta empresa. A referida autora acrescenta que a terceirização associada

ao aperfeiçoamento e a abrangência dos métodos japoneses permitiram ganhos à empresa em termos de produtividade e lucratividade.

No estudo de caso realizado na Toyota do Brasil, observou-se que a reestruturação produtiva trouxe consigo a introdução de novas técnicas (*just-in-time, kanban, kaizen, andon, terceirização*) e de novas formas de gestão e organização do trabalho, tais como: trabalho em equipe, polivalência, Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), envolvimento implicado, sindicato-empresa e inovação tecnológica no já conturbado mundo do trabalho. Conseguiu, assim, aprofundar a “extração intensificada do trabalho, a captura da subjetividade operária e a inserção subordinada do país no concerto das nações, enquanto base para a renovação da relação de subordinação capital-trabalho” (Antunes, 1999; Alves, 2000 apud Lima, 2006).

Segundo a autora, desde que a Toyota do Brasil se instalou em Indaiatuba, as melhorias contínuas tiveram por efeito fazer a produção aumentar de 18 para 42 carros diários, sem mudar o número de trabalhadores. Este fato é comprovado através das estratégias utilizadas pela empresa para aumentar o tempo da jornada de trabalho. A autora toma como exemplo o “tempo do cafezinho”:

Na Toyota, os trabalhadores têm o hábito de interromper o trabalho por 10 minutos para o cafezinho no primeiro e no segundo intervalo da jornada, o chamado “café participativo”. A Toyota desconta esse tempo: findo o horário de trabalho normal, a jornada é prolongada por mais vinte minutos, diariamente, para compensar o tempo de parada para o cafezinho. Logo, em quatro semanas, teríamos quase uma jornada de trabalho não paga (4 x 100, igual a 400 minutos, faltando apenas 20 minutos para completar uma jornada diária). Ocorre que, em quatro semanas, temos quase uma jornada suplementar, não tomada em cafezinhos. (Idem, p. 124)

Este exemplo denota que a estratégia do “café participativo” segue a lógica capitalista que potencializa no final do processo a exploração do trabalhador. Logo, “por conta dos 20 minutos trabalhados para repor o tempo do cafezinho, os trabalhadores produzem 504 carros modelo Corolla, padrão internacional, com três anos de garantia” (Idem, *ibidem*). Além disso, acrescenta: “se a cada quatro semanas eles trabalham um dia de graça, então a cada ano contam-se doze dias de

trabalho a mais. É um tempo de trabalho oculto, produzido por um ardil da empresa, que gera mais-valia absoluta e relativa” (Idem, p. 125).

Para aumentar a produtividade, a empresa utiliza-se de várias outras técnicas de organização da produção, por meio do controle do tempo de trabalho e da intensificação do ritmo de trabalho. Vale dizer que a Toyota produz o conceito de *Takt*, baseado na ideia de uma cadência que relaciona todas as fases de produção de valor. Assim como aparece na pesquisa:

A metáfora da batuta do regente é o resultado do esforço físico e intelectual do trabalhador para realizar a produção no intervalo das vibrações provocadas a cada fração de tempo. Os operadores multifuncionais assimilaram essa concepção de tempo: “No início, quando entrei na Toyota, meu *takt* era de dezessete, depois passou para treze minutos” (Leôncio, expert, apud Lima, 2006)

Nesse sentido, pode-se inferir que para atender às metas de produção, impulsionados pela automação e intensificação do trabalho, os trabalhadores são obrigados a produzir até o limite de sua capacidade física e mental. Em outras palavras, nota-se que o “valor do trabalho” (grifo nosso) está diretamente relacionado às melhorias contínuas de incremento da tecnologia que são incorporadas pelo trabalhador através da sua motivação de produzir além do tempo necessário. Logo, depreende-se que esta “motivação” (grifo nosso) é responsável pela produção de um trabalho excedente, não pago, que é apropriado sem contrapartidas ou bônus no salário.

Por meio desta pesquisa verificou-se que através da polivalência e dos métodos japoneses, o capitalista, aqui representado pela empresa multinacional automobilística, lança mão de vários recursos, disfarçados de “estratégia participativa”, para prolongar a jornada de trabalho além do tempo de trabalho necessário e garantir a intensificação do ritmo de trabalho. Assim, por meio da polivalência, mantém-se a lógica da superexploração da força de trabalho mediante potencialização da exploração e a produção da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa.

O prolongamento da jornada de trabalho deve ser apreendido como uma das categorias ou formas fundamentais da superexploração da força de trabalho, que

“[...] nas condições de mundialização constitui um mecanismo regular nas regiões dependentes, estreitamente associado à presença de salários muito inferiores ao valor da força de trabalho” (OSÓRIO, 2012, p. 56).

Com relação às mudanças na organização do trabalho introduzidas na indústria têxtil, a partir da reestruturação produtiva, as empresas introduziram formas de flexibilização do trabalho visando à redução de custos operacionais e ao aumento de lucros. A saber, o incremento tecnológico, as novas técnicas de organização da produção e os métodos flexíveis de contratação, como o sistema de trabalho em domicílio e das cooperativas de trabalho, bastante utilizados na indústria têxtil e de confecção, responsáveis por formas acentuadas de terceirização, subcontratação e precarização do trabalho.

No caso das costureiras que trabalham em domicílio, apesar de se sentirem proprietárias da sua própria empresa, elas são submetidas a uma jornada extenuante e à expropriação dos direitos e garantias trabalhistas, que se manifesta através dos baixos salários, bem como à negação do benefício da aposentadoria.

Sobre isso, comenta o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau:

A empresa-mãe sabe quanto custa aquela peça para ela produzir e, nesse custo, está envolvido o trabalho da costureira, os encargos, tudo aquilo. Ao contratar uma terceira, é lógico que ela vai reduzir esse custo em uns 30%. A terceira vai reduzir ainda mais para a costureira. Então se torna uma cascata que, lá na frente, entre a empresa e aquela pessoa que vai produzir, vai dar uns 50% de diferença. [...] No fundamental, todo esse circuito resulta no não pagamento de encargos sociais e em outros impostos. A costureira não é registrada no INSS, não ganha os benefícios que ganhava na empresa-mãe. [...] Se a costureira trabalha em casa, pode ter algumas compensações: ganha uns R\$ 400,00 a R\$ 500,00, sem ter registro na carteira, mas tem uma jornada flexível, não gasta tempo com transporte casa-trabalho-casa, não se sujeita às relações rígidas de trabalho nas células, pode realizar as tarefas da empresa e da casa, alternando os tempos, mas ela também trabalha mais porque usa seu tempo disponível fazendo longas jornadas de costura. Caso monte uma fabriqueta nos fundos da casa, pode sentir-se proprietária e trabalhadora de si mesma e não subordinada a um patrão. No entanto, se o sonho não se realiza, a sua situação, no futuro, quando envelhecer, poderá se agravar. Não adianta querer pagar o INSS, porque existe um prazo de carência. Por isso ela não vai poder se aposentar. (Dieese apud Jinkings & Amorim, 2006)

Além das difíceis condições de trabalho já explicitadas, acrescentam-se os acordos de “banco de horas”, por meio dos quais a jornada diária vai sendo determinada pela empresa, conforme a demanda de trabalho. Segundo Jinkings (2006), a implantação do banco de horas gera, em muitos casos, turnos aos domingos nas grandes indústrias têxteis, pois a maioria dessas companhias tem produção contínua e ininterrupta.

Além dos baixos níveis de remuneração da força de trabalho, a pesquisa na indústria de confecção colocou em evidência a transferência da sua atividade produtiva para uma cooperativa, implantada e subcontratada, exclusivamente, para confeccionar os produtos da empresa-mãe. Tal como esclarecem Jinkings & Amorim (2006):

As experiências de “cooperativismo” parecidas com a estudada por nós correspondem não só a um mecanismo de flexibilização da produção, mas a uma forma de assalariamento disfarçado que procura ocultar um novo tipo de exploração e de dominação política, ao eliminar direitos e benefícios trabalhistas, como também ao contribuir com o enfraquecimento da ação sindical. (Idem, p. 379)

Em termos da organização do trabalho, a introdução de técnicas e máquinas mais modernas exigiu uma maior intensidade do trabalho. Além dos esforços mobilizados na execução de cada operação, as trabalhadoras eram obrigadas a disciplinar e adaptar o seu tempo individual ao ritmo do maquinário, com a finalidade de atingir as metas de produtividade e de qualidade. Tal como foi mostrado na pesquisa, “não bastava a habilidade para costurar cada peça: ela deveria ser aperfeiçoada, atingindo a definição e a eficácia consideradas necessárias para os padrões de qualidade e de produtividade” (Idem, p. 373).

Através desta pesquisa, observou-se que a terceirização tornou-se um elemento central na indústria de confecção, tendo por finalidade a redução dos custos com a força de trabalho direta e o aumento da produtividade, o que se reflete na precarização do trabalho. Sobre este aspecto, cabe frisar que na indústria de confecção a escolha da cooperativa representa também uma estratégia política, à medida que se transferem para as cooperativas todas as questões relacionadas à força de trabalho, como os pagamentos, a gestão e, principalmente, as reivindicações e as mobilizações, o que acarreta o afastamento ou a eliminação da figura do sindicato.

Em suma, por meio da subcontratação de cooperativas de mão de obra, no ramo da indústria têxtil e de confecção, manifesta-se uma das formas de trabalho precarizado, caracterizada pela terceirização e mediada pela flexibilização do contrato direto da força de trabalho e pela desregulamentação de direitos e benefícios na área trabalhista, como fundo de garantia, aviso prévio, contribuição previdenciária, décimo terceiro salário, férias etc., além da ausência de proteção social ao trabalho.

Neste caso específico da indústria têxtil e de confecção, a superexploração da força de trabalho segue uma tendência de expropriação contratual e de expropriação dos direitos associados à atividade de produção de valor que, no contexto atual de precarização do trabalho, aprofunda-se cada vez mais através das formas de subcontratação e das terceirizações.

No ramo petroquímico, o estudo realizado na Petrobrás revelou que a reestruturação produtiva trouxe consigo novos recursos de automação, uma redução do quadro de funcionários e a terceirização, acompanhados do aumento da jornada de trabalho e da elevação da produtividade combinada com a intensidade do trabalho. A combinação destas três formas (jornada de trabalho, produtividade e intensidade do trabalho) fez aumentar a exploração da força de trabalho, potencializando a produção tanto da mais-valia absoluta como da mais-valia relativa, e garantindo uma ampliação dos lucros por parte da empresa.

Segundo Jinkings & Amorim (2006):

Os elementos apresentados anteriormente mostram que um dos sustentáculos fundamentais da reestruturação levada a cabo na Petrobras foi o momento da exploração do trabalho. A extração do mais-valor cresceu tanto em seu caráter relativo quanto absoluto. A extração relativa aumentou porque a empresa introduziu novos equipamentos e instrumentação, fazendo crescer a produtividade no instante mesmo que reduzia a força de trabalho direta. A extração absoluta cresceu porque diversos serviços foram terceirizados e, por meio desse artifício, a empresa fez aumentar de forma gritante a jornada de trabalho à disposição da produção. (Idem, p. 136)

Com base neste estudo, constatou-se que as mudanças tecnológicas e a ampliação da terceirização propiciaram uma redução da força de trabalho direta e o aumento da produtividade. A superexploração da força de trabalho ocorreu por conta da contratação de trabalhadores terceirizados e pelos mecanismos de

prolongamento do aumento da jornada de trabalho e de aumento da produtividade combinada com a intensidade do trabalho, garantindo assim a extensão do trabalho excedente sobre o trabalho necessário.

Além desses mecanismos, os gastos crescentes com tecnologia acarretaram uma elevação da produtividade, o que contribuiu para gerar uma massa de superpopulação relativa, como resultado do aumento do capital constante e da diminuição do capital variável. É então possível perceber a essência da questão social fundamentada na lei geral de acumulação capitalista, em que “o fortalecimento do polo da riqueza é seguido pelo aumento do polo da miséria e da pobreza” (Osório, 2012, p. 63).

Através deste exemplo pode-se inferir, com base no ensaio de Mota (2013) sobre a *Superexploração como categoria explicativa do trabalho precário*, que a “potenciação da exploração do trabalho, através da sua precarização, pode ser compreendida como um processo de *desvalorização da força de trabalho*”, que nesse caso se dá mediante “a redução da qualidade e do tempo real de vida do trabalhador pelo desgaste psicofísico do trabalho” (Idem, p. 4).

Ainda no setor industrial, selecionamos o estudo de caso referente à pesquisa no ramo da indústria metalúrgica. Durante a pesquisa na Indústria de bens de capital Zanini S.A. Equipamentos Pesados constatou-se que as transformações econômicas, políticas e sociais impostas pela reestruturação produtiva repercutiram na fusão do capital e das ações desta empresa, da qual surgiu uma nova empresa, a DZ S.A. Engenharia, Equipamentos e Sistemas, verificando-se algumas mudanças na organização do trabalho:

Os impactos do processo de reestruturação foram mais trágicos do que se imaginava: demissões em massa, fechamento da fundição, redução salarial, programas de demissão voluntária e alterações no cotidiano dos operários remanescentes, como remanejamento de funções ou mudança de departamento. (SANTOS, 2012, p. 154)

Analisando as entrevistas feitas com os trabalhadores e através das observações sistemáticas na fábrica, observa-se que a reestruturação produtiva nesta empresa desenvolveu-se efetivamente de acordo com os interesses capitalistas, depois que os metalúrgicos foram desmobilizados pela ameaça de desemprego que se abateu sobre as indústrias de bens de capital durante os anos

90. As novas formas de organização do trabalho foram evidenciadas na pesquisa e manifestaram-se através da exploração e cooptação do trabalho pelo capital através da disseminação da ideologia do empreendedorismo; esta intenta produzir com mais eficiência e qualidade e, ao mesmo tempo, unir a capacidade produtiva e a redução de custos de produção.

Como consequência da reestruturação produtiva, foram criadas novas formas de envolvimento e cooptação dos trabalhadores como parte da organização do processo de trabalho no interior das fábricas. Entre estas formas, destacam-se: o envolvimento incitado, mas com contrapartidas (bônus, estabilidade, carreira, formação); o envolvimento negociado por meio de reconhecimento explícito e mútuo de contrapartes; e o envolvimento imposto por ameaça de perda do emprego (SALERNO apud SANTOS, 2013).

Durante a pesquisa, verificou-se que,

Apesar da resistência operária a essa nova realidade, o capital logrou cooptar os trabalhadores e modificar suas percepções (de classe) e formas de atuação (política). Com efeito, o que vemos hoje é uma letargia do movimento sindical e da organização dos trabalhadores metalúrgicos, ancorada na ideologia do empreendedorismo que vem sendo disseminada pelo Ceise, para o qual não há conflito nas relações entre capital e trabalho, mas sim harmonia, diálogo e colaboração. (Idem, p. 163)

As formas distintas de motivação e integração ideológicas dos sujeitos, cultivadas entre os trabalhadores e a gerência científica, estão voltadas para garantir modos mais sutis e eficientes de dominação. Através desse exemplo, verifica-se que a ideologia do empreendedorismo representa, na atualidade, a defesa da suposta autonomia do trabalhador, disseminada por aqueles que difundem a ideia do trabalho autônomo sem patrão, com flexibilidade de horário, e que defendem a informalidade como uma saída para o desemprego. A nosso ver, esse discurso vem contribuindo de maneira significativa para a precarização do trabalho e se identifica com as intervenções sobre o “fim do trabalho” (grifo nosso) e com a tese da “velha” e “ultrapassada” contradição entre capital e trabalho, defendidas pelos neoconservadores e pós-modernos.

A ameaça de desemprego e a ideologia do empreendedorismo incidem em modos de consentimento e de dominação política que têm por objetivo alcançar os

fins econômicos no âmbito da produção através da superexploração da força de trabalho. Sobre isto, caberia acrescentar com base em Mota (2013) que a superexploração da força de trabalho, entendida como um processo de *desvalorização da força de trabalho*, é mediada também pela “[...] fratura da organização e da solidariedade coletivas das classes trabalhadoras, determinada pelo esgarçamento da vivência coletiva do trabalho, pela concorrência entre os trabalhadores etc.” (Idem, p. 4).

Assim, a categoria da superexploração do trabalho, na perspectiva que defendemos, não se restringe aos mecanismos de prolongamento da jornada de trabalho, aumento da produtividade e intensificação do trabalho, que são inerentes à esfera produtiva (econômica), uma vez que esta abrange a esfera da superestrutura e jurídico-política, no sentido da expropriação contratual e dos direitos associados à produção de valor, bem como a fragilização das práticas coletivas de resistência.

No setor financeiro, a reestruturação do sistema bancário brasileiro caracteriza-se pelo incremento de novas tecnologias e pela terceirização, direcionadas para a redução de custos operacionais e apoiadas na concepção de novas estratégias mercadológicas, na diversificação e sofisticação de produtos e serviços.

Com efeito, no estudo desenvolvido por Jinkings (2006) constatou-se que a reestruturação produtiva trouxe profundas mudanças para a organização do trabalho dos assalariados bancários. Os reflexos mais evidentes confirmam-se na pesquisa.

As medidas de reestruturação dos bancos excluem, com maior frequência, os trabalhadores considerados menos qualificados ou não adaptados aos princípios empresariais da “qualidade total” e da excelência do atendimento ao cliente. Vão sendo demitidos, prioritariamente, os bancários responsáveis por tarefas de infraestrutura de apoio ou de atendimento simplificado, postos de trabalho que são continuamente substituídos por máquinas automatizadas ou por trabalhadores subcontratados pelos processos de terceirização. Simultaneamente, são valorizados os profissionais com capacidade de gerenciamento, hábeis em vendas e capazes de compreender os movimentos do mercado financeiro, aptos a um atendimento personalizado aos clientes preferenciais dos bancos, com alto rendimento e potencial investidor. (Idem, p. 194)

De acordo com a referida autora, por ser mediada pelo capital financeiro, a organização do trabalho nos bancos segue uma tendência histórica de substituição

do trabalho vivo pelo trabalho morto. Além disso, observou-se também que o sistema bancário experimenta práticas flexíveis de contratação da força de trabalho mediante a intensificação da terceirização e dos contratos de trabalhadores por tarefas em tempo parcial.

Graças à intensificação tecnológica e aos movimentos de racionalização e tecnificação do trabalho, os trabalhadores bancários foram compelidos a desenvolver uma formação geral e polivalente, sendo submetidos a jornadas de trabalho extenuantes e a uma sobrecarga de tarefas, pelo medo de perder o emprego.

Conforme Jinkings (2006), na particularidade dos bancos a precarização do trabalho revela-se através da polivalência, dos contratos de trabalhadores por tempo parcial, o que, por sua vez, traduz-se no aumento da exploração da força de trabalho. Isto acarretou um agravamento dos problemas de saúde e um aumento sem precedentes de lesões por esforço repetitivo (LER), que comprometem os movimentos e reduzem a força muscular.

Para fins deste estudo, destaca-se que a tendência de superexploração da força de trabalho é mediada pelo prolongamento da jornada de trabalho dos trabalhadores submetidos a contratos de tempo parcial e aqueles que se encontram desempregados; e pelo aumento da produtividade mediante as exigências de cumprimento das metas aos que permanecem empregados.

Cabe acrescentar que “as instituições financeiras praticam formas de controle e gestão do trabalho que tentam obter a adesão dos trabalhadores ao projeto contemporâneo de reprodução capitalista” (Idem, ibidem). O depoimento de uma bancária detentora de cargo de gerência média no Banco do Brasil, extraído da referida pesquisa, permite comprovar como se dá essa adesão:

Cada vez mais a gente está exigindo dos colegas que trabalhem as seis horas contratadas, porque senão alguém vai trabalhar por ele. Isso faz com que um funcionário fique em cima do outro [...] O que eles querem é que tudo o que for repetitivo a máquina faça e libere o funcionário para vender. E você ter que pagar o seu salário, hoje em dia é assim. Eles estão fazendo o funcionário se conscientizar disso, o gerente também. Foi-se o tempo em que o gerente ficava atrás da mesa e não corria atrás de cliente. O gerente agora é cobrado também¹⁰⁰.

¹⁰⁰ Esse depoimento foi extraído das entrevistas realizadas com os trabalhadores bancários durante a pesquisa de campo; este, particularmente, refere-se ao cargo de gerente de expediente do Banco do Brasil, sendo a entrevista realizada por Jinkings (2006) em outubro de 1997.

As medidas gerenciais estratégicas adotadas no sistema bancário afetam o cotidiano do trabalhador bancário e tensionam as relações de trabalho, repercutindo nas mudanças das características pessoais e profissionais dos trabalhadores bancários.

A partir deste exemplo depreende-se que a ampliação contínua da superpopulação relativa influencia diretamente no aumento da produtividade e contribui para o incremento das formas fundamentais de superexploração da força de trabalho. Como se pôde perceber, a superexploração da força de trabalho mediada pela polivalência e pelos contratos em tempo parcial propiciou uma intensificação do ritmo de trabalho, o que acarretou uma sobrecarga de trabalho e comprometeu a vida útil do trabalhador. Este fato denota que a superexploração da força de trabalho segue uma tendência de *desvalorização da força de trabalho*, que se dá mediante “a redução da qualidade e do tempo real de vida do trabalhador pelo desgaste psicofísico do trabalho; e do sitiamento de qualquer projeto de vida do trabalhador e sua família (ético-político, pessoal, social), a empobrecer suas objetivações e ideários, dada a centralidade da luta pela sobrevivência, a insegurança, as incertezas e os riscos do trabalho” (MOTA, 2013, p. 4).

No tocante às mudanças recentes instauradas na área de educação, e particularmente no processo de trabalho docente, selecionamos mais dois estudos setoriais, sendo um desenvolvido no setor público, e o outro no setor privado. Quanto à situação dos professores do setor público de educação do Estado de São Paulo, a pesquisa demonstrou que as mudanças no trabalho docente recaem sobre duas noções: flexibilização e precarização. Nesse caso, observou-se que a difusão de formas de precariedade – por exemplo, trabalho incerto, eventual ou intermitente – aparece como fonte de racionalização dos custos do trabalho no setor público. Como destaca Souza (2013):

Os professores eventuais, isto é, sem vínculo de emprego, dirigem-se diariamente às escolas, em geral próximas a sua residência, à espera de que um ou mais professores faltem. Se não houver falta de professor, não há trabalho. Eles recebem por aula dada, não há pagamento de descanso semanal, férias ou direitos garantidos por contrato de trabalho, mesmo que temporário. Torcem para que um professor peça licença superior a 30 dias, porque assim podem ter um contrato temporário. A incerteza que pesa sobre esses professores evidencia uma situação de dependência e fragilidade, pois nada garante seus direitos sociais. Eles vivem um eterno

recomeço, sem reconhecimento de que fazem um trabalho portador de sentido. (Idem, p. 221)

Ao analisar o trabalho eventual dos professores da rede pública e as formas atuais de subcontratação, o referido autor ressalta que a individualização sistemática da gestão dos trabalhadores, vinculada aos salários e desempenhos, faz os professores se confrontarem com exigências cada vez maiores em seu trabalho. No caso dos professores eventuais, estes são pressionados a melhorar o desempenho, e isso aumenta a tensão, a responsabilização individual e o ritmo de trabalho. “O valor do trabalho parece estar sendo atacado, pois, segundo os governantes, é preciso devolver aos professores a preocupação com o trabalho” (Idem, p. 226).

A outra pesquisa enfoca o processo do trabalho docente inserido na Educação a Distância (EAD), que se caracteriza por uma espoliação – leia-se privatização –, assim como por um conjunto de reformas no âmbito do sistema de ensino público que acompanha um novo modelo de educação industrializada, baseado na lógica privatista da lucratividade.

Sobre este aspecto, ressaltam Almeida & Wolff (2013):

A espoliação e a transformação da educação em uma nova “solução de produto” requerem, por seu turno, a introdução da solução tecnológica/organizacional em seus processos de modo a adequar o ensino (seu produto final) aos preceitos da “acumulação por espoliação”. Em outras palavras, requerem a mercadorização/industrialização da educação, o que passa pela aplicação de novas tecnologias em seu *modus operandi*, assombrando suas atividades com o fantasma da automação, tal como fazem os operários da indústria, deixando o trabalhador docente igualmente vulnerável ao desemprego e à proletarização, e possibilitando, assim, aplacar eventuais comoções classistas desse novo quadro. (Idem, p. 234)

Tal como se pode ver através deste estudo, a modernização e a espoliação da educação se expressam pela racionalização do trabalho docente, que segue uma lógica de redefinição em termos de qualificação e polivalência, ditada pelo manejo das tecnologias de comunicação e informação (TICs) nos moldes do trabalho operário, em detrimento do trabalho artesanal, de pesquisa e reflexão, próprio à elaboração de aulas.

Segundo Almeida & Wolff (2013), a ênfase na quantidade em detrimento da especialização lembra aquilo que Coriat (1994) chama de chave do sistema taylorista: a expropriação do saber-fazer do trabalhador pela padronização dos procedimentos de trabalho. Isto agora se dá pela capacidade de idealização, o que remete a uma taylorização/padronização das capacidades cognitivas do trabalho vivo” (ALMEIDA & WOLFF, 2013, p. 237). Além dessa padronização dos procedimentos do trabalho, observou-se que a adoção de uma “solução tecnológico-organizacional” acarretou um aumento da produtividade e o corte de custos de produção, contribuindo para a precarização das relações de trabalho, com subcontratação de professores na forma de tutores eletrônicos. Esta precarização se manifesta através da “desvinculação entre o pagamento da aula e o contrato de trabalho e, acima de tudo, no implemento de atividades em domicílio que não entram na contabilidade do salário” (Idem, p. 242).

Tudo isso, conforme Almeida & Wolff (2013), mantém relação com o processo de reificação do trabalho vivo e a prevalência do trabalho morto, descrito por Marx no capítulo inédito VI (MARX,1978b apud ALMEIDA& WOLFF,2013). O termo reificação remete à inversão entre o sujeito da produção e o instrumento de trabalho, que ocorreu com a introdução da maquinaria no processo produtivo e na qual o trabalho morto (máquinas) prevalece sobre o trabalho vivo. A conversão do trabalho vivo em mais um fator (coisa) de produção inaugurou uma nova concepção de qualificação, em que os saberes operacionais passaram a ser empregados tão somente para amplificar as potencialidades postas na maquinaria, em detrimento do saber calcado em um desenvolvimento empírico autônomo (Idem, p. 237).

Esses dois exemplos apontam para as atuais formas de subcontratação que servem aos interesses econômicos de flexibilização dos contratos diretos de trabalho e de redução dos custos operacionais com a força de trabalho. Para nós, este fato indica a tendência de superexploração da força de trabalho associada à “violação do valor do trabalho socialmente necessário, mediante a redução do salário do trabalhador, restringindo sua reprodução e a de sua família aos mínimos de sobrevivência, portanto, abaixo dos ‘padrões normais’ socialmente vigentes em cada sociedade (materiais, culturais e morais)” (MOTA,2013: p. 4).

Um outro estudo, referente ao setor de telecomunicações e *telemarketing*, realizado numa empresa de telecomunicações, a Sercomtel S.A. Telecomunicações, pertencente ao Grupo Londrina (PR), ressalta que as mudanças nos processos e nas relações de trabalho seguem uma perspectiva empresarial mercadológica, inaugurando um novo tipo de administração, a “gestão por processos”, a qual se caracteriza pela intensificação de novas tecnologias da informação (NTIs), visto que “estas possibilitam a diversificação e o desenvolvimento de novos produtos e serviços, bem como a conexão de sua base produtiva” (WOLFF, 2006, p. 240). A mudança efetiva observada nesta empresa caracteriza-se pelo ritmo acelerado da terceirização e da automatização do trabalho, marcados pelo fetiche da tecnologia e pela ampliação dos serviços agregados à digitalização. No fluxo dessas tendências, observou-se uma expansão das empresas terceirizadas de *call center*, responsáveis pela prestação de serviços inerentes ao setor de *telemarketing* e pela mediação do cliente com a empresa. Vale frisar que atualmente este setor tem ampliado significativamente a oferta de empregos no setor de serviços, caracterizados pelas jornadas parciais e atividades marcadas pela acentuada intensificação dos ritmos e pelo aumento da exploração da força de trabalho.

Quanto aos trabalhadores de *telemarketing* ou operadores de *call center*, conforme a pesquisa de campo¹⁰¹ desenvolvida por Braga (2012), percebe-se uma associação bastante clara entre a intensidade dos ritmos de trabalho e o processo de adoecimento do teleoperador. Conforme sintetiza o referido autor:

62% dos entrevistados apontaram o comprometimento da saúde, a dificuldade de dormir (15%), associada ao estresse decorrente da intensidade do ritmo de trabalho (26%) ou à dificuldade de adaptação ao ritmo (21%); 38% das respostas indicaram uma adaptação ao ritmo de trabalho compatível com a capacidade de teleoperador (35%) ou uma adaptação perfeitamente satisfatória à pressão do fluxo informacional (3%). As percepções valorativas negativas – estressante e controlado (39%), monótono e cansativo (17%) –

¹⁰¹ Os dados se referem à Empresa B, cujo nome não foi informado pelo autor. Segundo Braga (2012), trata-se de uma das principais empresas do mercado brasileiro de *call center* que monopoliza o mercado no Brasil. Para efeito ilustrativo, o autor destaca que as empresas pesquisadas (empresa A e a empresa B) contavam com um total de 159.508 funcionários. Percentualmente, isso equivaleria a dizer que, em número total de funcionários, as empresas A e B, somadas, representavam, à época, 47% do setor. Para maiores detalhes da pesquisa, ver Quadro 19. Nota Metodológica. A angústia dos subalternos In: *A política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo, 2012.

somaram 56%, ao passo que as respostas que associavam o trabalho do teleoperador a valores positivos – criatividade e independência (9%), participativo e com liberdade (6%) e cooperativo com satisfação pessoal (26%) – totalizaram 41%. Apenas 3% dos entrevistados deixaram de responder. (Idem, p. 190)

Segundo o autor, o fenômeno do adoecimento, captado pelas pesquisas acadêmicas e investigações realizadas pelo Ministério do Trabalho, decorre de uma combinação de fatores, entre os quais se destacam: “estresse decorrente das metas, negligência com a ergonomia, temperatura do ambiente de trabalho, exíguos intervalos durante a jornada de trabalho, folgas insuficientes e intensificação dos ritmos de trabalho proporcionados pela constante renovação tecnológica” (Idem, p. 191).

Outro aspecto analisado por esta pesquisa refere-se aos alcances e limites da ação sindical em relação às expectativas dos teleoperadores. Estes trabalhadores, conforme Braga (2012), refletem a imagem de uma fração de classe que “realiza o desiderato máximo do capital desde seus inícios: o controle total da força de trabalho” (Idem:p. 217). Além disso, “[...] os teleoperadores configuram um fenômeno ambivalente em termos ideológicos” (Idem, ibidem). Na visão do referido autor, esses trabalhadores possuem uma escassa experiência política, não se interessam por partidos políticos, contudo, sabem manifestar suas insatisfações dentro e fora das empresas, começam a organizar suas greves e não se iludem com o “milagre” de crédito subsidiado pelo governo¹⁰².

Em suma, após pesquisar esses trabalhadores e seus sindicatos, Braga (2012) conclui que os teleoperadores, apesar das dificuldades interpostas à mobilização coletiva pela indústria de *call center*, alimentam um *estado mais ou menos permanente de inquietação social*, o que vem contribuindo para passos importantes em direção à auto-organização sindical.

A despeito da situação dos teleoperadores revelada através das duas pesquisas, caberia acrescentar que este trabalho precarizado aponta para uma

¹⁰² Esses fatores foram observados por Braga (2012) a partir das entrevistas realizadas com representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo (Sintetel) e do Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing (Sintratel).

tendência de incremento da superexploração da força de trabalho, através da combinação entre as categorias de produtividade e intensidade do trabalho; estas estão associadas ao “sitiamento de qualquer projeto de vida do trabalhador e sua família” e à “redução da qualidade e do tempo real de vida do trabalhador pelo desgaste psicofísico do trabalho” (MOTA, 2013, p. 4).

Na agroindústria, particularmente no setor canavieiro, evidencia-se, com base em Tavares (2014), que “no contexto atual foram introduzidas mudanças tecnológicas e organizacionais, tanto na parte agrícola como na industrial, implicando novas exigências na forma de realização do trabalho” (F. ALVES, 2007 apud TAVARES, 2014). Segundo a referida autora, essas exigências não se restringem à resistência física e à habilidade, pois estas interferem, principalmente, na capacidade de produção. Quanto a esse aspecto, o trabalho no corte e na colheita da cana revela uma tendência de aumento da produtividade agregada ao método de assalariamento, que neste caso é o salário por peça. Observa Tavares (2014):

[...] a intensificação desse tempo de trabalho necessário, aliado ao método de pagamento do trabalho, entra no rol das medidas que reduzem o custo da produção. [...] Por si só, o salário por peça determina o ritmo e a intensidade do trabalho. O cortador de cana, ao contrário de outros trabalhadores assalariados por produção, nunca sabe quanto vai ganhar, pois o corte é feito por metragem e posteriormente convertido em toneladas, mediante um processo de pesagem realizado por indivíduos que personificam os interesses dos usineiros, sem que haja controle dos trabalhadores. [...] A incerteza relativa ao volume produzido e, por conseguinte, ao salário, faz com que os trabalhadores se obriguem a produzir até o limite de sua capacidade física. (Idem, p. 319)

Com efeito, a forma de organização do trabalho dos cortadores de cana e os mecanismos utilizados para reduzir os custos da produção impõem limites a esses trabalhadores, além de causar desgaste físico e adoecimento.

A pesquisa de campo desenvolvida por Guanais (2013) na Usina Açucareira Ester S.A, localizada em Cosmópolis, interior de São Paulo, evidencia que as mudanças na base técnica produtiva e na organização do trabalho dos cortadores de cana obedecem a uma lógica empresarial que não se restringe à utilização do salário por produção. Além deste recurso, registraram-se outras estratégias

desenvolvidas pelas usinas para garantir o controle sobre o trabalho dos cortadores de cana. Entre as estratégias utilizadas, “um exemplo é a imposição da média, isto é, uma produtividade diária mínima que deve ser atingida pelos trabalhadores caso desejem manter o posto de trabalho” (Idem, p. 308). Concomitantemente às exigências de cumprimento de metas diárias de produção, ocorre o crescimento exorbitante da produção. Através dessa estratégia, as usinas incitam os trabalhadores a cortar quantidades cada vez maiores de cana, atrelando o salário ao volume cortado.

As pesquisas no setor canavieiro comprovaram que as novas tecnologias e as mudanças introduzidas na organização do trabalho estão associadas aos métodos de assalariamento como salário por peça e ao alcance de metas de produção. Por consequência, estas mudanças propiciaram um aumento da produtividade e uma elevação da intensidade do trabalho. Para fins deste estudo, cumpre ressaltar que esse fato aponta para duas categorias fundamentais da superexploração da força de trabalho no âmbito da produção: aquela que é obtida pelo incremento da produtividade do trabalho e está ligada à produção da mais-valia relativa, e a que se refere à intensidade do trabalho, que juntamente com o aproveitamento de recursos tecnológicos, faz aumentar o desgaste dos trabalhadores. A nosso ver, estas categorias revelam tendências de incremento da superexploração da força de trabalho, pois apontam para a violação do trabalho necessário em detrimento do trabalho excedente e reduzem o tempo de vida útil do trabalhador.

Em outra pesquisa empírica desenvolvida em uma unidade produtiva de abate e processamento de aves, pertencente a uma das maiores empresas de alimentos da América Latina, situada na região oeste do Estado do Paraná, verificou-se que o incremento do processo de reestruturação produtiva, em particular nas indústrias avícolas do Brasil (ou frigoríficos), não se deu de forma homogênea. De acordo com Neli (2013), aquelas empresas voltadas para o mercado consumidor em massa possuem um baixo índice de incorporação tecnológica, ao passo que nas indústrias que se dedicam à fabricação de produtos diferenciados para o mercado interno e para o mercado internacional, o nível de automação é maior. De um modo geral, neste segmento da indústria de alimentos, “o trabalho é caracterizado pelo trabalho parcelado, fragmentado, estruturado segundo a decomposição crescente das

tarefas, reduzido a ações mecânicas e repetitivas, nos moldes de trabalho fundado no taylorismo-fordismo” (Idem, p. 34), combinado com formas derivadas do modelo japonês, todas voltadas para a extração de sobretrabalho.

E, finalmente, o último estudo de caso do setor da agroindústria analisa a situação das operadoras de caixa de supermercado. Essa pesquisa empírica realizou-se através de entrevistas e observações sistemáticas com as operadoras de *check out*. Por meio das entrevistas com as trabalhadoras, constatou-se que as mudanças na organização e gestão do trabalho identificam-se com a “*walmartização*” do trabalho das operadoras de *check-out*, “[...] dada a tendência de imposição do perfil corporativo do *Walmart* como referência mundial de organização empresarial, do trabalho e em gestão de recursos humanos” (NETO, 2014, p. 335).

Quanto à *walmartização* do trabalho, cabe ressaltar, com base em Basso (Basso, 2012 apud Neto,2014)¹⁰³, que esse modelo se apropria de elementos do binômio taylorismo-toyotismo, superando-os em termos da baixíssima remuneração da força laboral. Por meio de investimentos tecnológicos e pela divisão extrema de tarefas, o *Walmart* busca a produtividade taylorista. Do toyotismo a empresa adota o conhecido *just in time* e o desperdício zero de trabalho, ambos aplicados em sua ampla cadeia de fornecedores.

Através desta pesquisa verificou-se também que as dimensões da intensificação do trabalho refletem os aspectos característicos do processo de trabalho das operadoras de caixas de supermercado. Com base em Neto (2014), as três dimensões dessa intensificação compreendem “a aceleração do ritmo de trabalho, o incremento de ações nos processos laborais e o exercício da função de forma constrangedora ou desgastante” (Idem, p. 341). Com efeito, o trabalho das operadoras de caixa de supermercado caracteriza-se por determinadas condições de precarização do trabalho, tais como: alta rotatividade no quadro de funcionárias; flexibilidade de horário de trabalho (domingos e feriados, horários noturnos, e em alguns casos, na madrugada); ampliação da jornada de trabalho sem o pagamento de hora extra; tecnologização e polivalência (acúmulo de funções).

¹⁰³ Esse autor, conforme Neto (2014), contribuiu significativamente para a reflexão quando adotou o neologismo “*walmartismo*”, articulando o termo aos modelos taylorista e toyotista.

Com base neste estudo, identifica-se mais uma vez a combinação entre as duas formas fundamentais da superexploração da força de trabalho, mediante o aumento da produtividade e da intensidade. Convém esclarecer que sob o ângulo da produção, existem diferenças substanciais entre a produtividade e a intensidade: a primeira é obtida pelo incremento de recursos tecnológicos, sem o desgaste físico do trabalhador, enquanto a segunda se dá por meio do aproveitamento da tecnologia e organização do trabalho e aumenta o desgaste físico e psíquico dos trabalhadores.

As expressões objetivas da precarização do trabalho podem ser identificadas, conforme Druck (2013), a partir de cinco tipos de precarização. Aquela que se expressa nas formas de mercantilização da força de trabalho, como formas precárias de assalariamento disfarçado, a exemplo: do salário por peça, dos salários por produção, dos acordos de banco de horas etc. A precarização que se manifesta através das condições de trabalho, pelo aumento do ritmo e intensidade de trabalho, caracterizada pela extensão da jornada de trabalho, pelas metas de produção inalcançáveis, pela polivalência etc. Aquela forma que se expressa nas condições de fragilização da segurança no trabalho, como demonstrou a situação dos assalariados bancários, dos trabalhadores de *telemarketing* e dos cortadores de cana. E a precarização das condições de organização sindical e de fragilização política dos trabalhadores, que se expressa, particularmente, pela incorporação da ideologia do empreendedorismo, como visto na situação dos trabalhadores metalúrgicos. Desse modo, sintetiza-se a “tipologia da precarização” (DRUCK, 2013), tornando mais claros os seus traços particulares e suas diferentes formas de expressão.

Os dados extraídos dos estudos setoriais revelaram que a subcontratação e a terceirização constituem os elementos centrais da precarização do trabalho. Como vimos através desta pesquisa empírica, a subcontratação e as terceirizações se manifestam através das cooperativas produtivas, do trabalho em domicílio, do trabalho eventual, do trabalho autônomo ou trabalho informal, do trabalho por peça etc. Quanto às formas de subcontratação, os critérios inerentes à compra e venda da força de trabalho obedecem às exigências da demanda da força de trabalho estabelecida pelos setores, ramos ou indústrias, em condições que atendam aos

interesses econômicos e em tempos históricos determinados, assim como sua localização territorial.

Quanto à superexploração do trabalho, comprovamos que um salário insuficiente ou um processo de trabalho com sobrecarga (desgaste físico ou intensificação do ritmo de trabalho) submete o trabalhador às formas mais degradantes de trabalho e diminui a sua vida útil. Logo, é possível afirmar que a informalidade e as terceirizações são as expressões mais visíveis da atual precarização do trabalho e estão relacionadas organicamente às tendências de superexploração do trabalho, cujas mediações de análise expõem as particularidades da questão social na realidade contemporânea brasileira.

As novas tendências de incremento da superexploração da força de trabalho expressam-se por uma combinação de informalidade e terceirização, e apontam no sentido da expropriação dos direitos ao contrato direto de trabalho e da proteção legal ao trabalho. É nesse sentido que a precarização e a superexploração do trabalho são tendências constitutivas dos processos de proletarização e de pauperização (relativa ou absoluta), expondo as particularidades da questão social na realidade brasileira da última década.

3.3 A superexploração da força de trabalho e a expropriação dos direitos: novas dimensões da questão social no Brasil

No item anterior vimos que, no contexto de crise do capitalismo contemporâneo, em todos os setores econômicos e produtivos brasileiros investigados, as tendências de superexploração da força de trabalho se manifestam através das distintas formas de subcontratação e terceirização que submetem o trabalhador às exigências do capitalista, e às formas de remuneração da força de trabalho, que estão abaixo do valor socialmente necessário à sua sobrevivência. Concomitantemente à baixa remuneração, com base neste estudo, verificou-se também que as tendências da superexploração da força de trabalho são mediadas pela polivalência, pelo prolongamento da jornada de trabalho e pela combinação entre produtividade e intensidade do trabalho, o que acarreta um aumento do índice de acidentes de trabalho, levando ao adoecimento e até a morte dos trabalhadores, muitas vezes, escamoteados pelas empresas.

Diante deste quadro, pode-se afirmar que as tendências de superexploração da força de trabalho, vistas pelo ângulo da produção, pela elevação da produtividade e da intensidade, propiciam o aumento da produção e do trabalho excedente, e uma diminuição do tempo de trabalho necessário, reduzindo a vida útil do trabalhador.

Estas tendências, com base em Osório (2012), estão associadas à *fase do capital produtivo*¹⁰⁴ (grifo nosso), consubstanciada na produtividade e na intensidade do trabalho, e pressupõem uma maior subsunção do trabalho ao capital e aos mecanismos de elevação da exploração, em condições que violam o valor da força de trabalho, seja em seu valor diário, seja em seu valor total. Por consequência, “a intensidade do trabalho acarreta um tipo de desgaste que reduz a vida útil do trabalhador em ‘condições normais’, mediante doenças nervosas e psicológicas, diferentemente do prolongamento da jornada, com desgastes físicos imediatos e incremento dos acidentes de trabalho” (Idem, p. 58).

Ainda com base em Osório (2012), observa-se que a reprodução do capital “assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se adequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando assim a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou novos valores de uso” (Idem, p. 41).

O autor busca na produção teórica de Marx os elementos que conformam a estrutura conceitual e metodológica para a análise da noção de padrão de reprodução do capital. Esta análise deve considerar todos os aspectos inerentes aos três ciclos do capital¹⁰⁵, historicizando-os em duas dimensões. A primeira dimensão da historicização referida pelo autor assinala a necessidade de entender as razões que fazem o capital valorizar-se encarnando determinados valores de uso específicos de cada momento. A segunda dimensão diz respeito aos processos que

¹⁰⁴A fase do capital produtivo, conforme Osório (2012), compreende a forma como o capital consome a força de trabalho. O autor acrescenta que nesta fase o capitalista, para incrementar a taxa de exploração, recorre a quatro formas fundamentais: “a compra da força de trabalho abaixo de seu valor; o prolongamento da jornada de trabalho; o incremento da produtividade do trabalho; e a intensificação do trabalho” (Idem, p. 54). A primeira forma se realiza na fase de circulação, enquanto as três últimas se realizam na fase da produção.

¹⁰⁵Segundo Osório (2012), para realizar o seu ciclo o capital deve passar pelas esferas da produção e da circulação, assumindo as formas de capital-dinheiro, capital-produtivo e capital-mercadoria. Cada uma dessas formas do capital apresenta seu próprio ciclo. É a unidade desses ciclos e a passagem do capital social de maneira simultânea por cada um deles que caracteriza a produção capitalista. Sobre isso, ver OSÓRIO, J. Padrão de Reprodução do capital: uma proposta teórica. In: *Padrão de Reprodução do capital*. LUCE, M. OSÓRIO, J. & FERREIRA, C. (orgs.). Boitempo. São Paulo, 2012.

exigem a emergência, o auge e o declínio de determinado padrão de reprodução do capital e o amadurecimento de um novo padrão. Segundo Osório (2012), em todos esses processos há razões econômicas que também são políticas.

Vale sublinhar que “existem projetos de reprodução do capital menos agressivos ao mundo do trabalho, ou em relação a alguns estratos específicos de tal mundo. Outros, no entanto, constituem projetos que agudizam a exploração redobrada, gerando formas de capitalismo em que a barbárie tende a imperar acima da dimensão civilizatória que o encarna” (Idem, p. 46). Só assim, segundo Osório (2012), é que se pode compreender a relação entre a dinâmica econômica e política dominante no contexto de acumulação flexível e as mudanças no mundo do trabalho, particularmente, na realidade brasileira contemporânea.

Em termos do nosso objeto de análise, a questão social no Brasil contemporâneo, devemos afirmar que a precarização e as tendências de superexploração da força de trabalho caracterizam o atual projeto de reprodução do capital que agudiza a exploração do capital sobre o trabalho, configurando a barbárie social. Nesse sentido, o incremento da superexploração da força de trabalho na realidade contemporânea brasileira reflete um quadro de degradação do trabalho que expõe o trabalhador a condições precárias de sobrevivência e à pauperização.

Corroborando Antunes (2012), atualmente, a precarização como estratégia de dominação do capitalismo flexível e globalizado, expõe um novo cenário, onde o desemprego aberto e direto passou a dar lugar às diversas formas de trabalho terceirizado, quarterizado, parcial e desprovido de direitos. Assim, como observa o referido autor, “temos, portanto, a erosão dos empregos e a corrosão do trabalho. A terceirização é a sua porta de entrada”.

De acordo com Druck (2013), “a terceirização é um fenômeno velho e novo”. É velho porque, no Brasil, aparece desde os primórdios da industrialização, tendo sua origem associada à agricultura. E, ao mesmo tempo, assume o caráter de novo fenômeno, pela amplitude, pela natureza e pela sua centralidade no cenário atual do capitalismo da acumulação flexível, da flexibilização e da precarização do trabalho.

Conforme destaca a referida autora, atualmente a terceirização está sendo difundida tanto no setor público como no setor privado. No setor público, as

modalidades mais encontradas de terceirização são: a contratação de estagiários, as cooperativas, as ONGs e a transferência de serviços públicos para o setor privado, por intermédio de “organizações sociais”. No setor privado, segundo Druck (2013), a terceirização expandiu-se para todas as áreas, destacando-se, principalmente, no sistema financeiro, através dos bancos e *call centers*, e no setor industrial, através das subcontratações de atividades consideradas periféricas¹⁰⁶, propagando-se para outras atividades, sem distinção de “atividade-fim” e “atividade-meio” (grifos da autora).

A partir dos anos 2000, conforme a autora, para além de sua dimensão quantitativa, a terceirização ocupou um lugar central por conta da sua dimensão qualitativa. Logo, a terceirização expressa o avanço da flexibilização/precarização do trabalho, colocando-se como uma estratégia de dominação das empresas, na medida em que cria uma divisão entre os trabalhadores (primeira e segunda categorias) e acirra as diferenças entre estes.

No contexto brasileiro da última década, em que a desvalorização da força de trabalho coloca-se como a principal estratégia de ampliação das margens de lucro por parte do capitalista, a informalidade e a ampliação das terceirizações, através da divisão de atividades-meio e atividades-fim, apontam para uma “nova era de transformação estrutural do mercado de trabalho brasileiro”, onde a terceirização aparece como “a grande expressão da tragédia do trabalho no Brasil” (BRAGA, 2015, p. 1)¹⁰⁷.

A considerar os últimos acontecimentos que envolvem a aprovação do Projeto de Lei 4.330 pelo Senado Federal, uma nova era anuncia uma ampliação das terceirizações, com arrocho salarial e aumento da jornada de trabalho, acompanhada de uma supressão de direitos sociais e trabalhistas.

O referido projeto preconiza que a terceirização “é a técnica moderna de administração do trabalho”, entretanto, conforme Souto Maior¹⁰⁸ (2015), na realidade, representa uma “estratégia de destruição da classe trabalhadora, de

¹⁰⁶ As atividades periféricas referem-se aos serviços de limpeza, vigilância, alimentação etc.

¹⁰⁷ Sobre isso, ver BRAGA (2015), A Era da Pilhagem, publicado em 25.05.2015. In: <http://blogdaboitempo.com.br>. Acesso em 10.06.2015.

¹⁰⁸ Sobre isso, ver SOUTO MAIOR (2015), PL 4.330/04: maldade explícita e ilusão. Publicado em 6.04.2015. Comentários in: <http://blogdaboitempo.com.br>. Acesso em 10.06.2015.

inviabilização do antagonismo de classe, servindo ao aumento da exploração do trabalhador, que se vê reduzido à condição de coisa invisível” (Idem, p. 2).

Desse modo, por trás do discurso da empresa moderna, encobre-se o objetivo principal do referido projeto: ampliar as possibilidades de terceirização para qualquer tipo de serviço.

Vale a pena perceber que o PL 4.330 não limita as possibilidades de terceirização, e a Lei n. 8.666/93, citada no projeto, também não estabelece um critério para diferenciar o serviço que pode ou não ser terceirizado. Assim, em breve se verá o argumento de que a nova lei permitiu uma terceirização mais ampla – e até irrestrita – também no serviço público (Idem, p. 5).

Ou seja, nos termos do PL 4.330, a empresa moderna passará a representar a função de mero “ente de gestão”, voltada à organização das formas de exploração da força de trabalho, procurando fazer com que cada forma de trabalho gere lucros e se torne rentável aos interesses do capital.

Ainda no que se refere ao PL 4.330, vale ressaltar que:

A revelação mais importante que se extrai do projeto de lei acima mencionado é a de que o *negócio principal* de uma empresa é a extração de lucro por intermédio da exploração do trabalho alheio, e quanto mais as formas de exploração favorecerem ao aumento do lucro, melhor. Este aumento se concretiza mais facilmente com redução de salários, precariedade das condições de trabalho, fragilização do trabalhador, destruição das possibilidades de resistência e criação de obstáculos para a organização coletiva dos trabalhadores, buscando, ainda, evitar qualquer tipo de consciência em torno da exploração que pudesse conduzir a práticas ligadas ao antagonismo de classe. (SOUTO MAIOR, 2015, p. 5)

Nesta mesma direção, Braga (2015) afirma que o sentido do PL 4.330 consiste em rebaixar o custo da força de trabalho brasileira por meio da degradação do acesso dos trabalhadores aos direitos trabalhistas¹⁰⁹. Assim, comprova-se mais uma vez que a precarização do trabalho mediada pela terceirização tende a reforçar as relações de exploração, no sentido de promover uma ampla expropriação dos direitos sociais.

¹⁰⁹ Idem, ibidem.

Nesse sentido, observa-se que o Estado de Bem-Estar Social, juntamente com as promessas de concretização do emprego formal com carteira assinada e direitos sociais para todos os trabalhadores, vem sendo amplamente destruídos sob a alegação de mudanças necessárias nas formas de organizar a produção e de flexibilização do contrato de trabalho tendo em vista promover o desenvolvimento do país.

As novas formas de organização da produção, que, atualmente, se consubstanciam no trabalho informal e na terceirização, propagadas pelo atual padrão de acumulação flexível, são consideradas como alternativas ao desemprego e ao mesmo tempo, assumem a função ideológica de reforço ao empreendedorismo e das formas de trabalho autônomas. Tais iniciativas atuam no sentido do convencimento de que a melhoria das condições de vida material do trabalhador reside na ausência da figura do patrão, e, concomitantemente, difundem a ideia do cancelamento da relação entre capital-trabalho e de sua contradição imanente.

Dito de outra maneira, reedita-se o discurso da modernização ou da busca de regulamentação da terceirização, sob uma suposta defesa de maior autonomia para o trabalhador. Mas o que se vê claramente é o aprofundamento da deterioração das condições de trabalho e o conseqüente manejo degradante da força de trabalho, que se refletem no aumento dos acidentes de trabalho, no acesso restrito ao seguro-desemprego e na redução de gastos com direitos sociais, à custa do aumento da exploração e da degradação do trabalho assalariado. Corroborando Braga (2015), revela-se com clareza que a “militarização do conflito social” e a “transição para um modelo apoiado na pilhagem dos direitos sociais e trabalhistas” estão em curso avançado no Brasil.

Como vimos anteriormente, no cenário atual de crise do capitalismo contemporâneo, particularmente no contexto do capitalismo brasileiro dependente e periférico desta última década, as atuais mudanças no mundo do trabalho refletem o aumento da informalidade e das terceirizações. Assim, comprova-se que na atualidade houve um incremento das tendências de superexploração da força de trabalho, mediadas pela expropriação contratual, dos direitos, de bens e serviços públicos, e pela difusão de uma cultura de consentimento que tenta neutralizar as iniciativas e as lutas da classe trabalhadora.

Com isso, não queremos afirmar que a precarização e a superexploração do trabalho são descobertas recentes da entrada do século XXI, e tampouco que estas categorias revelam características específicas apenas de países periféricos, a exemplo do Brasil. Entendemos que a precarização do trabalho consiste em “[...] um processo que possui uma dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho” (Alves apud Mota, 2013), e que também já começa a deixar suas marcas nos países centrais. Queremos, sim, defender que as expressões imediatas da precarização do trabalho adquirem novos contornos no contexto de crise do capitalismo dependente e periférico, tendo em vista a permanência dos traços característicos do desenvolvimento desigual e combinado brasileiro, os quais expõem as tendências atuais de incremento da superexploração da força de trabalho.

A nosso ver, as tendências atuais de precarização e superexploração da força de trabalho compõem a dinâmica da “acumulação por espoliação”, a qual se amplia cada vez mais e se expressa no aumento da informalidade e da terceirização, visando rebaixar o custo da força de trabalho brasileira por meio da degradação do trabalho, das relações de exploração, da expropriação do acesso aos direitos trabalhistas e dos bens públicos (saúde, educação, segurança etc.).

Na sociedade brasileira contemporânea, as atuais formas de inserção no mercado de trabalho seguem uma única exigência que é de atender aos interesses do capital, através da elevação da produtividade impulsionada pela extração da mais-valia, tendo em vista manter a estrutura do emprego e do trabalho funcionais à lei do valor e da acumulação capitalista.

Nesse sentido, a questão social se manifesta na particularidade brasileira através de um conjunto de transformações que consubstanciam o trabalho precarizado (relações e processos), o desemprego, a pobreza, o precariado, o proletariado, o subproletariado, os assalariados formais ou informais etc. e vai além das manifestações fenomênicas, pois está diretamente associada à expropriação e à ausência de reformas sociais ou de um Estado de Bem-Estar Social que permitiu a proletarianização e a pauperização de uma classe trabalhadora urbano-industrial, com restritos mecanismos de proteção ao trabalho.

Não por acaso, as metamorfoses no mundo do trabalho, afetam os trabalhadores em geral e são geradoras de problemas sociais diversos que, na imediatividade se materializam em expressões da questão social e demandas profissionais destinadas aos profissionais de Serviço Social na realidade brasileira contemporânea. Nesses termos, a questão social caracteriza-se de múltiplas formas, na medida em que as suas expressões imediatas assumem significados distintos mediante as condições precárias de existência humana.

As metamorfoses e transformações do trabalho contribuem, assim, para dar novos contornos à dinâmica de produção/reprodução da questão social na realidade brasileira contemporânea. Nesse sentido, defende-se que a questão social na cena contemporânea “ [...] é indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produzem sobre o conjunto das classes trabalhadoras, sendo esta tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa, enquanto um fenômeno típico da transição do padrão de acumulação no esgotamento dos trinta anos gloriosos da expansão capitalista”. (IAMAMOTO,2001:p.11).

Na perspectiva que defendemos, no tocante à concepção da questão social na realidade brasileira contemporânea, a categoria da superexploração da força de trabalho – com base na teoria marxista da dependência de Ruy Mauro Marini – foi utilizada como uma mediação de análise da violação do valor da força de trabalho. Portanto, as deduções lógicas sobre as expressões objetivas da precarização e as tendências de incremento da superexploração da força de trabalho reforçam a nossa tese de que as particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea não se restringem às manifestações empíricas da pobreza ou do desemprego, pois revelam um acirramento das contradições sociais que se colocam entre a existência humana e a acumulação capital-imperialista (FONTES, 2010, p. 369).

Nesses termos, pensar a questão social sob a perspectiva do trabalho, na realidade brasileira contemporânea, implica pensar sobre o processo de acumulação ou de reprodução ampliada do capital e como este vem se desenhando no contexto atual de crise do capitalismo contemporâneo. A nosso ver, isto supõe a análise das tendências atuais de precarização e superexploração da força de trabalho.

Dessa maneira, o processo de acumulação que se caracteriza de forma peculiar nos países periféricos, permite-nos afirmar que a questão social no Brasil, nessa última década, refere-se àquelas indicações apontadas por lamamoto (2001), relacionadas à produção de uma população supérflua e subsidiária às necessidades de aproveitamento do capital; ao crescimento de uma superpopulação relativa e de seus segmentos de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais, tais como: os precarizados, os temporários, “com máximo de serviço e mínimo de salário” (idem:p.15), os sobreviventes abaixo do nível médio da classe trabalhadora, sendo este quadro complementado pelo “crescimento do pauperismo¹¹⁰”, segmento formado pelos miseráveis aptos ao trabalho mas desempregados, crianças e adolescentes, os incapacitados para o trabalho, que dependem da renda de todas as classes para sobreviverem, e, em maior medida, do conjunto dos trabalhadores.(Idem:ibidem).

Esperamos que ao longo da nossa exposição tenhamos deixado claro que a velha questão social se repõe, na realidade brasileira contemporânea, pelas tendências de superexploração da força de trabalho, sendo produzida e reproduzida pelas relações capitalistas. Todavia, a questão social aparece na conjuntura brasileira, particularmente nessa última década, mediatizada pelo trabalho precarizado e pelas condições precárias de existência da pessoa humana, tendo em vista as particularidades sócio-históricas dos países de capitalismo periférico e o aprofundamento das contradições imanentes à relação capital e trabalho devendo, portanto, ser apreendida sob a égide do capital financeiro como sinônimo de barbárie social.

¹¹⁰ Segundo lamamoto (2001), ao citar Marx, “o pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma *condição da existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza*. Ele pertence aos *faux frais* da produção capitalista que, no entanto o capital sabe transferir para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média”(Marx, apud lamamoto,2001).

CONCLUSÕES

As intensas transformações vivenciadas pela economia e pela sociedade brasileira na entrada do século XXI apontam algumas tendências do capitalismo contemporâneo e da acumulação flexível, como a mundialização, transnacionalização e a financeirização, que repercutem diretamente nas recentes mudanças no mundo trabalho, e circunscrevem o quadro atual de precarização e degradação do trabalho no Brasil.

Ao problematizarmos o cenário de crise do capitalismo brasileiro contemporâneo, analisamos as determinações que compõem o atual projeto de restauração capitalista e que configuram uma nova processualidade histórica brasileira no contexto do capitalismo dependente e periférico. Como pudemos comprovar estas determinações referentes ao neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e social-liberalismo interferem nas características particulares da questão social no Brasil contemporâneo, porquanto esta problemática passa a ser reconfigurada pelos novos conceitos ou tematizações que a qualificam como exclusão social, pobreza, desemprego, etc. Assim, ao analisarmos esta realidade inferimos que no início do século XXI, as iniciativas no âmbito do sistema proteção social operam no sentido da caracterização da particularidade da questão social, restringindo-a ao tratamento da pobreza ou desigualdade de renda.

Em termos do nosso objeto de análise – a questão social relacionada às mudanças do trabalho – é inegável que, na atual conjuntura brasileira, essas medidas e iniciativas sociais conseguem aliviar a pobreza. Por outro lado, há a necessidade de questionar o peso político que esses programas adquirem, já que subsumem o trabalho precário e o desemprego ao fenômeno genérico da pobreza.

Ao defendermos o adensamento da questão social, demarcamos que a nossa abordagem sobre as particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea, objeto de análise desta tese, ultrapassa a caracterização de suas manifestações empíricas ou fenomênicas, uma vez que esta se encontra associada

às mudanças no mundo do trabalho. Neste sentido, esta tese sustenta que, para além da caracterização da pobreza e do desemprego, a particularidade da questão social no Brasil consubstancia-se na precarização e na superexploração da força de trabalho na contemporaneidade. Sob esta perspectiva, as particularidades da questão social no Brasil fundamentam-se nas categorias teóricas marxistas, como superpopulação, precarização e superexploração da força de trabalho, as quais compreendem as tendências constitutivas do atual padrão de reprodução do capital e da questão social no Brasil.

Em torno desta formulação, a nossa tese problematiza alguns aspectos que norteiam a relação entre a questão social e o trabalho na contemporaneidade, tais como: a peculiaridade do capitalismo brasileiro contemporâneo; o desemprego e as formas contemporâneas da superpopulação relativa; a precarização do trabalho no contexto brasileiro da última década; a superexploração da força de trabalho e a expropriação dos direitos na entrada do século XXI.

Sob esses aspectos afirma-se que a particularidade da questão social no Brasil contemporâneo não se restringe à caracterização do desemprego, ainda que o desemprego seja estrutural e esteja na base das expressões objetivas da questão social. Dito de outra maneira, esta tese sustenta que, para além da caracterização da pobreza e do desemprego, a particularidade da questão social no Brasil, consubstancia-se na precarização e na superexploração da força de trabalho na contemporaneidade.

No nível de apreensão das mediações históricas e teóricas particulares que ligam a questão social às peculiaridades do capitalismo brasileiro dependente e periférico, com base no pensamento de Ruy Mauro Marini, abordamos o conceito de *subimperialismo*, o qual adquire uma importância central no sentido de explicar as contradições próprias da economia dependente relacionadas às consequências da nova fase de divisão internacional do trabalho. Através deste conceito pudemos compreender que, no plano mais geral, as contradições próprias da economia dependente estão associadas ao processo de integração e dependência da América Latina ao sistema mundial do capitalismo-imperialista e, no plano mais concreto, entende-se que o capitalismo monopolista brasileiro opera um desenvolvimento desigual e combinado, caracterizado pelo padrão de refuncionalização do modelo

arcaico (economia agrário-exportadora) e de ajustes ao padrão de acumulação que segue a lógica ditada pelo capital imperialista , por meio de um processo de concentração e centralização de capitais e de um regime político imposto pela autocracia burguesa .

Ao analisarmos as categorias da *superpopulação relativa* na atualidade, vimos que estas estão diretamente relacionadas à precarização e à *superexploração do trabalho*, mediante a desvalorização da força de trabalho e a ampliação contínua do exército de reserva, tendo em vista o rebaixamento dos salários, os mecanismos de aumento da jornada de trabalho, aumento da produtividade e a intensificação do trabalho, que submetem os trabalhadores que se encontram desempregados a uma jornada extenuante, pela ameaça do desemprego, ou através das exigências de metas de produção inalcançáveis para aqueles que permanecem empregados. De modo concreto, a pesquisa nos setores econômicos e produtivos comprovou que na atualidade a ampliação contínua da *superpopulação relativa* resulta no aumento da produtividade e na intensidade do trabalho, contribuindo para incrementar a superexploração da força de trabalho.

Nesta direção, depreende-se, que na atualidade a existência da categoria teórica do exército industrial de reserva tem nítidas funções econômicas. Entre essas funções, “a mais importante, sem dúvida, é a pressão que exerce no sentido de forçar os salários para patamares *inferiores* e constranger os trabalhadores a se submeterem ao trabalho precário, permitindo potencializar a exploração da força de trabalho” (MOTA,2013:p.11).

Ao enfatizarmos a *superexploração da força de trabalho* como uma categoria central que explica a lógica da dependência e a dinâmica de acumulação capitalista através da transferência de valor (dos países periféricos aos países centrais), consideramos que esta é a estratégia de compensação utilizada pelos países periféricos para aumentar o valor do trabalho excedente em detrimento do valor socialmente necessário. Nesse sentido, afirma-se, que as particularidades da questão social contemporânea estão relacionadas às peculiaridades do capitalismo brasileiro dependente e periférico e têm a *superexploração da força de trabalho*, como um traço característico e marcante.

Sob esta perspectiva de análise, inferimos que as particularidades da questão social estão associadas ao desemprego e ao pauperismo enquanto formas contemporâneas da *superpopulação relativa*; nesse sentido, estas se revelam como expressões ou fenômenos associados à *precarização do trabalho*, tendo em vista as tendências atuais da economia mundializada e transnacionalizada, que repercutem no incremento da *superexploração da força de trabalho* advinda dos países periféricos.

Por conta dos atuais mecanismos de acumulação por espoliação (liberalização da economia, privatização de bens e serviços públicos; liberação a baixo custo da força de trabalho, mercadoria mais importante para o processo de valorização do trabalho, etc), evidencia-se uma inserção subalterna dos países periféricos na divisão internacional do trabalho, a qual propicia uma ampliação crescente da força de trabalho excedente e define um quadro de *precarização do trabalho*, que, no caso do Brasil, consiste na *superexploração da força de trabalho*. Desse modo, afirma-se, que existe um leque de mediações particulares da precarização do trabalho que aponta tendências de incremento da *superexploração da força de trabalho*.

A concepção da *precarização*, aqui defendida amplia-se da fábrica ou da empresa para toda a sociedade e revela os traços gerais do mundo do trabalho contemporâneo. Do ponto de vista das categorias de inspiração marxiana que nos permitiram analisar essa realidade, identificamos as de superpopulação relativa (desemprego, exército de reserva, etc.) , superexploração da força de trabalho (prolongamento da jornada , aumento da produtividade, intensificação do trabalho, usurpação do fundo de consumo do trabalhador, violação do valor do trabalho mediante as baixas remunerações, redução da vida útil do trabalhador mediante o desgaste psicofísico etc.) e expropriação (de direitos, de contrato, de bens públicos, etc.). Em síntese, é possível afirmar por meio dessas categorias que a precarização do trabalho vai muito além das manifestações empíricas, pois ultrapassa a caracterização do desemprego e é mediada pelas diversas formas de trabalho precarizado e pela expropriação do contrato direto de trabalho.

Portanto, são necessários outros mecanismos para empreender uma reestruturação dos processos de acumulação capitalista, e retomar o aumento da

taxa de lucros. Concomitantemente ao aumento da informalidade, a subcontratação e a ampliação das terceirizações expõem os elementos centrais da precarização do trabalho na contemporaneidade. Quanto a essas formas de subcontratação e terceirizações, vimos que se manifestam nas cooperativas produtivas, do trabalho em domicílio, do trabalho eventual, trabalho autônomo ou informal, trabalho por peça, etc.

Desse modo, a informalidade e as terceirizações são as expressões mais visíveis da precarização e da degradação do trabalho, e particularmente no contexto brasileiro da última década, expõem o trabalhador às formas de exploração que potencializam o aumento do lucro das empresas e concretiza mais facilmente a redução dos salários neutralizando as possibilidades de resistência e organização coletiva da classe trabalhadora.

Ao defendermos a relação entre *questão social*, *precarização* e *superexploração do trabalho*, demonstramos que as tendências atuais da superexploração não se restringem aos mecanismos de prolongamento da força de trabalho, aumento da produtividade e intensificação do trabalho, pois estas abrangem, na atualidade, tanto a esfera produtiva do capital, como a esfera da superestrutura jurídico-política. Assim, a *superexploração do trabalho*, através da sua precarização, deve ser apreendida como um processo de *desvalorização da força de trabalho* que ocorre mediante uma violação do valor do trabalho socialmente necessário, a qual se expressa pela usurpação do único meio de que dispõe o trabalhador para reproduzir a própria vida – a venda da sua força de trabalho em troca do salário para atender às suas necessidades de sobrevivência –, tal como formulado por Ruy Mauro Marini.

Outra mediação particular que nos permitiu problematizar a relação entre *questão social*, *precarização* e *superexploração do trabalho*, consiste na formulação do conceito de expropriação, tal como este foi defendido por Fontes (2010). Neste sentido deve-se considerar que a expropriação — associada ao fim do contrato direto de trabalho, à desregulamentação de direitos inerentes às atividades de produção de valor ou à fragilização das práticas coletivas de resistência — compreende um sustentáculo da dinâmica capitalista que, no estágio atual de crise do capitalismo contemporâneo, aprofunda-se cada vez mais através da

subcontratação e das terceirizações e das tendências de incremento da superexploração da força de trabalho.

Inferimos que, na conjuntura brasileira da entrada do século XXI houve um incremento da superexploração da força de trabalho e que esta categoria revela-se como uma tendência estrutural que perpassa tanto as relações econômicas de produção, como a expropriação dos direitos no nível da política. Ao seguir a trilha deixada por Mota (2013), afirma-se, que no atual estágio do capitalismo brasileiro, no plano superestrutural e jurídico político consolidam-se novas estratégias formadoras de consenso de classe que afetam o modo de ser e de viver do trabalhador, sobretudo a organização política da classe trabalhadora.

A questão social relacionada à *precarização e superexploração da força de trabalho*, na perspectiva que defendemos, permite-nos afirmar que existe um leque de mediações particulares que ligam a questão social contemporânea brasileira ao processo de *expropriação* de direitos e, igualmente, atestam a persistência da desigualdade no Brasil. Apesar de os indicadores sociais, apontarem uma discreta evolução em termos da redução da pobreza e da desigualdade, constatamos que as atuais estratégias ideológicas e políticas incorporadas pelos programas sociais voltados para os mais pobres, de fato, abrandam e até minimizam algumas expressões da questão social, mas não apontam uma solução para esta problemática. Nem poderia ser de outro modo, pois enquanto houver capitalismo e acumulação, a questão social persistirá.

A despeito do sistema de proteção social, cumpre acrescentar, com base em Mota (2013), que as tendências atuais das políticas sociais no Brasil contemporâneo residem nos “ajustes operados no destino dos fundos públicos, associados ao processo de *supercapitalização*”, o que resulta na “criação de um *consumidor de serviços* em detrimento da sua condição de *cidadão e trabalhador*”(Idem:p.15). Uma segunda tendência, apontada pela referida autora, retira o direito ao trabalho da pauta dos trabalhadores e o substitui pelo acesso a uma renda mínima de inserção ou sobrevivência. Com efeito, corroborando Mota (2013), constata-se que estas tendências das políticas sociais operam, atualmente, uma reconceitualização em termos teóricos e ideopolíticos do desemprego e da precarização do trabalho como pobreza.

Igualmente, isto comprova, que “tanto as situações que seriam configuradoras da questão social (trabalho precário, desemprego, insuficiência dos rendimentos etc.) se alteram, como o conteúdo e as formas do seu enfrentamento pelas classes dominantes e pelo Estado” (Idem, ibidem). Portanto, no cenário de crise do capitalismo brasileiro contemporâneo, especialmente na entrada do século XXI, confirma-se a persistência das contradições sociais que fundam a pauperização relativa dos trabalhadores e, atestam a reprodução das desigualdades sociais e refletem acirramento da questão social.

Desse modo, as mediações particulares que ligam a superexploração da força de trabalho às diversas categorias da expropriação de direitos, evidencia que as particularidades da questão social se manifestam na realidade brasileira contemporânea através de um conjunto de situações que são mediatizadas pelo (a): trabalho precarizado, (relações e processos), desemprego, pobreza, precariado, proletariado, subproletariado, os assalariados formais ou informais, etc.

O leque das mediações particulares que ligam a *precarização* à *superexploração da força de trabalho*, conforme demonstramos, comprova que a magnitude e o aprofundamento das expropriações, expõem as tendências estruturais do capitalismo e ao mesmo tempo reflete a particularidade da questão social no Brasil, especialmente, nessa última década.

Na esteira destas reflexões afirmamos que as manifestações da precarização do trabalho, devem ser apreendidas como mediações e determinações da questão social brasileira na contemporaneidade. É neste sentido que a nossa abordagem da questão social afasta-se do conceito e do tratamento da questão como pobreza, vinculando-a à questão do trabalho no Brasil, que do ponto de vista histórico, sempre foi precário e desprotegido.

Dito de outra maneira, conclui-se que no atual estágio do capitalismo brasileiro em que a precarização do trabalho expõe formas multifacetadas e heterogêneas da organização do trabalho e novas tendências de incremento da *superexploração da força de trabalho*, a questão social assume novos contornos através de um processo de *desvalorização da força de trabalho* e de expropriação dos direitos que submetem o trabalhador a uma proletarização e à pauperização absoluta ou relativa. Diante do exposto, a *precarização* e a *superexploração do*

trabalho são vistas como tendências constitutivas do capitalismo brasileiro contemporâneo e dos processos de proletarização e de pauperização (relativa ou absoluta), os quais expõem as particularidades da questão social na realidade brasileira dessa última década.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, N. Introdução. Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho – Brasília: Ipea, 2013.

ALMEIDA,S.A.& WOLFF,S. A industrialização da educação na dinâmica do capitalismo contemporâneo. In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2013.

ALVES, G. Trabalho e Reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – precarização do trabalho e redundância salarial. In: Revista Katálisys. V. 12. Florianópolis. Jul./dez. 2009.

_____. A derrelição de Ícaro. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/02/a-derrelicao-de-icaro> Publicado em 2.06.2014. Acesso em 5.07.2014a.

_____. Trabalho e Neodesenvolvimentismo. Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru. Canal 6, 2014b.

AMARAL, M. S. & CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes In: Revista Katálisys. Florianópolis. Jul./dez. 2009.

_____. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. Padrão de Reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. Carla Ferreira, Jaime Osório, Mathias Luce (orgs.). São Paulo, Boitempo, 2012.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In Pós Neoliberalismo – As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1995.

ANTUNES, R. A Era da Informatização e a Época da Informatização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil I. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2006.

_____. A corrosão do trabalho e a precarização estrutural. Revista Margem Esquerda. Ensaios marxistas n. 18. Boitempo Editorial, 2012. p. 42-47.

_____. A Nova Morfologia do Trabalho e suas Principais Tendências. In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2013.

_____. O Trabalho e o novo proletariado de serviços: materialidade, imaterialidade e valor. In: Conferência. III Colóquio Nacional sobre o trabalho do Assistente Social. Ufal/Maceió. Abril, 2015.

ARRUDA, P. F. O Imperialismo e a questão da industrialização no centro da economia mundial. In: Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BRAGA, R. Memorabilia. In: A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo, Boitempo. Universidade de São Paulo (USP). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

_____. E BIANCHI, A. O Social-liberalismo chega aos trópicos. In: <http://www.pstu.org.br/node/3918>. Publicado em 21.08.2003. Acesso em 12.03.2014. p. 1.

_____. A Era da Pilhagem, publicado em 25.05.2015. In: <http://blogdaboitempo.com.br>. Acesso em 10.06.2015.

BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. 3ª. ed. Editora Guanabara, 1987.

BOM DIA BRASIL. Desemprego cai, mas concessão de seguro-desemprego dobra no Brasil". In: [http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/07/desemprego-cai-mais-concessão-de-seguro-desemprego-dobra-no-brasil.html](http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/07/desemprego-cai-mais-concessao-de-seguro-desemprego-dobra-no-brasil.html). Publicado em 27.04.2014. Acesso em 15.12.2014.

CARCANHOLO, M. D. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Organizador: Niemeyer Almeida Filho. Brasília: Ipea, 2013.

_____. Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula In: MAGALHÃES, João Paulo De Almeida (Org.). Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.109-132.

CASTELO, R. A questão social e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipação>. Emancipação. Ponta Grossa, 2008.

_____. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rodrigo Castelo (org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. Apresentação. Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rodrigo Castelo (org.). Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. O Social Liberalismo: uma Ideologia neoliberal para a questão social no século XXI. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

_____. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 112, dez. 2012.

_____. O projeto neoliberal e a supremacia burguesa. In: O Social-liberalismo: Auge e Crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1. ed. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2013.

CORIAT, Benjamin. Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Revan, 1994.

COSTA, Gilmaisa Macedo da. Crise capitalista e questão social na contemporaneidade. Revista Estudos do Trabalho, Marília – SP, v. 4, n. 6, 2010. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org>>.

CHESNAIS, F. Mundialização do Capital. Ed. Xamã. São Paulo, 1996.

COUTINHO, C.N. A imagem do Brasil na obra de Caio Prado Júnior In: Cultura e Sociedade no Brasil. ensaios sobre ideias e formas. 4ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2011.

DRUCK, G. A metamorfose da precarização social do trabalho no Brasil In: Revista Margem Esquerda Ensaios Marxistas nº 18. Boitempo, junho de 2012. p.37-41.

_____. A Precarização social do trabalho no Brasil. In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. Ricardo Antunes (org.). 1. ed. São Paulo. Boitempo, 2013.

DUTRA, M. “Número de desemprego cai, mas pagamento de seguro-desemprego ainda é recorde”. In: <http://www.contasbertas.com.br/website/arquivos/8253>. Publicado em 11 de abril de 2014. Acesso em 15.12.2014.

FERREIRA, C. e LUCCE, M. S. Introdução. Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. Carla Ferreira. Jaime Osório, Mathias Luce (orgs.). São Paulo. Boitempo, 2012.

FILGUEIRAS, L. et alii. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo De Almeida (Org.). Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-69.

_____ & GONÇALVES, R. Política e dinâmica macroeconômica In: A economia política do Governo Lula. Rio de Janeiro. Contraponto, 2007.

FONTES, V. Para pensar o capital-imperialismo contemporâneo: concentração de recursos sociais de produção e expropriações. In: O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Virgínia Fontes. – 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

_____. O imperialismo, de Lenin a Gramsci. In: Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GONÇALVES, R. Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: Governo Lula (2003-10). In: MAGALHÃES, João Paulo De Almeida (Org.). Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 161-179.

_____. Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores. 2013 a. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/r_goncalves_balanco_critico_12_05_2013.pdf. Acesso em 10.3.2014.

_____. Novo-desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 112. Out/dez. Cortez Editora. 2012.

GUIMARÃES, S. P. Alternativas Brasileiras. In: Revista Le Monde Diplomatique. Para Onde Vai o Brasil. 2014. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1601> Acesso em 10.3.2014.

GUANAIS, J. B. Quanto mais se corta, mais se ganha In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2013.

HARVEY, D. A acumulação capitalista. In: Para entender o capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, M. A Questão Social no capitalismo In: Temporalis. Brasília, ABEPSS, 2001, n. 3. 2001.

JINKINGS, N. A Reestruturação do Trabalho nos Bancos. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2006.

JINKINGS, I. & AMORIM, E. R. A. Produção e desregulamentação na indústria têxtil e de confecção. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2006.

LIMA, E. Toyota: a inspiração japonesa e os caminhos do consentimento In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil I. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2006.

LISBOA, V. Taxa de desemprego caiu sete pontos percentuais desde 2003 In: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-01/taxa-de-desemprego-caiu>

sete-pontos-percentuais-desde-2003-. Publicado em 30.01.2014. Acesso em 20.4.2015.

LUCE, M. S. Teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini. Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. História de uma categoria. Tese de doutorado. Rio Grande do Sul, 2011.

_____. Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? Debate. In: Trabalho, Educação e Saúde. Vol. 11. p. 169-190, jan./abr. 2013.

MAGALHÃES, J. P. A. Estratégias e modelos de desenvolvimento. In: MAGALHÃES, João Paulo De Almeida (org.). Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 19-34.

MARANHÃO, C. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. In: Trabalho e Seguridade Social. Percursos e dilemas. BEHRING, E. R. ALMEIDA, M. H. T. (orgs.). São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

MARCELINO, P. R. P. Honda: terceirização e precarização – a outra face do toyotismo. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2006.

MARINI, Ruy Mauro e MONCAYO, Mária Millán (orgs.). La Teoría Social Latinoamericana: tomo II, subdesarrollo y dependência. Cidade do México: El Caballito, 1994. O referido texto recebeu tradução em português e integra a coletânea de artigos publicados in: Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rodrigo Castelo (org.). Pão e Rosas. Rio de Janeiro, 2010.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: Dialética da Dependência/Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. A Crise do Desenvolvimentismo. In: Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rodrigo Castelo (org.). Tradução dos textos em espanhol de Diego Al Faro; tradução do texto em francês de Wanda Brant. Rio de Janeiro. Pão e Rosas, 2010.

_____. Subdesenvolvimento e Revolução. In: Subdesenvolvimento e Revolução. Ruy Mauro Marini. 4. ed. Coleção Pátria Grande. Biblioteca do Pensamento Crítico Latino-americano. Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2013.

MARTINS, C. E. Dependência e Desenvolvimento no Moderno Sistema Mundial. In: Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina. Carlos Eduardo Martins (org.). São Paulo. Boitempo, 2011.

_____. O Pensamento de Ruy Mauro Marini e a sua atualidade para as Ciências Sociais In: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Org. Niemeyer Almeida Filho – Brasília, IPEA, 2013.

MARTINS, M. & MARTINS, R. O Precariado em Ascensão. As terceirizações acenam para o arrocho, aumento da jornada e a supressão de direitos. Reportagem de capa. Revista Carta Capital. Ano XXI. N. 848. 6 de maio de 2015.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I. Vol. II. Série: Os Economistas. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. Salário, Preço lucro. In: http://www.pstu.org.br/biblioteca/marx_salario.pdf.

MAURIEL, A. P. Pobreza, Assistência e Seguridade Social: desafios da política social brasileira In: Revista Katálisis, n. 13. Jul./dez. 2010.

MOTA, A. E. Redução da Pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-prático ao Serviço Social. In: As Ideologias da contrarreforma e o Serviço Social. Ana Elizabete Mota (org.). Recife, Ed. Universitária da UFPE, 2010.

_____. Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário. Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, v. 2, p. 87, 2013. mimeo

NELI, M. A. & NAVARRO, V. L. Reestruturação produtiva e saúde do trabalhador na agroindústria avícola no Brasil. In: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. In: Temporalis. Brasília, ABEPSS, 2001, n. 3. 2001.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. Texto da comunicação na seção temática “O agravamento da crise estrutural do capitalismo. O socialismo como alternativa à barbárie”. III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”. Serpa, Portugal, de 30 de outubro a 1º de novembro de 2010. In: O Social em Perspectiva, Políticas, Trabalho, Serviço Social. Gilmaisa Costa e Reivan Souza (orgs.). Edufal. Maceió, 2013.

NETO, N. S. P. A walmartização das operadoras de check-out. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2014.

OSÓRIO, J. Dependência e Superexploração. In: A América Latina e os desafios da Globalização. Emir Sader e Theotônio dos Santos (coords.). Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (orgs.). Rio de Janeiro. Ed. PUC Rio. São Paulo. Boitempo Editorial, 2009.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica In: Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. Carla Ferreira. Jaime Osório, Mathias Luce (org.). São Paulo. Boitempo, 2012.

ROSDOLSKY, R. Gênese e estrutura de O Capital. Tradução César Benjamin. Rio de Janeiro. EDUERJ. Contraponto, 2001.

SADER, E. Ruy Mauro, intelectual revolucionário. In: A América Latina e os desafios da Globalização. Emir Sader e Theotônio dos Santos (coords.). Carlos Eduardo Martins e Adrián Sotelo Valencia (orgs.). Rio de Janeiro. Ed. PUC Rio. São Paulo. Boitempo Editorial, 2009.

SANTOS, A. Na usinagem do Capital, o desmonte é o trabalho. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2013.

SOUTO MAIOR, J.L. PL 4.330/04: maldade explícita e ilusão. Publicado em 6.04.2015. Comentários in: <http://blogdaboitempo.com.br>. Acesso em 10.06.2015.

SOUZA, A. N. Professores, Modernização e Precarização. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2013.

TAVARES, M. A. O aviltante trabalho do cortador de cana. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2014.

VASSAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2006.

WOLFF, S. & CAVALCANTE, S. O mundo virtual e reificado das telecomunicações: o caso da Sercomtel. In: Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I. Ricardo Antunes (org.). São Paulo. Boitempo, 2006.

QUADRO 1- PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

SETORES/	RAMOS PRODUTIVOS	Empresa/estudo de caso realizado	Técnica de coleta de dados (pesquisa de campo)	NOVAS TÉCNICAS DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO	CATEGORIAS DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO
SETOR INDUSTRIAL	Automobilístico	Honda Planta de Sumaré (São Paulo)	Observação participante e Entrevista	-Subcontratação e terceirização (operação logística) - <i>programa 5s e métodos japoneses toyotistas (Kanban, just-in-time, Kaizen, CCQ, andon.)</i>	usurpação do fundo de consumo do trabalhador; expropriação do contrato de trabalho; prolongamento da jornada de trabalho combinada com o aumento da intensidade do trabalho
	Petroquímico	Petrobrás	Entrevista	Terceirização e Polivalência; automação de base microeletrônica, os sistemas digitais de controle distribuído (SDCD) e os centros integrados de controle (CIC)	prolongamento da jornada de trabalho (extração da mais-valia absoluta) combinada com o aumento da produtividade do trabalho (extração da mais-valia relativa). Expropriação de direitos. Acidentes de trabalho.
	Metalurgia	Zanini S.A. Equipamentos Pesados	Observação participante	- modelo japonês de produção (toyotismo); programas de qualidade total, as reengenharias e as novas séries de racionalização da produção; envolvimento incitado;	ideologia do empreendedorismo. Cooptação do trabalho pelo capital;

	Têxtil	- Indústria têxtil catarinense (Teka, karsten, döhler, Buettner, Altenburg e a Lepper); - Levi Strauss do Brasil	Entrevista	-Terceirização e subcontratação; trabalho domicilio e em equipe; banco de horas; <i>programas de qualidade total e sistema just-in-time</i> ; cooperativas de trabalho (cooperativismo).	prolongamento da jornada de trabalho combinada com o aumento da intensidade do trabalho
SETOR DE SERVIÇOS	Bancos	Banco do Brasil e Sindicato dos Bancários de São Paulo	Entrevista	Terceirização e Polivalência	Prolongamento da jornada de trabalho com redução de salários. Aumento da produtividade combinada com a intensificação do trabalho.
	Telecomunicações	Sercomtel Atento-Brasil	Entrevista	Terceirização ; novas tecnologias da informação (NTIs).	Associação entre o aumento da intensidade dos ritmos de trabalho e adoecimento do trabalhador.
	Educação (professores)	Instituição privada de EAD situada em Londrina.	Observação participante e entrevista	novas tecnologias de comunicação e informação (TICs); "administração participativa"; trabalho em domicílio.	Reificação do trabalho vivo e a prevalência do trabalho morto; Aumento da produtividade do trabalho. prolongamento da jornada de trabalho sem pagamento de hora-extra.
AGROINDÚSTRIA	Cortadores de cana	Usina Ester	Observação e entrevistas	flexibilização Salário por peça	Aumento do ritmo e da intensidade do trabalho associada ao salário por produção. Desgaste físico e do trabalhador.
	Trabalhadores da indústria avícola	Unidade produtiva de abate e processamento de aves	Observação e entrevistas	Trabalho fragmentado, estruturado nos moldes de trabalho fundado na linha de produção, oriundas do taylorismo-fordismo combinadas com o modelo toyotista	Associação entre o aumento da intensidade dos ritmos de trabalho e adoecimento do trabalhador

COMÉRCIO	Trabalhadoras do <i>Walmart</i>	Não informado	Observação e entrevistas	Walmartização: binômio taylorismo-fordismo; modelo toyotista (just-in-time). Tecnologização e polivalência.	Intensificação do trabalho associada ao aumento da jornada sem pagamento de hora-extra;
-----------------	---------------------------------	---------------	--------------------------	--	---

Fonte: Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil, 2006;2013;2014.

(*) O significado da reestruturação produtiva : “Na particularidade brasileira, esse movimento de reestruturação, além do que pode significar quanto à introdução de novas técnicas (*just-in-time, kanban, kaizen, andon, terceirização*), novas formas de gestão (trabalho em equipe, polivalência, CCQ, envolvimento implicado, sindicato-empresa) e inovação tecnológica no já conturbado mundo do trabalho, consegue aprofundar a “extração intensificada do trabalho”, a captura da subjetividade operária e a inserção subordinada do país no concerto das nações, enquanto base para a renovação da relação de subordinação capital-trabalho” . (Antunes, 1999; Alves,2000 apud Lima,2006)

(**) Conforme Mota (2013): Duas formas de exploração evidenciam a superexploração da força de trabalho: No primeiro caso, do aumento da produtividade do trabalho, mais mercadorias são produzidas no mesmo tempo de trabalho, devido à racionalização da produção e ao uso de tecnologias. No segundo caso da exploração do trabalhador, estão implicados o aumento da jornada, a maior intensidade do trabalho e a redução de consumo mínimo para a reprodução do trabalhador, por meio da usurpação do fundo de consumo do trabalhador, o que obriga o trabalhador a se submeter a uma remuneração abaixo do seu *valor normal*.

(***) Conforme Luce (2013), a superexploração pode se dar mediante quatro formas ou modalidades: A remuneração da força de trabalho por baixo de seu valor (conversão de do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação de capital);o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador; o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador; e, finalmente, o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração. (Idem:p.ibidem)